UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNA QUINSAN CAMARGO

DEMOCRACIA, LIBERDADE E GÊNERO: RESSIGNIFICAÇÕES PERIGOSAS NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

SÃO CARLOS -SP
2026

BRUNA QUINSAN CAMARGO

DEMOCRACIA, LIBERDADE E GÊNERO: RESSIGNIFICAÇÕES PERIGOSAS NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Vera A. Cepêda

São Carlos-SP
2026

Camargo, Bruna Quinsan

Democracia, liberdade e gênero: Ressignificações perigosas no discurso de Jair Bolsonaro (2019-2022) / Bruna Quinsan Camargo -- 2026.
324f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Vera Alves Cepêda
Banca Examinadora: Gabriel Ávila Casalecchi, Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, Gabriela Rodrigues da Guia Rosa, Moacir de Freitas Junior, Arneide Bandeira Cemin
Bibliografia

1. Democracia. 2. Liberdade. 3. Antigênero. I. Camargo, Bruna Quinsan. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Bruna Quinsan Camargo, realizada em 01/04/2026.

Banca Examinadora

Prof.ª. Dr.ª Vera Alves Cepêda
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior
UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Prof.ª. Dr.ª Arneide Bandeira Cemin
UNIR – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Prof.ª. Dr.ª Carolina Raquel Duarte de Mello Justo
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Prof.ª. Dr.ª Gabriela Rodrigues da Guia Rosa
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

O Comprovante de Defesa assinado pelos membros da Banca Examinadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Ao podcast Medo e Delírio em Brasília.

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, que, privada do direito de estudar, nunca deixou de me incentivar a ingressar e permanecer na universidade pública; sem esse afeto e essa cobrança diária, este percurso teria sido outro.

Sou profundamente grata à minha orientadora, Vera Cepeda. Vera ofertou muito mais do que orientação técnica, instaurou um regime de rigor intelectual, apresentou leituras que ampliaram meu quadro analítico e combinou exigência crítica com cuidado pessoal nos momentos mais difíceis do doutorado. Sua confiança na pesquisa que eu queria desenvolver e sua disponibilidade para discutir ideias foram decisivas para que este trabalho tivesse a forma que tem.

Especial agradecimento deve ser dado à Beatriz Becerra, que colaborou com esta pesquisa ao disponibilizar transcrições de seu banco de dados.

Agradeço também aos professores que contribuíram para a construção da pesquisa. Em especial, meu agradecimento à Lucy Oliveira e ao LABPOL, pela formação complementar em metodologia e pelo apoio no uso de softwares de análise, que foram cruciais para os procedimentos empíricos desta tese. Agradeço à Carolina Justo pelo apoio preciso e contínuo. Agradeço aos professores Arneide Bandeira Cemin, Moacir de Freitas Junior, Gabriel Casalecchi e Gabriela Rosa pela presença na banca e pelas observações que ampliarão a qualidade desta pesquisa.

Agradeço às amigas Yuri, Beatriz e Carol pela companhia, pelas conversas e pela força. Agradeço em particular à Luísa, que me ajudou com o teste de confiabilidade, e à Querolaine, que me acolheu e me ofereceu abrigo quando precisei fugir de violência masculina.

É necessário agradecer e defender a CAPES, que financiou a pesquisa, bem como o conjunto de políticas públicas que democratizaram o acesso e a permanência no ensino superior público, do REUNI ao PNAES, incluindo as políticas de cotas sociais e raciais. Sem esses instrumentos, muitos percursos acadêmicos seriam impossíveis; defendê-los é defender a universidade pública como bem comum.

Por fim, agradeço e reverencio os movimentos feministas, os movimentos de diversidade e de dissidência sexual e de gênero, os movimentos negros e as organizações populares, estudantis e sindicais que permanecem em resistência. A presença política e a luta coletiva desses sujeitos foram e são referência para este trabalho e para minha posição intelectual e política.

Vocês muitos que me acusavam de ditador, né. Troglodita, né. Pessoa que quer dar o golpe... Eu tô falando de democracia, mas não é essa democracia de contar voto escondidinho, não (Jair Messias Bolsonaro em transmissão no Youtube em 12/08/2021).

Afinal, vivemos em uma época na qual uma miríade de atos de anulação, patologização, criminalização e deslegitimação buscam destruir liberdades e poderes que os movimentos sociais de esquerda lutam há décadas para consolidar. Vidas e meios de subsistência estão sendo atacados; a identidade trans está sendo anulada; mulheres e outras pessoas grávidas estão regressando aos becos para conseguir procedimentos cirúrgicos; os direitos ao casamento e à parentalidade para gays e lésbicas estão sendo questionados ou, às vezes, claramente recusados; jovens trans não conseguem encontrar assistência médica ou uma comunidade em lugares onde a transfobia se tornou política pública ou lei; aulas de educação sexual são canceladas e difamadas para uma juventude que tem o direito a compreender, de forma bem-informada, o gênero e a sexualidade, a aprender sobre consentimento e ética sexual em um sentido mais amplo (BUTLER, 2024, p. 29).

RESUMO

Este trabalho analisa como o discurso presidencial de Jair Bolsonaro, difundido em transmissões ao vivo no YouTube entre 2019 e 2022, atua na ressignificação dos sentidos de liberdade e democracia, contribuindo para processos de desdemocratização nos quais a democracia é combatida em nome da própria democracia. Para investigar como o discurso de Jair Bolsonaro reformula os conceitos de liberdade e democracia de forma a promover a desdemocratização, são analisadas as transcrições das lives semanais por meio da Análise de Conteúdo, com o auxílio do software MAXQDA. Sustenta-se que o discurso de Bolsonaro opera por meio de três movimentos articulados. Em primeiro lugar, constrói-se um binarismo discursivo que associa a esquerda ao comunismo, à corrupção e à ditadura, enquanto a direita é apresentada como sinônimo de democracia e liberdade, narrativa que permite deslegitimar instituições democráticas retratadas como infiltradas e capturadas por um inimigo ideológico. Em segundo lugar, redefine-se o significado de liberdade e democracia ao vinculá-los à defesa da moralidade cristã tradicional, enquadrando pautas feministas e de gênero como ameaças à família, à sociedade e à própria democracia. Por fim, identifica-se a democracia com a figura do líder e com a vontade de seus apoiadores, convertendo a lealdade pessoal em critério de legitimidade política e esvaziando o pluralismo democrático. Os resultados evidenciam que essa combinação discursiva deslegitima instituições democráticas e a defesa de direitos relacionados a gênero e sexualidade na disputa pela opinião pública, personaliza a autoridade política ao transformar a lealdade ao líder em critério de legitimidade, trata adversários políticos como inimigos e restringe o pluralismo, além de naturalizar a aceitação de soluções extra-institucionais, como golpes de Estado, contribuindo para processos de erosão democrática no Brasil.

Palavras-chave: democracia; liberdade; antigênero; desdemocratização; Bolsonaro

ABSTRACT

This study analyzes how the presidential discourse of Jair Bolsonaro, disseminated in live streams on YouTube between 2019 and 2022, operates through the reconfiguration of the meanings of freedom and democracy, contributing to processes of dedemocratization in which democracy is undermined in the name of democracy itself. To investigate how the discourse of Jair Bolsonaro reformulates the concepts of freedom and democracy in order to promote dedemocratization, the transcriptions of the live streams were analyzed by Content Analysis, with the aid of the software MAXQDA. It is argued that Bolsonaro's discourse operates through three articulated moves. First, it constructs a binary opposition that associates the left with communism, corruption, and dictatorship, while presenting the right as synonymous with democracy and freedom, a narrative that enables the delegitimization of democratic institutions portrayed as infiltrated and captured by an ideological enemy. Second, it redefines the meaning of freedom and democracy by linking them to the defense of traditional Christian morality, framing feminist and gender agendas as threats to the family, to society, and to democracy itself. Finally, it identifies democracy with the figure of the leader and with the will of his followers, converting personal loyalty into a criterion of political legitimacy and hollowing out democratic pluralism. The results show that this discursive configuration delegitimizes democratic institutions and the defense of gender- and sexuality-related rights in the public debate, personalizes political authority by transforming loyalty to the leader into a criterion of legitimacy, treats political opponents as enemies and restricts pluralism, and normalizes the acceptance of extra-institutional solutions, such as coups d'état, thus contributing to processes of democratic erosion in Brazil.

Keywords: democracy; freedom; anti-gender; dedemocratization; Bolsonaro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 — Segmentos codificados 74

Figura 1 – Captura de tela de transmissão do dia 03/10/2018 04

Figura 2 – Captura de tela de transmissão de 24/10/2018 05

Figura 3 – Bolsonaro com Ysani Kalapalo em live de 26/09/2019 06

Figura 4 – Bolsonaro em live eleitoral de 12/11/2020 07

Figura 5 – Bolsonaro e Carla Zambelli em live eleitoral de 2022 08

Figura 6 – Bolsonaro com Luciano Hang e General Augusto Heleno em live realizada em evento evangélico em 02/05/2019 09

Figura 7 – Dinâmica proposta no material didático do Programa Escola Sem Homofobia 59

Figura 8: Viviany Beleboni na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo 61

Figura 9 – Obras expostas na exposição Queermuseu 62

Figura 10: Manifestação contra a presença de Judith Butler no Brasil 63

Figura 11 – Entrevista Jornal Nacional 28/08/2018 64

Figura 12 – Teste de confiabilidade 88

Figura 13 – Bolsonaro critica o Judiciário em live de 05/10/2022 102

Figura 14- Simulação de fraude feita na live de 29/07/2021 108

Figura 15 - Live de 29/07/2021 109

Figura 16 - Réplica da cabeça de Bolsonaro em vídeo do Indecline 127

Figura 17 – Bolsonaro exibe medicamento em live de 26/03/2020 136

Figura 18 – Bolsonaro exibe medicamento em live de 16/07/2020 136

Figura 19 – Bolsonaro exibe medicamento em live de 20/08/2020 137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Distribuição de vídeos por período (2018-2022) 63

Tabela 2 — Códigos de pesquisa e segmentos codificados com o MAXDictio 64

Tabela 3 — Segmentos codificados com o MAXDictio desconsiderando a “Live da Liberdade” 64

Tabela 4 — Distribuição de vídeos por período (2019-2022) 65

Tabela 5 — Frequência dos segmentos codificados 74

LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
Abraji	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Centros de Atendimento Integrado
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MBL	Movimento Brasil Livre
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
SNDCA	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ	Tribunal de Justiça
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1
2 DEMOCRACIA, LIBERDADE E DESDEMOCRATIZAÇÃO 17
2.1 DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL E REQUISITOS INSTITUCIONAIS 18
2.2 DEMOCRACIA PARA ALÉM DO MÉTODO: CONFLITO, LUTAS SOCIAIS E EXPANSÃO NORMATIVA 26
2.3 SOCIALISMO, DEMOCRACIA E LIBERDADE NA IDEOLOGIA NEOLIBERAL 33
2.4 RESSIGNIFICAÇÕES PERIGOSAS 37
3 DISCURSO ANTIGÊNERO E DEMOCRACIA 43
3.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO UMA REAÇÃO RELIGIOSA 43
3.2 GÊNERO COMO FANTASMA PSICOSSOCIAL 48
3.3 O GÊNERO CONTRA A DEMOCRACIA? 53
3.4 POLÍTICAS ANTIGÊNERO NO BRASIL 57
4 MATERIAIS E MÉTODOS 72
5 RESULTADOS 89
5.1 ANTICOMUNISMO 91
5.2 BOLSONARO DEMOCRATA 97
5.3 REGRAS DO JOGO 100
5.4 FORÇAS ARMADAS 105
5.5 FRAUDE ELEITORAL 108
5.6 IDEIA GOLPISTA 117
5.7 LIBERDADE DE EXPRESSÃO 119
5.8 LIBERDADE DE IMPRENSA 122
5.9 CENSURA 124
5.10 LIBERDADE E ARMAS 129
5.11 LIBERDADE INDIVIDUAL 132
5.12 MEDICAMENTOS E LIBERDADE 135
5.13 LIBERDADE ECONÔMICA 141
5.14 RELIGIOSO 144
5.15 PÂNICO MORAL – CRIANÇAS 147
5.16 PÂNICO MORAL – LGBTQIA+ 149
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 153
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 158
REFERÊNCIAS 164
APÊNDICE A 170
ANEXO A - Segmentos categorizados 174

1 INTRODUÇÃO

22 de novembro de 2025. O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro[1] é preso preventivamente pela Polícia Federal (PF) em Brasília por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro havia sido julgado e condenado, na data de 11 de setembro de 2025, a 27 anos e 3 meses de prisão em regime fechado. A prisão preventiva do final do mês de novembro foi decretada após a PF identificar risco de fuga e uma tentativa de violação de sua tornozeleira eletrônica, que ele utilizava enquanto cumpria prisão domiciliar anteriormente.

A condenação de Jair Bolsonaro pelo STF decorre do entendimento de que o ex-presidente liderou e impulsionou uma tentativa de ruptura da ordem constitucional, estruturada ao longo do tempo e executada por meio de ações encadeadas. Essa ruptura significa a quebra deliberada das regras que sustentam o Estado Democrático de Direito, expressa na negação da autoridade da Constituição, na subversão dos limites institucionais ao exercício do poder e na recusa em aceitar decisões legítimas do sistema político, sendo particularmente grave porque não busca reformar ou tensionar o sistema por meios institucionais, mas suspendê-lo, abrindo a possibilidade de um exercício de poder desancorado de controles democráticos, garantias jurídicas e direitos fundamentais.

No voto do ministro Alexandre de Moraes[2], relator do processo, a responsabilização penal não se apoia em um evento isolado, mas na demonstração de um plano progressivo que visava desacreditar o sistema eleitoral, tensionar o funcionamento das instituições e criar condições políticas para a permanência no poder após eventual derrota eleitoral. O ministro sustenta que houve atuação consciente, reiterada e organizada, com divisão de tarefas e uso da máquina estatal, o que caracteriza a existência de uma organização criminosa com finalidade golpista.

Nesse enquadramento, Moraes elenca treze atos que qualifica como executórios, rejeitando a tese defensiva de que se trataria apenas de condutas preparatórias. A sequência tem início ainda em 2021, com o uso de órgãos públicos,

---

[1] Mandato 2019-2022.

[2] Confira matéria de Marlen Couto para O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/especial/das-lives-ao-8-de-janeiro-entenda-os-13-atos-de-execucao-do-plano-golpista-listados-no-voto-de-moraes.ghtml.

como a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), para monitorar adversários e produzir insumos discursivos voltados à deslegitimação do Judiciário e das eleições. Em seguida, Bolsonaro passa a vocalizar ataques sistemáticos às urnas eletrônicas em lives, entrevistas e discursos públicos, culminando nas ameaças explícitas ao Supremo Tribunal Federal durante as manifestações de 7 de Setembro de 2021. Esses episódios são interpretados como tentativas de mobilização social e intimidação institucional.

A cronologia avança para 2022, quando o voto de Moraes destaca a reunião ministerial de julho, na qual Bolsonaro orienta auxiliares a intensificar ataques às instituições, e a reunião com embaixadores, realizada com uso da estrutura da Presidência, com o objetivo de internacionalizar a narrativa de fraude eleitoral. Já no segundo turno das eleições, Moraes aponta o uso indevido da Polícia Rodoviária Federal para dificultar o deslocamento de eleitores em regiões favoráveis ao então candidato adversário, bem como a manipulação e o atraso na divulgação do relatório das Forças Armadas sobre as urnas, mesmo após a inexistência de provas de irregularidades.

Após a derrota eleitoral, os atos descritos entram em uma fase mais diretamente voltada à ruptura institucional. São mencionados os acampamentos em frente a quartéis, o monitoramento de autoridades, reuniões para discutir alternativas golpistas, a produção e circulação de relatórios paralelos que alegavam fraude, além de episódios de violência e sabotagem em Brasília. Nesse período, ganham centralidade os planos conhecidos como “Punhal Verde e Amarelo”, “Copa 2022”, “Operação 142” e “Operação Luneta”, que previam desde o monitoramento de ministros até o assassinato de autoridades e a anulação do resultado eleitoral.

O voto de Alexandre de Moraes também destaca a elaboração da chamada *minuta do golpe*, um decreto de exceção apresentado por Bolsonaro aos comandantes das Forças Armadas, que previa medidas como a prisão de ministros do STF. A recusa de chefes do Exército e da Aeronáutica em aderir à proposta é apontada como o fator que impediu a consumação imediata do plano. Ainda assim, Moraes sustenta que a tentativa prosseguiu, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes, definidos como a “tentativa final” de concretizar a ruptura democrática.

Por fim, o relator menciona a existência de um planejamento para a criação de um gabinete de crise que atuaria após a consumação do golpe, reforçando a tese de

que havia um desenho institucional para a pós-ruptura. A apresentação dos treze atos, articulados em sequência, sustenta a conclusão de que a tentativa de golpe foi real, deliberada e executada por meio de ações concretas, ainda que frustrada. É a partir desse encadeamento que o STF fundamenta a condenação de Bolsonaro, afirmando que a inexistência de sucesso não descaracteriza a gravidade nem a tipificação penal das condutas.

A forma como o voto de Alexandre de Moraes reconstrói essa sequência de atos permite, ainda, deslocar o olhar para além de uma oposição simplificada entre discurso e ação. Ao incluir pronunciamentos públicos, lives e intervenções comunicacionais como parte constitutiva dos atos executórios da tentativa de golpe, o relator reconhece que a ruptura institucional não se operou apenas por meio de articulações reservadas ou medidas administrativas, mas também pela produção reiterada de sentidos capazes de mobilizar apoios, deslegitimar adversários e tensionar os limites do aceitável no espaço público. Nesse enquadramento, a comunicação presidencial deixa de ser um pano de fundo retórico e passa a integrar o próprio repertório de ações que sustentaram a ofensiva contra a ordem constitucional, abrindo caminho para compreender o discurso não como reflexo, mas como elemento ativo da dinâmica golpista.

Nesse percurso, torna-se evidente que a disputa pela opinião pública constituiu uma dimensão central da própria trama golpista, e não um elemento acessório aos acontecimentos institucionais. A tentativa de ruptura foi acompanhada, desde seus estágios iniciais, por um esforço contínuo de construção de legitimidade social, no qual a comunicação direta com apoiadores ocupou um lugar estratégico. As lives semanais de Jair Bolsonaro inserem-se precisamente nesse contexto, funcionando como um espaço recorrente de intervenção política a partir do qual o então presidente comentava decisões do Judiciário, questionava o processo eleitoral e fomentava conflitos institucionais. Ao se repetirem no tempo, essas transmissões ajudaram a sedimentar interpretações específicas sobre democracia, eleições e autoridade, compondo um pano de fundo simbólico que tornava plausível, para parte do público, a contestação do resultado eleitoral e a aceitação de saídas excepcionais. Estava em jogo, nesse processo, uma disputa pela percepção pública dos significados de conceitos e eixos centrais da política, que passavam a assumir novos sentidos e permitiam que, mantendo-se o léxico, se operasse uma profunda transmutação de valores.

As lives de Bolsonaro são caracterizadas por um agenciamento do loci de fala cuidadosamente construído (Carreon; Baronas, 2020), no qual a cena é composta por uma vasta coleção de livros e uma mesa desordenada, sugerindo uma intelectualidade que supostamente fundamentaria o discurso apresentado. A presença do então presidente muitas vezes de camiseta (Figura 1), acompanhado de assessores ao seu lado, reforça a imagem de um homem comum, próximo do povo, ao mesmo tempo em que dados e estatísticas são mobilizados para sustentar a ideia de que ali se revela uma "verdade que a mídia não traz".

Figura 1 – Captura de tela de transmissão do dia 03/10/2018[3]

Fonte: Frame da transmissão semanal de 03/10/2018 disponível no Youtube.

A intérprete de LIBRAS posicionada no mesmo nível que Bolsonaro e seus assessores contribui para a construção de uma imagem de governo sensível e inclusivo, enquanto a informalidade e a descontração da cena produzem um efeito

[3] Ao lado de Jair Bolsonaro encontra-se Hélio Lopes, deputado federal pelo Rio de Janeiro (PL), frequentemente referido como Hélio Bolsonaro ou Hélio Negão, em razão de sua relação de proximidade política com o ex-presidente, de quem foi assessor parlamentar. Na imagem, Lopes veste uma camiseta com a estampa de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990, associada à implementação de políticas neoliberais, à redução do papel do Estado na economia e ao enfraquecimento do movimento sindical.

de proximidade com o público (Carreon; Baronas, 2020). Esse conjunto de elementos não apenas organiza a recepção das falas, mas fortalece a capacidade das lives de operar como um canal privilegiado de disputa de sentidos em torno da legitimidade das instituições e do próprio regime democrático.

Figura 2 – Captura de tela de transmissão de 24/10/2018

Fonte: Frame da transmissão semanal de 24/10/2018 disponível no Youtube.

Na Figura 2, observa-se ainda a presença em primeiro plano dos livros *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de Olavo de Carvalho, e *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, de Winston Churchill, dispostos de forma visível sobre a mesa durante a transmissão. A escolha desses títulos funciona como um marcador simbólico explícito do repertório ideológico mobilizado por Bolsonaro: de um lado, a centralidade de Olavo de Carvalho como principal referência intelectual, associado à crítica às instituições, ao anti-intelectualismo militante e à deslegitimação do conhecimento científico; de outro, a evocação de Churchill como arquétipo de liderança forte, heroica e moralmente intransigente, frequentemente acionado em narrativas políticas que constroem cenários de guerra, ameaça e excepcionalidade. A justaposição desses dois livros reforça, no plano visual, a articulação entre combate ideológico, retórica antissistêmica e exaltação de uma liderança personalista, conferindo densidade simbólica à encenação discursiva da live.

Figura 3 – Bolsonaro com Ysani Kalapalo em live de 26/09/2019

Fonte: Frame da transmissão semanal de 26/09/2019 disponível no Youtube.

Quando realizadas durante o exercício da Presidência da República, as lives de Bolsonaro assumem uma configuração cenográfica distinta, marcada pela ocupação simbólica de espaços institucionais e pela mobilização explícita dos signos do poder estatal. Nessas ocasiões, as transmissões ocorrem majoritariamente no Palácio do Planalto e no Palácio da Alvorada, com o então presidente vestido de terno, posicionado diante de estantes repletas de livros e acompanhado por convidados estrategicamente selecionados, compondo uma cena que articula autoridade institucional, racionalidade técnica e legitimidade política. A alternância de participantes (entre ministros de Estado, parlamentares aliados, empresários e figuras públicas vinculadas ao campo da direita) reforça o caráter híbrido dessas transmissões, que operam simultaneamente como espaço de comunicação governamental, arena de mobilização política e plataforma de construção de alianças simbólicas. Nesse contexto, destacam-se participações pontuais, como as do

empresário Luciano Hang[4] (Figura 6) e da indígena Ysani Kalapalo[5] (Figura 3), mobilizadas como recursos de ampliação do alcance discursivo e de diversificação dos públicos interpelados.

Figura 4 – Bolsonaro em live eleitoral de 12/11/2020

Fonte: Frame da transmissão semanal de 12/11/2020 disponível no Youtube.

Durante o período eleitoral de 2020, Bolsonaro manteve a realização das lives

[4] Luciano Hang é empresário brasileiro, fundador e proprietário da rede varejista Havan, e uma das principais figuras do empresariado alinhado publicamente ao bolsonarismo. Tornou-se conhecido por sua atuação política direta, marcada pelo apoio explícito a Jair Bolsonaro, pela participação em atos públicos e pelo uso de suas redes sociais e espaços comerciais para mobilização ideológica. Hang esteve envolvido em diversas controvérsias, incluindo acusações de assédio eleitoral contra funcionários, investigações sobre financiamento e estímulo a atos antidemocráticos, além de reiteradas declarações públicas de teor político-partidário em desacordo com princípios de neutralidade empresarial.

[5] Ysani Kalapalo é uma influenciadora digital indígena, pertencente ao povo Kalapalo, que ganhou visibilidade pública por sua atuação em redes sociais com posicionamentos alinhados à direita e de apoio ao governo Bolsonaro. Em 2019, foi integrada à comitiva oficial do então presidente Jair Bolsonaro em sua participação na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), fato que gerou forte controvérsia e críticas de organizações e lideranças indígenas, que afirmaram que Ysani não representava o movimento indígena organizado e denunciaram sua instrumentalização política pelo governo. A Articulação dos Povos Indígenas do Xingu (Atix), entre outras entidades, divulgou nota pública rejeitando sua presença como porta-voz indígena, destacando que sua atuação tem sido marcada por ataques às lideranças tradicionais e às organizações do campo indigenista. Disponível em: < https://cimi.org.br/2019/09/povos-da-ti-do-xingu-emitem-alerta-e-repudio-sobre-indigena-na-delegacao-do-brasil-na-onu/>.

a partir de dependências oficiais, utilizando esses espaços para promover explicitamente candidaturas aliadas (Figura 4), o que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a proibir, em 2022, a realização de transmissões de cunho eleitoral no interior do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada. Essa restrição provocou uma reconfiguração parcial do cenário das lives na reta final do mandato, que passaram a ser gravadas em ambientes privados (Figura 5), sem, contudo, alterar substancialmente sua lógica discursiva.

Figura 5 – Bolsonaro e Carla Zambelli em live eleitoral de 2022

Fonte: Frame da transmissão semanal de 07/10/2022 disponível no Youtube.

Ao longo de todo o período presidencial, as transmissões foram realizadas predominantemente em sedes oficiais do governo em Brasília, ainda que o local variasse de acordo com a agenda do presidente, incluindo gravações em viagens oficiais (Figura 6), hotéis e instalações militares. Essa mobilidade espacial, combinada à recorrente ocupação de espaços institucionais, reforça o caráter performativo das transmissões, nas quais o exercício do poder executivo é continuamente encenado e convertido em capital político e simbólico.

Figura 6 – Bolsonaro com Luciano Hang e General Augusto Heleno em live realizada em evento evangélico em 02/05/2019

Fonte: Frame da transmissão semanal de 02/05/2019 disponível no Youtube.

Compreendendo as transmissões como um espaço central de disputa de sentidos, torna-se necessário situar essas práticas comunicacionais em um processo mais amplo de corrosão democrática que não se apresenta de forma aberta nem imediata. A estratégia político-discursiva mobilizada por Jair Bolsonaro não se estrutura pela negação explícita da democracia, mas por uma apropriação seletiva de seus sentidos e procedimentos, preservando uma aparência democrática ao mesmo tempo em que esvazia seus conteúdos normativos. É justamente esse movimento que Wendy Brown (2018) conceitua como *desdemocratização*: um processo no qual a democracia é corroída por dentro, por meio de deslocamentos semânticos que preservam seus signos, mas alteram profundamente seus significados e funções. Nesse contexto, o léxico democrático é ressignificado e termos como liberdade e democracia passam a operar como justificativas para a deslegitimação de instituições, para o ataque a direitos e para a naturalização de saídas autoritárias.

Nesse processo de ressignificação do léxico democrático, as disputas em torno de gênero ocupam um lugar estratégico (Brown, 2019; Butler, 2024). Longe de

aparecerem como um tema periférico, as pautas feministas e de gênero são recorrentemente mobilizadas como símbolos de ameaça à liberdade, à família e à própria democracia. Ao enquadrar os feminismos, os movimentos LGBTQIA+ e os direitos sexuais e reprodutivos como "ideologia de gênero"[6], como imposições autoritárias ou projetos antidemocráticos, o discurso de Jair Bolsonaro oferece materialidade concreta para abstrações como liberdade e democracia, traduzindo-as em termos morais e afetivos facilmente mobilizáveis. O ataque ao gênero, nesse sentido, opera como um recurso central para a construção de fronteiras políticas, ao definir quem pertence ao povo legítimo e quem passa a ser representado como inimigo da ordem democrática, sendo a Democracia reconfigurada como a ordem do povo, encarnada no "cidadão de bem" e apresentada como expressão de seus valores, visão de mundo e tradição. Com isso, contribui para a naturalização de exclusões e para a restrição do alcance do pluralismo sob a aparência de defesa da democracia.

Esses processos discursivos não ocorrem isoladamente; conectam-se a um movimento político mais amplo, descrito pela literatura como reação às políticas de gênero e sexualidade. Nesse campo identificam-se alianças entre grupos religiosos e atores seculares que operam sob a etiqueta da Nova Direita. Um conjunto mais amplo de atores políticos adota repertórios inicialmente formulados em contextos eclesiais e subsequentemente secularizados, sobretudo pela influência da Igreja Católica. O objetivo desses repertórios é frear o avanço de direitos para pessoas trans, para mulheres cisgêneras e para outras dissidências da heteronorma, convertendo o gênero em um terreno privilegiado de disputa simbólica e política.

A Nova Direita pode ser compreendida como um conjunto de movimentos que emergiram nas últimas décadas em diversos países, em oposição às agendas políticas associadas à esquerda. Nela coexistem "famílias" políticas distintas, nas quais há uma aliança entre liberais e conservadores, assim como segmentos de direita radical e neofascistas (CEPEDA, 2018). Ela combina populismo, nacionalismo, conservadorismo moral, anti-progressismo, uso intenso das redes sociais e crítica

[6] Entende-se por “ideologia de gênero” uma categoria acusatória (Machado, 2018), criada por setores do catolicismo conservador com o objetivo de desqualificar a teoria feminista de gênero e frear o avanço dos movimentos feministas e das lutas por direitos de pessoas que desobedecem às normas cisgênera e heterossexual, como lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, travestis, transexuais, pessoas não-binárias, pessoas intersexo e todo o espectro de identidades que divergem dessas normas.

sistemática ao "politicamente correto". Essas características, embora não uniformes em todos os casos, ajudam a entender as bases ideológicas e comunicacionais do campo e explicam sua capacidade de articulação e mobilização em contextos diversos.

O que distingue a Nova Direita da direita tradicional reside, sobretudo, na postura em relação ao sistema político e na forma de comunicação com o eleitorado. Enquanto a direita tradicional tende a operar dentro das instituições estabelecidas, com comunicação formal e ênfase na estabilidade econômica e administrativa, a Nova Direita adota uma postura *anti-establishment* e privilegia a mobilização direta por meio das redes sociais. Esse modo de ação desloca o foco para a guerra cultural[7] e para pautas de gênero, sexualidade, raça e religião, reunindo desde ultraliberais até conservadores em um discurso que prioriza a transformação dos valores sociais e o combate ideológico em lugar do pragmatismo característico da "velha política".

Inserido nesse arranjo, o Bolsonarismo constitui um segmento específico da Nova Direita no Brasil que encontra em Jair Bolsonaro sua principal liderança e expressão simbólica, sem, contudo, se esgotar em sua figura. Trata-se de um fenômeno político e discursivo sustentado por redes militantes, lideranças religiosas, influenciadores digitais e setores organizados da sociedade civil e militar. Sua retórica populista e autoritária articula a oposição à esquerda, o combate à corrupção e a rejeição da chamada "ideologia de gênero" e do "politicamente correto", além de defender a família heterossexual monogâmica, a liberalização do porte de armas, a flexibilização das leis trabalhistas e a diminuição do Estado. O Bolsonarismo se destaca também por sua base eleitoral extremamente fiel e mobilizada, que personaliza seus valores na figura de Bolsonaro e segue ativa mesmo em contextos de enfraquecimento, afastamento ou encarceramento de sua liderança central.

Esse repertório, uma vez secularizado e apropriado por atores políticos diversos, transita com facilidade em circuitos midiáticos e institucionais. As convergências entre igrejas, partidos, movimentos conservadores e setores do

[7] A noção de “guerra cultural” refere-se a um enquadramento político-discursivo que desloca os conflitos sociais e políticos para o terreno dos valores morais, das identidades, dos costumes e da cultura. Nesse registro, disputas em torno de gênero, sexualidade, raça, religião, família e educação são apresentadas como batalhas existenciais entre projetos antagônicos de sociedade, convertendo adversários políticos em inimigos morais e civilizacionais. A centralidade dessas pautas permite mobilizar afetos como medo, ressentimento e indignação, reorganizando a competição política em termos morais e identitários, em detrimento do debate programático e institucional.

aparelho estatal permitem que narrativas sobre ameaça moral e defesa da liberdade e da democracia sejam traduzidas em demandas por alterações nas políticas públicas, em propostas políticas e em estratégias discursivas destinadas a deslegitimar adversários. Nas transmissões ao vivo, essas narrativas ganham ritmo, repetição e efeitos de circulação direta, fortalecendo a disseminação de signos que legitimam exclusões e minam o pluralismo.

No caso do Bolsonarismo, a personalização da liderança e a presença intensa nas mídias digitais potencializam a circulação imediata de afetos, símbolos e convocatórias políticas. Essa dinâmica favorece a formação de identidades coletivas orientadas por ressentimentos contra supostas elites e grupos dissidentes, tornando mais eficaz a tradução de termos como liberdade e democracia em justificativas para a restrição de direitos. Reconhecer esse processo é essencial para situar a análise das transmissões ao vivo no quadro mais amplo das ações desdemocratizantes da Nova Direita.

É a partir desse enquadramento que esta pesquisa se insere, buscando compreender como a disputa pela opinião pública, conduzida de forma sistemática nas transmissões semanais do então presidente, participa ativamente desse processo de desdemocratização. A questão que orienta a investigação é: como o discurso de Jair Bolsonaro reformula os conceitos de liberdade e democracia de forma a promover a desdemocratização? O objetivo geral consiste em compreender como a direita, representada por sua principal liderança, reformula esses conceitos no contexto brasileiro recente, observando de que modo tais reformulações produzem efeitos políticos que enfraquecem o pluralismo, a igualdade e os limites institucionais. De modo mais específico, a pesquisa se propõe, primeiro, a identificar os temas e conceitos mobilizados por Bolsonaro quando fala de liberdade e democracia, destacando as ideias centrais que estruturam sua visão de política e sociedade; e, segundo, a examinar o papel da argumentação antifeminista nesse discurso, analisando como ela contribui para a promoção de valores cristãos e excludentes apresentados como fundamentos da ordem democrática.

As hipóteses que orientam a análise são as seguintes:

(H1) o anticomunismo funciona como estrutura central de sentido, na qual Bolsonaro constrói um binarismo discursivo que associa a esquerda ao comunismo, à corrupção e à ditadura, e a direita à democracia e à liberdade, usando essa narrativa para deslegitimar instituições apresentadas como infiltradas;

(H2) há uma fusão entre moral cristã, liberdade e democracia, em que Bolsonaro redefine esses conceitos vinculando-os à defesa da moralidade religiosa tradicional e rotulando pautas feministas e de gênero como ameaças à família, à fé e à própria democracia;

(H3) a personalização da democracia na figura do líder converte a lealdade individual em critério de legitimidade política, esvaziando o pluralismo e transformando a vontade dos apoiadores em sinônimo de legitimidade institucional.

Essas hipóteses são verificadas por meio da Análise de Conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021) das lives semanais de Jair Bolsonaro realizadas no YouTube durante seu mandato presidencial, entre 2019 e 2022[8], procedimento metodológico que permite observar, de forma sistemática, como essas ressignificações são produzidas, reiteradas e estabilizadas ao longo do tempo.

Os resultados da análise indicam que as lives semanais de Jair Bolsonaro operam como um espaço sistemático de produção e disseminação de sentidos sobre democracia e liberdade. Longe de intervenções episódicas, essas transmissões constroem uma narrativa coerente e reiterada que organiza a percepção dos acontecimentos políticos, define antagonismos e oferece aos apoiadores um esquema interpretativo relativamente estável para compreender conflitos institucionais, disputas eleitorais e decisões de órgãos de controle e, no limite pautar uma nova forma de política. Ao longo do período analisado, democracia e liberdade aparecem como valores permanentemente ameaçados, exigindo vigilância constante e ações excepcionais em sua defesa.

Um dos achados centrais diz respeito à estruturação do discurso presidencial a partir de um binarismo recorrente, no qual a esquerda é associada ao comunismo, ao feminismo, à corrupção, ao autoritarismo e à destruição de valores morais, enquanto a direita é identificada à democracia, à liberdade e à ordem. Esse binarismo não se limita a momentos de crise, mas atravessa diferentes temas e acontecimentos, funcionando como eixo organizador da interpretação política oferecida nas lives. Nesse enquadramento, instituições como o Judiciário, o sistema eleitoral e a imprensa são frequentemente descritas como aparelhadas, enviesadas ou infiltradas por inimigos internos, o que contribui para a produção contínua de

[8] O processo de construção do corpus da pesquisa será apresentado adiante, no capítulo metodológico.

desconfiança sobre seu caráter democrático.

Os dados também mostram que o sistema eleitoral ocupa lugar central nessa narrativa. Acusações reiteradas de fraude, questionamentos sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas e a relativização da legitimidade dos resultados eleitorais aparecem de forma recorrente, gerando um regime permanente de suspeição. Nesse movimento, o voto deixa de operar como mecanismo de encerramento provisório dos conflitos políticos e passa a ser apresentado como válido apenas quando confirma determinados resultados, abrindo espaço para a naturalização da recusa de derrotas e para a legitimação discursiva de saídas excepcionais.

Outro achado relevante refere-se à personalização da democracia na figura do líder. Ao longo das transmissões, Bolsonaro se apresenta reiteradamente como o verdadeiro defensor da democracia e como intérprete legítimo da vontade popular, estabelecendo uma relação direta com seus apoiadores que esvazia mediações institucionais. A legitimidade democrática tende, assim, a ser deslocada das normas, dos procedimentos e das instituições para a figura presidencial e para o apoio que ela mobiliza, fazendo com que a lealdade ao líder opere como critério central de pertencimento político.

Os resultados evidenciam ainda uma redefinição dos significados de democracia e liberdade fortemente articulada à moralidade cristã tradicional. A democracia é associada à defesa da família heteronormativa, da propriedade privada e da religião, enquanto a liberdade aparece predominantemente como liberdade individual negativa, entendida como ausência de restrições estatais, sobretudo no campo econômico e moral. Nesse contexto, políticas redistributivas, ações afirmativas e demandas por reconhecimento tendem a ser enquadradas como imposições autoritárias e ameaças à liberdade.

É nesse ponto que os ataques às pautas feministas, de gênero e de sexualidade assumem centralidade. As lives analisadas mostram que essas agendas são recorrentemente apresentadas como riscos à família, às crianças, à fé cristã e à própria democracia. Demandas por igualdade e ampliação de direitos são deslocadas discursivamente para o campo da corrupção moral e da perda de liberdade, transformando o gênero em um operador privilegiado de construção do inimigo político. Esse enquadramento não apenas deslegitima reivindicações específicas, mas contribui para a produção de uma ordem moral excludente apresentada como fundamento da democracia.

Em conjunto, os achados indicam que os sentidos de democracia e de liberdade mobilizados nas lives não são acionados para ampliar direitos, fortalecer instituições ou promover a inclusão política, mas para sustentar uma lógica discursiva excludente, moralizante e autoritária. Ao articular anticomunismo, moralidade cristã e personalização da liderança, o discurso presidencial constrói uma compreensão seletiva e restritiva desses conceitos, que se apresenta como defesa da democracia ao mesmo tempo em que sustenta a deslegitimação institucional, a exclusão de demandas por direitos e a normalização de saídas autoritárias. Essa dinâmica revela como as transmissões semanais funcionam não apenas como canais de comunicação política, mas como espaços estratégicos de produção de ressignificações perigosas do léxico democrático.

O corpo da tese está organizado de modo a acompanhar progressivamente o desenvolvimento do argumento central. O capítulo 2 dedica-se à discussão do conceito de democracia no interior da teoria política, partindo do pressuposto de que a análise da desdemocratização exige considerar distintas formas de conceber o fenômeno democrático. Inicialmente, apresenta a democracia em sua acepção mais minimalista, entendida como método de escolha de representantes por meio de eleições competitivas e como forma institucional do Estado Democrático de Direito. Em seguida, avança para uma concepção ampliada de democracia, que a compreende como processo histórico de busca por igualdade e como projeto normativo substantivo, impulsionado pela ampliação de direitos, da participação política e pelas lutas protagonizadas por movimentos sociais, com destaque para o feminismo. O capítulo também examina as contribuições da ciência política sobre desdemocratização, oferecendo o enquadramento conceitual que orienta a análise desenvolvida ao longo da tese.

O capítulo 3 analisa a construção discursiva do gênero como antagonista central da democracia. Parte-se do argumento de que as lutas feministas e de gênero contribuíram historicamente para a expansão democrática e para a incorporação de novos sujeitos de direitos, ao mesmo tempo em que, no contexto recente, passaram a ser reconfiguradas como ameaça à ordem democrática. O capítulo investiga como essa inversão se produz, situando o gênero como operador privilegiado na constituição de inimigos políticos e morais no debate público contemporâneo.

O capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. Nele são detalhadas as escolhas relativas ao desenho da investigação, ao corpus analisado e

à aplicação da Análise de Conteúdo às lives semanais de Jair Bolsonaro transmitidas no YouTube durante seu mandato presidencial, entre 2019 e 2022. O capítulo explicita os critérios de seleção, codificação e categorização do material empírico, bem como as estratégias adotadas para garantir rigor analítico e coerência entre objetivos, hipóteses e métodos.

O capítulo 5 é dedicado à apresentação dos resultados empíricos. Organizado em dezesseis seções, o capítulo expõe as categorias analíticas construídas a partir da codificação do corpus e descreve os padrões discursivos identificados em cada uma delas, articulando dados quantitativos e qualitativos para evidenciar a recorrência e a estabilidade dos sentidos mobilizados nas transmissões.

Por fim, o capítulo 6 discute os resultados à luz das hipóteses de pesquisa e do referencial teórico mobilizado. A partir da articulação entre os achados empíricos e a literatura discutida nos capítulos anteriores, o capítulo examina como as práticas discursivas analisadas contribuem para a produção de ressignificações perigosas do léxico da democracia e da liberdade, refletindo sobre suas implicações para a compreensão dos processos de desdemocratização no Brasil.

Ao investigar as lives semanais de Jair Bolsonaro como espaço privilegiado de disputa de sentidos, esta tese sustenta que a democracia pode ser corroída em nome da própria democracia. As ressignificações da democracia e da liberdade analisadas ao longo do trabalho não se apresentam como negação explícita do regime democrático, mas como formas de apropriação seletiva que preservam sua aparência ao mesmo tempo em que esvaziam seus fundamentos normativos, procedimentais e igualitários. Nesse processo, os ataques às pautas feministas e de gênero assumem centralidade, operando como mecanismo por meio do qual demandas por igualdade são reconfiguradas como ameaças à democracia e à liberdade. As transmissões semanais permitem observar como essas operações discursivas se constroem e se reiteram no tempo, sustentando processos de desdemocratização no interior da própria linguagem democrática. Nesse sentido, a análise proposta busca contribuir para o debate sobre os desafios contemporâneos à democracia, evidenciando o papel do discurso na legitimação de práticas que fragilizam instituições, esvaziam o pluralismo e naturalizam saídas autoritárias em nome da defesa da própria democracia.

2 DEMOCRACIA, LIBERDADE E DESDEMOCRATIZAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo construir o arcabouço teórico que orienta a análise do conteúdo do discurso de Jair Bolsonaro durante seu período como Presidente da República, especialmente no que diz respeito às disputas em torno dos sentidos de democracia e liberdade. Parte-se da compreensão de que a democracia pode ser concebida, legitimamente, tanto como forma institucional de organização do poder político, ancorada em regras procedimentais, competição eleitoral e garantias do Estado Democrático de Direito, quanto como conteúdo substantivo e projeto democrático, historicamente alargado pelas lutas sociais, pelos conflitos distributivos e pelas disputas por reconhecimento que ampliam seus conteúdos normativos. Essas duas dimensões, forma e conteúdo, não são tratadas aqui como alternativas excludentes, mas como planos distintos e interdependentes do fenômeno democrático, cuja tensão é central para a análise dos processos contemporâneos de desdemocratização.

A coexistência dessas concepções não constitui, em si, um problema para a teoria democrática. O problema que este capítulo enfrenta é de outra ordem: ele emerge quando o léxico da democracia e da liberdade passa a ser mobilizado para justificar práticas e projetos que são incompatíveis com qualquer entendimento democrático minimamente consistente, seja no plano da forma institucional, seja no plano do conteúdo normativo. Trata-se de situações em que a democracia é invocada para legitimar a retirada de direitos, o ataque sistemático a instituições de controle e mediação, a deslegitimação da imprensa, a criminalização da oposição e a construção do adversário político como inimigo moral ou existencial. Nesses casos, não está em jogo a disputa legítima entre concepções mais restritas ou mais expansivas de democracia, mas a conversão do próprio vocabulário democrático em instrumento de erosão simultânea das bases do Estado Democrático de Direito e do projeto democrático inclusivo.

A estrutura do capítulo organiza-se em quatro seções, que avançam progressivamente da discussão conceitual mais clássica para o exame dos processos contemporâneos de esvaziamento democrático. A seção 2.1 dedica-se às concepções de democracia procedimental e aos seus requisitos institucionais básicos, discutindo os fundamentos da democracia liberal representativa e os limites

de abordagens centradas exclusivamente em regras formais e mecanismos eleitorais. Em seguida, a seção 2.2 desloca esse enquadramento ao discutir a democracia para além do método, enfatizando seu caráter conflitivo, histórico e expansivo, bem como o papel das lutas sociais na ampliação de direitos e na redefinição de seus conteúdos normativos. A seção 2.3 desloca o foco para o interior da ideologia neoliberal, examinando as críticas históricas dirigidas ao socialismo e as formas pelas quais liberalismo, democracia e liberdade são articulados nesse registro. Ao mapear essas formulações, a seção busca evidenciar que tais enquadramentos não surgem de maneira contingente ou episódica, mas integram uma tradição intelectual que estrutura, de forma persistente, os limites do imaginário neoliberal sobre a democracia. Por fim, a seção 2.4 apresenta como a produção científica recente analisa os atuais processos de erosão democrática, especialmente através do conceito de desdemocratização, entendido como o processo pelo qual regimes preservam algumas formas e procedimentos institucionais enquanto corroem, de maneira gradual e legalista, os conteúdos normativos que sustentam a igualdade política, o pluralismo e a contestação.

2.1 DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL E REQUISITOS INSTITUCIONAIS

Uma das operações centrais da teoria democrática do século XX consistiu na redefinição da democracia como um arranjo institucional voltado à produção de governos legítimos por meio de procedimentos regulares e competitivos. Em contraste com concepções normativas mais amplas, associadas ao autogoverno popular ou à realização substantiva da igualdade, essas formulações procuram delimitar um núcleo mínimo da democracia, identificável empiricamente e compatível com a complexidade das sociedades modernas. Nesse registro, a democracia é concebida fundamentalmente como forma institucional de organização do poder político, vinculada ao Estado Democrático de Direito, à divisão de poderes, à legalidade constitucional e às garantias procedimentais que estruturam a competição política. A democracia passa, assim, a ser entendida menos como um ideal normativo expansivo e mais como um método de tomada de decisões coletivas, estruturado por regras formais, previsibilidade institucional e competição política regulada.

Essa inflexão procedimental encontra em Joseph Schumpeter uma de suas formulações mais influentes. Em *Capitalismo, socialismo e democracia*, o autor rejeita explicitamente a doutrina clássica da democracia, segundo a qual o regime

democrático teria como finalidade a realização do bem comum por meio da expressão racional da vontade popular (Schumpeter, 1961 [1942]). Para Schumpeter, essa concepção repousa sobre pressupostos empíricos frágeis acerca do comportamento político dos cidadãos e sobre uma compreensão excessivamente idealizada do processo decisório coletivo, incapaz de explicar o funcionamento real das democracias modernas.

Em substituição, Schumpeter propõe uma definição minimalista e instrumental de democracia, entendida como um método competitivo de seleção de lideranças políticas. A democracia é definida como um arranjo institucional no qual indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelo voto do eleitorado. Nessa formulação, o povo não governa, não delibera coletivamente sobre os fins da ação política e não exerce controle contínuo sobre os governantes. Seu papel restringe-se à escolha periódica entre elites rivais que disputam o controle do aparato estatal.

Essa redefinição implica uma separação clara entre democracia e participação substantiva. A participação popular deixa de ser concebida como elemento constitutivo do regime democrático e passa a ser vista como funcional apenas na medida em que viabiliza a competição entre lideranças. A liberdade política, por sua vez, é reduzida à garantia das condições mínimas para o funcionamento desse método, como a liberdade de voto, a liberdade de organização partidária e a liberdade de expressão estritamente necessárias à disputa eleitoral. Essas liberdades não são valorizadas como expressões da autonomia coletiva, mas como instrumentos para assegurar a regularidade do processo de seleção de governantes.

Os teóricos do elitismo competitivo compartilham essa concepção democrática limitada, na qual a democracia é vista como um meio de escolher tomadores de decisão e colocar limites em excessos. Nessa abordagem, o eleitorado é frequentemente considerado intelectualmente incapaz de participar de forma substantiva da tomada de decisões políticas (Held, 2006 [1987], p. 152), o que reforça a desconfiança em relação a concepções ampliadas de participação e soberania popular. No modelo schumpeteriano, a vontade popular é concebida como resultado da atuação de elites políticas e econômicas que moldam preferências e orientam escolhas. Ao povo, considerado mal-informado, irracional e logicamente débil, cabe apenas a função de produzir governos por meio do voto.

Diversos autores formularam críticas a essa concepção. David Held (2006 [1987]) observa que Schumpeter constrói uma imagem excessivamente simplificada da chamada teoria clássica da democracia e não investiga a diversidade de arranjos democráticos existentes. Ao atribuir o fracasso das democracias contemporâneas à inexequibilidade dos ideais normativos, o autor acabaria por naturalizar a exclusão política e por abandonar a possibilidade de agência dos eleitores, aproximando sua proposta da defesa de um governo tecnocrático.

Ainda assim, como sistematiza David Held (2006 [1987]), o próprio Schumpeter identifica um conjunto de condições institucionais e culturais sem as quais o método democrático não poderia funcionar de maneira satisfatória. Entre essas condições estão o alto calibre das lideranças políticas, entendidas como dotadas de competência técnica para o exercício do governo; a restrição da competição política a uma esfera limitada de questões, de modo a evitar a politização excessiva e disputas ideológicas amplas; a existência de uma burocracia profissional, independente e bem treinada, responsável por assegurar a continuidade administrativa; a prática do autocontrole democrático, tanto por parte dos eleitores quanto dos representantes, respeitando a divisão de trabalho entre quem escolhe e quem decide; e, por fim, a presença de uma cultura política marcada pela tolerância a opiniões divergentes. Sob essa ótica do elitismo competitivo, a democracia se define pela capacidade dessas condições garantirem estabilidade, previsibilidade e eficiência técnica ao processo decisório.

Apesar dessas críticas, a formulação schumpeteriana exerceu influência duradoura sobre a teoria democrática posterior, especialmente sobre abordagens preocupadas em operacionalizar critérios objetivos para a identificação de regimes democráticos. Anthony Downs (1957), compartilha a crítica à ideia de governo da multidão, mas oferece uma leitura distinta do comportamento dos atores políticos. Para Downs, eleitores e partidos são atores racionais que agem de forma estratégica. Os eleitores são concebidos como consumidores que escolhem entre partidos que oferecem políticas públicas alternativas, enquanto os partidos formulam programas com o objetivo de maximizar votos e conquistar o controle do aparato governamental.

Em seu modelo, Downs define democracia como um sistema político que tem as seguintes características: a) dois ou mais partidos competem pelo controle do aparato governamental em eleições periódicas; b) o partido (ou a coalizão de partidos)

que obtiver a maioria dos votos ganha o controle do aparato governamental até a eleição seguinte; c) os partidos perdedores nunca tentam impedir que os vencedores tomem o poder, nem os vencedores utilizam o poder adquirido para impedir que os perdedores compitam na eleição seguinte; d) são cidadãos todos os adultos sadios e obedientes à lei que são governados e cada cidadão tem um e apenas um voto em cada eleição (Downs, 1957).

Para Downs, a garantia da liberdade política para partidos e cidadãos oposicionistas é uma das preocupações centrais com a democracia. Ele argumenta que os vencedores detêm o controle total sobre as ações do governo e que os poderes econômicos do governo são ilimitados, mas a coalizão vencedora não pode ultrapassar o limite da garantia da liberdade política na democracia.

Esse patamar procedimental mínimo cumpre uma função analítica relevante. Ao concentrar-se em critérios institucionais observáveis, permite distinguir regimes democráticos de regimes autoritários sem recorrer a juízos normativos mais amplos sobre justiça social ou igualdade material. Ao mesmo tempo, revela-se particularmente útil para identificar processos de erosão democrática que ocorrem sem ruptura formal da ordem constitucional, quando eleições continuam a ser realizadas, mas regras básicas de competição, alternância e reconhecimento dos resultados passam a ser tensionadas ou esvaziadas.

É nesse ponto que se insere a contribuição de Robert Dahl (1971), que, sem abandonar a centralidade das instituições e dos procedimentos, amplia de forma significativa as exigências associadas ao regime democrático ao ancorá-lo explicitamente no princípio da igualdade política. As limitações da concepção schumpeteriana de democracia, especialmente sua redução do regime a um método competitivo de escolha de elites governantes, impulsionaram a formulação de modelos procedimentais mais exigentes no interior da teoria democrática liberal. Entre eles, a contribuição de Dahl ocupa lugar central, ao propor uma definição de democracia que, embora ainda ancorada em procedimentos e instituições, amplia significativamente as condições necessárias para que o governo do povo possa ser considerado minimamente democrático em sociedades complexas.

A noção de poliarquia, desenvolvida por Dahl (1971), surge precisamente como uma tentativa de traduzir o ideal normativo da democracia em critérios empiricamente observáveis, sem abrir mão de exigências substantivas ligadas à

igualdade política e à competição efetiva. Para o autor, a democracia não pode ser reduzida ao momento eleitoral nem à simples agregação de preferências por meio do voto. Ela pressupõe um conjunto articulado de oportunidades políticas que permitem aos cidadãos formular preferências, expressar preferências e ter suas preferências igualmente consideradas na condução do governo. Essas três dimensões constituem o núcleo de sua concepção democrática e são tratadas como condições necessárias, ainda que não suficientes, para a existência da democracia.

Diferentemente de Schumpeter, que desloca a soberania popular para a competição entre lideranças, Dahl recoloca o cidadão no centro do regime democrático, ainda que reconheça as limitações impostas pelo tamanho, pela complexidade institucional e pela diferenciação social das sociedades modernas. O autor parte do pressuposto de que, para que um governo permaneça responsivo às preferências de seus cidadãos ao longo do tempo, é indispensável que estes disponham de oportunidades plenas para formular julgamentos políticos, expressá-los individual e coletivamente e vê-los considerados sem discriminação quanto à sua origem ou conteúdo.

Dahl reconhece, no entanto, que essas oportunidades não emergem espontaneamente, sendo necessárias garantias institucionais específicas para torná-las viáveis em associações políticas de grande escala. É nesse ponto que o autor explicita os requisitos institucionais da poliarquia, entendidos como garantias mínimas sem as quais a democracia não pode operar de forma efetiva. Essas garantias institucionais são oito[9] e correspondem às condições concretas que permitem a operacionalização da igualdade política e da responsividade governamental.

A liberdade de formar e aderir a organizações constitui a base da ação coletiva e da articulação de interesses no espaço público. A liberdade de expressão assegura a possibilidade de manifestar opiniões políticas, criticar autoridades e disputar interpretações da realidade sem medo de sanções severas. O direito de voto permite aos cidadãos participar diretamente da seleção dos governantes, enquanto a elegibilidade para cargos públicos garante que os membros da comunidade política

[9] 1) liberdade de formar e aderir a organizações, 2) liberdade de expressão, 3) direito de voto, 4) elegibilidade para cargos públicos, 5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos, 6) fontes alternativas de informação, 7) eleições livres e idôneas e 8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

possam, em princípio, concorrer às posições de poder, sem exclusões arbitrárias.

A essas garantias somam-se o direito de líderes políticos disputarem apoio e o direito de líderes políticos disputarem votos, condições que tornam a competição política efetiva e traduzível em escolhas eleitorais reais. A existência de fontes alternativas de informação é central para a formação autônoma de preferências políticas, pois impede o monopólio informacional por parte do Estado ou de grupos dominantes. A realização de eleições livres e idôneas assegura a incerteza quanto aos resultados e a confiança pública no processo eleitoral. Por fim, a existência de instituições que façam com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência vincula de forma efetiva as decisões governamentais à vontade expressa pela cidadania.

Essas garantias não operam de forma isolada, mas articulam-se em torno de duas dimensões centrais da democratização identificadas por Dahl (1971): a contestação política e o direito de participação. A contestação refere-se à amplitude com que alternativas políticas podem disputar poder em condições de relativa igualdade, enquanto o direito de participação diz respeito à proporção da população efetivamente incluída nesses processos. A democracia, nessa perspectiva, não é um estado absoluto, mas um arranjo institucional variável, cuja qualidade depende da extensão e da efetividade dessas garantias no interior do sistema político.

A noção de poliarquia distingue-se, assim, tanto das concepções minimalistas quanto das idealizações normativas da democracia direta[10]. Dahl reconhece que nenhuma sociedade contemporânea realiza plenamente o ideal democrático entendido como governo de cidadãos politicamente iguais. A poliarquia representa, portanto, a forma institucional historicamente possível mais próxima desse ideal nas condições do mundo moderno, combinando competição política organizada, participação ampla e direitos civis e políticos que garantem a inclusão formal dos adultos na comunidade política.

Ao detalhar os requisitos institucionais da poliarquia, Dahl explicita que a democracia depende de um equilíbrio delicado entre inclusão, contestação e responsividade. A ausência de qualquer uma dessas dimensões compromete o

[10] Democracia direta refere-se ao modelo político no qual os próprios cidadãos participam diretamente das decisões políticas, sem a mediação de representantes, por meio de assembleias, votações e outros mecanismos de deliberação coletiva.

caráter democrático do regime, mesmo quando outras permanecem formalmente preservadas. Um sistema pode realizar eleições periódicas e ainda assim ser antidemocrático se restringe a liberdade de expressão, controla fontes de informação ou esvazia o vínculo entre eleições e decisões governamentais. Do mesmo modo, a ampliação do sufrágio perde sentido democrático quando o governo se torna imune às preferências expressas pelos cidadãos.

A contribuição de Dahl é fundamental para o arcabouço teórico desta pesquisa porque evidencia que, mesmo em sua formulação procedimental, a democracia é institucionalmente exigente. Antes de qualquer ampliação substantiva relacionada à expansão de direitos, reconhecimento ou igualdade material, a democracia já pressupõe um conjunto robusto de garantias que sustentam a igualdade política formal. É a partir desse patamar mínimo, mas longe de trivial, que se torna possível avaliar processos de corrosão democrática que operam mantendo uma aparência institucional intacta, ao mesmo tempo em que deterioram as condições que tornam essas instituições efetivamente democráticas.

Em conjunto, as formulações de Schumpeter, Downs e Dahl permitem delimitar um entendimento procedimental de democracia que, embora atravessado por tensões internas, compartilha um núcleo comum. Para esses autores, a democracia é definida prioritariamente como um arranjo institucional e um método de produção de governos, cujo funcionamento depende de regras, procedimentos e garantias específicas, e não como a realização direta da vontade popular ou a plena concretização da igualdade social.

Em Schumpeter, esse método assume a forma de uma competição entre elites pelo voto, sustentada por um conjunto restrito de requisitos institucionais, entre os quais se destacam a existência de eleições periódicas, livres e competitivas, a liberdade de organização para elites rivais, a liberdade de expressão necessária à disputa política e a aceitação dos resultados eleitorais como mecanismo legítimo de produção de governos, ainda que acompanhadas de uma concepção profundamente limitada do papel do eleitorado (Held, 2006 [1987]).

Em Downs, a ênfase recai sobre a racionalidade estratégica de eleitores e partidos, o que reforça a centralidade das eleições competitivas, da alternância no poder, da aceitação dos resultados e das liberdades políticas que asseguram a continuidade do jogo democrático.

Dahl, por sua vez, amplia esse patamar procedimental ao explicitar que a própria operacionalização do método democrático pressupõe condições institucionais associadas à igualdade política formal, sistematizando requisitos sem os quais a democracia não pode operar, entre eles a liberdade de organização e de expressão, o direito de voto e de elegibilidade, a competição efetiva entre lideranças, a existência de fontes alternativas de informação, eleições livres e idôneas e a dependência das decisões governamentais em relação às preferências expressas pela cidadania.

Ainda que com graus distintos de exigência normativa, os três autores convergem na definição da democracia como um arranjo institucional exigente, baseado em regras, procedimentos e garantias que constituem um patamar mínimo a partir do qual outras concepções mais substantivas de democracia poderão ser formuladas e avaliadas.

Mesmo que definidos como um conjunto de regras e procedimentos, esses modelos procedimentais não operam no vazio. A própria ideia de democracia como método de produção de governos pressupõe uma forma institucional mais ampla, na qual o exercício do poder é limitado, distribuído e estabilizado por um arranjo constitucional. Nesse sentido, o procedimentalismo liberal se ancora, ainda que de modo implícito, no modelo do Estado Democrático de Direito.

Esse modelo não se reduz à existência de eleições competitivas ou à alternância no poder. Ele implica o reconhecimento de limites normativos à vontade majoritária e a institucionalização de mecanismos destinados a impedir a concentração do poder político. A centralidade da Constituição, a divisão de poderes e o sistema de freios e contrapesos constituem o núcleo desse arranjo, historicamente formulado como resposta à experiência do monopólio do poder e à tradição de formas despóticas de organização política. A separação entre funções legislativa, executiva e judiciária emerge, nesse contexto, não apenas como técnica administrativa, mas como princípio político destinado a impedir que a soberania popular seja convertida em autoridade ilimitada.

A tese dos freios e contrapesos expressa essa lógica. Ao distribuir as diferentes dimensões do poder entre instituições distintas, o modelo moderno de Estado busca garantir que nenhuma instância possa monopolizar a definição das regras da vida social. Inspirado nas formulações de Locke, Montesquieu e nos debates federalistas, esse arranjo institui a vigilância recíproca entre os poderes como

condição permanente de contenção do arbítrio e de prevenção da regressão autoritária.

Nessa perspectiva, a soberania popular não se confunde com a expressão imediata da maioria, mas se realiza por meio de mediações institucionais que organizam, limitam e tornam previsível o exercício do poder. A legitimidade democrática, portanto, não deriva exclusivamente do voto, mas da articulação entre procedimentos eleitorais e formas institucionais que asseguram a continuidade das regras do jogo e a proteção de direitos.

2.2 DEMOCRACIA PARA ALÉM DO MÉTODO: CONFLITO, LUTAS SOCIAIS E EXPANSÃO NORMATIVA

Esta seção conceitua a democracia como um processo histórico e necessariamente conflitivo, cuja profundidade normativa depende da mobilização social e das transformações institucionais por ela demandadas. Ao contrário das concepções procedimentalistas que reduzem a democracia a um conjunto mínimo de mecanismos eleitorais e à garantia formal de liberdades individuais, a perspectiva aqui apresentada compreende a democracia como conteúdo substantivo e como projeto democrático inclusivo, isto é, como uma prática pública em permanente construção, que se amplia por meio de lutas sociais capazes de rearticular os significados de liberdade, igualdade e soberania.

Nessa chave, a democracia não se esgota na forma institucional do Estado Democrático de Direito, mas se define pela capacidade de incorporar conflitos, reconhecer a heterogeneidade social e ampliar direitos, deslocando os limites do político e reconfigurando seus sujeitos. Essas lutas, em especial as protagonizadas pelos movimentos feministas, não se limitam à reivindicação de inclusão em espaços institucionais já existentes, mas tensionam as próprias fronteiras do político, questionando o sujeito presumido da teoria liberal, politizando esferas historicamente naturalizadas como privadas e sustentando que liberdade e democracia só podem se realizar plenamente quando articuladas à redistribuição de recursos, ao reconhecimento cultural e à transformação das rotinas institucionais.

Aqui a democracia não pode ser compreendida como um regime estabilizado, um conjunto de instituições fixadas no tempo ou um arranjo normativo fechado. Jacques Rancière (1996; 2014) propõe entendê-la não como uma forma de governo entre outras, nem como um modelo institucional a ser alcançado, mas como um modo

específico de fazer política, marcado pela irrupção do dissenso e pela contestação das hierarquias que organizam a ordem social. Para o autor, a democracia constitui um desvio da lógica tradicional do poder, pois define-se como o exercício do governo por aqueles que não possuem nenhum título específico (seja o nascimento, a riqueza ou o saber) para comandar (Rancière, 1996). Assim, a democracia emerge nos momentos em que a ordem estabelecida é interrompida pelos excluídos, isto é, pela "parte dos que não têm parte" (Rancière, 1996, p. 372), sujeitos e grupos que não são reconhecidos como interlocutores legítimos, mas que se afirmam como iguais ao todo da comunidade.

É nesses momentos de transformação que se torna visível a dimensão propriamente democrática da política. O dissenso designa, assim, não um simples conflito de opiniões no interior de uma ordem compartilhada, mas uma disputa sobre os próprios termos dessa ordem, sobre quem pode falar, o que pode ser dito e quais experiências são reconhecidas como politicamente relevantes. Rancière (1996) opera aqui uma distinção fundamental entre a polícia, a ordem que distribui corpos, funções e lugares, determinando quem é visível e quem emite apenas ruído; e a política, que é o processo que perturba essa distribuição. Ao interromper a partilha do sensível, que define lugares, competências e vozes autorizadas, o dissenso expõe o caráter contingente e excludente das hierarquias que se apresentam como naturais, fundamentando-se no pressuposto radical da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro.

Nessa perspectiva, o dissenso não constitui uma disfunção a ser corrigida em nome da estabilidade, da governabilidade ou da harmonia social, mas a própria condição de possibilidade da democracia (Rancière, 1996). É por meio dele que desigualdades naturalizadas se tornam visíveis, que fronteiras entre o público e o privado são questionadas e que os critérios de pertencimento, igualdade e autoridade política são permanentemente reabertos à disputa.

Democratizar significa, portanto, disputar continuamente o significado da própria democracia e de seu *telos*[11], desestabilizando ordens consensuais, tornando

[11] *Telos* é um conceito de origem grega que designa o fim, a finalidade ou o horizonte último de um fenômeno. No campo da teoria política, refere-se ao propósito normativo ou ao sentido orientador que estrutura determinado conceito ou prática, indicando não apenas o seu funcionamento presente, mas também o seu horizonte de realização histórica e política. Assim, falar no *telos* da democracia implica considerar os objetivos e valores que orientam sua expansão, transformação e aprofundamento.

audíveis vozes historicamente silenciadas e reconfigurando os limites do que é considerado público, legítimo e passível de decisão coletiva. Esse movimento não representa uma ruptura com a democracia, mas a sua ampliação e requalificação normativa, na medida em que desloca e redefine, de forma permanente, o conteúdo da própria norma democrática, tornando-a mais inclusiva, mais justa e politicamente mais exigente.

Essa concepção desloca os processos de democratização para além das instituições formais do Estado e permite situá-los no terreno das práticas sociais e das lutas políticas que redefinem o que conta como problema público. Nesse sentido, os avanços promovidos pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ constituem exemplos paradigmáticos de práticas democratizantes, na medida em que historicamente buscaram transformar experiências vividas por mulheres e por pessoas dissidentes das normas heterossexual e cisgênera em questões de interesse público, sujeitas ao debate político e à intervenção estatal. Ao politizar temas como a violência doméstica, o controle da reprodução, a divisão sexual do trabalho, o cuidado e as normas de gênero e sexualidade, esses movimentos produziram deslocamentos profundos nos limites normativos da democracia.

Como argumenta Montserrat Sagot (2012), os movimentos feministas e LGBTQIA+ não podem ser compreendidos apenas como movimentos sociais organizados em torno de reivindicações pontuais ou de mobilizações episódicas. Trata-se de movimentos que disputam sentidos fundamentais da vida política, como cidadania, democracia, liberdade, igualdade e justiça, denunciando violências, desigualdades e relações de privilégio e subalternização que estruturam a ordem social. Ao fazê-lo, colocam em xeque concepções universalizantes desses conceitos e evidenciam que a promessa democrática só pode ser realizada se levar em conta as diferenças produzidas por hierarquias de gênero, classe, raça e sexualidade. No contexto latino-americano, Sagot (2012) destaca que o desenvolvimento desses movimentos ocorreu em estreita articulação com as lutas contra regimes autoritários e com a linguagem dos direitos humanos, conferindo ao feminismo da região uma marca específica, caracterizada pela crítica simultânea às opressões de gênero e às desigualdades econômicas e políticas associadas ao neoliberalismo.

Essas formulações dialogam diretamente com críticas teóricas mais amplas às concepções minimalistas de democracia, especialmente àquelas que dissociam

participação, liberdade e igualdade. Carole Pateman (1992 [1970]) é uma referência central nesse debate ao sustentar que a democracia não pode ser reduzida a procedimentos formais de escolha de governantes. Ela argumenta que a participação política possui um caráter formativo: é por meio do envolvimento contínuo dos cidadãos nos processos decisórios que se desenvolvem capacidades políticas, senso de pertencimento e autonomia. A exclusão sistemática da maioria da população das decisões que afetam suas vidas empobrece a democracia e limita a própria liberdade, entendida como capacidade efetiva de agir politicamente. A crítica de Pateman (1992 [1970]) desloca o problema democrático do plano exclusivamente institucional para o plano pedagógico e cultural, ao afirmar que instituir participação é instituir possibilidades de subjetivação política.

Benjamin Barber (2004) aprofunda essa crítica ao distinguir entre democracia fraca e democracia forte. A democracia liberal contemporânea, segundo Barber, caracteriza-se por uma cidadania minimalista e passiva, na qual os indivíduos participam apenas de forma episódica, sobretudo por meio do voto, permanecendo afastados das decisões substantivas que moldam a vida coletiva. Essa concepção prioriza uma noção negativa de liberdade, entendida como não interferência, mas acaba por produzir isolamento social, apatia política e fragilização do espaço público. A democracia forte, em contraste, pressupõe uma cidadania ativa e uma participação contínua, nas quais a liberdade se realiza por meio da ação coletiva, da deliberação pública e da construção de uma cultura cívica capaz de transformar conflitos em decisões compartilhadas (BARBER, 2004).

As críticas feministas aprofundam e radicalizam essas formulações ao demonstrar que as concepções liberais de democracia e liberdade se apoiam em um sujeito abstrato que, na prática, corresponde a um indivíduo masculino, branco, heterossexual e socialmente privilegiado. Ao deslocar o foco das instituições formais para as condições sociais e materiais da participação, a teoria política feminista evidencia que desigualdades de gênero não são distorções externas ao funcionamento da democracia, mas elementos constitutivos de sua forma histórica. Como argumentam Biroli e Miguel (2014), a análise das desigualdades de gênero permite revelar como normas, instituições e teorias políticas naturalizam hierarquias que limitam a cidadania e a liberdade de mulheres e de outros grupos subalternizados.

Um dos eixos centrais dessa crítica reside na recusa da separação rígida entre o público e o privado, um dos pilares normativos da tradição liberal. Susan Okin (2008) demonstra que essa dicotomia cumpre uma função política decisiva ao proteger a família e as relações domésticas da intervenção democrática, apresentando-as como espaços naturais, pré-políticos e imunes à deliberação pública. Ao fazê-lo, a teoria liberal contribui para a naturalização de hierarquias e assimetrias de poder que se reproduzem no interior da vida privada, mas que exercem impactos profundos e duradouros sobre a posição dos indivíduos no espaço público. A divisão sexual do trabalho, a responsabilização desigual pelo cuidado, a dependência econômica e a violência masculina não são, nesse sentido, fenômenos externos à democracia, mas elementos estruturantes que moldam de forma decisiva as condições efetivas de participação política. Ao ocultar essas relações sob a categoria do privado, a democracia liberal preserva desigualdades que limitam a autonomia, a voz e a capacidade de agência de mulheres e de outros grupos subalternizados. A crítica feminista, tal como formulada por Okin (2008), revela, assim, que a democracia não pode ser adequadamente compreendida sem a politização da esfera doméstica e sem o reconhecimento de que a igualdade política exige transformações que atravessam simultaneamente o Estado, o mercado e as relações sociais mais íntimas.

Essa crítica é aprofundada por Carole Pateman (1993 [1988]) ao demonstrar que o contrato social moderno, longe de instituir uma ordem verdadeiramente igualitária, opera como um mecanismo de reorganização e legitimação de relações patriarcais sob a gramática do consentimento, da liberdade e da igualdade formal. Ao reconstruir a lógica do contrato, Pateman evidencia que o sujeito presumido da teoria política liberal, apresentado como universal, livre e racional, é desde a sua origem um sujeito masculino, cuja autonomia é garantida precisamente pela subordinação das mulheres. O pacto que funda a ordem política moderna não elimina a dominação patriarcal, mas a desloca para a esfera privada, naturalizando-a e retirando-a do campo da contestação democrática. As mulheres são, assim, posicionadas como figuras subordinadas, cuja exclusão da plena cidadania política não aparece como violação do princípio da igualdade, mas como efeito legítimo de uma divisão social considerada pré-política. Nesse sentido, Pateman (2008 [1988]) revela que a universalidade formal dos direitos e das liberdades encobre uma estrutura profundamente hierárquica, na qual a liberdade moderna opera de modo seletivo,

funcionando como privilégio socialmente distribuído e não como condição efetivamente universal. Essa crítica é central para compreender por que a ampliação democrática não pode limitar-se à extensão formal de direitos, exigindo a problematização das bases sociais, simbólicas e institucionais que definem quem pode ser reconhecido como sujeito pleno da liberdade e da cidadania.

Anne Phillips (1995) contribui de forma decisiva para esse debate ao questionar concepções de democracia que se apoiam exclusivamente em procedimentos formais e na garantia abstrata de direitos iguais. Para a autora, a igualdade política não pode ser reduzida ao princípio abstrato de um indivíduo, um voto, pois essa fórmula ignora desigualdades estruturais persistentes que condicionam o acesso efetivo de determinados grupos aos espaços de poder e de tomada de decisão. A exclusão sistemática de mulheres da representação política, nesse sentido, não constitui apenas uma falha de inclusão numérica, mas um déficit democrático substantivo que compromete a legitimidade e a qualidade do regime. Phillips (1995) sustenta que a presença de grupos historicamente subalternizados em instâncias decisórias não é meramente simbólica, mas possui efeitos constitutivos sobre o processo político. A incorporação dessas presenças tende a alterar estilos deliberativos, agendas e prioridades públicas, bem como os critérios a partir dos quais determinados problemas são reconhecidos como politicamente relevantes.

Iris Marion Young (1989) aprofunda essa crítica ao questionar modelos deliberativos baseados em ideais de racionalidade abstrata e consenso. Tais modelos tendem a silenciar experiências e formas de expressão associadas a grupos marginalizados, privilegiando estilos discursivos historicamente dominantes. Sua proposta de uma democracia comunicativa amplia o escopo da participação ao reconhecer narrativas, testemunhos e expressões situadas como formas legítimas de intervenção política. A democracia, nessa perspectiva, não se orienta pela eliminação do conflito, mas pelo reconhecimento da diferença e pela criação de condições institucionais que garantam voz e poder de influência a grupos estruturalmente oprimidos.

Nancy Fraser (1997) oferece uma formulação decisiva ao articular democracia, liberdade e justiça a partir da crítica às separações entre redistribuição, reconhecimento e representação. Para a autora, déficits democráticos resultam da interação entre desigualdades materiais, desvalorização simbólica e exclusão

política. A democracia exige condições de participação paritária, o que implica enfrentar simultaneamente a má distribuição de recursos, os padrões culturais que deslegitimam determinadas identidades e os arranjos institucionais que bloqueiam a influência política de certos grupos (Fraser, 1997). A liberdade, nesse enquadramento, é compreendida como uma condição socialmente produzida e sustentada por instituições e políticas públicas.

Essa concepção encontra um ponto de articulação decisivo na teoria da democracia radical, como em Chantal Mouffe (2005). Para Mouffe, a democracia não pode ser pensada como um espaço de consenso racional pleno, como supõem muitas formulações liberais e deliberativas, mas como um campo de disputa permanente entre projetos políticos rivais. O conflito é constitutivo do político e não uma anomalia a ser superada. A tentativa de neutralizar antagonismos em nome da racionalidade, da moderação ou da neutralidade institucional tende a produzir exclusões silenciosas e a deslocar conflitos para fora do espaço democrático.

É nesse contexto que Mouffe propõe a noção de agonismo. A democracia radical não busca eliminar o conflito, mas transformá-lo em uma disputa entre adversários legítimos, e não entre inimigos a serem destruídos. O agonismo pressupõe o reconhecimento de que diferentes concepções de justiça, liberdade e igualdade coexistem em tensão e disputam hegemonia no interior de instituições democráticas. Democratizar, nesse sentido, significa criar e preservar arenas institucionais capazes de absorver e tornar produtivas essas disputas, evitando que diferenças políticas sejam convertidas em exclusões morais ou ontológicas.

De modo mais amplo, a concepção de democracia radical parte da contestação das relações de poder que distribuem privilégios e desigualdades de direitos entre grupos sociais, produzindo déficits estruturais de cidadania para sujeitos historicamente subalternizados. Autores como Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Boaventura de Sousa Santos compartilham a crítica às concepções minimalistas de democracia e sustentam que a política deve ser entendida como um processo contínuo de construção coletiva, no qual conflitos, diferenças e demandas heterogêneas possam ser articulados em projetos contra-hegemônicos.

A definição proposta por Celi Pinto (2017) explicita as implicações normativas dessa perspectiva ao afirmar que

> entende-se como uma experiência de democracia radical um regime político

> que busque atender no mínimo as seguintes condições: renda mínima a toda população, reduzindo drasticamente a desigualdade econômica; democratização do poder de decisão, através de mecanismos de controle social; paridade de gênero e etnia em todos os cargos políticos e públicos, desoligarquização das estruturas partidárias; efetiva participação, através dos partidos e de outras organizações da sociedade na discursão e proposição de políticas públicas; garantia de saúde e educação em condições de igualdade para toda a população. Em suma, um projeto de democracia radical, em última instância, implica a superação do próprio sistema capitalista (Pinto, 2017, p. 23).

A democracia radical, assim, não se limita à conquista de direitos civis e políticos, mas incorpora de forma central a dimensão social e econômica da justiça, apontando para a necessidade de transformação das estruturas que reproduzem desigualdades persistentes.

A confluência dessas contribuições permite compreender a democracia como um campo de disputas normativas e institucionais no qual as lutas sociais expandem continuamente o conteúdo da norma democrática. Democracia não é apenas método nem apenas conjunto de fins, mas um processo no qual participação formativa, presença representativa, reconhecimento cultural e redistribuição material se articulam na produção de sujeitos políticos capazes de agir. O feminismo atua, nesse sentido, como força democratizadora central, ao deslocar o sujeito da política, ampliar o escopo do público, reivindicar a materialidade da participação e redefinir o significado da liberdade. A partir dessa concepção alargada, torna-se possível compreender por que processos de democratização são frequentemente acompanhados por reações conservadoras que buscam ressemantizar a liberdade como não interferência e restaurar fronteiras rígidas entre o público e o privado, preservando hierarquias sociais naturalizadas e limitando o alcance transformador da democracia.

2.3 SOCIALISMO, DEMOCRACIA E LIBERDADE NA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Esta seção tem como objetivo reconstruir a crítica liberal ao socialismo a partir da articulação entre democracia e liberdade. O argumento central mobilizado por essa tradição é o de que o socialismo não apenas restringe a liberdade individual, mas é incompatível com a democracia entendida como um regime capaz de proteger essas liberdades.

A partir da leitura de autores neoliberais, busca-se mostrar como a defesa da liberdade individual e a limitação da coerção estatal são apresentadas como

condições indispensáveis para a democracia. Nessa perspectiva, projetos socialistas aparecem como alternativas normativas que concentram poder, ampliam a esfera da coerção e fragilizam os mecanismos institucionais de contenção do poder político centrado no Estado.

A liberdade individual em uma sociedade capitalista é uma das preocupações centrais do liberalismo. Com o advento de sociedades socialistas, com seu maior exemplo sendo a antiga URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), o debate sobre a liberdade nos dois tipos de sociedade é aberto na teoria política. Aqui são apresentadas as críticas de Milton Friedman (1977) e Isaiah Berlin (1969) à ausência de liberdade e à incompatibilidade com a democracia em sociedades socialistas. Milton Friedman (1977) coloca seus esforços na defesa da existência de uma relação entre capitalismo competitivo e liberdade política, sendo uma sociedade socialista incapaz de produzir liberdade política. E Isaiah Berlin (1969) defende que a concepção de liberdade adotada por teóricos socialistas não avança na expansão da liberdade, apenas a restringe, legitimando a coerção.

Rejeitando a possibilidade de um socialismo democrático, Milton Friedman (1977), constrói a sua tese acerca da relação entre liberdade política e livre mercado, argumentando que o capitalismo competitivo promove a liberdade econômica e política, uma vez que permite o controle de uma sobre a outra. Para Friedman, coerção e cooperação são duas formas distintas de coordenar a economia em uma sociedade composta por milhões de pessoas, sendo a coerção o conjunto de técnicas policialescas do Estado e a cooperação a técnica promovida pelo mercado. Portanto, o capitalismo competitivo permite a coordenação econômica baseada na cooperação promovida pelas trocas, sem a necessidade da coerção, garantindo a liberdade de todos os envolvidos. Em suas palavras:

> Enquanto a liberdade efetiva de troca for mantida, a característica central da organização de mercado da atividade econômica é a de impedir que uma pessoa interfira com a outra no que diz respeito à maior parte de suas atividades. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. (Friedman, 1977, p. 22).

O mercado, portanto, se encarrega de evitar a coerção Estatal assumindo para si o controle da economia. Quando retira tal tarefa do poder político, elimina a fonte

do poder coercitivo e permite que o poder econômico controle o poder político. O liberal de Chicago mobiliza o exemplo da defesa de causas impopulares em uma sociedade capitalista e em uma sociedade socialista. Em uma sociedade capitalista os indivíduos dispõem de liberdade política e melhores meios para divulgar suas ideias, até mesmo para propor a ideia do comunismo. Basta que alguns poucos ricos se engajem e financiem tal projeto político. Já propor o capitalismo em uma sociedade socialista seria considerado um ato subversivo e passível de punição, além de ser necessária a mobilização de um amplo número de empregados de baixas patentes para financiar a defesa de tais ideias.

Muitos indivíduos pertencentes a grupos que foram historicamente subalternizados e se tornaram minorias políticas se enganam, no pensamento de Friedman, ao defender o socialismo, atribuindo sua subalternização ao mercado, uma vez que, sob o capitalismo competitivo, o “mercado impessoal separa as atividades econômicas dos pontos de vista políticos e protege os homens contra a discriminação” (Friedman, 1977, p. 28), não importando para o mercado o gênero, a raça ou suas opiniões políticas. Para o autor, portanto, os grupos minoritários têm mais razões para defender o capitalismo do que defender o socialismo.

Apesar de o mercado proteger os indivíduos da coerção através de trocas livres, reduzindo a quantidade de assuntos que demandam deliberação política, o Estado não se constitui um ator dispensável, visto que, no esquema interpretativo de Friedman, o governo desenvolve alguns papéis exclusivos. O governo desenvolve, principalmente o papel de legislador e árbitro, uma vez que formula, interpreta e aplica as regras do jogo, resolvendo conflitos entre as liberdades individuais, definindo propriedade e fornecendo uma estrutura monetária. Além disso, o governo deve desenvolver políticas que evitem o monopólio técnico e auxiliar organizações privadas e famílias a proteger indivíduos irresponsáveis, como loucos e crianças.

Esses dois eixos, a denúncia da coação estatal feita por Friedman e a crítica de Berlin à noção de liberdade positiva, convergem num diagnóstico mais amplo: para esses autores, as formas de socialismo históricas e teóricas não apenas limitam liberdades individuais, mas adquirem uma estrutura institucional que as torna incompatíveis com os princípios democráticos que protegem essas liberdades. A discussão aqui, portanto, não se reduz a uma falha técnica do planejamento econômico, mas a uma incompatibilidade normativa entre projetos que concentram

poder e regimes que garantem a pluralidade e a proteção dos espaços privados de ação.

Friedman afirma explicitamente que "uma sociedade socialista não pode também ser democrática, no sentido de garantir a liberdade individual" (Friedman, 1977, p. 16), cristalizando sua posição de que o socialismo tende a subordinar liberdades políticas à lógica do poder centralizado. Berlin complementa esse diagnóstico ao mostrar como a defesa da liberdade positiva pode abrir caminho para a coerção em nome de fins coletivos; dessa forma, o socialismo aparece, na crítica liberal, não apenas como um problema de eficiência ou liberdade econômica, mas como um modelo incompatível com os mecanismos institucionais que tornam a democracia uma salvaguarda das liberdades individuais.

Em meio à Guerra Fria, Isaiah Berlin (1969) disserta acerca do conflito entre o sistema de ideias liberais e o sistema de ideias comunistas a partir da dupla conceitualização de liberdade, que carrega um sentido negativo e um sentido positivo, sendo este associado às ideias comunistas e aquele associado às ideias liberais, a quais Berlin é defensor. Para acompanhar a crítica de Berlin ao sistema de ideias comunistas, se faz necessário inicialmente compreender os dois sentidos empregados à liberdade.

A liberdade negativa é o sentido de liberdade concebido pelos liberais modernos. Por liberdade negativa Isaiah Berlin (1969) compreende a liberdade que busca definir qual área da vida de um indivíduo que não deve sofrer interferência coletiva. Ela responde à pergunta “Qual é a área em que o sujeito [...] deve ter ou receber para fazer o que pode fazer, sem que outras pessoas interfiram?” (Berlin, 1969, p.136). De acordo com a concepção de liberdade negativa, ser livre é não sofrer interferência de outros. Porém, tal liberdade irrestrita poderia levar ao caos social, sendo necessária a limitação da liberdade para esta ser preservada, mas sempre traçando a fronteira da esfera privada, local onde a autoridade pública não é exercida.

Já a liberdade positiva é o sentido de liberdade concebido pelos comunistas. Ela responde à pergunta “O que ou quem é a fonte de controle ou de interferência que pode determinar que alguém faça ou seja tal coisa e não outra?” (Berlin,1969, p.136). A liberdade positiva legitima a construção de um “todo” social, como um Estado, que deve impor a vontade coletiva sobre seus membros a fim de alcançar uma liberdade “superior” (Berlin, 1969, p. 143). Portanto, ela justifica a coerção em

nome de algum objetivo.

Enquanto a liberdade negativa propõe limitar a autoridade, a liberdade positiva se preocupa nas mãos de quem repousará tal autoridade. A principal crítica de Berlin ao sistema de ideias comunistas se baseia em como a defesa da liberdade positiva pode servir para eliminar muitas das liberdades negativas (Berlin, 1969, p.163). Uma vez que a liberdade positiva é fundamentada na doutrina positiva da libertação através do esclarecimento, que, segundo Berlin, está “no cerne de muitos dos credos nacionalistas, comunistas, autoritários e totalitaristas de nossa época” (Berlin, 1969, p.151), a liberdade política, neste modelo, somente seria estabelecida quando os indivíduos fossem esclarecidos. Antes de se alcançar tal utopia, a coerção se imporia como necessária para eliminar a irracionalidade.

Berlin rejeita a ideia de que seja possível alcançar a liberdade por meio da coerção. Só sendo possível expandir a liberdade a partir da delimitação da esfera privada de não interferência pública aliada a um pluralismo de valores, reconhecendo que os interesses humanos são diversos e que não podem ser restringidos a uma solução totalizante.

Tomadas em conjunto, as críticas de Friedman (1977) e Berlin (1969) permitem compreender como, na ideologia liberal, socialismo, democracia e liberdade são apresentados como termos em tensão. Ao enfatizar a centralidade da liberdade individual e a necessidade de limitar a autoridade política, esses autores sustentam a tese de que projetos socialistas, ao reivindicarem fins coletivos substantivos, tornam-se incompatíveis com a democracia enquanto arranjo institucional voltado à proteção das liberdades individuais.

2.4 RESSIGNIFICAÇÕES PERIGOSAS

Os diagnósticos contemporâneos acerca da crise democrática deslocaram-se das imagens clássicas de ruptura abrupta, associadas a golpes militares, suspensão de constituições e fechamento de parlamentos. Em contextos com memória autoritária, como vários países da América Latina, permanece a expectativa de que a democracia “morra” por meio de sinais inequívocos de exceção, como fechamento do Congresso, censura da imprensa, presença de militares em todos os espaços de poder e o uso indiscriminado da tortura.

A experiência recente mostra, contudo, que as democracias do século XXI

tendem a definhar de modo mais lento, ambíguo e institucionalmente mediado, frequentemente por líderes eleitos e sob a aparência de legalidade (Levitsky; Ziblatt, 2018). Essa constatação exige deslocar a atenção do ato dramático da ruptura para os processos sutis que corroem normas, significados e práticas constitutivas da vida democrática.

Levitsky e Ziblatt (2018) demonstram que o colapso democrático contemporâneo ocorre, em larga medida, pela erosão de normas informais que tornam possível a convivência democrática. Dois desses princípios são centrais: a tolerância mútua, isto é, a disposição de reconhecer o adversário político como legítimo concorrente, e a reserva institucional, entendida como a renúncia a utilizar ao máximo prerrogativas legais quando isso viola o espírito democrático (Levitsky; Ziblatt, 2018). Quando esses princípios se desgastam, medidas juridicamente válidas, como reformas judiciais, usos seletivos do aparato fiscal, nomeações estratégicas e mudanças administrativas, podem transformar-se em instrumentos de concentração de poder, exclusão e intimidação, sem produzir um momento de exceção claramente identificável (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A análise de Wendy Brown (2015; 2018) aprofunda e radicaliza essa perspectiva ao demonstrar que a crise democrática contemporânea não se expressa apenas por meio de retrocessos institucionais pontuais, mas por um processo mais amplo de esvaziamento do próprio sentido da democracia. Brown (2018) argumenta que a democracia se converteu em um significante amplamente consensual e, justamente por isso, politicamente indeterminado. A adesão generalizada ao termo não indica sua força substantiva, mas sua vacuidade: democracia passa a funcionar como marca, fetiche ou linguagem legitimadora capaz de abrigar projetos profundamente antidemocráticos. Nesse contexto, invocar a democracia já não implica compromisso com o poder do demos, com a igualdade política ou com a autogovernação coletiva, mas opera como recurso retórico disponível a governos neoliberais, agendas autoritárias e intervenções imperiais.

Brown (2015; 2018) utiliza o conceito de desdemocratização para designar esse processo de corrosão interna da democracia liberal, no qual instituições, direitos e procedimentos permanecem formalmente em vigor, mas perdem sua capacidade de sustentar o governo do povo. Tal processo é impulsionado por uma constelação de transformações estruturais. Entre elas, a autora destaca a fusão crescente entre

poder estatal e poder corporativo, que subordina decisões públicas às exigências da acumulação de capital; a transformação das eleições em espetáculos de marketing político, que reduzem a escolha democrática à lógica do consumo; e, sobretudo, a difusão do neoliberalismo como racionalidade política. Essa racionalidade desloca princípios centrais da democracia, como igualdade, soberania popular, responsabilidade pública e direitos, em favor de critérios de eficiência, custo-benefício e competitividade, convertendo o Estado em gestor de interesses econômicos e os cidadãos em investidores de si mesmos (Brown, 2015; 2018; 2019).

Nesse cenário, a linguagem democrática não é abandonada, mas recodificada. Conceitos como liberdade, direitos e soberania são progressivamente esvaziados de seu conteúdo igualitário e coletivo e reinscritos em uma gramática individualizante e mercantil (Brown, 2015; 2018). A liberdade passa a ser concebida prioritariamente como não interferência, especialmente frente ao mercado e às hierarquias sociais existentes, enquanto a promessa democrática de autolegislação coletiva é obscurecida. Direitos deixam de ser entendidos como garantias que sustentam a participação política e a igualdade substantiva, sendo redefinidos como privilégios excessivos, entraves à eficiência ou ameaças à ordem. A soberania popular, por sua vez, é deslocada do demos para instâncias técnicas, judiciais ou transnacionais, ao mesmo tempo em que os Estados nacionais perdem capacidade efetiva de controle sobre os poderes econômicos que moldam a vida social.

Brown (2018) enfatiza ainda que a desdemocratização é agravada pela expansão da judicialização da política e pela erosão da soberania estatal em um contexto de globalização neoliberal. A transferência crescente de decisões políticas para tribunais e organismos não eleitos enfraquece o princípio da soberania popular, enquanto a fragmentação da autoridade estatal compromete o próprio terreno no qual a democracia poderia operar. A isso se soma a securitização da política, que, sob o pretexto de proteger a ordem e a liberdade, legitima a suspensão de direitos, a ampliação do poder executivo e a normalização de estados de exceção difusos. O resultado é uma democracia que preserva suas formas, mas já não permite que o povo governe a si mesmo nem que intervenha de modo significativo sobre os poderes que o governam.

Ao recusar uma leitura nostálgica ou idealizada da democracia liberal, Brown (2018) sustenta que a democracia deve ser compreendida como um projeto sempre

inconcluso e permanentemente ameaçado. Longe de representar a realização plena da liberdade, a democracia moderna carrega paradoxos constitutivos, entre eles a exclusão sistemática de sujeitos e a dificuldade de submeter à deliberação coletiva os poderes econômicos, normativos e culturais que produzem as próprias condições da vida social. Ainda assim, a autora não propõe o abandono da democracia, mas a necessidade de encará-la como prática crítica e como campo de luta, capaz de revelar e contestar os poderes que operam sob sua própria linguagem. Nessa chave, a denúncia das ressignificações semânticas e institucionais que esvaziam a democracia torna-se condição indispensável para qualquer projeto de resistência ao avanço da desdemocratização.

A combinação entre o desgaste das normas informais e a captura semântica produz aquilo que aqui se denomina ressignificações perigosas. Trata-se de processos nos quais termos centrais do repertório democrático, como liberdade, direitos e soberania, são recodificados para justificar a restrição do espaço público, a deslegitimação de demandas por igualdade e a naturalização de hierarquias sociais. A liberdade deixa de ser concebida como condição para a participação política igualitária e para a proteção de sujeitos vulneráveis, passando a ser definida prioritariamente como não interferência, sobretudo no âmbito econômico e moral. Os direitos sociais, por sua vez, passam a ser narrados como custos excessivos, privilégios indevidos ou entraves à autonomia individual, enquanto políticas redistributivas são enquadradas como formas ilegítimas de coerção.

Essas ressignificações não se limitam ao plano discursivo, mas se materializam por meio de estratégias institucionais articuladas. Observam-se reformas que alteram a composição e o funcionamento de tribunais e agências reguladoras, mudanças nos regimes de financiamento e regulação da mídia e das organizações da sociedade civil, bem como o uso seletivo de instrumentos legais para desqualificar adversários e inibir a contestação. Paralelamente, constrói-se um repertório moralizante capaz de converter iniciativas de ampliação de direitos em ameaças à ordem social, recorrendo a imagens de perigo, à infância, à família, à nação, que mobilizam afetos, produzem urgência e obscurecem os objetivos políticos concretos dessas medidas. O efeito cumulativo é a redução das capacidades estatais de garantir pluralidade e igualdade substantiva, apresentada paradoxalmente como defesa da democracia e da liberdade.

O papel do gênero nesse processo constitui um terreno particularmente revelador das dinâmicas aqui descritas, na medida em que pautas relacionadas à igualdade, ao reconhecimento e à ampliação de direitos tendem a condensar disputas mais amplas sobre os sentidos da liberdade, da autoridade política e dos limites da intervenção estatal. No entanto, a análise específica dessas disputas, bem como das estratégias discursivas e institucionais mobilizadas em torno do gênero, será desenvolvida de forma sistemática no capítulo seguinte.

Definir a desdemocratização como um processo que preserva algumas formas institucionais ao mesmo tempo em que corrói conteúdos normativos, permite articular a análise em três níveis complementares. O primeiro é o nível semântico, voltado ao rastreamento das transformações no significado de conceitos democráticos e nos argumentos que legitimam recuos de direitos. O segundo é o nível institucional, que identifica reformas, práticas administrativas e usos do sistema de justiça que restringem a contestação e o pluralismo. O terceiro é o nível afetivo e performativo, que examina a mobilização de medos, ressentimentos e moralismos como fontes de legitimidade social para retrocessos democráticos.

Compreender a desdemocratização como um processo de erosão normativa e recodificação semântica permite, por fim, deslocar o foco da análise do evento excepcional para as transformações graduais que corroem a democracia por dentro. Ao evidenciar como normas informais, significados políticos e dispositivos institucionais são reconfigurados de modo a preservar aparências democráticas enquanto se esvaziam seus conteúdos igualitários e participativos, esta seção fornece as bases conceituais para a análise que se segue. É a partir desse enquadramento que o capítulo seguinte se dedica especificamente à agenda antigênero, examinando como determinadas pautas e discursos operam como vetores privilegiados das ressignificações perigosas, contribuindo para a legitimação de práticas e narrativas que restringem a pluralidade, fragilizam direitos e tensionam os limites da democracia contemporânea.

***

Este capítulo buscou construir uma chave de leitura da democracia capaz de sustentar a análise dos processos de desdemocratização examinados ao longo do trabalho. Partiu-se da compreensão de que a democracia pode ser pensada em duas dimensões analiticamente distintas, ainda que historicamente imbricadas: como

forma institucional de organização do poder político, ancorada no Estado Democrático de Direito, em regras procedimentais, na divisão de poderes e nas garantias que estruturam a competição política; e como conteúdo substantivo, entendido como projeto democrático que se expande por meio de lutas sociais, conflitos distributivos e disputas por reconhecimento, ampliando direitos e redefinindo os sentidos de liberdade, igualdade e soberania.

As seções do capítulo procuraram mostrar que essas duas dimensões não se desenvolvem de modo linear nem harmonioso. A discussão sobre a reconfiguração neoliberal dos sentidos de democracia e liberdade evidenciou como a nova direita, encarnada pelo bolsonarismo, opera uma estratégia retórica que homogeneíza fenômenos heterogêneos para construí-los como um único inimigo. Socialismo, comunismo, demandas por economia planificada, abandono de tradições morais cristãs, feminismo e movimentos LGBTQIA+ são tratados como equivalentes na narrativa que opõe uma suposta defesa da liberdade àquelas forças, permitindo enquadrá-los conjuntamente como ameaças à ordem democrática. Essa equiparação não é uma confusão conceitual inocente; funciona como técnica política de deslegitimação e criação de inimigos políticos, que simplifica conflitos complexos e justifica medidas de exclusão, censura e repressão sob a bandeira da proteção da democracia e da liberdade. É esse movimento de igualação semântica que torna possível, no discurso bolsonarista, apresentar demandas por direitos e oposição ideológica como formas de subversão antidemocrática.

Por fim, a noção de desdemocratização articulou essas discussões em um mesmo horizonte analítico. Entendida como o processo pelo qual regimes preservam determinados procedimentos e aparatos institucionais enquanto corroem, de maneira gradual e frequentemente legalista, os conteúdos normativos que sustentam a igualdade política, o pluralismo e a contestação, a desdemocratização incide simultaneamente sobre a forma e sobre o conteúdo da democracia. Em consequência, a experiência bolsonarista não se reduz a uma mera crise institucional nem a uma simples regressão normativa, mas consiste em um movimento que reconfigura e tensiona, ao mesmo tempo, as bases formais do Estado Democrático de Direito e o projeto democrático inclusivo que historicamente ampliou os limites do político.

3 DISCURSO ANTIGÊNERO E DEMOCRACIA

O capítulo anterior indicou que a teoria política feminista tem sido central na problematização e na ampliação do conceito de democracia, sobretudo no plano de seu conteúdo normativo, ao formular uma perspectiva de democracia inclusiva enquanto projeto democrático. Ao criticar os limites do modelo liberal tradicional e ao evidenciar como desigualdades de gênero, sexualidade e corpo estruturam a exclusão política, essa literatura argumenta que a democracia não pode se restringir aos procedimentos formais de participação, devendo incorporar dimensões substantivas de igualdade, reconhecimento e redistribuição. A partir desse deslocamento, a democracia deixa de ser apenas um regime de regras e passa a ser entendida como um processo contínuo de ampliação dos sujeitos políticos e de transformação das hierarquias sociais. Essa reformulação, articulada por autoras feministas em diálogo com tradições críticas e movimentos sociais, contribuiu para estender o sentido da democracia para além de seus contornos clássicos, ampliando-o e tornando-o mais responsivo à diversidade e à pluralidade contemporâneas.

Este capítulo parte desse ponto para explorar o movimento inverso, analisando como *gênero* passou a ser construído como o principal antagonista da democracia justamente no momento em que contribuiu para sua expansão. Inicialmente busca-se localizar o discurso antigênero como uma reação religiosa cristã, fabricada por setores importantes da Igreja Católica, mas apresentada no debate público de uma forma secularizada. Num segundo momento, aporte teórico de Judith Butler (2024) é mobilizado para enquadrar *gênero* como um *fantasma psicossocial*, uma construção discursiva que condensa ansiedades sociais difusas em um inimigo imaginado, apresentado como ameaça existencial à ordem moral, à liberdade e à democracia, a fim de legitimar projetos autoritários. A terceira seção demonstra como o discurso *antigênero* enquadra *gênero* como uma ameaça à democracia e à liberdade enquanto, na prática, opera como vetor de desdemocratização ao restringir direitos, esvaziar o debate público e fortalecer projetos autoritários. Por fim, a quarta seção apresenta como a política antigênero foi legitimada no debate público através da promoção de pânicos morais e institucionalizada durante o governo de Jair Bolsonaro.

3.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO UMA REAÇÃO RELIGIOSA

A expressão “ideologia de gênero” foi fabricada no seio da Igreja Católica com

o objetivo de reagir ao avanço e ao crescente reconhecimento político dos movimentos feministas e de diversidade sexual em espaços institucionais nacionais e internacionais. Seu surgimento está diretamente relacionado à ampliação da legitimidade dessas agendas em organizações supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e à formulação de políticas públicas voltadas a mulheres e a pessoas que desobedecem as normas da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Segundo a genealogia da política antigênero elaborada por Sônia Corrêa (2018), essa reação começa a se estruturar durante as conferências da ONU realizadas em meados da década de 1990. Nesse período, feministas, em especial as latino-americanas, passaram a se organizar estrategicamente para inserir a terminologia “direitos sexuais e reprodutivos” no debate sobre direitos humanos, buscando sua incorporação nos documentos finais desses encontros internacionais.

Nos preparativos para a *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, um grupo de feministas latino-americanas reuniu-se no Rio de Janeiro, em 1994, e elaborou um documento unificado que legitimava o conceito de direitos reprodutivos, reconhecia o aborto como um problema de saúde pública, recomendava políticas públicas de educação sexual e afirmava a existência de múltiplas configurações familiares. Corrêa (2018) destaca que esse foi o primeiro momento em que o termo *gênero* foi mobilizado em um documento intergovernamental.

Na realização da conferência, ocorrida no Egito, o debate sobre sexualidade se expandiu significativamente. Além da incorporação das pautas mencionadas, passaram a figurar no documento discussões sobre adolescência e sexualidade, direitos sexuais e reivindicações lésbicas. A percepção, por parte de setores conservadores, de que “havia sexo demais no documento final” (Corrêa, 2018, p. 08-09) impulsionou uma reação organizada de católicos conservadores, sobretudo contra a compreensão do aborto como direito e contra o reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares.

Esse movimento se intensificou na *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, quando intelectuais católicos passaram a concentrar sua atenção especificamente no termo *gênero*. Enquanto setores católicos defendiam que *gênero* deveria ser “compreendido como estando ancorado na identidade sexual biológica” (Nações Unidas, 1995 apud Corrêa, 2018), uma organização da direita católica estadunidense,

liderada pela jornalista Dale O'Leary, atuou de forma ativa na disseminação de materiais "contra o gênero". Nessa ocasião, O'Leary e sua organização distribuíram panfletos que adulteravam o conteúdo de um artigo da feminista Anne Fausto Sterling sobre intersexualidade. A distorção tinha como objetivo sustentar o argumento de que, ao empregar o termo "gênero", as feministas estariam reivindicando a existência de cinco gêneros, produzindo deliberadamente desinformação e pânico moral em torno do conceito.

Ainda segundo Corrêa (2018), durante a conferência de 1995, estes setores católicos também se mobilizaram para contestar a afirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos, para impedir recomendações sobre a descriminalização do aborto, a educação sexual e os direitos sexuais e reprodutivos, bem como para retirar a expressão "orientação sexual" do capítulo dedicado aos direitos humanos.

No contexto das revisões dessas conferências, realizadas cinco anos após seus encontros originais, observa-se uma mudança no discurso antigênero. Após um aparente amadurecimento na compreensão do conceito de gênero, os católicos passam a atacá-lo de forma ainda mais agressiva, acusando que seu uso pelas feministas teria como objetivo remeter à homossexualidade, à pedofilia e a perversões sexuais.

Esse amadurecimento discursivo está relacionado à formulação sistemática de uma crítica ao gênero, expressa tanto em obras acadêmicas quanto em pregações religiosas, produzidas por sacerdotes e intelectuais católicos leigos. O objetivo central dessas produções era refutar a perspectiva feminista de gênero como construção social (Machado,2018). Refutar o conceito de gênero como construção social implica negar que as hierarquias, papéis e identidades associadas ao masculino e ao feminino sejam historicamente produzidas e socialmente organizadas, deslocando essas diferenças para o campo da natureza e da biologia. Ao fazê-lo, essa recusa naturaliza desigualdades de gênero e sexualidade, apresentando-as como inevitáveis e imutáveis, o que restringe a possibilidade de questionamento político e de formulação de políticas públicas orientadas à transformação dessas hierarquias.

Ao analisar o livro *A agenda do gênero*, de Dale O'Leary, o documento do Vaticano *Família, matrimônio e uniões de fato* e a *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e na Sociedade*, enviada pela

Congregação para a Doutrina da Fé em 2000, então liderada pelo cardeal Joseph Ratzinger, Maria das Dores Campos Machado (2018) demonstra que a Igreja Católica passou a caracterizar a teoria de gênero desenvolvida pelas feministas como: (1) radicalizada por influência do marxismo; (2) uma ameaça à família e ao matrimônio; (3) um incentivo à pedofilia; e (4) uma ideologia anticientífica, por supostamente negar evidências biológicas.

Ao caracterizar a chamada “ideologia de gênero” como uma teoria radicalizada pela influência do marxismo, a Igreja Católica não apenas rejeita uma perspectiva acadêmica específica, mas ativa um repertório político mais amplo de deslegitimação. Ao associar o gênero a uma tradição ideológica percebida como ameaçadora da ordem social, da família e da moral, este enquadramento permite que o discurso religioso extrapole o campo da sexualidade e se conecte a narrativas históricas de perigo político, subversão e dissolução dos valores sociais, ampliando seu alcance para além do público estritamente religioso.

Ao mobilizar argumentos ancorados nas ciências biológicas e na suposta defesa de crianças vulneráveis à ação de pedófilos, observa-se um esforço deliberado, por parte de grupos católicos, para produzir um discurso que extrapole as fronteiras do catolicismo e possa ser reconhecido como legítimo em espaços seculares, como o Estado e suas instituições. É isso que Juan Marco Vaggione (2005) chamou de *secularismo estratégico*, um recurso discursivo que insere, de forma planejada, justificativas seculares na defesa da família heterossexual monogâmica e de uma visão de mundo religiosa (Vaggione, 2005, p. 243).

Esse tipo de estratégia não implica a retirada da religião da arena pública, mas, ao contrário, sua reorganização discursiva passa a operar com maior eficácia em contextos formalmente laicos. Ao traduzir princípios morais de matriz religiosa em vocabulários científicos, jurídicos ou de proteção da infância, atores católicos conservadores passam a apresentar suas posições como racionais, universais e politicamente neutras, reduzindo seu caráter confessional e ampliando sua capacidade de circulação e adesão em espaços estatais e institucionais. O *secularismo estratégico* (Vaggione, 2005), portanto, não elimina o conteúdo religioso do discurso, mas o reconfigura de modo a torná-lo compatível com regimes democráticos e com a linguagem da modernidade.

Judith Butler (2024) analisa precisamente este movimento do Vaticano,

mostrando como a acusação contra a “ideologia de gênero” opera como estratégia para universalizar a doutrina católica, apresentando-a como a única interpretação da verdade sobre sexo, reprodução e família, e, simultaneamente, projetando culpabilidades para fora da Igreja, por exemplo ao imputar a “pedofilia” a quem é identificado como promotor de gênero, enquanto apaga os próprios escândalos de abuso clerical.

> Por um lado, o Vaticano está interpretando e restabelecendo sua doutrina. Por outro, associa o parentesco *queer* e a reflexão sobre boas formas de criar uma criança em acordos de parentesco não tradicionais com a ditadura e a destruição da natureza. Num piscar de olhos, “gender” é associado à ascensão de ditaduras (a maioria das quais deplora a vida gay e lésbica e a autodeterminação sexual) e à destruição climática. O resultado é que somente a doutrina da Igreja preservará tanto a democracia quanto a Terra (Butler, 2024, p. 84-85).

Segundo Butler (2024), a reação do Vaticano ao feminismo e às políticas de gênero passa também pela construção da imagem de um feminismo ditatorial, apresentado como uma força autoritária que busca impor uma visão coercitiva da sexualidade, destruindo a família, a vida social e a democracia. Butler (2024) aponta que esse enquadramento do feminismo opera como estratégia discursiva: ao caracterizá-lo como um projeto totalitário, o Vaticano transforma o avanço de direitos e da igualdade em uma ameaça política, sugerindo que as reivindicações feministas seriam incompatíveis com a liberdade, a democracia e o pluralismo. Dessa forma, o feminismo é convertido em um inimigo moral e político que precisaria ser contido em nome da ordem social, da proteção das famílias e da própria democracia.

Ao enquadrar questões de justiça de gênero em ameaças à democracia, à “natureza” da família e ao bem das crianças, essas narrativas conseguem tanto mobilizar credos religiosos quanto ganhar adesão em setores laicos que temem a “desordem” social, gerando coalizões transnacionais que combinam imprensa, ONGs, lideranças religiosas e atores políticos.

O efeito político prático dessa coalizão é duplo: ela bloqueia e deslegitima políticas públicas destinadas a reduzir desigualdades de gênero e a proteger direitos sexuais e reprodutivos, e ao mesmo tempo produz um ambiente simbólico em que pessoas queer, mulheres e dissidentes da norma cis-heterossexual são estigmatizadas e convertidas em bodes expiatórios de problemas sociais complexos.

Respeitando formalmente as regras da democracia e camuflando seu discurso religioso por meio de referências à ciência, à proteção infantil e à linguagem da

democracia, setores cristãos buscam impor sua visão de mundo ao conjunto da sociedade. Como resultado, políticas públicas voltadas à reparação de injustiças de gênero e sexualidade são deslegitimadas, contribuindo para a manutenção e a perpetuação de desigualdades sociais, conforme apontam Bracke e Paternotte (2018).

3.2 GÊNERO COMO FANTASMA PSICOSSOCIAL

A partir da ascensão do discurso *antigênero* num cenário transnacional, *gênero* torna-se o significante onde se depositam medos, ansiedades e ressentimentos diversos, sendo convertido no inimigo unificado de uma ordem que se imagina ameaçada. Bracke e Paternotte (2018) conceituam esse processo como a formação de uma “cola simbólica”, capaz de condensar agendas heterogêneas em um único diagnóstico moral e político. Judith Butler (2024), de outro modo, descreve a mesma dinâmica como a criação de um *fantasma psicossocial* que emerge da justaposição de elementos díspares por meio de uma sintaxe inflamada do discurso político.

> Segundo essa lógica, o movimento antigênero é guiado por uma sintaxe inflamada: ou seja, uma forma de ordenar o mundo que absorve e reproduz ansiedades e medos sobre permeabilidade, precariedade, deslocamento e substituição; perda do poder patriarcal tanto na família quanto no Estado; e perda da supremacia branca e da pureza nacional. No processo de reproduzir o medo da destruição, a fonte da destruição é exteriorizada como “gênero”. Exteriorizado como uma unidade, o termo condensa uma gama de elementos e intensifica a sensação de perigo iminente. Também desloca os medos relativos a formas de destruição ecológica e econômica para um substituto à mão, impedindo-nos de enfrentar essas que são fontes mais verdadeiras de destruição mundial em nossos tempos. O resultado é que o gênero, agora firmemente estabelecido como uma ameaça existencial, torna-se alvo de destruição (Butler, 2024, p.18).

Esses conceitos permitem entender o fenômeno como uma tecnologia discursiva que unifica preocupações diversas e mesmo contraditórias, estruturando uma gramática de antagonismo político. A abreviação de demandas feministas, movimentos LGBTQIA+, debates sobre educação sexual, discussões sobre aborto e transformações culturais sob a categoria única de *gênero* transforma esse significante em uma síntese simbólica de todos os perigos moralmente percebidos. Essa condensação produz o que Butler (2024) descreve como a criação de um inimigo singular, um alvo que pode e deve ser derrotado para impedir a destruição da civilização ou a suposta tirania progressista. É esse mecanismo que torna possível a oposição entre gênero e democracia: ao apresentar reivindicações de igualdade como ameaça autoritária, o discurso *antigênero* esvazia o próprio sentido democrático,

transformando a defesa da diversidade em uma forma de opressão imaginada.

Judith Butler (2024) oferece uma interpretação sobre como o termo *gênero* deixou de ser apenas um conceito acadêmico para tornar-se um instrumento retórico de instrumentalização política. A autora aponta que, longe de se tratar apenas de confusão terminológica, a apropriação *antigênero* é uma operação discursiva que produz efeitos concretos no espaço público. A metáfora central mobilizada para descrever esse fenômeno é a do *fantasma*. A autora explica que o *gênero*, quando mobilizado no discurso *antigênero*, passa a funcionar como um *fantasma* que concentra temores dispersos sobre sexualidade, família, religião, raça e soberania, convertendo-os em uma ameaça unitária e mobilizável.

Butler formula a noção de *cenário fantasmático* ao adaptar a teoria da fantasia desenvolvida pelo psicanalista Jean Laplanche (2000) para compreender fenômenos psicossociais. Em Laplanche, a fantasia não é entendida como imaginação individual ou devaneio privado, ela é uma estrutura que organiza desejos e ansiedades, articulando elementos conscientes e inconscientes em formas relativamente estáveis (Laplanche, 2000 apud Butler, 2024, p. 16). Trata-se de uma sintaxe psíquica, uma maneira de dispor medos, afetos e representações de modo a produzir coerência emocional e cognitiva. Essa fantasia opera também socialmente, participando da construção coletiva de significados e das maneiras como grupos inteiros percebem ameaças, interpretam mudanças e atribuem causas para aquilo que experimentam como desordem ou perigo.

Sob o discurso *antigênero*, a palavra *gênero* passa a funcionar como um ponto de condensação de ansiedades diversas, substituindo uma multiplicidade de medos difusos por um único objeto supostamente unificado.

> Consideremos a alegação de que o “gênero” – seja ele o que for – coloca em risco a vida de crianças. Essa acusação é poderosa. Para algumas pessoas, assim que essa acusação é feita, ela se realiza, e as crianças não estão ameaçadas de um mal, e sim ativamente atingidas pelo mal. Quando se chega a essa conclusão repentina, há apenas uma opção: impedir o mal! Acabar com o gênero! O medo de que as crianças sejam prejudicadas, o medo de que a instituição familiar, ou a própria família da pessoa, seja destruída, de que o “homem” seja derrubado, incluindo os homens e o homem que alguns de nós somos, de que um novo totalitarismo esteja se impondo a nós, são todos medos sentidos profundamente pelas pessoas que se comprometeram com a erradicação do gênero – da palavra, do conceito, do campo acadêmico e dos vários movimentos sociais que ele passou a representar (Butler, 2024, p. 17).

No momento em que se imagina que *gênero* age sobre crianças ou corrompe

a sociedade, o termo deixa de designar relações sociais ou debates teóricos e se converte em representante de um perigo abrangente. Ele passa a concentrar inquietações sobre destruição da família, desintegração moral, perda de soberania nacional ou decadência civilizacional. Quanto mais esse processo avança, mais *gênero* se torna uma área sobredeterminada na qual se projeta a origem de todas as perturbações sociais.

Esse *fantasma* não opera apenas pela via do medo. Ele mobiliza também uma forma de euforia moral. A retórica *antigênero* cria a sensação de que determinadas restrições éticas estão sendo removidas, permitindo que indivíduos e instituições se sintam autorizados a negar a existência de outras pessoas, restringir suas liberdades, desumanizá-las ou tratá-las como inimigos internos. Nesse cenário, vidas feministas, trans, queer, lésbicas, gays e imigrantes são reduzidas a sinais do mal que supostamente ameaça a sociedade. A hostilidade contra esses grupos é vivida como legítima defesa, e a intensificação de sua vulnerabilidade é apresentada como resposta necessária para conter uma destruição tida como iminente.

O *fantasma* é uma forma de organizar o mundo. Ele não corresponde a uma fantasia episódica, mas a uma estrutura sintática que transforma a percepção da realidade social. Uma vez instaurado, oferece uma narrativa coerente na qual gênero é responsabilizado por todos os males, e qualquer política que amplie a igualdade é reclassificada como instrumento de ameaça. A destruição de direitos, instituições e práticas democráticas é reinterpretada como proteção, e a violência motivada por esse raciocínio é apresentada como resistência contra a tirania.

O conceito de *cenário fantasmático* (Butler, 2024) ajuda a compreender como o discurso *antigênero* opera. Ele explica por que a retórica *antigênero* se mostra tão resiliente e porque consegue transformar pautas de justiça social em símbolos de risco existencial. Ao condensar angústias de origens distintas e oferecer um alvo único para a ação política, o fantasma estrutura percepções, intensifica medos e legitima práticas que reduzem liberdades e direitos de populações vulneráveis. Trata-se de uma chave analítica essencial para entender a eficácia discursiva da direita antigênero e sua capacidade de produzir sentidos políticos que reorganizam o campo democrático.

Ao condensar medos distintos em um único signo, a figura do fantasma permite traduzir ansiedades complexas em um inimigo identificável, facilitando, assim, a

mobilização política. Essa capacidade de condensação apoia-se em uma gramática retórica específica, que articula insegurança financeira, precarização do trabalho e dos serviços públicos, perda de poder patriarcal e perda de supremacia racial e nacional (Butler, 2024, p. 18). Ao operar dessa forma, essa gramática transforma insinuações e boatos em narrativas plausíveis para audiências amplas, ao oferecer uma sequência emocional coerente que passa a explicar o mundo a partir da figura do perigo representado pelo *gênero*.

Para além da gramática, a eficácia política do antigênero depende da materialização do *fantasma* em alvos concretos. Ao personificar o inimigo em objetos e pessoas (materiais didáticos, exposições, pesquisadores e ativistas), o movimento antigênero produz provas que alimentam o pânico moral e legitimam medidas punitivas. Essa personificação transforma alegações abstratas em eventos públicos que exigem resposta imediata (Butler, 2024, p. 13). Por isso, a disputa por controlar símbolos e objetos culturais torna-se uma dimensão central da ofensiva *antigênero*: atacar o objeto equivale a demonstrar a existência da ameaça.

Esse movimento retórico também liga a produção de medo à promessa de restauração. As narrativas *antigênero* não apenas anunciam um perigo, mas simultaneamente propõem um retorno a uma ordem idealizada como remédio para tal perigo. Muitas formulações antigênero sugerem o intento de “reconduzir o mundo a um tempo anterior ao ‘gênero’” (Butler, 2024, p. 13), um passado patriarcal ilusório cuja restauração justifica a centralização de poderes e medidas de exclusão. Essa fantasia de retorno raramente corresponde a qualquer passado social realmente existente, mas que ela tem eficácia política precisamente enquanto fantasia legitimadora de autoritarismos.

Outro efeito decisivo do *fantasma* é o seu papel deslocador. A condensação de angústias em torno do gênero permite deslocar do debate público questões estruturais (precariedade econômica, destruição ambiental, violências institucionais) para uma narrativa moralizante que exige punição e purificação em lugar de políticas públicas complexas. Ao exteriorizar a fonte da ansiedade num único substituto simbólico, o discurso antigênero “impede-nos de refletir mais claramente sobre o que há a temer e como” (Butler, 2024, p. 12). Esse deslocamento tem implicações práticas: ele orienta recursos, atenção e institutos regulatórios para a censura e restrição em vez de enfrentar as causas materiais das inseguranças sociais.

Butler (2024) sustenta sua abordagem a partir de um diálogo interdisciplinar com a psicanálise, recorrendo à formulação de Jean Laplanche (2000) para situar a fantasia como um arranjo sintático da vida psíquica que opera tanto a nível consciente quanto inconsciente; dessa forma, a fantasia coletiva não é simplesmente delírio individual, mas uma organização social de imagens e enunciados que se reproduzem e ganham força por meio de performances e instituições (Butler, 2024, p. 16). Essa perspectiva explica por que certas narrativas antigênero persistem apesar de refutações factuais: elas operam numa camada sintática que atravessa emoções e símbolos.

O *fantasma do gênero* opera em uma dimensão transnacional. Ele circula e é reciclado em contextos diversos, assumindo formas de ameaça nacionalista, conspiratória ou teocrática conforme o cenário local. Esse padrão explicita a modularidade do *fantasma*: ele se adapta a narrativas distintas, mas conserva a mesma sintaxe inflamada que lhe confere eficácia política (Butler, 2024, p. 12). Reconhecer essa circulação é fundamental para compreender a sinergia entre movimentos antigênero em diferentes países e a maneira como estratégias retóricas e práticas institucionais se retroalimentam.

Metáforas díspares e contraditórias se acumulam sem coerência lógica, mas com eficiência política, fazendo com que uma figura retórica que não convence a um público venha a convencer a outro; quanto mais imagens de destruição se juntam, mais potente fica o *fantasma*, pois sempre haverá uma forma de apelo sensível a cada audiência (Butler, 2024, p. 44). Essa plasticidade retórica permite recodificações locais: ora o gênero é apresentado como sintoma de uma suposta colonização cultural do Norte global, ora é narrado como ameaça à segurança nacional, ora como instrumento de totalitarismo cultural, conforme convier aos discursos nacionais em questão (Butler, 2024, p. 12).

A interlocução entre o Vaticano e atores políticos e religiosos regionais evidencia a transferência institucional do discurso. Butler (2024) documenta intervenções pontifícias que impactaram políticas e debates em contextos nacionais distintos, como a França, onde programas didáticos voltados à diversidade foram contestados, e a América Latina, onde alianças entre católicos e evangélicos ampliaram a resistência à inclusão de referências a gênero em planos educacionais. A filósofa destaca que a retórica do Vaticano não opera de forma isolada, mas se

articula a redes transnacionais compostas por plataformas on-line, *think tanks*, ONGs conservadoras e coalizões políticas que compartilham repertórios de ação, como petições, campanhas midiáticas, pressão sobre patrocinadores culturais e estratégias legislativas. A circulação global, portanto, não é apenas semântica, mas organizativa: plataformas como a *CitizenGo* e redes de ativismo conservador facilitam mobilizações coordenadas ao disponibilizar modelos de ação passíveis de adaptação local. A difusão desses repertórios ajuda a explicar por que episódios de censura cultural, litígios judiciais e proposições legislativas antiLGBT emergem em sequência em países distintos, como resultado da exportação, resemantização e aplicação local de táticas e narrativas eficazes de disputa política. Essa dinâmica permite que controvérsias locais sejam convertidas em precedentes normativos passíveis de replicação em outros contextos (Butler, 2024, p. 53-55).

Essa circulação organizada de repertórios se sustenta em um registro afetivo compartilhado, ancorado em imagens pan-regionais de ameaça à infância e à família. Em campanhas que transitam entre diferentes países, a acusação de “doutrinação das crianças” opera como um gatilho moral imediato, capaz de mobilizar amplos segmentos sociais independentemente das variações locais nos argumentos específicos mobilizados. O *fantasma do gênero* funciona, assim, como uma abreviatura discursiva que agrega múltiplas ansiedades sociais e as condensa em uma “ideologia” facilmente comunicável e politicamente instrumentalizável.

3.3 O GÊNERO CONTRA A DEMOCRACIA?

O discurso *antigênero* enquadra *gênero* como um ataque à democracia e à liberdade, ao mesmo tempo em que produz efeitos práticos de *desdemocratização* e redução de liberdades. Longe de se apresentar apenas como rejeição a políticas específicas, esse discurso opera como uma reconfiguração mais ampla do vocabulário político, na qual demandas por igualdade e reconhecimento passam a ser classificadas como formas de tirania. Judith Butler (2024) e Wendy Brown (2015; 2019) permitem compreender esse processo não como um desvio retórico pontual, mas como parte de uma dinâmica estrutural de *desdemocratização*, na qual a própria noção de liberdade é progressivamente esvaziada de seu conteúdo democrático e transformada num instrumento de poder (Brown, 2019).

A contribuição de Wendy Brown é fundamental para situar esse movimento no interior da racionalidade neoliberal. Brown (2019) demonstra que o neoliberalismo não

se limita a reorganizar políticas econômicas, mas redesenha instituições, reformula normas morais e produz disposições afetivas que corroem as bases da vida democrática. Ao deslegitimar o social, transformar direitos em custos e deslocar responsabilidades para o âmbito privado e familiar, essa racionalidade cria um terreno fértil para que políticas de justiça social sejam ressignificadas como ameaças à liberdade individual. Nesse contexto, qualquer intervenção estatal que busque corrigir desigualdades estruturais passa a ser interpretada como coerção ilegítima (Brown, 2019).

Esse deslocamento está ancorado em uma concepção específica de liberdade, próxima ao que Isaiah Berlin (1958) definiu como *liberdade negativa*, isto é, a ausência de interferência do Estado em uma esfera pessoal protegida. Brown (2019) mostra que essa noção, central ao liberalismo clássico, é radicalizada pelo neoliberalismo, que expande essa esfera a ponto de torná-la imune à deliberação democrática. O resultado é uma compreensão de liberdade desvinculada da igualdade, da participação política e da construção coletiva do comum. Nesse quadro, políticas que desafiam hierarquias de gênero, raça e sexualidade ou que promovem correções redistributivas mínimas passam a ser denunciadas como ataques à liberdade.

Ao analisar obras dos fundadores do Neoliberalismo, Brown (2019) demonstra que não há contradição entre neoliberalismo econômico e conservadorismo moral. Ao contrário, o tradicionalismo moral está inscrito desde o início na arquitetura conceitual do neoliberalismo, especialmente na obra de Friedrich Hayek. Para Hayek, segundo Brown (2019), mercado e moral tradicional compartilham uma mesma ontologia evolutiva, na qual disciplina e liberdade, autoridade e independência, estabilidade e mudança operam como engrenagens complementares. A liberdade, nesse modelo, não corresponde à capacidade de transformar coletivamente as condições de vida, mas à ausência de coerção estatal. Qualquer tentativa de remover restrições produzidas pela tradição aparece, assim, como ameaça à própria liberdade humana.

Segundo a análise de Wendy Brown (2019), a tradição, entendida por Hayek como um conjunto de hábitos e códigos de conduta incorporados de forma tácita, opera como mecanismo de conformidade social. É por meio dela que expectativas de gênero, papéis familiares e formas de autoridade se naturalizam e se reproduzem sem necessidade de coerção direta. Quando reforçada por instituições religiosas,

essa tradição adquire ainda maior força simbólica, apresentando-se como verdade moral incontestável. Ao expandir a esfera pessoal protegida para além do indivíduo, esse modelo reduz drasticamente o espaço da democracia para intervir sobre normas sociais herdadas. Práticas discriminatórias passam, então, a ser ressignificadas como expressões legítimas da liberdade individual.

É nesse terreno que se tornam politicamente possíveis e legitimadas como liberdade operações como discriminar pessoas LGBTQIA+ em nome da fé, disseminar desinformação sobre aborto como liberdade religiosa, promover evangelização em escolas ou realizar rituais religiosos em instituições estatais. Tais práticas deixam de ser percebidas como violações da igualdade, da laicidade ou de direitos fundamentais e passam a figurar como defesa da liberdade. Os direitos, nesse processo, deixam de operar como instrumentos de ampliação da cidadania democrática e tornam-se veículos de expansão da moralidade cristã tradicional no espaço público (Brown, 2019).

A análise de Judith Butler (2024) revela como essa racionalidade encontra, no discurso *antigênero*, uma de suas expressões mais eficazes, demonstrando que a retórica antigênero não se limita a um diagnóstico equivocado sobre políticas de gênero, mas constitui um mecanismo sofisticado de produção de inimigos. Nesse processo, *gênero* deixa de ser uma categoria analítica e passa a funcionar como significante condensador de um mal absoluto, um *fantasma psicossocial*, como apresentado em seção anterior. Por meio de uma operação binária, constrói-se uma oposição entre uma identidade nacional supostamente coerente e moralmente íntegra e um espectro heterogêneo rotulado como *gênero*, apresentado como força destrutiva da civilização, da família e da democracia.

Essa construção não se baseia em argumentação racional ou evidências empíricas, mas na justaposição afetiva de elementos díspares. A sintaxe da fantasia é transposta para o discurso político oficial, produzindo um cenário *fantasmático* no qual símbolos da pluralidade democrática, como o arco-íris, são ressignificados como marcas de organizações criminosas, instrumentos de doutrinação ou sinais de um suposto fascismo libertário (Butler, 2024). O *gênero* torna-se, assim, uma abreviatura discursiva capaz de condensar ansiedades sociais diversas em um inimigo único e mobilizável.

Quando essa sintaxe se estabiliza, o combate ao *gênero* passa a ser

apresentado como defesa da liberdade e da democracia. No entanto, a autora demonstra que se trata de uma inversão moral profundamente autoritária. Grupos historicamente vulnerabilizados, como pessoas trans, feministas, populações LGBTQIA+ e imigrantes, são apresentados como responsáveis por um suposto declínio civilizacional. A violência dirigida contra eles é, então, justificada como proteção contra um mal maior. Essa operação corresponde a uma reatualização da lógica fascista, na qual a destruição de vidas é apresentada como condição para salvar a sociedade.

Esse movimento não apenas legitima a retirada de direitos, mas corrói as próprias condições do debate democrático. Butler (2024) destaca que o movimento *antigênero* se articula a um anti-intelectualismo ativo, marcado pela recusa deliberada à leitura, ao pensamento crítico e ao engajamento com argumentos. A leitura acadêmica é apresentada como doutrinação ou até como ameaça espiritual, e livros sobre *gênero* passam a ser tratados como objetos perigosos, passíveis de censura. Essa recusa não é epistemologicamente neutra: ela destrói o terreno comum necessário à deliberação pública informada, condição básica da democracia.

Ao bloquear o acesso ao conhecimento e transformar a ignorância em virtude moral, o movimento *antigênero* substitui a disputa argumentativa por *slogans*, interditos e pânicos morais. A universidade e o pensamento crítico passam a ser vistos como inimigos, não porque impõem dogmas, mas porque produzem mentes abertas. Nesse sentido, como afirma Butler (2024), o movimento *antigênero* constitui uma forma politicamente relevante de anti-intelectualismo, criando um solo fértil para a colaboração entre paixões fascistas e regimes autoritários.

Além disso, Butler (2024) mostra que o *fantasma do gênero* opera como álibi moral para a expansão de poderes estatais coercitivos. Ao inflar a ameaça e apresentá-la como onipresente, o discurso *antigênero* mobiliza o medo para justificar a defesa de Estados mais fortes, menos permeáveis à pluralidade e à deliberação democrática. A opinião pública é convocada a aceitar a erosão de liberdades civis em nome da proteção moral, convertendo o pânico em instrumento de desdemocratização.

O que emerge desse conjunto de análises é um paradoxo central: ao classificar *gênero* como ameaça à democracia e à liberdade, o movimento *antigênero* realiza, ele próprio, um ataque sistemático às bases democráticas. Ao restringir liberdades de

mulheres cis e de pessoas que desafiam normas de gênero e sexualidade, ao corroer o debate público informado e ao legitimar lideranças autoritárias, esse discurso redefine a democracia como defesa da ordem tradicional e a liberdade como privilégio hierárquico. Ao apresentar *gênero* como inimigo da democracia, o discurso *antigênero* produz uma inversão fundamental: transforma a ampliação de direitos em ameaça e a sua supressão em forma legítima de defesa democrática, contribuindo ativamente para processos de desdemocratização.

3.4 POLÍTICAS ANTIGÊNERO NO BRASIL

As políticas *antigênero* no Brasil não emergem de forma episódica ou meramente reativa, mas resultam de um processo histórico de longa duração, marcado pela articulação entre atores religiosos, políticos e intelectuais que passaram a identificar o conceito de *gênero* como uma ameaça moral, social e política. Esse campo discursivo se organiza em torno da categoria acusatória “ideologia de gênero”, que opera menos como descrição analítica e mais como instrumento de mobilização política, capaz de condensar medos difusos e produzir pânicos morais. Trata-se de uma gramática que transforma gênero e sexualidade em signos de desordem, corrupção e decadência, associando-os à destruição da família, à erosão da democracia, à perda da liberdade e à subversão da ordem social.

No Brasil, essa gramática começou a ganhar alguma visibilidade pública a partir dos anos 2000, inicialmente impulsionada por setores do catolicismo em reação aos avanços feministas e às agendas de direitos sexuais e reprodutivos no plano internacional. Ao longo da década seguinte, contudo, o discurso antigênero passou a incorporar novos atores, em especial lideranças evangélicas, parlamentares conservadores e organizações seculares de direita, ampliando sua capacidade de circulação e incidência institucional. Esse deslocamento foi decisivo para que o combate ao *gênero* deixasse de ser apenas uma bandeira moral e se convertesse em eixo estruturante de disputas políticas mais amplas, envolvendo educação, políticas sociais, direitos humanos e o próprio sentido da democracia.

Entre 2009 e 2019 a propagação do termo “ideologia de gênero” no Brasil consolidou-se por meio de uma série de episódios públicos que alimentaram um pânico moral de caráter nacional, como a polêmica em torno do PNDH-3, a rotulação do *Programa Escola Sem Homofobia* como “Kit Gay”, as disputas sobre planos educacionais e as tentativas de censura de manifestações políticas e artísticas. Essa

década funcionou como período de formação de uma narrativa *antigênero* sistemática: atores religiosos, parlamentares conservadores e setores da mídia mobilizaram-se em conjunto para transformar questões sobre gênero e sexualidade em símbolos de ameaça à ordem social. O processo teve dimensão discursiva e organizacional, pois os discursos de acusação foram convertidos em iniciativas políticas, propostas legislativas e pressões sobre políticas públicas, criando assim uma base social e institucional que legitimaria ofensivas posteriores.

Um antecedente determinante para a emergência do repertório *antigênero* no Brasil foi a ampla polêmica em torno do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançado em 2009 durante o governo Lula. O PNDH-3 ampliou expressamente o compromisso estatal com a igualdade de gênero e com direitos das pessoas LGBTQIA+, propondo medidas que incluíam o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito de adoção por casais homoafetivos, a descriminalização do aborto, além da criação da Comissão Nacional da Verdade e de diretrizes relativas à laicidade do Estado e ao controle social da mídia. Essas inovações, concebidas como resposta a demandas acumuladas da sociedade civil, desencadearam uma reação imediata: setores religiosos organizados, setores das Forças Armadas, ruralistas e parcelas influentes da mídia passaram a qualificar o PNDH-3 como excessivamente “ideológico” e “progressista”, exigindo recuos (Adorno, 2010).

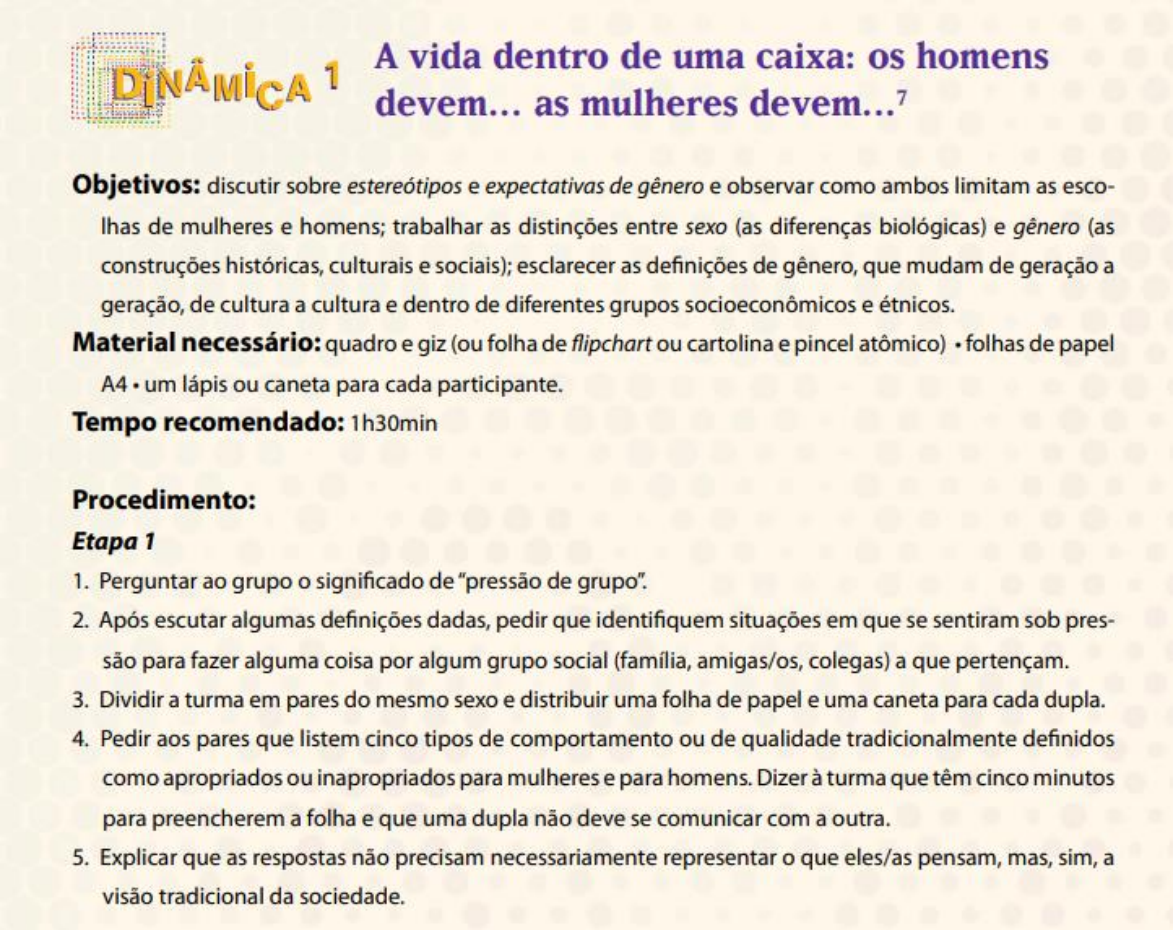
Pressionado, o Executivo Federal alterou e amenizou partes do texto original, retirando alguns temas, entre eles a descriminalização do aborto. Esse embate ajudou a cristalizar um repertório discursivo que passou a qualificar iniciativas de promoção de direitos humanos como expressão de uma “ideologia”, enquadrando-as moralmente e abrindo espaço para os pânicos morais que iriam se intensificar nos anos seguintes.

O episódio do Programa Escola sem Homofobia, desenvolvido entre 2010 e 2011, dá continuidade a essa dinâmica inaugurada pela controvérsia em torno do PNDH-3. A iniciativa, elaborada no âmbito do governo federal com participação de movimentos sociais, tinha como objetivo enfrentar os índices de violência LGBTfóbica dentro e fora do ambiente escolar por meio de materiais pedagógicos voltados à promoção do respeito à diversidade.

O material didático do programa Escola Sem Homofobia foi concebido como

um conjunto de referenciais teóricos e instrumentos pedagógicos voltados à promoção de uma cultura escolar orientada pelo respeito à diversidade sexual e de gênero. Estruturado a partir de princípios como igualdade, equidade, laicidade do Estado, universalidade das políticas públicas e justiça social, o material propõe a incorporação dos direitos humanos no cotidiano escolar e a problematização de normas morais, sociais e culturais que produzem discriminação. Seu objetivo central é contribuir para o reconhecimento da pluralidade de valores presentes na sociedade brasileira e para a formação de uma cidadania que inclua efetivamente os direitos de pessoas LGBT, oferecendo subsídios para intervenções pedagógicas de médio e longo prazo e para práticas educativas voltadas à prevenção da homofobia e à afirmação da diversidade.

Figura 7 – Dinâmica proposta no material didático do Programa Escola Sem Homofobia



DINÂMICA 1

A vida dentro de uma caixa: os homens devem... as mulheres devem...[7]

Objetivos: discutir sobre *estereótipos* e *expectativas de gênero* e observar como ambos limitam as escolhas de mulheres e homens; trabalhar as distinções entre *sexo* (as diferenças biológicas) e *gênero* (as construções históricas, culturais e sociais); esclarecer as definições de gênero, que mudam de geração a geração, de cultura a cultura e dentro de diferentes grupos socioeconômicos e étnicos.

Material necessário: quadro e giz (ou folha de *flipchart* ou cartolina e pincel atômico) • folhas de papel A4 • um lápis ou caneta para cada participante.

Tempo recomendado: 1h30min

Procedimento:

Etapa 1

1. Perguntar ao grupo o significado de "pressão de grupo".
2. Após escutar algumas definições dadas, pedir que identifiquem situações em que se sentiram sob pressão para fazer alguma coisa por algum grupo social (família, amigas/os, colegas) a que pertençam.
3. Dividir a turma em pares do mesmo sexo e distribuir uma folha de papel e uma caneta para cada dupla.
4. Pedir aos pares que listem cinco tipos de comportamento ou de qualidade tradicionalmente definidos como apropriados ou inapropriados para mulheres e para homens. Dizer à turma que têm cinco minutos para preencherem a folha e que uma dupla não deve se comunicar com a outra.
5. Explicar que as respostas não precisam necessariamente representar o que eles/as pensam, mas, sim, a visão tradicional da sociedade.

Fonte: Caderno Escola Sem Homofobia, página 23[12].

[12] Disponível em: < https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5

Nesse sentido, a Figura 7 apresenta uma dinâmica pedagógica destinada a estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre papéis de gênero, normas sociais e expectativas atribuídas a homens e mulheres, propondo a discussão coletiva de estereótipos e hierarquias de gênero e evidenciando o caráter socialmente construído dessas categorias e suas implicações para as relações no espaço escolar.

A reação conservadora ao programa foi intensa e rapidamente ganhou centralidade no debate público, sobretudo após o então deputado federal do baixo clero, Jair Bolsonaro, passar a rotular o material como “kit gay”, qualificando-o como instrumento de suposta doutrinação e sexualização de crianças. Essa nomeação pejorativa funcionou como gatilho discursivo para a produção de pânico moral, deslocando o debate de políticas de enfrentamento à violência para uma acusação de ameaça à infância e à família.

A campanha conservadora contra o programa ocupou a Câmara dos Deputados, a grande imprensa e as redes sociais, gerando intensa pressão política. Em maio de 2011 a Presidência da República, sob o comando de Dilma Rousseff, suspendeu a iniciativa, alegando que o governo não promoveria “propaganda de opção sexual”, e o episódio tornou-se um caso paradigmático da capacidade do discurso antigênero de transformar uma política pública em objeto de pânico moral (Balieiro, 2018), produzindo obstáculos à expansão de direitos. Ao mesmo tempo, decisões judiciais de grande repercussão no Supremo Tribunal Federal, como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011 e a autorização do aborto em casos de anencefalia em 2012, ocorreram em período próximo aos conflitos em torno das políticas educacionais e reforçaram, entre setores conservadores, a percepção de ampliação dos direitos de pessoas LGBTQIA+ e dos direitos sexuais e reprodutivos estavam avançando rapidamente, alimentando ainda mais a reação conservadora.

Os anos de 2013 a 2015 consolidaram outro marcante episódio de pânico moral: a disputa sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e por inúmeros Planos Municipais de Educação (PMEs). A mobilização parlamentar *antigênero* conseguiu remover do texto do PNE trechos que mencionavam a promoção da igualdade de gênero e orientação sexual, e a pressão se replicou em várias câmaras municipais, com resultados semelhantes. Essa ofensiva consolidou a expressão “ideologia de

ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>.

gênero” no debate público e ampliou sua circulação nas mídias, transformando o termo em ferramenta política capaz de censurar conteúdos pedagógicos e restringir a agenda de direitos nas escolas (Balieiro, 2018). A partir desse ponto, a crítica a políticas de igualdade deixou de ser apenas conservadorismo moral isolado e virou política legislativa permanente.

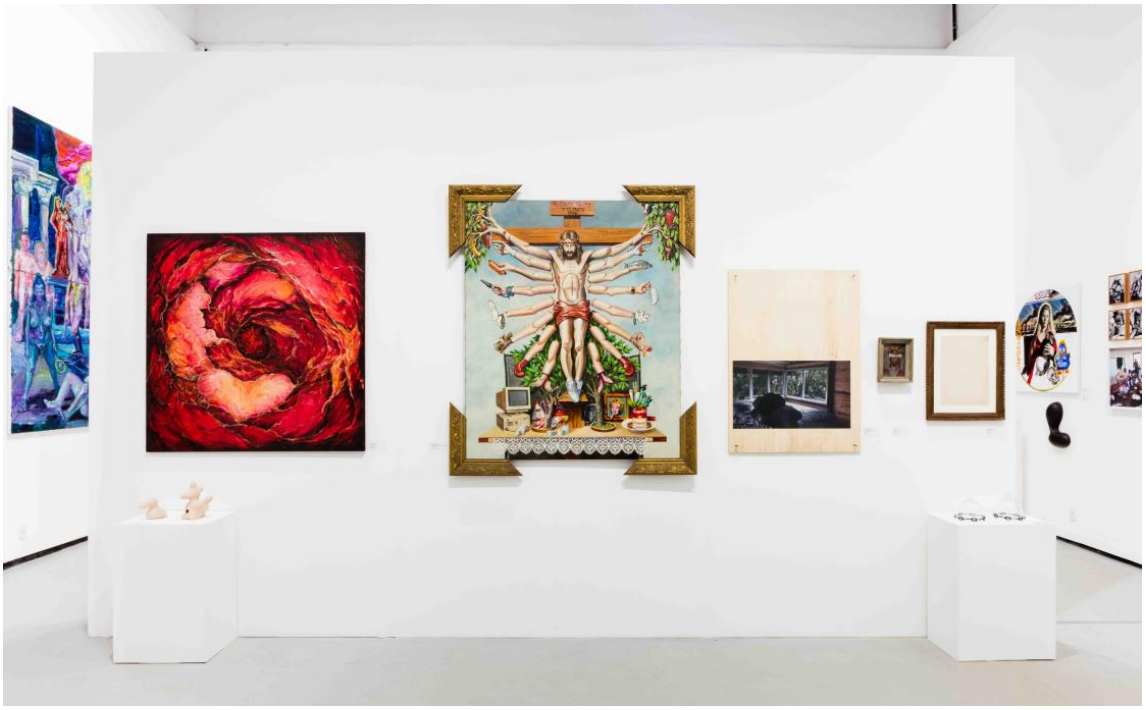
Determinados episódios simbólicos, entre 2015 e 2017, reforçaram esse repertório discursivo e ampliaram sua circulação pública. A performance de uma travesti crucificada como Jesus durante a *Parada do Orgulho LGBT de São Paulo* em 2015 provocou reações veementes de parlamentares religiosos e catapultou o tema para o centro dos debates públicos daquele ano. A imagem gerou indignação por parte de grupos religiosos, que consideraram a performance desrespeitosa e blasfema. Por outro lado, muitos defensores dos direitos LGBTQIA+ argumentaram que a apresentação era uma forma de chamar a atenção para a violência e discriminação sofridas pela comunidade LGBTQIA+ e que o uso da figura de Jesus na performance era uma forma de criticar a hipocrisia da Igreja em relação à questão da diversidade sexual.

Figura 8: Viviany Beleboni na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

Fonte: Victor Moriyama/G1.

Em 2017, a censura e a perseguição cultural tornaram-se ainda mais explícitas no espaço público brasileiro. A exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, realizada em Porto Alegre, foi encerrada após ser alvo de acusações de apologia à “pedofilia” e à “zoofilia”, impulsionadas por denúncias do Movimento Brasil Livre (MBL). A controvérsia ultrapassou o campo artístico e passou a ser enquadrada como ameaça à infância e aos valores familiares, acionando interpretações que associavam produções culturais relacionadas a gênero e sexualidade a práticas de violência. Como desdobramento desse processo, o curador da exposição foi convocado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar maus-tratos contra crianças e adolescentes, evidenciando o deslocamento de uma disputa simbólica para o campo institucional. O episódio revela como determinadas narrativas passaram a operar como mecanismos de restrição à produção cultural, contribuindo para a consolidação de um ambiente hostil à diversidade e à liberdade de expressão artística.

Figura 9 – Obras expostas na exposição *Queermuseu*



Fonte: Fotografias da exposição ‘Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira’ – Parte 2, de Fabio Szwarcwald[13].

No mesmo ano, manifestações violentas contra a presença de Judith Butler e

[13] Disponível em: <https://www.memorialage.com.br/fabio-szwarcwald/fotografias-da-exposicao-queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileira-parte-2/>.

Wendy Brown no Brasil, incluindo agressões simbólicas e perseguições em aeroportos, mostraram que o ataque não se limitava a textos e leis, mas atingia também espaços acadêmicos e culturais.

Figura 10: Manifestação contra a presença de Judith Butler no Brasil

Fonte: Paulo Lopes/Futura Press/Estadão Conteúdo.

A campanha eleitoral de 2018 consolidou politicamente esse repertório. Jair Bolsonaro, então presidenciável, fez do combate à “ideologia de gênero” um dos eixos centrais de sua narrativa pública, articulando-o com a defesa da infância e da moralidade como pauta eleitoral. Em debates e entrevistas, o candidato repetiu alegações falsas sobre materiais didáticos e afirmou que escolas estariam “doutrinando” crianças, usando imagens e exemplos que circulavam intensamente nas redes sociais.

A Figura 11 exibe Bolsonaro afirmando, em entrevista ao *Jornal Nacional*, que o livro *Aparelho Sexual e Cia*, de Hélène Bruller, teria sido distribuído pelo Ministério da Educação a escolas brasileiras para crianças a partir de seis anos, o que não corresponde aos fatos. O livro não integrou qualquer material didático oficial, informação posteriormente desmentida tanto pela editora quanto pelo próprio Ministério da Educação. Ao mobilizar essa narrativa, Bolsonaro se apresentou como defensor das crianças e acusou professores de induzirem estudantes à diversidade sexual, sugerindo que haveria uma tentativa de “converter” crianças à população LGBTQIA+. Esse enquadramento distorce o sentido das políticas educacionais

voltadas ao enfrentamento da LGBTfobia, cujo objetivo é justamente a proteção de crianças e adolescentes contra discriminações e violências. O tema reapareceu em outros momentos de sua trajetória política, como no debate eleitoral da *RedeTV!*, quando questionou o candidato Cabo Daciolo sobre a chamada “ideologia de gênero” nas escolas, e em seu discurso de posse como presidente da República, no qual prometeu combatê-la em nome da preservação de valores e tradições judaico-cristãs.

Figura 11 – Entrevista Jornal Nacional 28/08/2018

Fonte: Frame da entrevista de Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional em 28/08/2018.

Em seu discurso de posse como Presidente da República, ele reiterou o compromisso com o combate à chamada “ideologia de gênero”, incorporando a retórica do pânico moral à agenda de governo. A combinação entre recursos midiáticos, mobilização parlamentar e promessas de poder executivo criou as condições para que, a partir de 2019, essa gramática antigênero fosse rapidamente traduzida em medidas institucionais mais amplas e em políticas de Estado.

Esses episódios, considerados em conjunto, indicam que a década entre 2009 e 2019 não se limitou a uma acumulação discursiva, mas correspondeu a um período de construção de bases simbólicas e organizacionais capazes de sustentar ações futuras. Esse processo ajuda a compreender por que, a partir de 2019, as ofensivas antigênero encontraram condições favoráveis para se institucionalizar. Nesse novo contexto, práticas administrativas, reorganizações ministeriais e mudanças nas diretrizes estatais passaram a operar como instrumentos de consolidação de um

repertório de ação que se intensificou entre 2019 e 2022. Com a chegada de Bolsonaro à Presidência da República, a disputa por poder deixou de se restringir ao plano discursivo e passou a se expressar como capacidade efetiva de intervenção sobre estruturas e políticas do Estado.

A publicação *Ruinologia: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022)*, coordenada por Sonia Corrêa e Marco Aurélio Máximo Prado (2025), oferece uma contribuição central para a compreensão das políticas *antigênero* no governo de Jair Bolsonaro ao examinar como o discurso *antigênero* foi progressivamente traduzido em práticas concretas de governo. O relatório (Corrêa; Prado, 2025) analisa três políticas específicas implementadas durante o governo Bolsonaro: a política de valorização e proteção da família, a política de proteção das crianças e a política de direitos humanos voltada à população LGBTQIA+. A partir desse recorte, a obra evidencia como a ofensiva antigênero se materializa no interior do aparato estatal, não apenas por meio de enunciados discursivos, mas pela reconfiguração de diretrizes, instrumentos administrativos e marcos institucionais dessas áreas centrais da ação governamental.

O capítulo sobre a política de direitos humanos voltada à população LGBTQIA+ é de autoria de Henrique Araújo Aragusuku e João Gabriel Maracci. Aragusuku e Maracci (2025) identificam o *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos* (MMFDH) como o principal espaço institucional no qual a ofensiva *antigênero* foi articulada e traduzida em práticas de governo ao longo do período de 2019 a 2022. A criação da pasta e sua ocupação por Damares Alves possibilitaram a conversão de enunciados públicos de combate à chamada “ideologia de gênero” em decisões administrativas e organizacionais, permitindo a circulação dessa gramática antigênero no interior do aparato estatal e em sua relação com outras áreas governamentais (Aragusuku; Maracci, 2025).

Um dos principais achados de Aragusuku e Maracci (2025) é a identificação da estratégia discursiva sintetizada na fórmula *proteção sem promoção* como princípio organizador da política LGBTQIA+ no governo Bolsonaro. Essa estratégia permitiu ao governo sustentar publicamente uma retórica de tutela e cuidado, ao mesmo tempo em que negava legitimidade a qualquer ação identificada como promoção de direitos da população LGBTQIA+. Como indicam Aragusuku e Maracci (2025), o deslocamento do foco para a proteção e para a vulnerabilidade funcionou

como mecanismo de esvaziamento da promoção de direitos baseada na autonomia, na participação e na igualdade.

Segundo Aragusuku e Maracci (2025), essa lógica discursiva produziu efeitos institucionais concretos. De um lado, verificou-se um processo de descaracterização formal de estruturas existentes, com a manutenção aparente de conselhos, diretorias e programas, acompanhada de alterações em sua composição, nomenclatura e competências, o que comprometeu sua capacidade de atuação promotora. De outro, Aragusuku e Maracci (2025) documentam a instrumentalização de dispositivos estatais de vigilância, em especial a incorporação da categoria acusatória “ideologia de gênero” nos fluxos oficiais de denúncia, como o *Disque 100* e a *Ouvidoria Nacional*, dificultando o registro específico de violações motivadas por LGBTfobia e convertendo mecanismos de proteção em instrumentos de patrulhamento ideológico (Aragusuku; Maracci, 2025).

Apesar do enquadramento ideológico oficial, a política LGBTQIA+ não foi completamente interrompida no plano da execução orçamentária. Entre 2019 e 2022 foram registrados 52 convênios e um contrato, sendo destinados “em torno de 16,2 milhões de reais aos programas dessa política” (Aragusuku; Maracci, 2025, p. 46), valor majoritariamente viabilizado por emendas parlamentares.

A obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares é apontada por Aragusuku e Maracci (2025) como fator central para explicar a continuidade de repasses a projetos voltados à população LGBT+ durante o governo Bolsonaro. Com a vigência da Emenda Constitucional n.º 86, de 2015, e, posteriormente, da Emenda Constitucional n.º 100, de 2019, a execução das emendas individuais e de bancada tornou-se compulsória, reduzindo a margem de discricionariedade do Executivo na liberação desses recursos. Nesse contexto, o MMFDH passou a executar emendas destinadas a políticas LGBTQIA+ não por adesão programática, mas por imposição legal, o que delimitou os contornos da atuação ministerial nesse campo (Aragusuku; Maracci, 2025).

Conforme indicado por Aragusuku e Maracci (2025), essa obrigatoriedade foi mobilizada discursivamente pela gestão ministerial para legitimar a liberação de recursos, apresentada publicamente como prova de compromisso com a probidade e com a proteção, ao mesmo tempo em que se mantinha o repúdio explícito à promoção de direitos LGBTQIA+. Essa combinação entre imposição normativa e

enquadramento discursivo contribuiu para a manutenção seletiva de convênios e para a preservação de canais institucionais mínimos entre o Estado, o Legislativo e organizações da sociedade civil, mesmo em um contexto marcado pela ofensiva antigênero (Aragusuku; Maracci, 2025).

O capítulo sobre as transformações institucionais e discursivas que colocaram a família como eixo central da ação pública entre 2019 e 2022 foi produzido por Alves e Castellitti (2025). As autoras definem e delimitam o conceito de “políticas familiares” como um conjunto de medidas e instrumentos por meio dos quais o Estado intervém nas estruturas familiares existentes, buscando adaptá-las a um modelo de família orientado por valores culturais dominantes (Alves; Castellitti, 2025, p. 56). Elas apresentam um diagnóstico histórico para entender como essas políticas, no contexto do governo Bolsonaro, começaram a se consolidar de maneira mais explícita e deliberada.

O governo de Jair Bolsonaro, segundo Alves e Castellitti (2025), implementou um arcabouço de políticas públicas voltadas para a promoção de um modelo idealizado de família, priorizando a visão tradicional de família nuclear, patriarcal e heteronormativa, dentro do MMFDH. Essa mudança institucional e discursiva reflete a ascensão de uma agenda que, ao se apresentar como um projeto universalizador, tenta deslegitimar outras abordagens de promoção de direitos que se focam na diversidade familiar, como as políticas voltadas para famílias LGBTQIA+, mães solo ou arranjos familiares não tradicionais.

O conceito de *giro familista* é central para compreender essa reorientação. Alves e Castellitti (2025) descrevem como a criação da Secretaria Nacional da Família (SNF) e a transformação das missões institucionais do MMFDH passaram a colocar a família heterossexual monogâmica (formada por pai, mãe e filhos) no centro de uma nova agenda estatal. Essa mudança não foi apenas organizacional, mas também discursiva, pois a retórica do governo passou a se centrar na “proteção da vida”, usando essa linguagem para legitimar um projeto familista, que se apropria de um vocabulário de direitos humanos, mas o ressignifica para reforçar um modelo moralmente conservador de família.

O discurso que visa “proteger a vida, fortalecer a família e defender os direitos humanos para todos” (Alves; Castellitti, 2025, p. 62) foi apropriado de maneira a mascarar as limitações desse modelo, que em última instância busca proteger a

ordem moral tradicional, enquanto deslegitima abordagens mais inclusivas de direitos. Ao se promover uma ideia de universalidade, essa retórica acaba ignorando a diversidade das configurações familiares e excluindo, por exemplo, as famílias que não seguem o modelo heteronormativo. Esse movimento discursivo, portanto, busca instaurar uma visão ideológica que não apenas recusa a pluralidade familiar, mas também marginaliza as formas de organização social que desafiam a heteronormatividade.

Alves e Castellitti (2025) analisam diversas iniciativas concretas que encarnaram o giro familista do governo Bolsonaro. Entre essas iniciativas estão o *Programa Reconecte*, o *Programa Famílias Fortes* e a ação *Equilíbrio Trabalho-Família*, todas voltadas para a promoção de um modelo de família tradicional. Essas políticas se baseiam em conceitos e práticas já presentes nas políticas sociais, como o *fortalecimento de vínculos* e a *parentalidade positiva*, mas com um foco mais intenso na moralização e controle das dinâmicas familiares. A ideia de *parentalidade positiva*, por exemplo, envolve a promoção de um modelo de paternidade e maternidade que privilegia o papel dos pais como figuras centrais e moralmente responsáveis pela educação e bem-estar das crianças. No entanto, essa visão acaba restringindo as possibilidades de atuação de outras figuras familiares, como avós ou cuidadores não biológicos, e exclui famílias compostas por casais do mesmo sexo ou arranjos familiares não convencionais. Além disso, a ênfase no *fortalecimento de vínculos* e na *parentalidade positiv*a tem um caráter normativo, no sentido de que busca disciplinar as relações familiares, impondo uma visão de “como ser um bom pai” ou “boa mãe”.

O capítulo se aprofunda na dimensão ideológica e normativa dessa reconfiguração das políticas familiares. Alves e Castellitti (2025) destacam que a valorização da família e a construção de um discurso em torno da proteção da vida não são apenas medidas de promoção do cuidado ou de apoio à parentalidade, mas mecanismos para reinstalar uma forma de *liberdade negativa* que visa proteger o espaço privado das famílias contra o que é percebido como “interferências” externas, principalmente do Estado. Nesse sentido, a *liberdade negativa* ganha uma função fundamental: garantir que a família, como unidade básica da sociedade, seja protegida das políticas públicas que buscam intervir em suas dinâmicas internas, especialmente no que diz respeito à igualdade de gênero e aos direitos sexuais.

Em vez de proteger liberdades individuais, a *liberdade negativa* passa a servir de argumento para preservar hierarquias de gênero e relações de poder no interior da família, legitimando normas tradicionais que restringem a autonomia de mulheres e de pessoas LGBTQIA+. Apresentada como mera não intervenção estatal, essa concepção tende, na prática, a manter relações desiguais e a excluir arranjos familiares não normativos. Alves e Castellitti (2025) apresentam, como exemplo, o clamor em torno do *homeschooling,* que transfere para a esfera privada responsabilidades públicas de educação e cuidado, criando ambientes em que o controle moral e normas familiares rígidas prevalecem. Medidas como essa podem ser lidas à luz da campanha contra a discussão de *gênero* na escola, já que a instituição escolar e os professores são frequentemente retratados como possíveis "doutrinadores" de crianças, o que enfraquece o papel da escola laica na educação para a cidadania, na ampliação de direitos específicos e no combate às violências e à discriminação.

As autoras alertam, ainda, para o efeito restritivo dessa *liberdade negativa* no âmbito das políticas de igualdade. A valorização da família tradicional e a centralidade da maternidade e paternidade no discurso oficial não apenas limitaram a presença do Estado em políticas de cuidado, mas também redefiniram o papel das mulheres na sociedade, especialmente no que diz respeito aos seus direitos de escolha e autonomia. Ao promover políticas que vinculam a mulher à maternidade e a família ao tradicionalismo moral, o governo Bolsonaro não apenas desresponsabiliza o Estado em questões de cuidado e igualdade, mas também coloca em risco direitos fundamentais, como a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero. A *liberdade negativa*, portanto, deixa de ser uma defesa das liberdades individuais e é ressignificada como um dispositivo de controle, que limita a participação do Estado em questões de igualdade e reforça um modelo social excludente e conservador.

A discussão sobre as políticas de proteção da infância encerram o relatório com um capítulo produzido por Carolina Machado Mombach. Mombach (2025) focaliza como a retórica da proteção da infância passou a ser mobilizada pelo MMFDH como força política central desde 2019. A autora aponta que a infância deixa de ser tratada apenas como objeto de políticas sociais e passa a funcionar como sinal político: crianças e adolescentes são representados como sujeitos fragilizados expostos a "ideologias". Essa articulação transforma a proteção da infância em

argumento legitimador de medidas que visam conter discussões sobre gênero e sexualidade no espaço público e escolar, convertendo preocupações pedagógicas em justificativa para políticas de controle.

Mombach (2025) analisa a redefinição da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) evidenciando como suas funções formais foram reinterpretadas para priorizar a primazia da família na proteção da criança. A ênfase normativa deslocou o eixo das intervenções do caráter universal e distributivo para uma lógica de tutela centrada na família, o que resultou em medidas voltadas mais à supervisão e à disciplina do que à ampliação de direitos. Em consequência, políticas que antes buscavam garantir acesso e igualdade passaram a conviver com práticas que reforçam a autonomia do núcleo familiar em detrimento da ação estatal redistributiva.

O capítulo de Mombach (2025) documenta, ainda, a alteração das instâncias de participação e controle social. Houve um enfraquecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e de mecanismos deliberativos, substituição de técnicos por indicados alinhados a redes conservadoras e maior dependência de parcerias terceirizadas. Esses movimentos reduziram o pluralismo consultivo e integraram atores religiosos e organizações privadas à governança da infância, promovendo uma reconstrução normativa em que saberes técnicos são ressignificados segundo pautas neoliberais e morais. O resultado prático foi a diminuição de espaços de escuta e de crítica social, com reflexos diretos na formulação e implementação de políticas.

Mombach (2025) descreve como instrumentos apresentados como “boas práticas” de proteção passaram a funcionar em arranjos que terceirizam responsabilidades e naturalizam abordagens punitivas. Exemplos centrais são a Escuta Protegida, os Centros de Atendimento Integrado (CAI), o aplicativo SABE e a articulação com organizações como a *Childhood Brasil*. Esses dispositivos, embora legitimados como medidas técnicas, foram organizados em parcerias que favorecem atores conservadores e orientam intervenções para a tutela moral, em vez de fortalecer redes públicas universais de cuidado.

Chama atenção, no capítulo de Mombach (2025), como as políticas de combate à gravidez precoce do governo Jair Bolsonaro se articulam com casos concretos de violência e vulnerabilidade infantil. Programas como o *Programa*

Protege Brasil e campanhas promovidas pelo MMFDH enfatizam a importância da participação da família na educação sexual dos filhos, promovendo a abstinência sexual como forma de prevenção e responsabilizando os familiares pela proteção das crianças. Essas políticas, embora apresentadas como mecanismos de cuidado, acabam por deslocar do Estado parte da responsabilidade sobre a proteção e a garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Mombach (2025) apresenta o caso da menina de 10 anos de São Mateus, Espírito Santo, que ilustra de maneira dramática essas tensões. A criança, vítima de violência sexual por um parente, engravidou e teve a gestação confirmada às 22 semanas. Conforme detalhado por Mombach (2025), seus familiares buscaram judicialmente a interrupção da gravidez, medida prevista em lei, mas enfrentaram a recusa inicial do hospital público local, a intervenção da então ministra Damares Alves e aliados, e o risco de exposição pública com o vazamento de informações sobre a realização do procedimento (Mombach, 2025, p. 96). Mesmo após a transferência para outro hospital, a menina sofreu revitimização por meio de manifestações públicas e ataques verbais. Esse episódio evidencia como, na prática, políticas que deveriam proteger e garantir direitos podem se transformar em instrumentos de vulnerabilização, colocando em conflito direitos reprodutivos, proteção da infância e disputas políticas, e revelando as contradições das políticas de combate à gravidez precoce no contexto do governo Jair Bolsonaro.

Por fim, Mombach (2025) destaca o caráter biopolítico e moralizador dessa agenda: a invocação da proteção infantil não ampliou, de fato, direitos, mas serviu como mecanismo de regulação social que securitiza a infância segundo agendas religiosas e conservadoras. Casos emblemáticos analisados no capítulo, como a intervenção da então Ministra Damares Alves no caso da menina de dez anos, ilustram como a política para infâncias de Jair Bolsonaro e Damares Alves funcionou para produzir pânico moral, desmantelar mecanismos participativos e consolidar práticas que restringem a autonomia das crianças e a proteção universal.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de compreender os sentidos de democracia e liberdade para Bolsonaro, são analisadas as transcrições das transmissões ao vivo realizadas no canal oficial de Jair Bolsonaro no Youtube durante o período em que foi Presidente da República.

Estudar o que os políticos dizem é tão relevante quanto analisar o que fazem, pois o discurso também é uma forma de ação política. As palavras, argumentos e narrativas que produzem revelam visões de mundo, valores e estratégias de legitimação do poder. Nesse sentido, analisar o que Jair Bolsonaro fala constitui uma via privilegiada para “compreender a construção de sentido sobre o mundo social” (Miguel et al., 2017) realizada pela direita que ocupou o poder executivo entre 2019 e 2022.

O discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas também uma prática social que produz e reproduz relações de poder. Ele é uma forma de atuação política que pode ser usada para exercer controle sobre os outros. Foucault (1979) argumenta que o poder não é algo que é possuído por uma pessoa ou grupo, mas algo que é exercido por meio de relações sociais. O discurso é uma das formas pelas quais o poder é exercido. As palavras que usamos para descrever algo podem ser influenciadas por estereótipos e preconceitos que reforçam relações de poder desiguais.

A ação política do discurso pode ser observada em diversos contextos, como na mídia, na política e na educação. A mídia pode, por exemplo, usar o discurso para moldar a opinião pública sobre questões políticas ou sociais, enquanto os políticos podem usar o discurso para construir identidades, reforçar valores e mobilizar afetos. Na educação, o discurso pode ser usado para perpetuar ideologias e valores culturais dominantes, como a heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, estudar o que Jair Bolsonaro diz é fundamental para compreender como seu discurso atua politicamente na produção de sentidos sobre democracia, liberdade e moralidade. As lives semanais do ex-presidente são um exemplo de como o discurso pode funcionar como instrumento de poder, ao reforçar ideologias e valores culturais dominantes, criar bolhas de opinião e intensificar a polarização social. Nessas transmissões, Bolsonaro faz uso de uma retórica inflamada e polêmica, que serve para armar seus seguidores ideologicamente e consolidar sua base de apoio.

A importância da internet e das mídias sociais digitais nesse contexto não pode ser ignorada. Com a expansão da internet, houve um aumento exponencial na quantidade de informações disponíveis para as pessoas e a possibilidade de comunicação em massa. As mídias sociais digitais, em particular, tornaram-se plataformas para que pessoas e organizações se comuniquem diretamente com um grande número de seguidores. Essa facilidade de acesso à informação e comunicação pode ter efeitos significativos na forma como o poder é exercido e nas relações sociais.

No caso das lives de Bolsonaro, a internet e as mídias sociais digitais permitem que ele se comunique diretamente com seus seguidores, sem a mediação dos canais tradicionais de mídia. Isso lhe permite transmitir sua mensagem sem filtros ou críticas, reforçando sua posição como um líder carismático e próximo ao povo e criando uma base de seguidores fiéis. Além disso, as mídias sociais digitais são plataformas ideais para a criação de bolhas de opinião, onde os seguidores são expostos apenas a informações e opiniões que confirmam suas crenças, reforçando a polarização na sociedade brasileira.

> Bolsonaro acolhe as demandas de sua audiência digital e busca referendá-las, ofertando fórmulas e argumentos que são posteriormente reivindicados por esses mesmos grupos, tanto para garantir a coesão interna como para enfrentar as óbvias oposições que produz (Moraes; Silva, 2021).

Ao mesmo tempo, a retórica de Bolsonaro é muitas vezes marcada por um discurso agressivo e confrontacional, que visa atacar seus oponentes políticos e reforçar sua imagem como um *outsider* que luta contra as elites políticas. Isso acaba por levar a uma polarização ainda maior na sociedade brasileira, criando uma narrativa de "nós contra eles".

Ele faz uso de estereótipos e preconceitos, muitas vezes com relação a minorias étnicas, sexuais ou ideológicas, para reforçar a imagem de que seu grupo é superior aos outros. Isso leva a uma cultura de ódio e discriminação entre seus seguidores, que se sentem justificados em suas crenças e comportamentos por meio do discurso do ex-presidente.

Ao analisar o conteúdo do discurso do ex-presidente, podemos ver como ele arma retoricamente seus seguidores, polariza a sociedade brasileira e reforça valores discriminatórios. A presente pesquisa de doutorado buscou analisar a retórica do discurso político de Jair Bolsonaro, especificamente em suas lives semanais transmitidas pelas redes sociais digitais, com o objetivo de compreender como a

direita, representada nos pronunciamentos de sua principal liderança, reformula os conceitos de liberdade e democracia para promover a desdemocratização. Em outras palavras, a pesquisa pretendeu investigar como o discurso de Bolsonaro mina as instituições democráticas e impõe uma visão autoritária de governo.

Para alcançar esse objetivo geral, a pesquisa se concentrou em dois objetivos específicos. O primeiro objetivo é *identificar os temas mobilizados pela Nova Direita no discurso sobre democracia e liberdade*. Isso implica analisar as ideias e conceitos que são frequentemente utilizados por Bolsonaro para descrever e defender sua visão de democracia e liberdade. O segundo objetivo da pesquisa foi *identificar a ocorrência e a relevância da argumentação antifeminista no discurso sobre democracia e liberdade proferido por Jair Bolsonaro*.

Em suma, a pesquisa de doutorado buscou compreender como Jair Bolsonaro, então liderança da direita brasileira, se apropria dos conceitos de liberdade e democracia em seu discurso político, e como essa retórica pode estar sendo utilizada para promover a desdemocratização. Ao analisar o conteúdo das lives semanais de Jair Bolsonaro, a pesquisa pretendeu contribuir para um melhor entendimento da ascensão de uma direita radicalizada que esteve à frente do Poder Executivo por quatro anos e da desdemocratização na política brasileira, dando pistas de como ela ocorre também no resto do mundo.

Para se alcançar o objetivo geral exposto anteriormente, foram analisados os argumentos sobre democracia e liberdade proferidos em suas lives através das abordagens analíticas da Teoria Política Feminista e a da Cultura Política, levando em conta, além dos interesses egoístas de Bolsonaro, seus “valores, sentimentos, crenças e conhecimentos” (Rennó, 1998) para compreender sua construção de sentido sobre o mundo social.

Atores estatais, como o ex-presidente, para além de empreenderem ações que garantem a manutenção de seus cargos e sua situação econômica, atuam de acordo com o que conhecem, sua visão de mundo orientada pelo que aprenderam dentro da família, em seus círculos de amizade, nas escolas, igrejas e quartéis que frequentaram, com o que assistiram na televisão, cinema ou teatro, etc.

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que possibilitaram a inferência descritiva sobre a disputa de sentidos de democracia e liberdade por parte da nova direita brasileira. Nesse tipo de abordagem, conforme Gerring (2012), a inferência descritiva refere-se ao esforço de formular conclusões

sobre as características e os padrões observáveis de um fenômeno a partir de evidências empíricas sempre parciais. Diferentemente da inferência causal, que busca explicar por que algo ocorre, a inferência descritiva procura compreender o que ocorre, quem são os atores envolvidos, quando e de que modo se manifestam determinados processos. Gerring (2012) defende que se trata de um tipo de inferência legítima e necessária à pesquisa empírica, ainda que sujeita a maiores desafios relacionados à subjetividade da pesquisadora.

Com base nessa perspectiva foi efetuada uma Análise de Conteúdo das transmissões ao vivo realizadas por Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022, classificando os argumentos encontrados a partir de expressões ou palavras significativas (Minayo, 2007 apud Cavalcante et al., 2014).

O principal método adotado para o exame das *lives* se trata, portanto, da abordagem qualitativa da Análise de Conteúdo categorial. Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião em seu manual (2021) definem Análise de Conteúdo como

> uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, 2021).

A proposta clássica de Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (2016) organiza-se em três etapas principais: *pré-análise, exploração do material* e *tratamento dos resultados*. Embora amplamente utilizada, essa estrutura tem sido criticada por sua excessiva generalidade e pela ausência de orientações mais precisas sobre os procedimentos analíticos. Com o intuito de superar essas limitações, Sampaio e Lycarião (2022) e, posteriormente, Sampaio et al. (2024) aprofundam o método, detalhando etapas e procedimentos intermediários que conferem maior rigor, transparência e rastreabilidade à análise. Suas propostas ampliam a perspectiva original de Bardin, integrando dimensões de planejamento, validação e confiabilidade ao processo analítico, sem perder de vista o caráter interpretativo da abordagem qualitativa.

Sampaio et al. (2024), com o objetivo de oferecer um procedimento mais detalhado, sistemático e replicável, apresentam um modelo de Análise de Conteúdo Qualitativa estruturado em onze etapas, organizadas em três grandes fases. A saber, *Conceituação, Desenho* e *Análise*. A fase de *Conceituação* compreende (1) a

identificação do problema de pesquisa e (2) a formulação das questões de pesquisa e hipóteses, ambas ancoradas na revisão da literatura.

Em seguida, na fase de *Desenho*, o pesquisador deve (3) selecionar as unidades de análise; (4) criar e definir categorias, elaborando o livro de códigos; (5) definir a amostragem ou a construção do corpus qualitativo; (6) testar as categorias e regras de codificação; (7) treinar os codificadores; e (8) realizar a codificação.

Por fim, na fase de *Análise*, o modelo propõe uma (9) análise qualitativa aprofundada; (10) a interpretação e o relato dos resultados e, por último, (11) os cuidados em termos de atingir critérios de validade, confiabilidade e replicabilidade, assegurando rigor metodológico e transparência no processo analítico.

Considerando as contribuições do modelo de Análise de Conteúdo Qualitativa proposto por Sampaio et al. (2024), foram utilizados seus princípios orientadores como referência para a condução desta pesquisa. A seguir, apresento de forma detalhada o percurso metodológico adotado.

Inicialmente foi realizado o primeiro contato com o material, assistindo aos vídeos das lives de Bolsonaro, que estão disponíveis na aba *Ao Vivo* de seu canal[14] no Youtube e que foram organizados pela pesquisadora em *Playlist*[15] no Youtube.

Notou-se que as lives periódicas foram utilizadas durante a campanha de 2018 e durante a transição do governo e retornaram posteriormente, a partir de março de 2019, como lives semanais comentando os assuntos da semana.

Foram encontrados, entre outubro[16] de 2018 e dezembro de 2022, 212 vídeos de transmissões ao vivo, como evidenciado na Tabela 1.

Após a organização da playlist[17], foi realizado o download de todos os vídeos, com o auxílio da ferramenta *ByClick*[18], a coleta de dados dos vídeos com o auxílio da ferramenta *Youtube Data Tools*[19], e a transcrição do material com o auxílio da ferramenta *YouTube Summary*[20], extensão do Google Chrome que utiliza inteligência

---

[14] Disponível em: <https://www.youtube.com/@jbolsonaro/streams>.
[15] Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLQMYK8jtozAsz9NTdmoo4VgtiVLNKBWmr&si=DySZ5s97bBoxsdjb>.
[16] A busca no canal do Youtube foi realizada em 2023 de forma manual, sendo possível encontrar transmissões somente a partir de outubro de 2018.
[17] Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLQMYK8jtozAsz9NTdmoo4VgtiVLNKBWmr>.
[18] Disponível em:< https://www.byclickdownloader.com/pt/>.
[19] Disponível em:< https://tools.digitalmethods.net/netvizz/youtube/>.
[20] Disponível em: <https://glasp.co/youtube-summary?ref=youtube-summary>.

artificial para transcrever vídeos do Youtube. O *YouTube Summary*, embora tenha transcrito a maior parte do material, apresentou algumas falhas, deixando de transcrever poucos vídeos. Essa lacuna foi suprida com o uso da coleção de transcrições das lives de Bolsonaro[21] disponibilizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e com banco de dados de Beatriz de Assis Becerra.

Tabela 1 – Distribuição de vídeos por período (2018-2022)

Mês/ Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Janeiro	-	0	4	3	6	
Fevereiro	-	0	4	2	8	
Março	-	4	4	5	9	
Abril	-	4	3	4	7	
Maio	-	4	2	3	1	
Junho	-	4	3	2	6	
Julho	-	3	5	9	4	
Agosto	-	2	1	14	6	
Setembro	-	4	4	5	8	
Outubro	13	2	3	1	10	
Novembro	1	3	4	5	0	
Dezembro	3	2	2	5	1	
Total:	17	32	39	58	66	212

Fonte: Elaboração própria com dados coletados no canal do Youtube de Jair Bolsonaro em dezembro de 2022.

A partir do contato com os vídeos e da revisão da literatura, foi possível formular a questão de pesquisa, bem como as hipóteses, que são listadas a seguir. A presente pesquisa procura responder à questão "*Como a direita, representada por sua principal liderança, Jair Bolsonaro, reformula os conceitos de liberdade e democracia para promover a desdemocratização no Brasil?*" e é norteada por três hipóteses: (1) Bolsonaro constrói um binarismo discursivo que associa a esquerda ao comunismo, à corrupção e à ditadura, e a direita à democracia e à liberdade, utilizando essa narrativa para deslegitimar instituições democráticas apresentadas como infiltradas pela esquerda; (2) Bolsonaro redefine o significado de liberdade e democracia ao vinculá-los à defesa da moralidade cristã tradicional, apresentando pautas feministas e de gênero como ameaças à família, à sociedade e à própria democracia; e (3) Bolsonaro identifica a democracia com sua própria liderança e com a vontade de seus apoiadores, convertendo a lealdade ao líder em critério de legitimidade política e esvaziando o pluralismo democrático.

[21] Disponível em: <https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=06c9fc1d7e694554>.

Finalizada a fase de *Conceituação*, foi iniciada a fase *Desenho* da Análise de Conteúdo.

Com o auxílio do software MAXQDA foi possível codificar o universo das lives de forma automatizada, através da Auto codificação com o dicionário. Foram codificados os parágrafos a partir de palavras significativas, conforme apresentado na Tabela 2. A auto codificação com dicionário no MAXQDA é uma técnica que possibilita a identificação e alocação automática de códigos a segmentos textuais com base em um dicionário previamente estabelecido, contendo termos-chave pertinentes ao estudo em questão. Inicialmente, é criado o dicionário, onde são listados os termos de interesse. Posteriormente, o software efetua uma análise do texto, buscando correspondências entre seu conteúdo e os termos constantes no dicionário. Ao identificar uma correspondência, o MAXQDA atribui automaticamente um código relativo ao trecho textual correspondente. É importante ressaltar que, na auto codificação, um mesmo trecho pode ser associado a mais de um código. Tal abordagem otimiza consideravelmente o processo de codificação manual, sobretudo em contextos de análise extensiva de dados textuais, facilitando a identificação ágil de seções relevantes do texto, com base em termos-chave predefinidos.

Tabela 2 – Códigos de pesquisa e segmentos codificados com o MAXDictio

Código	Itens de pesquisa	Segmentos codificados
Liberdade	“liberdade”, “livre”, “livres”, “libertar” e “liberdades”	892
Democracia	“democracia”, “democrático”, “democratizar”, “democracias”, “democrata”, “quatro linhas” e “4 linhas”	474
Antigênero	“ideologia de gênero”, “feminista”, “feministas”, “LGBT” e “aborto”	179
	Total:	1545

Fonte: elaboração própria a partir da auto codificação do MAXQDA

É importante destacar que a transmissão realizada em 23/10/2022, às vésperas do segundo turno das eleições, apresenta uma duração significativamente diferente das demais lives, que geralmente variam entre vinte minutos e uma hora. A chamada *Live da Liberdade*, dividida em dois vídeos, tem duração total de 16h59min e contou com 255 trechos codificados como *Liberdade*, 73 como *Democracia* e 79

como *Antigênero*. Desconsiderando essa transmissão, a codificação dos demais vídeos fica conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3 – Segmentos codificados com o MAXDictio desconsiderando a "Live da Liberdade"

Código	Segmentos codificados
Liberdade	637
Democracia	398
Antigênero	100
Total:	1135

Fonte: elaboração própria a partir da auto codificação do MAXQDA

A partir da autocodificação, foi possível identificar trechos relevantes das transcrições e, a partir deles, selecionar uma amostra. Para essa seleção, inicialmente foram excluídos os documentos das transcrições que não foram codificados com o MAXDictio, bem como as transcrições das transmissões ao vivo que eram entrevistas[22] e não lives semanais. Em seguida, procedeu-se a limpeza e organização do corpus, separando o texto das transcrições conforme a unidade de análise e excluindo os trechos não codificados. Adotou-se como unidade de análise a *quasi-sentence*, "entendida como um argumento (expressão verbal de uma ideia política ou questão)" (Tarouco; Madeira, 2013: 164).

A amostra selecionada para análise contempla as transcrições de 109 lives semanais transmitidas por Jair Bolsonaro durante seu período como Presidente da República, que estão distribuídas conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição de vídeos por período (2019-2022)

Mês/ Ano	2019	2020	2021	2022	Total
Janeiro	0	2	3	2	
Fevereiro	0	2	1	4	
Março	3	1	2	5	
Abril	3	0	3	3	
Maio	3	1	3	1	
Junho	2	2	2	0	
Julho	2	3	4	4	
Agosto	1	0	3	3	
Setembro	1	3	5	8	
Outubro	3	3	1	3	
Novembro	2	3	1	0	
Dezembro	2	1	4	1	
Total:	22	21	32	34	109

Fonte: Elaborado a partir da tabela "Perfis de documentos" gerada pelo MAXQDA após a limpeza do corpus.

[22] Inicialmente, a proposta previa incluir as entrevistas na análise; contudo, a pesquisadora optou por excluí-las, concentrando a investigação apenas nas lives semanais.

Após a seleção da amostra e construção do corpus, foi possível categorizar o material manualmente, com o auxílio do MAXQDA, atribuindo a cada segmento (unidade de análise) uma das categorias elaboradas.

As categorias analíticas foram construídas pela pesquisadora em observação ao princípio de validade da categorização na Análise de Conteúdo, sendo elaboradas a partir dos objetivos e das hipóteses, contando com o auxílio da literatura sobre a Nova Direita e o Bolsonarismo, garantindo "uma adequação epistemológica entre os propósitos da pesquisa e os instrumentos utilizados para identificar o fenômeno sob investigação" (Sampaio; Lycarião, 2018, p. 33). Tais categorias, portanto, foram elaboradas de forma a resolver o problema e os objetivos da pesquisa, buscando identificar distintas concepções de democracia e liberdade presentes nos trechos das lives, bem como a ocorrência dos temas antigênero.

A fim de observar o princípio da replicabilidade na Análise de Conteúdo, apresento, a seguir, a descrição das categorias de forma detalhada e com exemplos (Sampaio; Lycarião, 2018: 34).

Bolsonaro Democrata

Descrição: Afirmações em que Bolsonaro se apresenta como defensor da democracia e da Constituição, reforçando a ideia de que governa "dentro das quatro linhas" e que respeita os limites legais do cargo. Inclui enunciados de contraposição a acusações de autoritarismo e de identificação entre a democracia e sua própria liderança.

Exemplo: "*Eu tenho um compromisso para com o povo brasileiro e é governar dentro das quatro linhas da Constituição. É isso eu vou fazer. [...] Nós temos a máquina na mão, não vamos usar máquina para jogar fora das quatro linhas da Constituição. Em dois anos e meio não viram uma só canetada minha que ferisse algum dispositivo constitucional. Muito pelo contrário, quase sempre tem autoridade fora das quatro linhas atirando em cima da gente. Nós estamos mantendo a linha. Estamos governando por exemplo. Um governo que honra o seu mandato, que procura dar o exemplo, que quer o melhor para o seu país, que têm demonstrado que o seu país tem tudo pra melhorar*" (29/07/2021).

Regras do jogo

Descrição: Defesas do equilíbrio e da divisão entre os Poderes, assim como do respeito às instituições democráticas. As menções costumam reafirmar a importância do funcionamento harmônico das instituições, ainda que frequentemente sirvam para sugerir que há um desequilíbrio ou interferência indevida de algum Poder. Também inclui momentos em que Bolsonaro recorre à ideia de separação dos poderes para explicar aos seus seguidores que determinadas medidas não dependem apenas dele, reforçando a imagem de um presidente limitado por regras institucionais.

Exemplo: "*Eu acho que o equilíbrio dos poderes tem que existir tá e nós sabemos por onde é que anda o desequilíbrio aqui no Brasil, são as ações estão aí*" (28/07/2022)

Forças Armadas

Descrição: Apresentação das Forças Armadas como guardiãs da democracia e da liberdade, legítimas defensoras da nação diante de ameaças internas ou externas. Essa narrativa reforça a ideia de que os militares possuem um papel moral e patriótico superior na proteção do país e de seus valores.

Exemplo: "*Hoje de manhã nós tivemos no corpo de fuzileiros navais do Rio de Janeiro. É. Estava comemorando seu 211º aniversário. Usei da palavra e para variar, não é? Vai dar polêmica. Em dado momento, quando eu falei que aqui no Brasil nós devemos as forças armadas, a nossa democracia e a nossa liberdade e assim é em todo lugar do mundo. E essa fala já começou a levar para o lado, as mais variadas interpretações possíveis. Então, general Augusto Heleno do meu lado aqui. Mais antigo, mais idoso, mais experiente. É uma satisfação tê-lo como ministro, que é uma pessoa que nos aconselha. É aquela pessoa que no momento difícil, inclusive sempre nos ajuda a buscar uma solução. é, o senhor achou a nossa, o meu pronunciamento hoje, lá no Rio de Janeiro é polêmico? Algo de que deixa alguma dúvida que eu estaria num caminho errado naquilo que eu falei, no tocante a que as forças armadas né, no Brasil, sempre estiveram lá a democracia e a Liberdade*" (07/03/2019).

Ideia golpista

Descrição: Declarações que expressam disposição para agir fora da legalidade em nome da "liberdade". Inclui menções de Bolsonaro a conselhos de seu entorno para agir contra as instituições e discursos em que afirma estar disposto a "dar a vida

pela liberdade" e convoca o público a assumir o mesmo compromisso, reforçando um sentido de ruptura com a ordem democrática.

Exemplo: "*Eu sempre disse que ia jogar dentro das quatro linhas da Constituição. Alguns se irritam e querem que eu saia por aí escalpelando os outros, fechando instituições, prendendo, atirando…*" (09/09/2021).

Fraude eleitoral

Descrição: Denúncias de supostas fraudes nas eleições e defesa do "voto impresso" (também chamado de "voto auditável" e "voto democrático") como forma de garantir a transparência do processo. Inclui críticas às urnas eletrônicas e convocações de manifestações em defesa do voto impresso.

Exemplo: "*Eu aceito qualquer um que se eleja o ano que vem, eu passo a faixa numa boa, mas numas eleições limpas. Esse voto eletrônico apenas, digo mais, com toda a certeza a fraude não será apenas para Presidente. Será para governadores, para senadores, deputados federais, estaduais… E daí, pessoal? Vocês vão falar o quê? Quem tá contra o voto auditável. Ele perdeu a eleição, ele perdeu a eleição. Ele tem certeza que ganhou. Ele vai reclamar para quem? Para o Papa?*" (01/07/2021).

Anticomunismo

Descrição: Associação da esquerda, especialmente o PT, ao comunismo, à corrupção e a regimes ditatoriais, como Cuba e Venezuela. Neste enquadramento, qualquer pessoa ou instituição pode ser rotulada como de esquerda e, portanto, apresentada como um inimigo autoritário que ameaça a democracia e a liberdade.

Exemplo: "*Eu quero ir para Pacaraima, a divisa ali com a Venezuela, ver, são centenas de pessoas chegam por dia aí fugindo do regime lá do do Maduro né, do falecido Chaves, tão apoiado por Lula, pelo PT. O Lula mesmo dizia né, quando começou a faltar papel higiênico na Venezuela, ele foi para defender o Chaves naquela época 'na Venezuela pode faltar tudo, menos democracia'. Mulheres que chegam, muitas grávidas, com uma criança no colo o outro no braço, uma trouxa de roupa na cabeça. Chegam mineradas, ou seja, o pessoal arranca o dinheiro que elas têm no meio do caminho, muitas é se prostitui, são obrigadas a fazer isso para poder alimentar seus filhos e vem para o Brasil. Nós não queremos isso para o nosso Brasil*" (30/09/2021).

Liberdade individual

Descrição: Defesa da liberdade individual em sentido amplo, frequentemente amparada na citação ao artigo 5º da Constituição Federal. Inclui o direito de ir e vir durante a pandemia e posicionamentos contrários ao passaporte vacinal e à obrigatoriedade da vacina.

Exemplo: "*É a liberdade e sentimos por ocasião da pandemia ações de alguns governadores e prefeitos depois de empoderamento do Supremo Tribunal Federal se comportarem com protótipos de ditadores e botando botando guarda municipal para aprender hoje é uma mulheres na praia para derrubar a mulher em praça pública como em Araraquara e prendê-la. O completo descaso os direitos e garantias individuais. Queremos isso para o nosso Brasil?*" (29/07/2021).

Liberdade de imprensa

Descrição: Defesa da capacidade da imprensa de operar livremente, sem censura, controle ou regulamentação governamental.

Exemplo: "*Falam tanto em liberdade de imprensa... No que depender de mim não vai ter controle social nenhum da mídia, como o Lula acabou de dizer [tosse] Como o Lula disse há 15 dias atrás que ia controlar a mídia caso volte à presidência*" (09/09/2021).

Liberdade de expressão

Descrição: Defesa da liberdade de expressão como oposição à censura de determinados temas. Engloba críticas a medidas de combate às fake news, entendidas como tentativas de silenciar opiniões, e posicionamentos contrários à censura de conteúdos sobre vacinas, o vírus e supostas fraudes nas urnas eletrônicas.

Exemplo: "*E se um dia quiser criar uma lei pra punir fake news, não vai contar com meu apoio, que mais sofri fake news ao longo da minha vida toda. Não foi apenas durante a campanha, mas é Liberdade de expressão, no meu entender*" (05/09/2019).

Censura

Descrição: Promoção ou expressão do desejo de censura a manifestações artísticas, eventos científicos e à programação da mídia de massa.

Exemplo: “*Inclusive, o nosso filme estão fazendo a partir de agora, não vai ter mais questões, ideologia, aquelas mentiras todas do de história. É passado nosso, não é? É falando mentiras sobre o período de 64-85 no passado, também. Mentiras do presente é sempre conduzindo, fazendo a cabeça da população como esse pessoal da esquerda fosse os mais puros, éticos e morais do mundo. E o resto fosse o resto. Perderam esta, vote melhor na próxima na próxima eleição que perderam. Eu não quero citar aqui o nome de filmes que eu peguei na. Lá na fazendo na Embrafilme, no corrente ano que eu tenho vergonha de fazer vergonha de falar vergonha eu não vou falar o nome dos filmes que. Uma vergonha, algo parecido com. Não vou falar que tenho vergonha, está mexe com religião. Eu acho que o evangélico católico mexe com criança, mexe com. Com afrodescendente mexe com pessoa deficiente e tudo com a questão de sexo no meio, então. É, nós. Nós estamos é censurando nada. Quem quiser fazer filme não é que faça, mas com o dinheiro, ter o próprio, não com dinheiro público*” (26/12/2019).

Liberdade e armas

Descrição: Defesa do armamento da população como sinal de liberdade.

Exemplo: “*Olha como o campo reage a nós, não é fácil você segurar demarcações de terras indígenas e quilombolas demarcações sem critérios como ocorria no passado. O homem do campo não tem mais invasão de terra, que acabamos com isso, que acabamos com dinheiro de ONG para o MST. A arma é um sinônimo, é um sinal de liberdade. O homem armado jamais será escravizado, estendemos o porte com apoio do Parlamento aos homens do Campo*” (29/07/2021).

Medicamento e liberdade

Descrição: Liberdade médica para prescrever tratamentos não indicados na bula e do paciente em tomar medicamentos sem eficácia contra doenças. Se trata especificamente do chamado “tratamento precoce” durante a pandemia do Coronavírus.

Exemplo: “*Agora enquanto não tem um remédio claro né? Pra atacar esse problema é válido isso aqui porque se eu não me engano eu chamo de off-label é isso? Fora da bula. Então o médico é que tem que ter essa liberdade não está na bula mas ele vai lá e prescreve. Quer prescrever hidroxicloroquina prescreve. Não quer quer oferecer outra coisa qualquer isso depende do médico off-label né? E do*

paciente. E muitos dizem que sem essa prática muitas doenças estariam sem tratamento até hoje. Muita coisa foi eh descoberto né? Eh com essas tentativas que a pessoa está acometida a doença sabe que vai ter um problema sério pela frente e se poderia né testar esse remédio que não que existe mais de cinquenta anos no Brasil em especial na região amazônica e é vendido lá tem uma tarja vermelha aqui pelo que eu sei lá era é vendido sem receita médica e tem dado certo pra alguns casos como alguns médicos também tem conversado comigo. Médicos renomados tem conversado comigo dizendo que a sua experiência a sua observação. A hidroxicloroquina tem dado certo. Então quem não tem uma uma outra alternativa que não fique querendo proibir. Né? A hidroxicloroquina por quem porventura queira tomá-la devidamente receitado por um médico" (23/07//2020).

Liberdade econômica

Descrição: São alocados os segmentos que acionam a liberdade em seu sentido econômico, defendendo não só a não regulação do mercado pelo Estado, mas também a propriedade privada e privatizações de empresas Estatais.

Exemplo: "*Tivemos uma experiência né de poucos anos atrás que não deu certo o controle de preços no primeiro momento muita gente lembra eu tô pagando aí ó tá o produto tanto, só que daqui dois, três, quatro meses vai começar a faltar o produto, vai ser vendido no mercado paralelo, explode o preço, não dá certo, não vai ser na marra de você vai consertar a economia. A economia ta dando certo por quê? É Paulo Guedes com a sua equipe ali indo pra... pra... liberdade Econômica, é... Liberal é... abrir os negócios, não dificultar a vida de quem quer trabalhar…*" (28/07/2022).

Religioso

Descrição: Defesa de dogmas religiosos. Uso de passagens bíblicas. Uso do secularismo estratégico, recurso discursivo que insere, de forma planejada, justificativas seculares na defesa de uma visão de mundo religiosa.

Exemplo: "*Então André Mendonça tem seus compromissos comigo, nada diferente do que em grande parte a vida dele enquanto Advogado Geral da União, enquanto Ministro da Justiça aqui do nosso governo também. Vai defender na íntegra a nossa Constituição Ok, defender a democracia e defender a liberdade. Eu não tive tempo de assistir, mas quem porventura assistiu a Sabatina né, é uma pessoa André*

Você demonstrou ser como nós conhecemos aqui, o João conhece muito bem, uma pessoa bastante equilibrada, um profundo conhecedor da legislação e um evangélico né, ou melhor é um pastor evangélico. Tinha esse compromisso, e na política João, você sabe que vale a palavra. Certo, falou é o fio do Bigode. Assumi o compromisso, se eu não me engano, foi início 2017, eu acho que estava no grupo de um encontro Gideões em Santa Catarina, onde eu falei né, 'Caso eu seja Presidente uma das duas vagas para o Supremo Tribunal Federal será preenchido por um terrivelmente evangélico'. Alguns aí, 'nossa,o Supremo é laico'. Olha, pessoal, o Estado é laico, agora eu sou cristão" (02/12/2021).

Pânico moral – Crianças

Descrição: Demanda de maior controle social contra uma categoria de indivíduos identificada como uma ameaça às crianças, ainda que não nascidas. Questões envolvendo crianças, educação, doutrinação e aborto.

Exemplo: "*Aqui o aborto né 'Brasil assume liderança de aliança internacional antiaborto'. Quem diria hein? Se fosse o governo do PT teria uma notícia dessa? Não. Agora temos né, temos Não, o PSOL tem uma ação no Supremo Tribunal Federal é, querendo aí legalizar o aborto até o 3º mês de gestação. Deixar bem claro aqui que no terceiro mês a criança já tem mão, tem boca, dedos, nariz, coração está todo formado e além disso ele já começa a se mover no útero da mãe e já tem até seus rins funcionam. Bom então, temos duas vagas, quem for eleito esse ano indica duas vagas para o Supremo no ano que vem*" (20/01/2022).

Pânico moral – LGBTQIA+

Descrição: Demanda de maior controle social contra uma categoria de indivíduos identificada como uma ameaça à sociedade e à ordem moral.

Exemplo: "*Direita vence na Itália e abre caminho para a senhora Georgia Meloni C talvez a primeira ministra lá eu vi o vi página do discurso dela ela se elegeu com o slogan de Deus Pátria família Parabéns a Geórgia essa onda aí seria bom pegar o mundo todo Deus pátria família para nós aqui tem uma liberdade um pouquinho a mais mas o discurso dela não quero comentar aqui foi bastante foi um pouco longo né mas o que ela fala lá é perfeitamente igual que nós falamos aqui o que nós queremos paz tranquilidade do Progresso respeito a criança em sala de aula. Pô, cada um na tua, pô, aquele cara que é diferente demais, fica na tua, não queira*

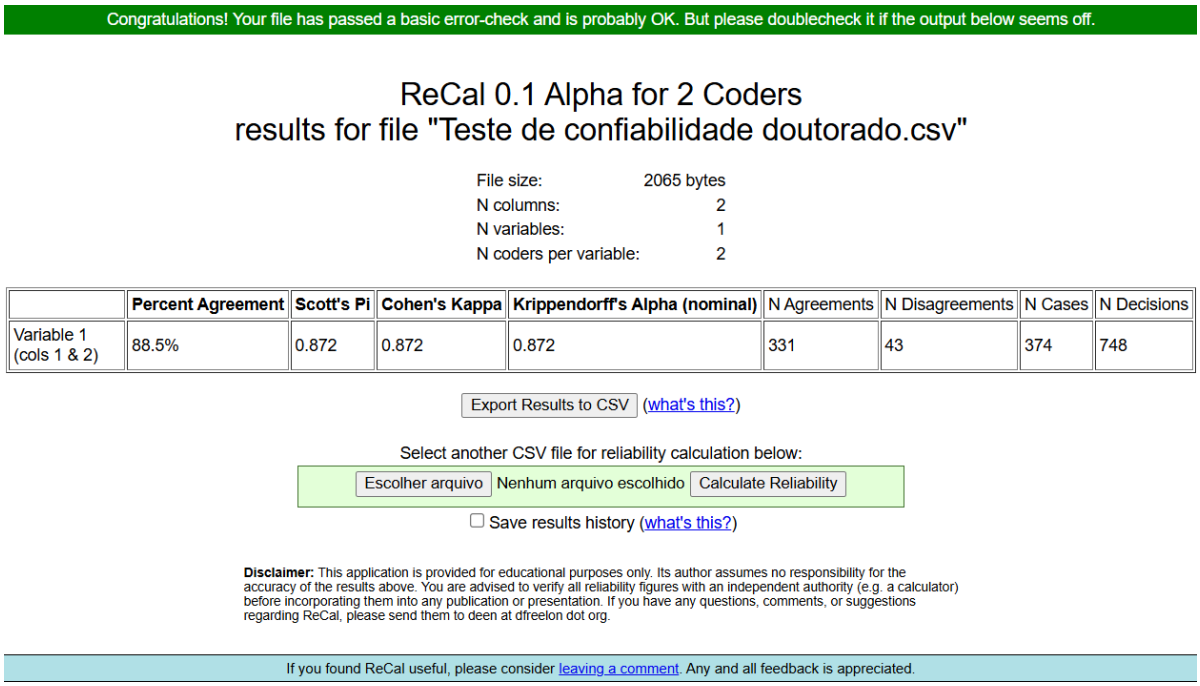
fazer impor a sua vontade, o seu jeito, os seus modos pra demais população. Vamos viver em paz, como nós vivemos há pouco tempo atrás antes dessa petralhada chegar o poder aqui no Brasil, onde eles começaram um nós contra eles e dividia a população né brancos e negros homos e héteros Pais e Filhos nordestinos e sulistas homos e héteros" (27/09/2022).

A fim de amenizar o problema fundamental da inferência descritiva, que apresenta maior suscetibilidade à subjetividade da pesquisadora (Gerring, 2012), foi realizado um teste de confiabilidade intercodificador[23] com o objetivo de verificar se diferentes codificadoras compartilham a mesma compreensão das variáveis de análise e se o procedimento de categorização pode ser replicado por outrem, produzindo resultados semelhantes (Sampaio; Lycarião, 2018, p. 32). O teste foi conduzido entre duas codificadoras: a pesquisadora autora da presente tese e uma colega cientista social que não participou da elaboração do desenho de pesquisa nem da construção das categorias analíticas, mas que recebeu treinamento prévio para a compreensão das categorias e das regras de codificação.

Como evidenciado na Figura 12, o teste de confiabilidade foi realizado por meio da ferramenta ReCal[24] (Freelon, 2017) e aplicado a um conjunto de 374 unidades de análise. Os resultados indicaram um percentual de concordância de 88,5%, correspondente a 331 concordâncias e 43 discordâncias entre as codificações. Adicionalmente, foram calculados o coeficiente Kappa de Cohen e o Alpha de Krippendorff para dados nominais, ambos resultando no valor de 0,872. De acordo com os parâmetros clássicos de interpretação do Kappa, esse valor indica uma concordância forte, classificada como quase perfeita, além de situar-se acima do patamar recomendado por Krippendorff para assegurar confiabilidade adequada para inferência. A convergência entre diferentes coeficientes reforça a robustez do procedimento adotado, indicando que a categorização é consistente, reprodutível e orientada por critérios compartilhados, reduzindo significativamente a influência de julgamentos individuais no processo analítico.

[23] A confiabilidade intercodificador consiste na verificação do grau de concordância entre diferentes pessoas responsáveis pela categorização do mesmo material empírico, permitindo avaliar se os critérios analíticos adotados são aplicáveis de forma consistente e reprodutível.
[24] Disponível em: < https://dfreelon.org/utils/recalfront/recal2/>.

Figura 12 – Teste de confiabilidade



Congratulations! Your file has passed a basic error-check and is probably OK. But please doublecheck it if the output below seems off.

ReCal 0.1 Alpha for 2 Coders
results for file "Teste de confiabilidade doutorado.csv"

File size: 2065 bytes
N columns: 2
N variables: 1
N coders per variable: 2

	Percent Agreement	Scott's Pi	Cohen's Kappa	Krippendorff's Alpha (nominal)	N Agreements	N Disagreements	N Cases	N Decisions
Variable 1 (cols 1 & 2)	88.5%	0.872	0.872	0.872	331	43	374	748

Export Results to CSV (what's this?)

Select another CSV file for reliability calculation below:

Escolher arquivo Nenhum arquivo escolhido Calculate Reliability

Save results history (what's this?)

Disclaimer: This application is provided for educational purposes only. Its author assumes no responsibility for the accuracy of the results above. You are advised to verify all reliability figures with an independent authority (e.g. a calculator) before incorporating them into any publication or presentation. If you have any questions, comments, or suggestions regarding ReCal, please send them to deen at dfreelon dot org.

If you found ReCal useful, please consider leaving a comment. Any and all feedback is appreciated.

Fonte: Elaboração própria a partir do *output* da ferramenta ReCal.

Os segmentos categorizados estão disponíveis nos anexos da tese, de forma a possibilitar a replicabilidade da análise por outros pesquisadores.

No capítulo a seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir da Análise de Conteúdo das lives semanais de Jair Bolsonaro, identificando os principais temas, padrões argumentativos e sentidos atribuídos à democracia e à liberdade em seu discurso.

5 RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da Análise de Conteúdo das transcrições das lives semanais de Jair Bolsonaro enquanto Presidente da República. O capítulo está organizado em seções que correspondem às categorias analíticas definidas no capítulo anterior; cada seção expõe e discute os resultados com base nessas categorias, ilustrando de que modo elas se manifestam no discurso do ex-presidente e contribuindo para a compreensão dos diferentes sentidos atribuídos à democracia e à liberdade ao longo das transmissões analisadas.

Tabela 5 – Frequência dos segmentos codificados

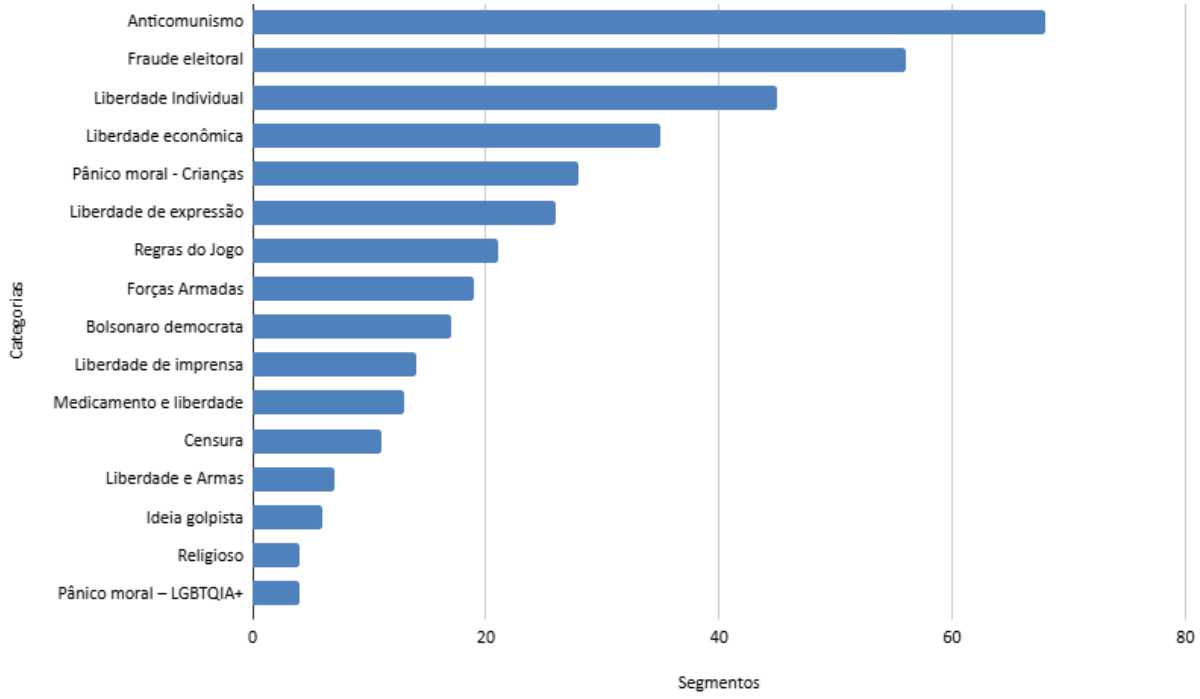
Código	Segmentos codificados	Porcentagem
Anticomunismo	68	18,18
Fraude eleitoral	56	14,97
Liberdade individual	45	12,03
Liberdade econômica	35	9,36
Pânico Moral - Crianças	28	7,49
Liberdade de Expressão	26	6,95
Regras do Jogo	21	5,61
Forças Armadas	19	5,08
Bolsonaro democrata	17	4,55
Liberdade de imprensa	14	3,74
Medicamentos e Liberdade	13	3,48
Censura	11	2,94
Liberdade e Armas	7	1,87
Ideia golpista	6	1,6
Religioso	4	1,07
Pânico Moral - LGBTQIA+	4	1,07
Total:	374	100%

Fonte: elaboração própria a partir da categorização feita com o auxílio do MAXQDA

A Tabela 5 e o Gráfico 1, que expõem os 374 trechos codificados, funcionam aqui como ponto de partida para uma leitura geral do material: as categorias de maior frequência são *Anticomunismo* (68 ocorrências, cerca de 18,2%) e *Fraude eleitoral* (56 ocorrências, cerca de 15%), o que evidencia a centralidade de narrativas de ameaça e de deslegitimação; em paralelo, um conjunto fragmentado de categorias vinculadas à noção de liberdade (*liberdade individual, liberdade econômica, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade e armas,* e *medicamentos e*

liberdade) soma aproximadamente 140 ocorrências, o equivalente a cerca de 37,4% do total, indicando que a liberdade atua como eixo agregador e multifacetado do repertório discursivo. As categorias associadas ao *pânico moral*, incluindo referências a *crianças* e a grupos *LGBTQIA+*, totalizam 32 trechos, aproximadamente 8,6% do corpus, o que sinaliza a presença consistente de repertórios moralizantes que articulam proteção da família e da infância com a defesa de determinados sentidos de liberdade e de democracia. Menções a dispositivos simbólicos e institucionais, como *Regras do Jogo* (21 ocorrências) e *Forças Armadas* (19 ocorrências), bem como autoproclamação como *Bolsonaro democrata* (17 ocorrências), aparecem de modo recorrente e funcionam como recursos retóricos para legitimar autoridade e personalizar a reivindicação de legitimidade política.

Gráfico 1 - Segmentos codificados



Fonte: elaboração própria a partir da categorização feita com o auxílio do MAXQDA.

A leitura integrada desses dados permite avançar em pelo menos três interpretações analíticas diretamente relacionadas às hipóteses desta pesquisa. Primeiro, a combinação de *Anticomunismo* com a autoproclamação de *Bolsonaro democrata* e a construção de *pânicos morais* confirma a construção de um binarismo discursivo que associa a esquerda a perigos como o comunismo, a erotização de crianças, a corrupção e a perda da ordem, enquanto naturaliza a associação entre

direita, valores cristãos, democracia e liberdade. Segundo, a dispersão do discurso *antigênero* entre diversas categorias analíticas evidencia que a construção dos conceitos de liberdade e democracia, nas lives de Bolsonaro, é atravessada por valores familiares cristãos e conservadores. Neste enquadramento, pautas de gênero e sexualidade defendidas por feministas e pessoas LGBTQIA+ são convertidas em sinais de ameaça à democracia, à liberdade e à própria sociedade. Terceiro, a ênfase na possibilidade de *Fraude eleitoral* e em enunciados relativos às *regras do jogo* democrático aponta para uma estratégia de deslegitimação das instituições eleitorais que, ao longo do *corpus*, contribui para deslocar a fonte de legitimidade do regime para a vontade percebida dos apoiadores e para a figura do líder.

Convém sublinhar algumas observações importantes. A contagem de segmentos indica proeminência temática, mas não traduz automaticamente intensidade argumentativa ou eficácia persuasiva; trechos menos frequentes podem, em contextos situacionais específicos, exercer efeito mobilizador maior do que sua frequência sugere. Um exemplo são os segmentos categorizados como *Ideia Golpista*, que aparecem apenas seis vezes em cinco transmissões, mas produzem um efeito político grande na disputa da opinião pública.

Por isso, a interpretação dos resultados combina a leitura quantitativa com uma análise qualitativa de excertos representativos, do conteúdo argumentativo e do enquadramento retórico de cada categoria.

As seções subsequentes seguem uma lógica expositiva e analítica: cada seção corresponde a uma categoria analítica tal como apresentada no capítulo anterior. São apresentados os indicadores quantitativos, elencados os temas mobilizados, expostos alguns segmentos exemplificadores para fundamentar interpretações e são analisadas as implicações para a compreensão de como a retórica das lives contribui para a disputa de sentidos sobre democracia e liberdade na opinião pública.

5.1 ANTICOMUNISMO

A categoria *Anticomunismo* reúne construções discursivas que associam o PT, a esquerda e quaisquer indivíduos ou instituições identificadas como “de esquerda” ao comunismo, à erosão de valores cristãos, à corrupção e à ditadura, apresentando-os como uma ameaça à liberdade e à ordem democrática. No *corpus*, essa categoria contabiliza 68 segmentos (18,18% do total) e ocorre em 46 transmissões, o que indica uma presença recorrente e disseminada nas lives analisadas.

Os trechos que compõem essa categoria mobilizam de forma recorrente alguns eixos temáticos: comparações internacionais (como Cuba, Venezuela e Nicarágua) usadas como advertência sobre os efeitos práticos da “virada à esquerda”; narrativas de pilhagem e má gestão (por exemplo, acusações relativas ao BNDES e a supostas transferências de recursos a aliados e regimes estrangeiros); relatos sobre perda de liberdades individuais sob regimes de esquerda (prisões, censura, escassez); e discursos de demarcação moral e cultural que vinculam a esquerda a ataques contra “valores” como família, fé e propriedade. A rotulação extensiva de atores como “de esquerda”, independentemente de suas diferenças internas, funciona como mecanismo de simplificação e ampliação do campo inimigo, transformando críticas pontuais em questões de segurança nacional.

Retoricamente, o anticomunismo nas lives opera por meio de estratégias que mesclam personalização e generalização: personaliza adversários (líderes e partidos tornam-se sinônimos de crime e traição) e, ao mesmo tempo, universaliza o risco (qualquer retorno da esquerda equivale a uma trajetória já vista em outros países). Exemplos externos são mobilizados como provas vivas: narrativas sobre falta de alimentos, prisões políticas ou colapso econômico em regimes vizinhos servem como metáforas imediatas do que “não se deve permitir” no Brasil. O tom frequentemente combina argumentos materiais (ameaça à economia, à ordem pública) com apelos morais e religiosos, produzindo uma capilaridade afetiva capaz de alcançar audiências sensíveis tanto a inseguranças econômicas quanto a ansiedades identitárias. Essa combinação confere legitimidade moral ao apelo político e fertiliza a emergência de um imaginário de urgência: “a liberdade está em jogo” e, portanto, exige vigilância e ação.

Diante desse panorama, a análise da categoria pode ser aprofundada por meio da observação dos principais eixos temáticos que estruturam seu funcionamento nas transmissões. A seguir, detalho cada um desses temas, indicando como aparecem nas lives e quais sentidos ajudam a compor o repertório *anticomunista*.

Um primeiro conjunto de sentidos refere-se ao uso recorrente de comparações internacionais, especialmente com Cuba, Venezuela e Nicarágua. Nas lives, esses países aparecem como exemplos de fracasso econômico, autoritarismo e perda de liberdades fundamentais.

> Jornalistas compareçam a pacaraima em Roraima, eu vejo a centenas de pessoas que fogem da Venezuela a maioria mulheres com dois três filhos, outras com filhos e grávidas e com a sacola na mão uma trouxa na cabeça

> fugindo da fome e da miséria e o regime que o outro lado apoia e quer para o Brasil transforma, ajudou a transformar um país rico em petróleo integrante da opep, rico em ouro em um país de Miseráveis hoje nem animais de estimação existe mais do que o povo comeu com fome e olha o que está acontecendo na Argentina estive lá em 2019 e falei com muita crítica falei se a esquerda voltasse na Argentina tendo que pensar no operação acolhida no Rio Grande do Sul. A classe A já começa a deixar Argentina e a economia Só um milagre salva, interferência direto direta do presidente nos meios de produção, proibindo exportação de carne por 30 dias dizendo que ia abaixar o preço e o povo poderia comprar, não só o preço subiu, como faltou nas prateleiras ou no frigorífico. Será que nós e vocês da imprensa também, todos nós vamos pagar um preço muito caro (29/07/2021).

As imagens de escassez, migração forçada e repressão política são evocadas como advertências de que o Brasil estaria sob risco de seguir o mesmo caminho caso a esquerda volte ao poder. Tais comparações funcionam como evidências exemplares, apresentadas como fatos incontestáveis que demonstrariam o caráter supostamente destrutivo de governos alinhados ao comunismo.

> A Venezuela tomou esse caminho fácil com Chaves e Maduro, É tabelar, é confiscar, é não permite a exportação. Hoje não tem nada lá e não é nada não tem nada mesmo, não tem nem animais de estimação. Comeram todos animais de estimação na Venezuela. Eu pretendo né daqui algumas semanas dá uma chegada em Pacaraima, fazer la matérias, que a nossa grande imprensa poderia fazê-la, mostrando como chegam as pessoas fugindo da fome e da ditadura da Venezuela apoiadas pelo PT. Tem cada vídeo lindo do Lula, todo maquiado, "eu quero cumprimentar meu amigo Chaves por essa política maravilhosa Econômica no seu país Chaves é solução. Aqui pode faltar alguma coisa sim, mas jamais faltou democracia" (12/08/2021).

Um segundo tema diz respeito às constantes acusações de corrupção e má gestão associadas aos governos petistas e, por extensão, à esquerda de modo geral. Nas transmissões são mobilizadas referências a desvios de recursos públicos, uso indevido de bancos estatais, favorecimento de países “aliados ideologicamente” e desperdício de dinheiro público.

> Naqueles 13 anos do PT, o BNDES foi assaltado também um pouco mais de 400 bilhões de reais. Dinheiro teu. Foi pra ditaduras, outras, né? Para fazer Porto lá em Cuba. Dinheiro para a Bolívia, dinheiro para Argentina, da Cristina Kirchner, dinheiro para Angola é dinheiro para amigos do rei. Como lá a JBS. Os juros, pessoal, lá embaixo, 45 por cento. Enquanto a Selic estava praticamente um pouco mais do dobro disso naquela época, então para amigos o BNDES era usado para ditaduras e para amigos. Isso tudo vai ser nas primeiras semanas colocado para que você tenha conhecimento do que foi feito com o teu dinheiro no passado. Então tem esse rombo do BNDES também. O pessoal do Lula livre dizendo que ele foi condenado injustamente. Tem mais essa questão toda do BNDES também, tá OK? (20/06/2019).

Esse conjunto de enunciados reforça a ideia de que a esquerda é estruturalmente corrupta e de que seu retorno significaria a reativação de redes

criminosas. A corrupção opera, portanto, como prova moral do vínculo entre esquerda e comunismo, reforçando a justificativa para combatê-la politicamente.

> Está mexendo com um gangster, pessoal o Lula é um gangster. esse cara vai voltar a cena do crime junto com junto com Alckmin, você pode ver quem vão ser os ministros Lula? Vamos imaginar o Lula eleito, quem serão os ministros do Lula? Serão bandidos! Ele só tem amigo bandido. Raramente alguém presta naquele grupo de amizade ali do Lula esse pessoal que volte para o governo vai voltar o Zé Dirceu para casa civil ou não vai tá? aquela senhora lá hoje lá para direitos humanos para lá, vai colocar esse time de gente pra la que não tem qualquer compromisso com a coisa pública, compromisso com a família, compromisso com a liberdade imagina o Lula voltando você que reclama do Supremo Tribunal Federal ele botando mais dois lá dentro. Acabou o Brasil pessoal. A ditadura tá aí a ditadura branca sem armas sem nada ditadura branca, uma reeleição minha eu boto mais dois dentro do supremo o ano que vem vai embora Rosa Weber e Ricardo Lewandowski por idade, resolve esse problema (29/09/2022).

Outro eixo recorrente do discurso envolve a construção da esquerda como ameaça aos valores morais, religiosos e familiares. As lives intensificam a relação entre governos de esquerda e perseguição religiosa, destruição da família, relativização de valores ou promoção de práticas consideradas imorais, quase sempre ligadas à uma suposta erotização de crianças, como quando se fala da promoção da chamada *ideologia de gênero* nas escolas.

> Nós sempre tratamos com respeito a bandeira e hoje o povo identifica a bandeira comigo os nossos candidatos pelo Brasil com as pessoas de bem para aqueles que defendem a vida desde a concepção que são contra as drogas que são contra a ideologia de gênero aqueles que defende a propriedade privada sempre ameaçada até estrela a bandeira é de todo nós Sim mas você e da esquerda sempre vilipendiado em cima da Bandeira Nacional a bandeira de vocês e foi uma vermelha com a foice eo martelo e agora estão com ciúmes que o povo identificou a bandeira conosco (08/09/2022)

> Eu forcei a barra ontem dos debates "vamos falar do seu amigo Ortega" o cara fugiu fugiu nós sabemos do relacionamento das pessoas que se ajuda e ele vem falando o tempo todo “vamos controlar mídia, vamos valorizar o MST, ideologia de gênero, vamos voltar a emprestar para outros países do mundo todo” ele diz Quando assumir vai vir muita gente que tá desaparecido. Evo Morales né aquela turma toda né desaparecida também e nós temos para onde é o Brasil se essa turma voltar a cena do crime, com o próprio vice dele diz o tempo todo, e a gente não entende como é que pode pessoas tão antagônicas a pouco tempo no passado passarem a ser homogênea, é pelo poder ou é outra coisa incógnita que tá em jogo? (17/10/2022).

Essa narrativa apresenta o *anticomunismo* em um registro moral e espiritual, mobilizando afetos como medo, indignação e senso de proteção. Ao posicionar a esquerda como inimiga da fé e da família e como uma ameaça às crianças, a retórica amplia a profundidade subjetiva da ameaça comunista.

> Mas você sabe nos seus estados as pessoas que merecem seu voto e como a gente tem visto aí muito muito Cristão falando né olha quem defende a vida

> desde a concepção quem é contra as drogas que a conta ideologia de gênero e essa pessoa não podem receber o voto de quem é Cristão, pelo amor de Deus . Olha como tá lá a Nicarágua, perseguindo Padre. prendendo o Padre, expulsando freiras, Olha a pobreza que se abaixa um país onde entra esse pessoal da esquerda (08/09/2022).

A construção de um inimigo interno também aparece como elemento estruturante da categoria. A esquerda é descrita como força infiltrada nas instituições, capaz de corroer o país por dentro e colocar em risco a liberdade dos brasileiros.

> A gente pede, repito, né, não vote em partidos de esquerda por ocasião dessas eleições, porque no final da linha o que eles querem na verdade é roubar a sua liberdade. Um exemplo, vou citar, olha como é que está a Venezuela, como começou e como está. Nós não podemos chegar lá (09/11/2020).

Essa formulação transforma adversários políticos em agentes de destruição nacional, produzindo uma ameaça constante e total. O perigo é descrito como imediato e existencial, o que autoriza o apelo à mobilização dos seguidores e a defesa de medidas excepcionais em nome da liberdade.

> Hoje, em Caracas, começa a reunião do foro de São Paulo. Pessoal não desiste nunca. Eles querem roubar muito mais que nossos bens. Querem roubar a nossa Liberdade e deixe bem claro, o Foro São Paulo nasceu em 1990. Estava lá, o PT estava lá, as Farc, forças armadas revolucionárias da Colômbia, tá? O que há de pior no mundo, tá? Estava em 90 e agora estão novamente se reunindo em Caracas, buscando uma maneira de se vitimizar e voltar, né? Voltar mais forte à política. Cabe a você obviamente, ficar ligado nisso tudo e pedir a Deus e fazer a nossa parte, não é que o Brasil não se transforme numa Venezuela, então Foro de São Paulo (25/07/2019).

Por fim, observa-se a ampliação elástica do rótulo “esquerda”, que passa a designar não apenas partidos ou atores políticos identificados com esse campo, mas também jornalistas, ministros do STF, governadores, artistas, servidores públicos, professores universitários, organizações internacionais e até aliados ocasionais que divergem do presidente.

> Esta roubalheira da Petrobras. Entrega de patrimônio nosso para ditaduras no mundo todo. Olha a caixa preta da do Odebrecht aparecendo, já apareceu aquela galerinha, aquela galerinha da compra é de aviões com 3, 3 e meio por cento ao ano. Quer comprar um avião? Quer quer 20000000 de prestado 3 por cento? Olha só que teta hein, que teta hein. Que isso, hein, Luciano Huck, que teta hein. Eu sou o último capítulo do como é que fala? [VOZ EM OFF] do caos [BOLSONARO] do caos, faz parte do capítulo. Não foi ilegal a compra, reconheço, mas poxa, só peixe. João Dória também comprou, João Dória comprou também o Dória. Comprou também? Essa explica isso aí. Só peixe, amigão do Lula, da Dilma e depois peça de. Eu vejo Dória falando da de vez em quando é minha Bandeira. Jamais será vermelha. É brincadeira, não é brincadeira, não é. É quando estava mamando lá, a Bandeira era vermelha com um foiçasso e um martelo ali, sem problema. IHUL! Tá ok? Valeu boa noite pessoal, até semana que vem se Deus quiser um abraço.

Essa expansão contínua do termo dissolve fronteiras ideológicas e transforma

qualquer foco de crítica ou oposição em integrante do inimigo comunista. Ao unificar sob o mesmo signo atores diversos, o discurso fortalece uma lógica binária que contrapõe, de um lado, o presidente e seus apoiadores como defensores da democracia e, de outro, uma ampla constelação de inimigos empenhados em destruir o país.

> Eu não vou desqualificar o ministro Barroso Mas sabe que ele é antagônico a minha pessoa as posições dele quanto ministros as suas votações é o direito de todo mundo quiser criticar critique Ou se quiser elogiar que elogia nós sabemos que deve favores ao PT que ele foi advogado do terrorista Cesare Battisti como se fosse uma pessoa inocente né o preso político não só a justiça italiana condenou bate-se bem como a corte de Direitos Humanos da Europa foi na mesma direção ele veio para o Brasil e o senhor Luiz Barroso é o direito dele advogou por um terrorista Cesário Batista Não tem problema nenhum advogado defende pode defender qualquer uma assim o médico pode operar qualquer um ninguém tá discutindo isso aqui mas ele fez aquilo por uma causa ganhou a simpatia do PT e chegando ao Supremo algumas decisões dele eu não concordo eu sou obrigado a concordar o que ele ou alguns julgo no Supremo no STJ nos TJ Eu Tenho que concordar eu tenho que ficar quieto como presidente ou como cidadão nós sabemos a posição do ministro Barroso ele é favorável ao aborto ele que decide isso. Eu não concordo não é porque numa turma com 12 aprova o aborto um dia eu vou ser obrigado a concordar? a decisão do supremo não se discute se cumpre. Cumprir é uma coisa e concordar ou não é outra completamente diferente. Nós sabemos que o ministro Barroso é favorável a liberação das drogas, tem vídeo dele sorrindo falando de maconha, nós sabemos também que ele é contra a redução da maioridade penal acha Incondicional se porventura aprovarem uma PEC no Parlamento reduzindo a maioridade penal (05/08/2021).

As implicações desse repertório são múltiplas. Primeiro, ao construir a esquerda como inimiga existencial, o discurso prepara o terreno para a deslegitimação de instituições. Tribunais, imprensa e organismos independentes passam a ser vistos, em parte do discurso, como possíveis instrumentos de infiltração da esquerda. Segundo, ao transformar exemplos internacionais em evidência causal, as falas criam uma narrativa heurística que reduz incertezas políticas complexas a cenários maniqueístas, facilitando a mobilização e a adesão. Terceiro, o anticomunismo funciona como repertório justificatório para reivindicações políticas e práticas de ação direta (como participação em manifestações) ao enquadrar essas medidas como defesa preventiva da democracia. Por fim, simbolicamente, o discurso contribui para a reconfiguração do significado de “democracia” e “liberdade” na disputa pela opinião pública: não apenas como princípios institucionais, mas como categorias existenciais ameaçadas por um inimigo interno-externo, o que altera o horizonte das disputas públicas e legitima, para setores do público, medidas excepcionais em nome da proteção do ordenamento.

5.2 BOLSONARO DEMOCRATA

A categoria *Bolsonaro democrata* reúne afirmações em que Jair Bolsonaro se apresenta explicitamente como defensor da democracia e da Constituição, reforçando a ideia de que governa “dentro das quatro linhas da Constituição” e que respeita os limites legais do cargo. No *corpus*, essa categoria contabiliza 17 segmentos (4,54% do total) e aparece em 13 transmissões, indicando uma presença menos volumosa que outras categorias, porém acionada em momentos estratégicos de contestação pública. Esses enunciados não se limitam à declaração de apreço pelas normas constitucionais, eles constroem uma operação simbólica que converte o presidente em referência normativa da própria democracia, de modo que a lealdade ao líder passa a ser apresentada como critério de legitimidade democrática

Os trechos que compõem essa categoria exibem um repertório relativamente estável e recorrente, no qual se destacam a invocação da Constituição, a negação de práticas autoritárias, a contestação de narrativas jornalísticas e decisões judiciais, a reivindicação da legitimidade advinda do voto e do apoio popular, e a promoção de medidas que supostamente garantiriam “transparência eleitoral” como evidência prática de compromisso democrático. Em muitos momentos, essas estratégias discursivas se combinam com uma retórica de vitimização que apresenta o presidente como alvo de perseguição midiática, acadêmica ou judicial, o que reforça a associação simbólica entre o líder e a normalidade institucional. Assim, mais do que negar autoritarismo, o repertório tende a afirmar que atacá-lo equivale a atacar a própria democracia.

Ao aprofundar os eixos temáticos desse repertório é possível identificar padrões que explicam como se opera a identificação entre liderança e democracia. A invocação repetida da Constituição e da expressão “dentro das quatro linhas” funciona como selo normativo: ao apresentar suas ações sob essa garantia, o presidente busca encerrar o debate sobre a legitimidade de seus atos, transformando o cumprimento formal das regras em prova suficiente de caráter democrático.

> Ditador? me aponte um ato meu ditatorial ao longo de dois anos e dois meses, um só (18/03/2021).

As negações enfáticas de autoritarismo e as perguntas retóricas que exigem a indicação de um ato concreto que o desqualifique atuam como tática defensiva e ofensiva, defendendo a imagem pública e deslocando a acusação de desrespeito às convenções democráticas para quem julga e reporta.

> O Fiuza, Fiuza, né respeitosamente eu quero que queria que essas pessoas apontassem uma um ato meu, uma ação antidemocrática só isso mais nada. Quando é que eu tentei censurar a mídia? onde é que eu busquei o controle social da mídia? Tá? Coisa que governos anteriores fizeram e eles não falaram absolutamente nada. Agora imagine eu falando dez por cento disso. Então eu não quero polêmica. Quero mudar o destino do Brasil, eu quero ajudar o povo sofrido aí que tá enfrentando uma crise enorme (04/09/2020).

A reivindicação da legitimidade popular aparece de forma performativa. O apoio das bases, as menções a manifestações e a recorrente invocação do “povo” servem para aproximar vontade popular e atuação presidencial, reduzindo a distância entre representação e liderança pessoal. Nessa lógica, a demonstração de massa ou a menção frequente ao povo deixam de ser apenas recursos eleitorais e tornam-se elementos de prova discursiva, no sentido de que a ação presidencial encarna a democracia.

> Eu nunca joguei fora das quatro linhas da construção, nunca não tem nada meu fora das quatro linhas da Constituição, não tem nenhuma ameaça minha. O que eu tô ameaçando agora é, se a população de São Paulo assim desejar, eles vão ter um movimento marcado por eles dia 7 de setembro, de acordo com o horário, se tiver um convite de da liderança, eu participarei. Não existe dever maior de lealdade ao seu país, a democracia, a Liberdade, que é você estar do lado do Povo. A própria nota do senhor Ministro também fala que o Supremo Tribunal Federal, de forma Coesa, ou seja os 11, segue ao lado da população brasileira em defesa do Estado democrático de Direito. Estado democratico de direito é você ter eleições limpas, transparentes, confiáveis, ao lado do povo brasileiro (05/08/2021).

A relação com as instituições é marcada por uma ambivalência calculada. Existem enunciados de respeito formal ao Judiciário e às regras do jogo, mas coexistem críticas diretas a ministros e a decisões judiciais específicas, apresentadas como politizadas ou persecutórias.

> "New York Times suspeita que Moraes seja uma ameaça à democracia brasileira". Aquela Velha História né xingue-o do que você é, acuse-o do que você faz (29/09/2022).

> Então como retaliação Com toda certeza Senhor Alexandre Moraes manda investigar organização criminosa duas deputadas e o Flávio meu filho senador e o Carlos também. Primeiro queria que apresentasse, Alexandre Moraes vossa excelência apresente um posto Olha esse aqui é dessas pessoas né isso aqui é um ato antidemocrático isso atenta contra a democracia pô quero parafreasear aqui o Silas Malafaia me chamam de tu eu ajuda aí misógino, genocida, fascista, homofóbico tudo bem chamam o Silas Malafaia de tudo até mais do que eu falei aqui o montão de coisa chama os parlamentares e tudo eu acho aqui que Vitor já foi xingado de alguma coisa por aí não tem problema nenhum, mas quando alguém faz uma crítica no tocando ao Supremo, cai o mundo, por nós queremos democracia não existe até hoje você não acha lugar nenhum em dois anos e meio de governo nem uma frase minha um ato uma ação uma declaração um decreto que estivesse fora das quatro linhas da Constituição, não existe eu quero a democracia eu quero liberdade e sem ser esse pessoal voltar ao governo

> desta forma nunca mais deixaremos de sonhar com Liberdade em nosso país então quero apenas isso (01/07/2021).

Essa ambivalência permite reivindicar fidelidade ao regime democrático ao mesmo tempo em que se relativiza a autoridade de órgãos de controle quando suas posições supostamente ameaçam interesses do governo.

> Tudo que eu faço satanizam, debocham. Não posso defender nada. Não vou deixar de cumprir com o meu dever, mas por que esse ódio para cima de mim? querem me tirar daqui na canetada na canetada quer me tornar inelegível na canetada. Isso é jogar dentro das quatro linhas da Constituição? Qual é acusação contra a minha pessoa? Onde está meu ataque ao Supremo Tribunal Federal? Ou meu ataque ao Tribunal Superior Eleitoral? Onde está meu ataque? Eu Tenho que concordar o que o ministro Barroso diz só porque ele é o Deus do olimpo? E o Supremo? Ninguém pode falar nada contra ele, contra suas decisões, ou contra as suas posições? (05/08/2021).

> Não tenho problema nenhum com o senhor Alexandre de Moraes, zero problema zero agora para o lado de cá não se apresenta o que que meus filhos essas deputadas fizeram de atentado contra a democ... ah vai cortar cebola! Atentado contra a democracia… Ataque à democracia faz quem não obedece a Constituição não sou eu pô…(01/07/2021).

A crítica à imprensa opera de modo equivalente. Ao negar reportagens que o descrevem como ameaça à democracia e ao classificar essas narrativas como campanhas de desinformação, o discurso transforma a imprensa em ator político adversário.

> Uma notícia aqui não vou comentar "Nos Estados Unidos, Facchin alerta para um seis de Janeiro ainda pior no Brasil". Eu não sei porque essas pessoas vão para fora do Brasil para criticar o Brasil, eu pergunto a todos brasileiras: há alguma ação minha contrária ao estado democrático de direito? Eu tentei eu tentei controlar as mídias sociais? Ou a mídia comum? eu vou prometi fazer o controle social das mídias? Muito pelo contrário (07/07/2022).

> Parabéns a quem teve a ideia de fazer cartazes no outro idiomas, isso chegou para fora do Brasil. O que a notícia lá de fora era de que eu tava prendendo gente aqui, eu era o carrasco da democracia, eu era isso e aquilo aquilo outro. E ajudou a desfazer essa imagem (09/09/2021).

A defesa de medidas que supostamente garantiriam “transparência eleitoral”, como o chamado “voto auditável” e a “contagem pública”, é mobilizada como prova prática de compromisso com eleições limpas. Essas propostas funcionam simultaneamente como resposta às acusações e como instrumento para mobilizar apoio em torno de reformas institucionais.

> Eu tenho um compromisso para com o povo brasileiro e é governado dentro das quatro linhas da Constituição é isso eu vou fazer. Tenho 22 ministros que interagem comigo, que estão embuídos nesse mesmo propósito. todos os ministros o querem o voto auditável, querem a contagem pública dos votos, querem um sistema auditável. Será que eles estão errados? Nós temos a máquina na mão, não vamos usar máquina para jogar fora das quatro linhas

> da Constituição. Em dois anos e meio não viram uma só canetada minha que ferisse algum dispositivo constitucional. Muito pelo contrário, quase sempre tem autoridade fora das quatro linhas atirando em cima da gente. Nós estamos mantendo a linha Estamos governando por exemplo. Um governo que honra o seu mandato, que procura dar o exemplo, que quer o melhor para o seu país, que têm demonstrado que o seu país tem tudo pra melhorar (29/07/2021).

Na categoria *Bolsonaro democrata*, a autodefinição como guardião da Constituição é reforçada pelo ambiente discursivo criado em outras partes das lives, especialmente pela caracterização persistente de adversários políticos como antidemocráticos. Quando acusações de autoritarismo são respondidas por afirmações insistentes de que o presidente age “dentro das quatro linhas”, essas declarações ganham força adicional porque se inserem em um quadro narrativo em que a oposição aparece como ameaça às instituições, às liberdades e ao próprio regime. Assim, ao afirmar que é ele quem respeita a lei, garante a liberdade e resiste a abusos alheios, Bolsonaro não apenas se defende; ele se posiciona como a referência legítima da democracia diante de um suposto cenário de risco. É dessa combinação que emerge a equivalência simbólica entre sua liderança e a preservação da ordem democrática: se os outros são apresentados como potenciais agentes de retrocesso, então sua permanência e seu modo de governar tornam-se, no discurso, as únicas formas seguras de proteger a democracia. Nesse arranjo, críticas institucionais, decisões judiciais e reportagens passam a ser lidas como injustas ou suspeitas, pois atingem justamente aquele que afirma, reiteradamente, ser o único ator comprometido com a legalidade e com o bem do país.

5.3 REGRAS DO JOGO

Aqui são reunidos os enunciados em que Bolsonaro faz referência direta ao funcionamento das instituições, à separação dos poderes e aos mecanismos formais que estruturam o processo decisório no regime democrático. No *corpus* analisado, essa categoria contabiliza 21 segmentos, correspondendo a 5,61% do total, distribuídos em 20 transmissões, o que indica presença contínua, ainda que menos volumosa em comparação com outras categorias centrais da retórica das *lives*.

O repertório que chamamos de *regras do jogo* articula, de modo integrado, a explicitação didática dos procedimentos institucionais, a valorização do papel do Congresso, a construção de uma imagem de presidência legalmente contida e a formulação de uma narrativa de crise institucional em que o Judiciário é representado

como usurpador de competências; esses movimentos se combinam para ensinar a audiência, redirecionar responsabilidades e, ao mesmo tempo, justificar e proteger escolhas políticas do escrutínio público.

Um dos temas recorrentes é a ênfase na soberania parlamentar e na mobilização eleitoral. O discurso enaltece o papel decisório do Congresso e mobiliza a esfera eleitoral como mecanismo de responsabilização.

> O que diz a regra do jogo democrático? A palavra final depende do Congresso. Então, o que nós? É, sancionamos. É uma vez publicado, passa a ser lei o que nós vetamos vai para apreciação do Congresso. O projeto foi aprovado, então há pouco tempo, maioria simples. São 257 parlamentares, não? Então metade mais um. É uma vez votando e aprovando. É aquele projeto, seguiu. Avante. Foi para a nossa mesa e nós então é sancionamos ou vetamos? É total parcialmente. E agora volta pro pro Congresso e o Congresso vai desistir? Das 2 casas? Só que ocorra agora. Não é maioria simples, é uma maioria qualificada. Tem que ter 257 votos. Não na Câmara 257, não para derrubar o veto e aquele dispositivo voltar para o corpo da lei. Se tiver mais voto, sim. O veto está mantido. E aquilo vai para o arquivo, e depois, uma vez aprovado na Câmara, caso aprove na cama, vai para o Senado. O Senado, são 81 senadores. Eles lá vão ter que ter 80. É 41 votos, não ao veto para que ele seja rejeitado e volte pro corpo dali. Logicamente respeitamos qualquer resultado. É, e essa é a regra do jogo (05/09/2019).

A partir da exposição de detalhes procedimentais sobre quóruns, derrubada de vetos e tramitação de projetos, convoca a ação dos apoiadores: orienta como cobrar deputados, indica a quem pressionar em votações e desloca para o eleitorado a responsabilidade por decisões locais.

> Eu deixo claro uma coisa, não é? Nós todos somos escravos da lei. Se algum governador é contra o nosso decreto, ele tem 2 caminhos, pega um deputado federal, um senador do seu estado, não é? E entre com 11 projeto decreto legislativo para tornar sem efeito. Não é o nosso decreto, está resolvido assunto. Ou então. Vamos à justiça. Está certo, vá na justiça, vá na justiça que. Pode aí uma autoridade do judiciário é dizer que o decreto é inconstitucional, não é? E suspendeu os efeitos. Logicamente vai recorrer. Esse é o caminho, não é simplesmente não vou cumprir isso não é atitude de um de uma pessoa que fala em democracia, fala Liberdade. E que está à frente do executivo, afinal de contas, não é? (14/05/2020).

Essa combinação instrui politicamente os seguidores, transformando o voto e a pressão parlamentar em instrumentos práticos de execução da agenda do presidente e convertendo a responsabilização cívica em forma de militância.

> Antes que alguém fale que eu estou interferindo no lá no legislativo, deixo claro que é comum quando se aprova um projeto de lei lá na Câmara, no Senado e vem para minha mesa é comum comparecer deputado e senador me procurando para que houvesse algum dispositivo. Então, é comum acontecer isso aí é natural, faz parte da democracia e eu, da minha parte, agora também, eu estou pedindo para os deputados federais que não acolham o decidido pelo Senado. Isso é democracia e estou pedindo para você. Eleitor, cidadão, que procure o seu deputado federal para pedir também que ele não acolha, não vote favorável ao projeto que está vindo do Senado que vote pela manutenção do decreto das armas (20/06/2019).

> Agora, as leis não dependem só de mim. Depende, em grande parte, obviamente, do legislativo. O Jorge, que é a última palavra, é deles. Mesmo vetando, eles têm o poder de derrubar um veto e por vezes até a derrubada do veto é, é acertada? Não estou dizendo que eu estou sempre certo assim, a democracia assim eu vou me posicionar enquanto for o Presidente da República (02/01/2020).

Outra linha temática que se repete é a defesa da separação e equilíbrio entre os Poderes acompanhada de uma crítica persistente ao Judiciário. Em várias transmissões, decisões, inquéritos e atos de ministros são apresentados como sinais de interferência ou usurpação de competências, o que coloca o Supremo Tribunal Federal e alguns magistrados no centro de uma narrativa de desequilíbrio institucional.

> Parece até parece até que esses esses ministros né então negociando alguma coisa com legislativo Olha a gente não quer isso daqui enquanto a partida né a gente pode conversar o que vocês não querem Supremo parece que é isso aí isso é horrível para democracia nós não podemos aceitar isso aqui essa interferência deslavada no legislativo deslavada (01/07/2021).

Figura 13 – Bolsonaro critica o Judiciário em live de 05/10/2022

Fonte: Frame da transmissão semanal de 05/10/2022 disponível no Youtube.

A crítica ao Judiciário, assim formulada, funciona como argumento para legitimar contestação política e para enquadrar decisões judiciais como possíveis excessos, sem deixar de reforçar a percepção de que há uma disputa entre instâncias

que compromete a democracia.

> Eu não ataco pessoalmente a honra de Alexandre Moraes, critico o inquérito dele. Olha, meu Deus do céu: ele abre inquérito, ele investiga, ele julga e ele pune! Qual é o respeito para com a democracia, com a nossa Constituição? (05/08/2021).

> Eu acho que o equilíbrio dos poderes tem que existir tá e nós sabemos por onde é que anda o desequilíbrio aqui no Brasil, são as ações estão aí (28/07/2022).

A explicitação didática das “regras do jogo” aparece também com uma função claramente justificatória. Ao detalhar mecanismos como o veto e sua derrubada, os procedimentos de indicação para cargos e a operação das emendas impositivas, Bolsonaro mostra que muitas demandas não dependem exclusivamente da Presidência da República.

> Te admiro pela tua coragem de tá frente de um Ministério tão complicado, de coisa tão diversificado. Você inclusive quando executa uma emenda tà já é um grupo já se levanta "Nossa tá aí fazendo tal assunto que não pode, é tem a ver com o contra o conservadorismo...". Mas a emenda é impositivo do parlamentar, se pegar tem que executar. Como é que é isso aí? DAMARES: e se não executar o meu presidente responde também uma ação, não é só a ministra. Por exemplo Presidente, emendas destinadas ao segmento ao movimento LGBT, essas emendas são encaminhadas, mas a gente entende que nós temos dentro do as pessoas que precisam ser atendidas e assistidas e vou lhe dizer uma coisa, olha, o movimento LGBT tá muito contente com o nosso ministério porque a gente libera as emendas sem pedir propina a gente libera as emendas para o movimento sem a gente pedir pedágio. E para que a gente libera as emendas: curso de capacitação para o segmento ingressar no mercado de trabalho. E aí ta todo mundo questionando "mas tá fazendo a promoção da pauta?" Não! Estamos fazendo a proteção da pessoa. Então é dessa forma que a gente conduz as nossas pautas.

Essa pedagogia institucional serve, portanto, para explicar por que a presidência precisa ou não pode intervir em determinadas questões, podendo enquadrar inações como consequência de limites processuais e não como mero desinteresse ou omissão. A instrução sobre procedimentos funciona, portanto, como um argumento para eximir a figura presidencial de responsabilidade direta nas áreas em que a decisão formal cabe a outros atores.

> A vacina não não vai estar pronta em em dezembro. Então vai depender dos novos prefeitos. Você que reelegeu o prefeito da tua cidade você conhecia a vida dele. Você conhecia o prefeito de de Belo Horizonte? Que eu pedi voto pra outro cara. Você votou reelegeu o cara. Ele fechou tudo Qual vai ser a atitude dele agora? Não sei. Mas vocês escolheu ele. Então se ele fechar e impor minha resina o problema é teu. Você não votou nele? Não é assim a democracia? O supremo não mandou impor medidas restritiva. Supremo falou que os o presidente da república, os governadores e os prefeitos pode impor. Da minha parte, zero (17/12/2020).

Relacionada a esse movimento, surge com frequência a construção de uma presidência “contida”, cuja legitimidade se baseia no cumprimento formal da lei.

Afirmações repetidas sobre governar “dentro das quatro linhas” e sobre ser “escravo da lei” cumprem uma dupla função: atestar conformidade normativa e, ao mesmo tempo, justificar dificuldades de ação quando o então presidente descreve um suposto desequilíbrio entre Poderes. Ao narrar limitações impostas por decisões judiciais, ações legislativas ou medidas estaduais, a retórica apresenta obstáculos externos como explicação para alguns entraves, convertendo a percepção de limitação em elemento mobilizador contra os atores considerados responsáveis por bloquear sua atuação.

> Vetamos, o Congresso derrubou a maioria dos vetos. Isso toca o barco, não é? Eu não posso fazer mais nada além disso, tinha alguns mais alta. Eu acho que eu posso interferir no legislativo, no judiciário, não posso interferir, não tem como interferir, tá certo e nem quero, tá? Isso aí não é não, faz parte da democracia (12/12/2019).

Por fim, esses recursos são combinados de maneira instrumental para deslocar culpa e recusar demandas concretas. A ênfase pedagógica, a invocação das regras e a narrativa de limites institucionais permitem negar solicitações, atribuir fracassos a governadores ou parlamentares e administrar as expectativas das bases, mantendo ao mesmo tempo uma aparência de regularidade institucional.

Essa pedagogia presente nas *lives*, ao apresentar repetidamente o Executivo Federal como limitado pelos outros Poderes, ensina os apoiadores tanto sobre procedimentos formais quanto sobre como agir politicamente em defesa do líder. Quando essa instrução é combinada com a representação do Judiciário como usurpador de competências, instala-se uma narrativa segundo a qual as instituições estariam bloqueando ou adulterando a vontade popular.

Essa construção ganha maior ressonância num contexto em que o Supremo Tribunal Federal tomou, em anos anteriores, decisões de forte repercussão social e política, como a autorização do aborto em casos de anencefalia em 2012 e o enquadramento da homofobia e da transfobia como crime em 2019; na sua retórica para seus seguidores, decisões como essas reforçam a acusação de usurpação de prerrogativas de outros Poderes e alimentam a percepção de crise institucional. Na prática, a ligação entre uma pedagogia voltada para a mobilização das bases e a deslegitimação do Judiciário transforma a instrução em instrumento de mobilização e de contestação, corroendo a confiança pública na capacidade das instituições democráticas em mediar conflitos de maneira legítima.

5.4 FORÇAS ARMADAS

As referências às Forças Armadas aparecem 19 vezes em 16 das transmissões analisadas e representam 5,08% de todos os trechos categorizados. Embora não sejam o repertório mais frequente, formam um núcleo altamente estratégico, pois sempre surgem associadas à defesa da democracia, à preservação da liberdade e à necessidade de proteger valores nacionais considerados essenciais. A constância desse enquadramento sugere que as Forças Armadas ocupam, no discurso de Bolsonaro aos seus seguidores, um lugar de autoridade moral e institucional que transborda suas funções profissionais e passa a organizá-las como garantidoras da ordem política e da integridade do regime democrático.

> RÊGO BARROS Se o senhor permitir, presidente, o controle civil objetivo, propugnado por Samuel Huntington, ele, é, advoga que as forças armadas devem ser a fortaleza desse controle civil e, naturalmente, as forças armadas brasileiras já o são por defenderem veementemente a democracia (07/03/2019).

O discurso apresenta as Forças Armadas como guardiãs naturais da Constituição e da liberdade, inserindo-as em um papel de vigilância permanente sobre o funcionamento das instituições. Bolsonaro enfatiza que militares conhecem e respeitam as “quatro linhas” constitucionais e que, quando outras instituições falham, seriam eles os responsáveis por assegurar direitos básicos como ir e vir, liberdade religiosa e manutenção da ordem.

> nós devemos ir para onde o povo a ponta por isso que eu já falei várias vezes que o meu exército e jamais irá às ruas para manter o povo lá de casa como as forças policiais do governador foram para as ruas para manter o povo aqui de casa fiquei deve ser porrada no povo e o meu exército pode ir para rua sim um dia para garantir a liberdade garantir o direito de ir e vir a liberdade de culto ao trabalho aí sim porque aí é jogar dentro das quatro linhas da constituição. O Exército brasileiro, a Marinha e a Aeronáutica são aí leais a nossa Constituição (20/05/2021).

Mesmo quando nega qualquer intenção de ruptura, ele sustenta que a estabilidade democrática depende da prontidão e da lealdade militar ao texto constitucional. Essa lógica cria um ambiente em que a autoridade militar aparece como mais confiável do que a autoridade civil, reforçando a impressão de que os militares possuem legitimidade superior para interpretar a Constituição e arbitrar conflitos políticos.

> Será que alguém levantou uma plaquinha lá "artigo 142"? Se levantou, parabéns! Não faz parte da Constituição? Ou tem algum artigo da Constituição que a gente não deva respeitar? Fala da garantia da lei e da ordem, que fala das forças armadas (09/09/2021).

A segunda camada do repertório revisita o passado para fundamentar essa

legitimidade no presente. As falas criticam a Comissão da Verdade, relativizam violações do período ditatorial e destacam ações positivas atribuídas ao regime militar, desde avanços tecnológicos até episódios de bravura como a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial.

> E não mudar os currículos da academias militares e não promovemos oficiais Generais pelo critério democrático ao critério democrático para promover oficial geral é ele pegar a lista lá dos coronéis junto lá aqueles meninos que você conhece o ministro dele promove o João não o Joaquim Paulo Pedro não Antônio é esse critério democrático dele não é pela vida pregressa vitória do oficial então é o risco que a gente corre o tempo todo e eu sempre disse né no tempo lá da esquerda né que eles batiam a gente criaram Comissão da Verdade o PT queria Comissão da Verdade eu falei ela comece analisando O Sequestro tortura e morte de Celso Daniel isso tudo é para desgastar as forças armadas desacreditar as forças armadas perante a opinião pública que eu sempre disse as flores amadas são o último obstáculo para o socialismo se conseguir aí trincar as Forças Armadas tá o caminho tá aberto para o socialismo (22/07/2021).

Ao apresentar esse legado como sistematicamente distorcido pela esquerda, Bolsonaro constrói a imagem de que as Forças Armadas vêm sendo alvo de perseguição narrativa que visa enfraquecê-las e abrir caminho para projetos autoritários associados ao socialismo. O resultado é um enquadramento em que defender o legado militar equivale a defender a liberdade atualmente, e criticar esse passado se torna um ataque direto à própria democracia.

> Em Brasília. Eu quero convidar vocês a comparecer no próximo, sem ser sábado agora, o outro. O nosso Sete de Setembro, com toda a certeza, vai ser o maior, 7 setembro na história de Brasília. Que compareça na tua camisa verde amarela, tá certo, vamos. Vamos saudar a nossa Liberdade, a nossa democracia é a conquistada há muito tempo, com muito suor, sacrifício com destruição de de reputações. Tá certo? (29/08/2019).

O trecho acima, por exemplo, introduz a ideia de liberdade e democracia conquistadas à custa da destruição de reputações. A frase funciona como uma defesa direta dos militares. Bolsonaro sugere que aqueles que, segundo sua narrativa, garantiram a democracia ao impedir o avanço do comunismo em 1964 tiveram suas imagens injustamente atacadas ao longo do tempo. A menção às reputações destruídas reforça a noção de que os militares sofreram desgaste moral não por falhas próprias, mas por perseguição política e revisionismo histórico. O resultado é um enquadramento em que a crítica ao passado militar aparece como injusta e desproporcional, legitimando a reivindicação de honra e reconhecimento dessas figuras dentro da retórica do presidente.

> Quem leva para maldade, isso é um crime contra as Forças Armadas, que não é minha não, ela todos nós. Umas Forças Armadas que tem uma história, não essa contada pela esquerda, uma história de vitórias, de luta, de garantia

> da nossa democracia, garantia da nossa liberdade, está agora né dentro do TSE, a convite do TSE, tratando aí dá apresentando sugestões para que as eleições sejam realmente confiável, né, tenho certeza que o próprio TSE, serão todos, a grande maioria quer eleições limpas… (14/04/2022).

Um terceiro conjunto de falas posiciona explicitamente as Forças Armadas no centro das disputas sobre a legitimidade eleitoral. As *lives* destacam que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidou os militares para acompanhar o processo eletrônico e que suas sugestões técnicas foram pouco acolhidas, com várias delas postergadas para 2026.

> As Forças Armadas, convidadas, apresentaram algumas sugestões, então mais ou menos poucas delas foram acolhidas, outras poucas foram acolhidas parcialmente e a grande parte "vamos deixar para 2026" nas palavras do ministro Facchin. Olha, essas pra deixar para 2026, porque não pode ser implementados agora? Se tiver despesa, o governo federal banca a despesa, porque democracia não tem preço (07/07/2022).

Esse enquadramento, repetido em diferentes momentos, insinua que o tribunal não teria interesse em implementar medidas que aumentariam a transparência das eleições, e que a recusa careceria de justificativas claras. A presença militar, originalmente apresentada como contribuição técnica, passa então a funcionar como certificação moral da integridade das eleições. Quando suas propostas são recusadas, instala-se um ambiente de suspeição que prepara o público para a argumentação da existência de fraude eleitoral, que será tratada na seguinte seção do presente capítulo.

> Mas temos algo importantíssimo, porque eleições estão diretamente ligado à liberdade, o bem maior de um povo. o que está em jogo é a liberdade do povo brasileiro (29/07/2021).

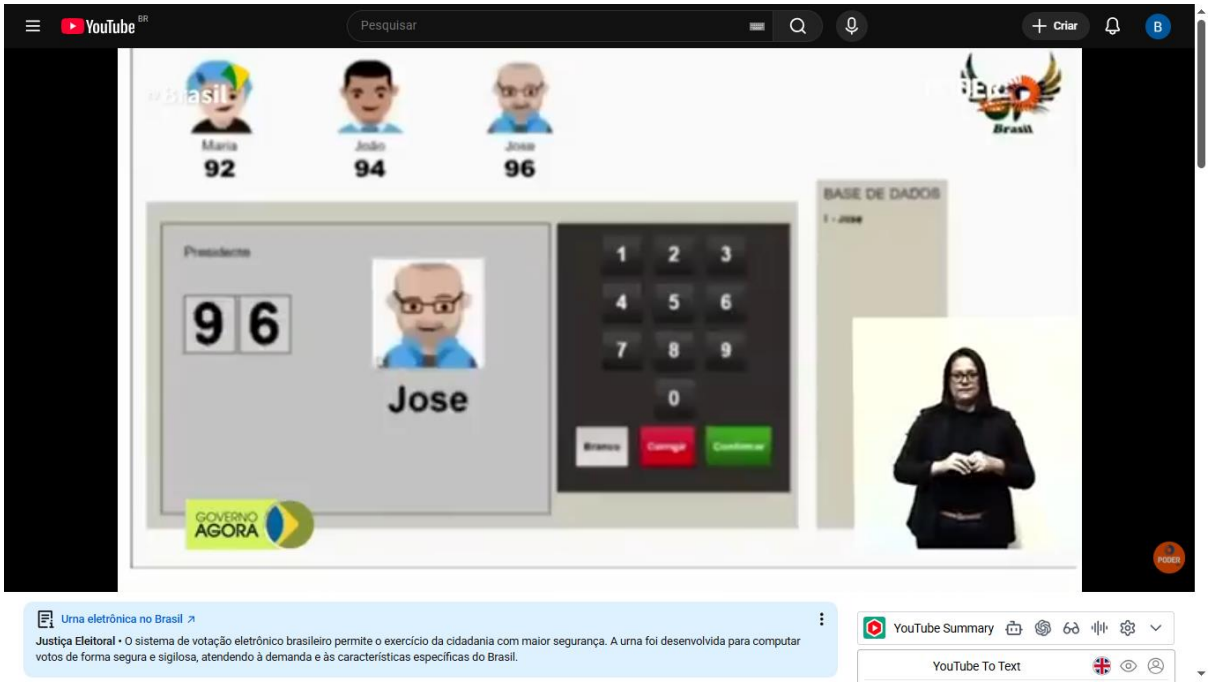
No conjunto, o repertório dedicado às Forças Armadas atrela sua imagem a um lugar de fiadora da democracia, intérprete legítima da Constituição e árbitra confiável em disputas entre poderes. Ao fortalecer a ideia de que a autoridade militar seria mais estável, moral e técnica do que as instituições civis, o discurso produz uma hierarquia simbólica que fragiliza a confiança pública no sistema democrático. Essa operação se apoia em uma reinterpretação do passado que contrasta com o registro histórico, já que o regime instaurado em 1964 foi uma ditadura marcada pela supressão de direitos, perseguição e tortura de opositores, fechamento do sistema político e ausência de eleições livres. Ainda assim, as *lives* apresentam esse período como fundamento moral das Forças Armadas e como prova de sua suposta vocação para proteger a democracia e a liberdade, compreendidas mais uma vez em chave *anticomunista*.

Além disso, ao associar os militares à vigilância sobre o processo eleitoral e sugerir que suas recomendações foram ignoradas, as transmissões preparam o terreno para a narrativa de fraude que será desenvolvida na seção seguinte. O resultado é um processo discursivo que afirma defender a liberdade e a democracia, mas que, na prática, transfere sua sustentação para agentes fardados e habitua o público a questionar a legitimidade das instituições civis sempre que elas divergem da vontade do líder.

5.5 FRAUDE ELEITORAL

A categoria *Fraude Eleitoral* reúne 56 segmentos distribuídos em 19 transmissões, o que corresponde a 14,97% do total de segmentos analisados. A relevância quantitativa desse repertório indica que a contestação da integridade do processo eleitoral foi tratada de forma persistente e sistemática nas *lives*, constituindo um eixo central da comunicação presidencial.

Figura 14- Simulação de fraude feita na live de 29/07/2021



Fonte: Print de frame do vídeo *Veja vídeos exibidos por Bolsonaro para apresentar supostos indícios de fraudes nas eleições*, que reúne trechos da live de Jair Bolsonaro de 29/07/2021, publicado pelo canal Poder360 no YouTube[25].

Em termos gerais, as enunciações que compõem a categoria não se limitam a eventuais denúncias pontuais; ao contrário, elas articulam uma narrativa contínua que combina afirmações técnicas, provas documentais sugeridas, interpretações de

[25] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x9sZKybvenU>.

indicadores públicos e convocação de mobilização social. Essa combinação confere à denúncia de fraude uma dupla função: por um lado, ela visa minar a confiança nas formas institucionais de verificação; por outro, organiza simbolicamente um público predisposto a contestar resultados percebidos como suspeitos.

Aqui é especialmente importante a transmissão chamada por Bolsonaro de “live bomba”. Em 29 de julho de 2021, o então presidente realizou uma transmissão ao vivo em que apresentou alegações infundadas sobre fraudes nas urnas eletrônicas, exibindo vídeos antigos de internet que já haviam sido desmentidos por órgãos oficiais, sem apresentar qualquer prova concreta de seus questionamentos. Durante a *live*, que contava também com a presença do então Ministro da Justiça Anderson Torres, Bolsonaro afirmou haver "indícios" de fraude no sistema eleitoral brasileiro e mostrou um vídeo de um suposto programador simulando formas de fraudar as urnas, quando na verdade tratava-se de uma simulação em tela de computador sem qualquer relação com o sistema utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (CARTACAPITAL, 2021).

Figura 15 - Live de 29/07/2021

Fonte: Canal de Jair Bolsonaro no Youtube.

A decisão de remover o conteúdo ocorreu quase um ano depois, em 18 de julho de 2022, quando o *YouTube* anunciou que havia excluído a transmissão por violar suas Regras da Comunidade, especificamente sua política contra desinformação em eleições (G1, 2022). Conforme comunicado pela plataforma, desde março de 2022 ela passou a remover conteúdo com alegações falsas de que as urnas eletrônicas brasileiras foram hackeadas nas eleições presidenciais de 2018 e de que os votos foram adulterados, sendo a *live* mencionada um exemplo claro dessa política.

Não foi possível obter acesso ao conteúdo completo da *live* do dia 29/07/2021, pois no canal oficial de Bolsonaro consta apenas um vídeo de 21 segundos referente a essa data. Para análise, utilizei um vídeo maior dessa transmissão disponível em um canal[26] de apoiador de Bolsonaro, que, no entanto, também estava incompleto, com duração de 35 minutos e 48 segundos. O trecho a seguir é extraído desta live; embora seja extenso, apresenta elementos importantes que justificam sua apresentação integral.

> Oi boa noite a todos ao meu lado aquilo e o Eduardo analista de inteligência que vai nos ajudar na apresentação de muitos indícios em alguns ainda em fase de análise outros extraídos da própria a imprensa brasileira o e outros também de pessoas que no dia das eleições foram votar e o nome do seu candidato não apareceu na tela. Por incrível que pareça as reclamações só tinha uma mão. Queria voltar no 17 e aparecia nulo ou automaticamente o treze. Quem queria votar no 13 não aparecia 17 e nem nulo, bom então são indícios e mais indícios, como no final o ministro da Justiça Anderson mostrará alguns relatos de Perícias por parte da Polícia Federal que sempre encaminharam para que o sistema deveria ser aperfeiçoado. Vale lembrar que o nosso sistema eleitoral só existe no Butão, Bangladesh e Brasil já começa uma grande interrogação. Porque que o Japão a Coreia do Sul não adota um sistema como o nosso, já como diz o presidente do TSE o sistema é seguro e é confiável. Ninguém é dono da verdade e eu não sou o dono da verdade e nenhum Ministro seja qual o poder, ou parlamentar, é dono da verdade. Porquê e a a ferocidade do presidente do TSE em não querer discutir e não querer falar sobre é uma contagem pública de votos e o sobre uma forma de auditarmos, e porque o presidente do TSE na iminência de ver a PEC da deputada Bia Kicis ser aprovada na comissão especial ele vai para dentro do Parlamento, se reúne com várias lideranças partidárias e a partir do dia seguinte é muito desses líderes trocam as composições da comissão por parlamentares que se comprometeram em votar contra a PEC do voto impresso. Como foi o poder de persuasão do Barroso? Que poder esse homem tem? Para essa forma de convencimento? porque ele teme tanto o voto democrático? porque ele não quer as eleições democráticas? Por que que ele não quer que nós possamos contar também fisicamente os votos? Mente, Senhor Ministro Barroso, quem disse que é um retrocesso, que é a volta do voto em papel isso é mentira isso é uma fake News. E o senhor devia ser o primeiro a ter humildade, o primeiro a falar em democracia e em transparência. Hoje a maioria da população já é favorável à mudança no processo eleitoral e geralmente quem busca o subterfúgio para fraudar as

[26] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TGnaIxo0Q8c>.

> eleições é quem tá no poder. Eles tão fazendo exatamente o contrário. Se Datafolha Tá certo O que representa aqui Quarenta e nove porcento votariam nulo no primeiro turno e 60 no segundo, com o voto auditável, com a contagem pública do voto e sai eleito. Mas é exatamente o contrário. O PT que era favorável mudou de lado. Nós vimos a pouco e também o PSDB mudar de posição, quando assistimos em 2014 o deputado Carlos Sampaio realizar uma profunda auditoria nas eleições 2014 e ele fala depois de várias semanas o resultado dessa auditoria que reuniu perícia inclusive de fora do Brasil e ele disse que o sistema eleitoral nosso é inauditável, não dá para comprovar se houve ou não fraude nas eleições. Vários outros parlamentares como o próprio Rodrigo Maia mudou de lado também, agora ele é contra o voto democrático várias outras autoridades porque o que tá em jogo e o que eles temem? E qual o futuro do nosso Brasil se nós terminamos as eleições onde um lado ou outro e desconfia a começa a realizar ações contrários ao pleito? Nós estamos há mais de um ano antes dizendo que nós não queremos problemas, eu quero democracia, eu quero que o candidato que o João ou a Maria porventura voltar, esse votos seja contada exatamente para aquela pessoa. Será que isso é demais? Será que existe um sistema querendo e Por meios outros não democráticos fazer voltar ao poder aqueles que mergulharam o país da corrupção e na impunidade? não queremos desafiar ou brigar com nenhum poder, muito pelo contrário, queremos paz tranquilidade. Em quem o povo votar em 2022, o destino do Brasil, o destino da sua família em grande parte estará nas mãos de quem ele voltou. Se ele fez porventura opção errada, que ele aguente as consequências, mas o que nós não podemos admitir é que alguém que não tenha voto chegue (29/07/2021).

No enorme trecho exposto acima, já se percebe de forma clara a narrativa central sobre *fraude eleitoral* construída por Bolsonaro: ele questiona a confiabilidade das urnas eletrônicas, levanta supostos indícios de irregularidades ocorridas em eleições anteriores, critica autoridades do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e associa a oposição a práticas fraudulentas. Além disso, apresenta o voto impresso e a contagem pública de votos como medidas de “transparência” e “democracia”, enquanto caracteriza qualquer resistência a essas mudanças como suspeita de fraude. A seguir, essa narrativa será esmiuçada, permitindo compreender como ela se organiza e se articula para sustentar o argumento de que fraudes eleitorais eram possíveis e, segundo o discurso, ocorreram.

É possível distinguir sete núcleos temáticos que estruturam o repertório e que, articulados entre si, produzem a força comunicativa do argumento de fraude. O primeiro núcleo refere-se à problematização da tecnologia de votação. A urna eletrônica é descrita não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um elemento intrinsecamente suscetível à manipulação. A defesa insistente do voto impresso, da contagem pública e de mecanismos de auditoria transforma uma questão técnica em prova visível da vontade popular, deslocando o centro do debate da eficiência para a legitimidade do resultado.

> Tivemos a poucos dias eleições na França, onde para o segundo turno vai o

> Macron, Macron, o atual presidente, e a senhora Le Pen. Parabéns a França, ó aqui a fotografia, uma urna, o pessoal votando no papel... A França, país muito mais desenvolvido que o nosso votando no papel. Que exemplo, exemplo para para nós brasileiros né. Aqui tem um pessoal que fala "não meu sistema é Inviolável", mas quando o exército apresenta sugestões para aperfeiçoar o sistema e nas sugestões, pelo que eu sei, não tem o voto impresso, o pessoal até carimba confidencial e diz que não se pode se pode demonstrar tudo que tá ali porque algum hacker pode entrar. Então a urna não é Inviolável... né, a urna é penetrável sim (14/04/2022).

> Até ligamos hoje eu falei com o embaixador do Chile como é que é eleições lá. A eleições no Chile olha como que é, é com o papel, eh com papel. Então não tem porque ninguém porque levantar qualquer suspeição como é que foram as eleições do Chile porque a recontagem tá ali. [...] Então a eleição no Chile, não interessa quem ganhou. Quem ganhou, ganhou de verdade, não tem a suspeição. Mesma coisa queremos pro Brasil, queremos eleições limpas, democráticas, auditáveis. E vocês sabem que e Nenhum de Nós brasileiros pode abrir mão da nossa democracia, e ela nasce, é espelhada num voto né limpo, uma eleições limpa (23/12/2021).

O segundo núcleo mobiliza supostas evidências técnicas para conferir autoridade à desconfiança. Relatórios, pareceres e referências a *logs* ou auditorias são apresentados como fundamentos concretos da insegurança do sistema, o que produz um efeito de “tecnicização” da denúncia: a suspeita deixa de ser apenas retórica e passa a ser sustentada por uma trama de documentos e laudos que, segundo os enunciadores, exigem resposta institucional. Esse recurso retórico dificulta a desqualificação simples das acusações, pois transforma a controvérsia em disputa sobre provas.

> Fiquei sabendo agora que o ministro Alexandre Morais determinou o que? Que as publicações que mostrei na minha página dos linkzinhos ali da do inquérito da Polícia Federal tem que ser retirados. Com prazo também? E o que mais também? Afastou o delegado responsável pelo inquérito. Esse inquérito começou em novembro 2018, dois anos e meio. Porque que não chegou no final? O relatório final? Pelo que tudo indica, não posso afirmar aqui, INTERFERÊNCIA. Porque todas as informações, quase todas, que o delegado precisava lá do TSE ele obteve. Inclusive, Ministro Barroso, é uma das afirmações do Senhor Giuseppe Giannini, o homem pai do voto eletrônico né, que foi afastado mas foi ser secretária especial no seu gabinete, escreveu lá, por ocasião daquela investigação, que o próprio TSE apagou os logs, ou seja, apagou as possíveis provas do crime. Agora, houve interferência na PF, dois anos e meio, quando será concluído esse processo? Se a gente fica quieto aqui não ia ser concluído nunca. Agora a medida afastar o delegado encarregado do inquérito, com toda certeza e o diretor-geral da pf vai botar outro delegado lá E aí obviamente que nós queremos é agilidade, rapidez que com todas as informações que está na minha página na internet e vossa excelência Alexandre de Moraes mandou retirar agora, Todo Mundo Já copiou. Eu tenho cópias aqui. Segredo de Justiça? O que estavam fazendo não deixando esse inquérito ir para frente é um crime contra a democracia. Não querem apuração (12/08/2021).

> O caso das urnas vou repetir aqui foi bastante rápido relatório da Polícia Federal 2016: "não é possível auditar de forma satisfatória o processo entre a votação do eleitor e a contabilização do voto no boletim de urna". Vamos ao que tá na Polícia Federal ou no Ministro Barroso? Outro relatório aqui do

> ano seguinte 2018 a PF diz o seguinte "Recomendamos que seja envidados todos os todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fim de auditoria". Sem papel não tem auditoria. Isso foi a semana passada. O Ministro da Justiça leu isso aqui. Ele é chefe da Polícia Federal. Tá subordinado diretamente a Ele o diretor geral da Polícia Federal. Relatório de antes do nosso governo. Vamos acreditar na Polícia Federal ou no Ministro Barroso? Porque o Barroso não quer lisura nas eleições? Porque o Barroso não quer o voto democrático? Porque não quer a contagem pública dos votos? O que que tá acertado para 2022? Nós sabemos o profundo amor e consideração que ele tem com o Lula. É um direito dele, agora usar o poder da força para influenciar não cabe a ninguém do supremo tentar influenciar decisões do Parlamento. Se eu faço isso eu tô em curso em crime de responsabilidade de acordo com o Artigo 85 da Constituição. O que que está acertado para o ano que vem? Isso nos deixa com dúvidas. A semana passada o TSE online respondia tudo que eu mostrava aqui, já ontem que eu avisei inclusive nas minhas redes sociais que ia ter às 19 horas para falar sobre a confiabilidade das urnas, o TSE não rebateu. Não tinha o que rebater tudo que eu apresentei ontem aqui foi produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (05/08/2021)

O terceiro núcleo consiste na descredibilização das pesquisas eleitorais. Institutos de pesquisa de opinião pública são apresentados como indicadores manipuláveis ou, quando não manipulação, como sinais de que algo está sendo “ajustado” nos bastidores.

> nós queremos é fazer com que o sistema eletrônico de votação seja realmente confiável e ninguém tenha dúvidas do resultado final é porque estão contra quem não consegue entender porque o ministro Barroso vai estar dentro do congresso nacional se reunir com liderança partidárias dizendo que as urnas são plenamente confiáveis. Se são dá um tapa na minha cara! A prova presente vamos aprovar o voto impresso auditável juntamente com a contagem pública do voto. Se o Lula tem 49% de voto é com voto auditável impresso e com contagem pública ele vai ganhar as eleições segundo Datafolha mas o que demonstra para a gente o que tá acontecendo é o seguinte né tirando da cadeia tornar elegível para ser presidente de que forma pega o Instituto de Pesquisa Datafolha que ninguém confia mais [passa] todo o tempo todo dizendo que o Lula é o cara é com toda a certeza a desconfiança que traz população é que esse percentual vai ser acertado vai ser convalidado depois lá no entre meia dúzia servidores né do TSE (22/07/2021).

Ao questionar pesquisas específicas e à medida que se lê a oscilação das intenções de voto como prova de manipulação, o repertório retira de fontes públicas alternativas a capacidade de contradizer a narrativa de fraude e converte as pesquisas em evidência suplementar da suspeita.

> Agora tudo tudo Alexandre Morais e não é de hoje faz para que me prejudicar e para ajudar o Lula. Só tá faltando ele ter a coragem moral e no final da sentença né assinar la "Alexandre Moraes Lula livre" só falta isso só falta isso prejudicou as forças armadas o tempo todo para a gente pudesse avançar em criar em colaborar um sistema para que não houvesse possibilidade de fraude, se o Lula tem vai ganhar no primeiro turno deixa as forças armadas exercer todo o seu poder para garantir a eleição do Lula. filiais diferentes, alguma coisa tá acontecendo quer ver uma coisa mais ou menos sete dias atrás tava Datafolha aí dizendo que o Lula tinha chance de ganhar no primeiro turno mas nesse item 7 dias mais ou menos o que aconteceu o Lula

> fugiu do debate da do SBT fugiu não foi fujão lá no Rio de Janeiro criticou pastores,olha o que ele fala "o pastor que segue bolsonaro não acredita em Deus" [...] e o que que o Datafolha anuncia depois? que ele cresceu na pesquisa. se eu falasse uma dessas besteira dele eu ia cair 10 pontos como é o Lula ele sobe, ou seja o Instituto desmoralizar como terror também o IPCA que não sei desmoralizar. Que eleição é essa que estão fazendo o Brasil? Olha o candidato que tá na frente não tem o povo ao seu lado (28/09/2022).

O quarto núcleo personaliza e institucionaliza a suspeita: ministros do STF e do TSE são apresentados não apenas como autoridades técnicas, mas como atores com interesses próprios, omissões deliberadas ou até capacidades de ocultação de supostas fraudes. Essa narrativa atribui intenções e responsabilidades individuais a figuras institucionais, transformando instituições democráticas em agentes suspeitos de manipulação do processo eleitoral.

> Então não é justo se desmonetizar página de pessoas que estão pedindo voto impresso. Pode ser que a votação seja perfeita, pode ser, mas quando tiver alguém desconfiando, Se der para a gente cala a boca "Vou calar a boca de você, cê tá desconfiando, vamos fazer o voto impresso aqui". Qual o problema nisso? Isso é trabalhar contra a democracia? É colocar em risco a democracia? Palavras bonitas que eu sei que Luis Barroso tem, dado a sua formação de jurista, diferente da minha né, que tem palavrão de vez em quando, de vez em sempre, mas não convence ninguém. Como seria bonito a gente ouvir "tem uma parcela da sociedade aqui que tá achando que os votos não são confiáveis, então vamos aí fazer com que nas eleições próximas, no mínimo 10% das sessões tem o voto impresso". Parabéns. Porque é contra? De forma tão contundente. É isso peca contra [inaudível] que a democracia é o contraditório. Eu posso gostar e tu não gostar (09/09/2021).

Essas acusações imbricam juízos técnicos com motivações políticas, desenhando um enredo de cumplicidade ou inação que transforma instituições em objetos de vigilância e legitima reclamações por mais transparência. A nomeação de pessoas e cargos funciona, assim, para animar o enredo probatório e para focalizar a crítica.

> Que seja decidido o futuro e do Brasil por eleições democráticas por votos contados o e contar de forma pública. Porque querem manter tudo secreto? Ninguém é dono da verdade e os chefes de poderes em especial deveriam ser os mais humildes Aqueles que reconhecem a vontade popular. O que eu faço desde quando eu cheguei no governo, muitos não fazem, quase ninguém faz. Eu estou no meio do povo eu só posso saber o que o povo sente se tiver no meio dele. Estou no grupo de risco para covid, tenho mais de 65 anos de idade, então eu poderia me esconder aqui nesse Palácio e deixar o povo para lá. Uma das vontades do povo são eleições limpas. Porque o presente do TSE quer manter a suspeição sobre eleições? Quem ele é é porque ele continua interferindo por aí, com Que poder? não quero acusá-los de nada, mas algo de muito esquisito acontece. Pra onde vai o nosso Brasil? que exemplo de democracia estamos dando para o mundo? (29/07/2021).

O quinto núcleo opera no plano performativo e mobilizador: manifestações,

motociatas e a presença massiva de apoiadores são narradas como provas práticas da veracidade das denúncias. A presença das ruas deixa de ser apenas consequência emocional; passa a ser evidência da existência de um público que não aceita o que lhe é apresentado como transparente. Nesse movimento, a performance pública assume papel central na legitimação simbólica das suspeitas técnicas.

> Quero parabenizar a todos que se manifestaram pacificamente no último dia sete pelo Brasil, dia da nossa Independência. De manhã eu estive aqui na Esplanada dos Ministérios, usei da palavra por alguns minutos. E à tarde na Paulista também. Logicamente na Paulista, talvez pela proximidade no carro do som tudo ficou mais inflamado ali. Mas a gente sente claramente o que que o povo foi defender nas ruas: Foi defender a sua liberdade, foi lutar por liberdade de expressão contra desmonetização de páginas, também uma parcela falando de uma de uma eleições transparente, quanto mais transparência melhor para as eleições, lutaram ali também dizendo que todos têm que se curvar a Constituição, sem exceção, não interessa quem seja essa pessoa, seja o Presidente da República ou um simples Trabalhador na ponta da linha. A constituição tem que ser sagrada para todo mundo, sem exceção. Então foi uma manifestação pública pedindo legalidade, nada mais justo (09/09/2021).

> Sei o que vocês passaram ao longo desses dois meses de Protestos sol ou chuva sabemos perfeitamente disso daí, isso não é nada que vai ficar perdido imagens foi para fora do Brasil aqui dentro despertou na cabeça de milhões de pessoas a estudar é porque que tivemos Essas manifestações pelo Brasil espontânea isso é o pessoal passou a entender o que ele tem a perder passou a entender melhor do que a política brasileira Passou para muita gente a preocupação com o voto de cada um o voto é importantíssimo você não nega isso vota o responsável e esse povo essa massa que foi o problema dos quartéis falar o que lá Socorro queremos transparência queremos Liberdade respeito à Constituição (30/12/2022).

Aqui, até mesmo as ocupações de manifestantes diante de quartéis, que se estenderam entre a divulgação do resultado eleitoral do segundo turno de 2022 e os ataques aos prédios dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023, são publicamente validadas. O ex-presidente, já derrotado nas urnas, atribui sentido político a essas mobilizações e as apresenta como expressão espontânea de defesa da liberdade, da transparência e da Constituição.

O sexto núcleo insere a narrativa em um quadro de ameaças e vulnerabilidades informacionais: referências a hackers, invasões e interferências externas ampliam a gravidade da denúncia, deslocando a suspeita da mera falha técnica para a esfera da segurança e da soberania. Ao ampliar o âmbito da suspeita para possíveis ataques externos, o discurso estende a justificativa para medidas de proteção e de escrutínio que ultrapassam a esfera meramente eleitoral.

> Como por exemplo o próprio TSE relatou a invasão no sistema em 2018 e relatou em novembro depois que o hacker falou que - o hacker ou alguém de outro país ou pago por uma empresa ou interessado nos resultados das eleições de 2018 fez. Não apenas o hacker. Pode ser um hacker? Pode. Mas

> por que não interferência até de outro país ou outros países para ter na cadeira da presidência alguém mais sensível aos problemas desse outro ou desses outros países. O Brasil é um país que garante a segurança alimentar para mais de um bilhão de pessoas no mundo o Brasil é um país importantíssimo muita gente quer dominar o país sem entrar fala nome aqui vocês viram a pouco tempo um governador de estado falando que vai privatizar tudo no seu estado para o capital daquele país. O que foi tratado também no dia de ontem aqui diz o seguinte aqui e-mail do então servidor do TSE Cristiano Moreira Andrade em junho 2019 relatando que o TSE apagou todos os dados sobre o caso, o próprio funcionário do TSE, quando foi descoberto que alguém por interesse não sei de quem ficou de Abril a novembro de 2018, antes eleições, durante o período eleitoral, durante o primeiro no primeiro turno do segundo turno teve lá dentro, teve acesso a código fonte, teve acesso a tudo. O Cristiano, esse servidor do TSE, assinou o documento dizendo que o TSE apagou os logs. Eu não sabia que era log. Logs é as pegadas. O próprio TSE apagou as pegadas (05/08/2021).

O sétimo e último núcleo é o da antecipação da contestação: ao sistematicamente listar indícios, duvidar de procedimentos e mobilizar prova testemunhal e documental, o repertório constrói uma rotina de desconfiança prévia que normaliza a impugnação de resultados futuros. Essa antecipação transforma a dúvida em um procedimento preventivo, isto é, a contestação passa a ser apresentada como um ato de responsabilidade cívica caso ocorram resultados desfavoráveis.

> eu aceito qualquer um que se eleja o ano que vem eu passo a faixa numa boa mas numas eleições limpas esse voto eletrônico Apenas digo mais com toda a certeza a fraude Não será apenas para presidente será para governadores para senadores deputados federais estaduais e daí Pessoal vocês vão falar o quê Quem tá contra o voto auditável ele perdeu a eleição ele perdeu a eleição ele tem certeza que ganhou ele vai reclamar para quem Para o Papa? (01/07/2021).

As articulações entre esses núcleos explicam por que a denúncia de fraude, mais do que um mero tema de campanha, adquire no *corpus* a condição de dispositivo político. Ao combinar argumentos técnicos, acusações institucionais, instrumentos de prova e mobilização pública, o repertório produz uma sequência causal implícita: se a tecnologia é insegura, se existem documentos que apontam fragilidades, se atores institucionais atuam de forma suspeita e se grande parte do público expressa inquietação, então a dúvida sobre o resultado eleitoral torna-se razoável e legítima. Esse encadeamento retórico funciona mesmo quando muitos dos procedimentos invocados permanecem dentro das normas formais, porque o efeito central é normativo e simbólico: a erosão da confiança.

As implicações políticas e simbólicas desse repertório são profundas e multifacetadas. No plano institucional, a produção repetida de suspeitas reduz a capacidade de atores e órgãos de exercerem funções de verificação com autoridade,

porque as próprias condições de validação são colocadas em dúvida antes da ocorrência dos fatos. No plano da opinião pública, a estratégia de articular provas técnicas com performances nas ruas e com narrativas de vulnerabilidade produz uma predisposição à rejeição de resultados desfavoráveis, ampliando a polarização e tornando mais tênue a aceitação pública das decisões legítimas.

Mesmo ações e discursos que, formalmente, permanecem dentro das regras do jogo democrático podem, cumulativamente, corroer normas não escritas essenciais à estabilidade eleitoral, como a confiança nos procedimentos, o reconhecimento do outro como competidor legítimo e a delegação simbólica de autoridade às instâncias técnicas que asseguram a integridade do processo. A contestação permanente da lisura eleitoral funciona como um mecanismo de preparo para a deslegitimação de resultados e, nesse movimento, reconfigura o significado de "democracia" e "liberdade" em termos que favorecem a mobilização contra instituições percebidas como "infiltradas" ou suspeitas, reforçando um horizonte político de permanente vigilância e confronto.

5.6 IDEIA GOLPISTA

As referências que compõem a categoria denominada *ideia golpista* aparecem em seis trechos distribuídos por cinco transmissões e representam 1,60% do *corpus* analisado. Embora numericamente pouco frequentes, elas são altamente significativas porque articulam momentos em que Bolsonaro relata pressões para agir fora da legalidade, menciona expectativas de ruptura institucional ou exalta a disposição de sacrificar a própria vida em nome da liberdade.

A baixa incidência não reduz sua importância analítica; ao contrário, indica um repertório acionado de forma pontual e estratégica. Esses enunciados funcionam como marcadores de um limite simbólico em que a preservação da ordem constitucional é apresentada como escolha contingente, não como compromisso inegociável, e em que a possibilidade de uma ação excepcional aparece como horizonte legitimável em defesa da democracia e da liberdade.

O principal conjunto de enunciados categorizados como *ideia golpista* registra pressões externas para que o presidente extrapole os limites legais e não atue mais "dentro das quatro linhas da Constituição". Ao relatar pedidos e impaciências de apoiadores, Bolsonaro normaliza a existência de uma demanda golpista, revelando-a ao público sem assumi-la diretamente.

> Eu sempre disse que ia jogar dentro das quatro linhas da Constituição. Alguns se irritam, querem que eu saia por aí escalpelando os outros, fechando instituições, prendendo, atirando… (09/09/2021).

Essa exposição funciona como permissiva simbólica: ao admitir que há quem o instigue a agir fora da legalidade, ele reduz o estigma da ruptura e desloca a frustração para atores institucionais e para os próprios apoiadores, criando condições discursivas para que a ideia de exceção pareça uma resposta plausível a impasses políticos.

> Alguns ficam nervosos "quatro linhas tá na hora de fazer isso fazer aquilo" Calma, vamos resolver, nós estamos com a verdade, nós temos o povo do nosso lado (29/09/2022).

Um outro conjunto de enunciados mobiliza a linguagem do sacrifício e da devoção pessoal, reforçando a disposição de “dar a vida pela pátria” como elemento central da identidade política de Bolsonaro. Ao narrar perseguições sofridas por si e pela família, e ao evocar juramentos militares e cenas emotivas com crianças, o discurso transforma a ação política em guerra moral e o líder em figura sacrificial.

> Pessoal, vamo vencer essa guerra, pessoal. Pra mim seria mais facil estar do outro lado, mas eu não vou trair nem vocês, nem minha consciência. Zero traição aqui, zero [...] Essa é a minha luta eu peço por favor Vejam o que aconteceu no meu governo o que acontece comigo com a minha família, pancada 24 horas por dia eu faço é pelo Brasil é por vocês. Eu jurei dar minha vida pela Pátria Quando entrei no exército e todos nós juramos a vida nossa pela nossa liberdade nós temos que estar junto nós estamos do lado do bem nós queremos o Brasil livre em todo lugar que eu vou acontece coisa que que me emociona, crianças chorando de quatro, cinco, seis, 10, 12 anos como hoje teve de novo quatro crianças que botei no palanque chorando. É por eles que nós temos que lutar Não se omita, não fica em casa, não deixe fazer contato que ele pensa diferente de você (27/09/2022).

Essa moldura valorativa eleva a defesa da liberdade a um imperativo existencial, conferindo prestígio moral a atos de coragem e legitimando, simbolicamente, medidas extraordinárias quando apresentadas como necessárias para salvar a nação.

> Agradeço a vocês todos que estão nos ouvindo e tenha certeza né, nosso Brasil está sempre acima de tudo. Juramos dar a vida pela pátria e se preciso for também pela nossa liberdade (31/03/2022).

A disposição ao sacrifício, assim, funciona como recurso de legitimação: se o líder está disposto a se expor até a morte, qualquer ação extrema pode ser lida pelos seguidores como moralmente autorizada.

Também são identificados enunciados que levantam a ideia de que uma ruptura como resposta se torna justificável diante de um suposto cerceamento institucional. Ao insistir que outros atores não “jogam dentro das quatro linhas” e ao

afirmar que reações imediatas são desejadas por parte de segmentos da base, o discurso cria um cenário em que a ineficácia ou a ostentação de poder de tribunais, parlamento ou instâncias locais passam a ser interpretadas como causa legítima de reação. Dessa forma, a ruptura não é apresentada como um objetivo em si, mas como potencial remédio para uma crise fabricada ou ampliada por adversários.

> Agora muitos que participam querem é uma uma reação imediata, em especial do Presidente, aí eu autorizo... Eu não vou sair das quatro linhas... Foi o que eu disse, nós cada vez mais agora vamos dizer a alguns "Olha você tem que jogar dentro das quatro linhas também, senão vai dar ruim, pô, vai dar problema, pô". É pedir muito isso aí? (09/09/2021).

A condicionalidade proposta - “se for preciso, se houver provocação, se as instituições falharem” - faz com que a transgressão pareça uma opção operacionalmente legítima na lógica da defesa iminente.

No conjunto, embora a categoria *ideia golpista* ocupe uma parcela pequena do *corpus*, seu valor político é desproporcional: a articulação entre pressão externa, retórica sacrificial e condicionalização da ruptura naturaliza a plausibilidade da ação extra-legal sem formulá-la explicitamente. Essa naturalização reduz a distância entre a norma constitucional e a exceção, contribui para dessensibilizar parte do público em relação ao uso da força política e cria uma predisposição cognitiva a aceitar soluções de caráter autoritário quando apresentadas como defesa da pátria.

5.7 LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As menções à *liberdade de expressão* somam 26 ocorrências em 18 transmissões, correspondendo a 6,95% do *corpus*. Esse repertório funciona como eixo normativo recorrente nas *lives*, articulando uma defesa intransigente do direito de falar, a narrativa de perseguição seletiva contra atores do campo conservador e a rejeição explícita a iniciativas institucionais de combate à desinformação. Lidas em conjunto, as falas produzem uma lógica discursiva em que qualquer tentativa de moderação ou responsabilização é imediatamente interpretada como censura, e em que o emissor se posiciona como portador legítimo de uma maioria supostamente silenciada.

> hoje em dia também se você falar de vacina né falar de um estudo de fora do Brasil você corre risco de ser bloqueado respondeu o processo. eu o ano passado li o trecho da Revista Exame que falava sobre covid e HIV eu li duas linhas da revista estou sendo processado tô sendo tratado como criminoso a revista que mostrou isso daí, meu ajudante de ordens é a mesma coisa não traz nada para mim não me desenforme nada muito pelo contrário colabora, tá sendo processado também (30/12/2022).

Um primeiro recurso identificado transforma a liberdade de expressão em categoria absoluta. Recorrendo à Constituição e a metáforas normativas, as falas descrevem a liberdade como condição vital da democracia, algo que não admite limites administrativos ou legislativos. Nesse modo de argumentar, a existência de leis ou mecanismos para regular conteúdo informacional é apresentada como desnecessária ou mesmo perigosa, porque supostamente impermeável aos riscos de abuso de poder. A consequência prática é deslegitimar o debate sobre tensões entre liberdade e outros valores democráticos, como a proteção da saúde pública ou a integridade do processo eleitoral, e consolidar uma leitura em que toda intervenção é suspeita por definição.

> A tristeza é, a gente vê aí que realmente uma ameaça constante à nossa liberdade expressão. E o bem maior que uma pessoa pode ter é a sua liberdade, bem maior até que a sua própria vida (23/12/2021).

Muitos trechos mobilizam experiências de vitimização para concretizar uma denúncia de cerceamento. Operações policiais, investigações, medidas judiciais e ações de plataformas digitais são narradas como provas de uma escalada repressiva direcionada contra empresários, influenciadores, parlamentares e o próprio emissor.

> Já começa agora as intimidações. “Especialistas…” É o país do especialista né, tem especialista pra tudo aqui. “Vêm possível crime de responsabilidade e improbidade de Bolsonaro em live”. Isso é liberdade de expressão! Para mim vai valer a liberdade de expressão. Tá lá no Artigo 5º da Constituição (05/08/2021).

Exemplos recorrentes nas falas incluem referências a apreensões de celulares, processos decorrentes de postagens e a remoção ou desmonetização de páginas; tais episódios são enquadrados como perseguição seletiva e demonstram, na leitura do emissor, que apenas um campo político estaria sendo punido. Essa combinação entre relatos concretos e generalização normativa produz um sentimento de injustiça que funciona politicamente: ela mobiliza solidariedade, alimenta ressentimento e converte medidas técnicas em evidência de um viés institucional.

> Porque abrem tantos inquéritos de fake News e como as outros foram agora abertos, quando a liberdade de expressão e pisoteada e ninguém mais do que eu é atacado diuturnamente e muitas vezes com acusações realmente que mexe com a alma da gente com a família e a gente segura essa onda e para mim isso é a liberdade de expressão mas entubo como sendo a liberdade de expressão (29/07/2021).

> A questão dessa ação da Polícia Federal determinada pelo Ministro Alexandre de Moraes em cima de empresários. Pelo que tudo indica até o momento, baseado numa matéria de jornal, foi ser quebrado o sigilo de todos eles oito empresários depois foi feita a apreensão de celulares, bloqueio de bens, ou seja a gente espera aí que o digníssimo Alexandre de Moraes

> apresente aí ó a fundamentação dessa operação o mais rápido possível, até agora a tão vendo que A Escalada contra a liberdade, aquilo que eu sempre eu tenho falado,é tem que ter avolumado em cima desses empresários. Destes 8, 2 eu conheço muito bem, troca informações do Zap comigo e realmente eu quero entender o que está acontecendo, o que ninguém sabe. Fiz uma nota agora pouco nas minhas mídias sociais falando exatamente né do que não está atingindo aí essa parte da sociedade que, no meu entender, não falta mais nada para que realmente possamos a ter um problema grave no Brasil os provocavam por uma pessoa. E a liberdade expressão prevista na Constituição do artigo 220 em parágrafos em seus dois parágrafos é bem claro que ela é Sagrada (25/08/2022).

Também se observa a construção de uma oposição sistemática a instrumentos legislativos e técnicos voltados ao enfrentamento da desinformação. Projetos de lei, propostas de regulação de plataformas digitais e quaisquer iniciativas que envolvam mecanismos de moderação são imediatamente enquadrados como tentativas de controle do debate público ou como formas dissimuladas de censura. Ao afirmar que juízes estariam “fazendo lei” ou que medidas de responsabilização se converteriam em instrumentos de perseguição política, o discurso desloca o debate do terreno técnico para o terreno moral e conspiratório. Esse deslocamento produz efeitos concretos: fragiliza a legitimidade de propostas regulatórias, impede a formação de consensos mínimos entre especialistas e dificulta a construção de mecanismos institucionais capazes de reduzir danos comunicacionais sem restringir de modo ilegítimo a liberdade de expressão.

> E se um dia quiser criar uma lei pra punir fake news, não vai contar com meu apoio, que mais sofri fake news ao longo da minha vida toda. Não foi apenas durante a campanha, mas é Liberdade de expressão, no meu entender (05/09/2019).

A retórica contra o “politicamente correto” e em defesa do direito de ofender age como complemento cultural dessa estratégia. Ao reclamar do constrangimento de piadas, sátiras ou críticas ásperas, o discurso amplia a base de adesão ao argumento contra a regulação, atraindo atores que se opõem à moderação por razões culturais, estéticas ou identitárias, e não apenas por motivações partidárias. Esse componente amplia a amplitude social do repertório e torna mais difícil estabelecer fronteiras consensuais entre liberdade e responsabilidade.

> Agora não dá para continuar falando e distorcendo procurando uma palavrinha esquisita ali para falar, olha aqui, ele está pensando, não é ó? Falou que o cara pesa 8 arrobas não pode aquela polêmica toda, né? Criticou. A mulher criticou o gay. Criticou. Não sei quem, não, não dá para te continuar assim. Nós estamos perdendo. Tem umas pessoas mexendo aqui, estamos perdendo o direito de fazer piada. No Brasil, tudo é tudo agora tem que ser politicamente correto. Você não pode contar uma piada que pensar será que vou ofender os gordinhos, né? O gordofóbico os carecas, né, carecofóbico, vou ofender não sei quem (05/03/2020).

No seu efeito agregado, o repertório sobre *liberdade de expressão* produz múltiplos impactos. Primeiro, protege o emissor e aliados de custos imediatos, porque transforma qualquer responsabilização em acusação de cerceamento. Segundo, cria condições favoráveis à circulação de informações não verificadas, ao reduzir a aceitação social de mecanismos de controle. Terceiro, alimenta a polarização ao apresentar medidas de regulação como instrumentos de uma facção contra outra. Em articulação com outras linhas analíticas desta tese, especialmente com as narrativas sobre *fraude eleitoral* e com a construção das *Forças Armadas* como árbitras da ordem, a invocação incondicional da liberdade de expressão funciona como elemento central da estratégia discursiva. Ao converter qualquer iniciativa regulatória em ameaça à liberdade, o discurso deslegitima antecipadamente as instituições encarregadas do controle técnico da informação e prepara a opinião pública para rejeitar mecanismos de contenção de danos informacionais. Esse movimento contribui para consolidar um ambiente no qual a desconfiança nos procedimentos, as acusações de viés e os pedidos por intervenções extraordinárias encontram terreno fértil, ampliando sua ressonância na opinião pública.

5.8 LIBERDADE DE IMPRENSA

As menções à *liberdade de imprensa* somam 14 ocorrências em 12 transmissões, correspondendo a 3,74% do *corpus*. Diferentemente do repertório mais amplo da liberdade de expressão, aqui as falas se concentram especificamente na imprensa, operando como um dispositivo discursivo que combina a defesa normativa da imprensa livre com um ataque sistemático à mídia tradicional.

Nas transmissões analisadas, Bolsonaro alterna elogios à liberdade como fundamento da democracia com acusações de que jornais, revistas e emissoras distorcem fatos, fabricam narrativas e atuam politicamente contra o governo. Esse padrão gera uma economia retórica peculiar: a liberdade de imprensa é reafirmada como princípio absoluto ao mesmo tempo em que os principais veículos são apresentados como inimigos internos, comprometidos com interesses escusos ou com projetos políticos adversários.

> estão lutando até pela imprensa brasileira que tem muito repórter sabe que a matéria é publicada ou vai para as televisões não vai para rádio não é bem aquilo que aconteceu. A imprensa livre é a garantia de uma democracia hoje a imprensa mesmo sente o que é falta de liberdade a liberdade como nós sabemos é oxigênio da democracia (30/12/2022).

Um primeiro movimento recorrente transforma o próprio emissor em guardião da liberdade de imprensa. Ele afirma repetidamente que seu governo nunca buscou censurar veículos e que qualquer insinuação de cerceamento é injusta ou fabricada.

> Logicamente o pessoal sabe a minha posição eu sou extremamente favorável à liberdade total da mídia. Até dessas tradicionais que vivem dando pancada em mim o tempo todo. Não tem problema. Eu acho que tem que continuar batendo. Nós estamos batendo tanto. Eu só estou crescendo. Continue batendo. Sem problema nenhum (02/07/2020).

A retórica insiste que quem defende a liberdade é alvo de ataques e que a mídia tradicional, mesmo quando o critica intensamente, deve continuar atuando. Esse modo de argumentar constrói uma autoimagem de tolerância que pretende contrastar com supostas intenções autoritárias da oposição, frequentemente associada à ideia de “controle social da mídia”.

> Falam tanto em liberdade de imprensa... No que depender de mim não vai ter controle social nenhum da mídia, como o Lula acabou de dizer [tosse] Como o Lula disse há 15 dias atrás que ia controlar a mídia caso volte à presidência (09/09/2021).

Ao mesmo tempo, outro conjunto de trechos investe na deslegitimação da grande imprensa. O discurso atribui aos veículos tradicionais práticas constantes de manipulação, distorção e perseguição política, sugerindo que jornalistas agem com má-fé, fabricam críticas e omitem informações relevantes.

> E a liberdade de imprensa é muito importante, caso contrário você ficar refém de parte da minha tradicional você realmente não vive mais e você vai viver não é sem informação, viver é desinformado (02/07/2020).

A imprensa é acusada de selecionar frases isoladas para criar escândalos, de atuar como aparelho ideológico da esquerda ou de publicar conteúdo hostil por ter perdido acesso a verbas públicas. O efeito é criar um ambiente de desconfiança que enfraquece a autoridade jornalística e reorienta o público para fontes alternativas alinhadas ao governo.

> Toda a grande mídia tá nos ouvindo, tenho certeza disso, pra exatamente, como sempre fizeram, pegar uma palavra qualquer e distorcê-la para dar manchete no dia seguinte. Faz parte da regra do jogo, a imprensa tem um papel fundamental numa democracia e eu gostaria obviamente que a verdade fosse o produto da imprensa. Mas temos órgãos de imprensa boa do Brasil também. Eu tenho esperança, ninguém mais do que eu conversou com a imprensa não tem ninguém na história do Brasil que mais vezes atendeu a imprensa do que eu, mas tudo bem (05/08/2021).

Em muitos momentos, a crítica à imprensa toma a forma de ataque direto a jornalistas, especialmente de veículos que o presidente classifica como hostis. Há referências a mentiras, falta de responsabilidade e até insinuações de que

determinados profissionais “prestam um desserviço”. Ainda assim, essas agressões são combinadas à afirmação de que a liberdade de imprensa deve prevalecer, produzindo uma ambiguidade que reforça a retórica de que o governo é, simultaneamente, vítima e defensor da grande mídia.

No conjunto, o repertório opera em duas direções complementares. De um lado, reivindica-se a liberdade de imprensa como valor democrático central, reforçando a imagem de um governo supostamente comprometido com garantias constitucionais. De outro, corrói-se progressivamente a credibilidade da mídia profissional por meio de acusações constantes de distorção, parcialidade e ação política. Essa combinação produz efeitos relevantes: enfraquece instituições jornalísticas fundamentais para a circulação pública de informação qualificada, incentiva a migração para fontes alternativas não profissionais de informação e consolida a percepção de que qualquer crítica institucional é fruto de perseguição ou manipulação.

Articulado a outros repertórios analisados nesta tese, especialmente à *liberdade de expressão* e às narrativas de *fraude eleitoral*, o discurso sobre *liberdade de imprensa* contribui para reconfigurar a própria ideia de imprensa livre. Em vez de um regime de pluralidade e escrutínio, a liberdade é ressignificada como defesa de mídias amigas e como denúncia contínua das mídias críticas, reforçando a lógica polarizadora na qual a informação passa a ser avaliada antes pelo alinhamento político do emissor do que pela verificação ou consistência dos fatos.

5.9 CENSURA

Os trechos agrupados sob a categoria *censura* somam 11 ocorrências em 9 transmissões, correspondendo a 2,94% do *corpus*. Esta categoria dialoga com repertórios de *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa*, mas se concentra especificamente em falas nas quais Bolsonaro delimita quais conteúdos ultrapassam os limites aceitáveis do discurso público.

Nessas intervenções, o tom é explícito: determinadas reportagens, críticas, performances ou produções são descritas como abusivas, moralmente ofensivas ou manipuladoras e, por isso, passíveis de questionamento, exclusão ou retirada de apoio estatal. A diferença em relação às categorias de *liberdade de expressão* e *de imprensa*, apresentadas anteriormente, está justamente no caráter prescritivo: não se trata de reivindicar o direito de falar, mas de formular juízos sobre o que não deveria

circular ou ser institucionalmente sustentado.

De um panorama geral, emergem dois padrões principais. O primeiro é a denúncia de supostos excessos cometidos pela imprensa e por atores culturais. Nesse eixo, aparecem referências a críticas que seriam humilhantes, ofensivas ou incompatíveis com a liberdade de expressão “legítima”. O locutor se coloca como vítima de ataques que extrapolam o aceitável e, ao fazê-lo, aponta para a necessidade de algum tipo de contenção moral ou institucional sobre esses agentes. O segundo padrão trata da crítica às políticas de financiamento cultural e às produções que, segundo ele, veiculam valores contrários aos seus. Nesse registro, a defesa de cortes, revisões ou redirecionamentos de recursos públicos aparece como forma legítima de impedir que obras consideradas “ideológicas” recebam apoio estatal.

O primeiro padrão aparece quando textos de opinião, reportagens ou performances artísticas são narrados como agressões pessoais que não cabem na liberdade de expressão e na liberdade de imprensa.

> O Lula pode me chamar de genocida né? E o que que é genocida pessoal? Me comparou a Hitler, [inaudivel], Stalin, que matou milhões ou centenas de milhares de pessoas me comparou a Fidel Castro, então para Carmem Lúcia o Lula pode me chamar de genocida, isso é liberdade de expressão. Dois pesos Duas Medidas (25/08/2022).

As acusações de manipulação, hostilidade sistemática e fabricação de mentiras são acompanhadas de questionamentos sobre a legitimidade desses atores no debate público. Ao sustentar que determinados conteúdos extrapolam limites da liberdade de expressão, o locutor busca redefinir o que seria crítica aceitável e, assim, limitar a autoridade social de veículos jornalísticos e artistas que o contestam.

Dois exemplos desse primeiro padrão chamam atenção pela clareza com que são convertidos em prova de excesso de liberdade. O primeiro é quando ele lê ao vivo trechos da coluna de Mariliz Pereira Jorge em que a autora elenca uma lista de 191 termos dirigidos ao então Presidente.

> É inacreditável, parece que a Folha de São Paulo.. Mariliz Pereira Jorge, Rio de Janeiro. Mariliz Pereira Jorge, tá escrito aqui. Rio de Janeiro. Ignóbil. Bolsonaro, tá escrito aqui, Bolsonaro. Ignóbil, basculho, baixo, repugnante, canalha, baixo, deplorável, mesquinho, estúpido, tal tal tal… Tem aqui, não contei, mas ele tem um cem adjetivos aqui. Parco, pacove, inapto, desqualificado, pequi roído, genocida. Essa imprensa brasileira… Isso é saudade de corrupção. É o fim da teta, acabou o dinheiro público jogado fora. Eu não sei que jornal é esse aqui vê se consegue. [VOZ EM OFF: Folha de São Paulo]. Folha de São Paulo mesmo? Então ela escreve do Rio de Janeiro, Mariliz Pereira Jorge. Isso é um trabalho de uma jornalista? Você falou alguma coisa do nove dedos que agora, por uma decisão do Senhor

> Facchin, pode concorrer em 22? Falou alguma coisa sobre corrupção dele? Ou ele voltando já vai acertar com a Folha de São Paulo, dá um dinheirinho para vocês, vai empurrar na marra né alguns grandes empresários para anunciar aí… Que imprensa é essa aqui? Que imprensa é essa aqui? É inacreditável. Charlatão perverso, monstro, Ditador… (18/03/2021).
>
> Que imprensa é essa? Que imprensa é essa? Festival de palavrões. Alguns recomendam "entra na justiça"… Olha eu raramente ganho alguma coisa na justiça. Não me lembro de ter ganho alguma coisa na justiça.Alguém lembra aí? Entrei com algumas ações e perdi a paciência. Isso é liberdade de expressão? Isso é liberdade de expressão? (18/03/2021).

Ao expor essas passagens na transmissão, ele não apenas comenta o conteúdo do artigo de opinião, mas o enquadra como um ataque que teria ultrapassado os limites da crítica legítima. A partir desse enquadramento, o texto passa a ser apresentado como agressão pessoal e institucional, algo que violaria as fronteiras do debate aceitável e, por isso, demandaria uma forma de proteção moral e simbólica. Esse movimento reforça a narrativa de vitimização característica de sua retórica: a imprensa não estaria simplesmente criticando, mas deslegitimando e humilhando. Tal interpretação cria as condições para justificar a adoção de medidas que visem neutralizar esse tipo de comunicação, deslocando o foco da crítica política para uma suposta necessidade de defesa contra abusos discursivos.

O segundo exemplo é a reação a um vídeo produzido pelo coletivo Indecline, que utilizou uma réplica da cabeça de Jair Bolsonaro como bola em um jogo de futebol. O vídeo faz parte do projeto *FREEDOM KICK*, criado pelo coletivo artístico ativista que já havia realizado intervenções semelhantes envolvendo outros líderes políticos, como Donald Trump e Vladimir Putin.

> Olha aqui ó, pessoal jogando bola com a minha cabeça aí. Está certo? Circulou muito é isso aqui é liberdade de expressão. Agora se fosse o contrário seria fake news passível de cassar o mandato, de prisão etc. (24/09/2020).

No caso brasileiro, a peça mostra a cabeça cenográfica sendo retirada de um túmulo, chutada em sequência e, ao final, mordida por um cachorro, o que levou o material a circular amplamente nas redes. Em 24 de setembro de 2020, Bolsonaro menciona a performance em sua *live*, argumentando que ela extrapola limites da liberdade de expressão e que, se ele fizesse algo parecido, poderia ser preso e ter o mandato cassado.

A repercussão pública ao vídeo incluiu, além de ameaças a integrantes do coletivo, uma investigação policial contra a produtora do vídeo no Brasil, inicialmente enquadrada em diversos crimes. O Ministério Público Federal, entretanto, arquivou o

inquérito ao afirmar que a obra estava protegida pela liberdade de criação artística e que tratá-la como ilícita seria um exagero interpretativo capaz de abrir precedentes restritivos à liberdade de expressão (Angelo, 2021).

Figura 16 - Réplica da cabeça de Bolsonaro em vídeo do Indecline

Fonte: Frame do vídeo brasileiro do projeto FREEDOM KICK do coletivo Indecline.

Em sua *live*, Jair Bolsonaro interpreta a performance como um gesto de desumanização e afronta pessoal, e a traz à tona nas lives como evidência de um padrão de agressão. Em vez de enquadrar o episódio apenas como expressão artística crítica legítima, usa-o para ilustrar a tese de que certas formas de manifestação excedem a liberdade de expressão e têm efeitos sociais negativos, o que legitima, em sua ótica, a busca por respostas públicas e administrativas que reduzam a circulação e a visibilidade de práticas semelhantes.

O segundo padrão envolve a defesa explícita de restrições ou reorientações no financiamento público da cultura. Obras, filmes ou projetos que ele julga ofensivos, ideológicos ou contrários aos “valores corretos” são apresentados como exemplos do mau uso de recursos públicos. Assim, a retirada de financiamento surge como medida legítima para “corrigir” esse cenário e restaurar uma ideia de neutralidade moral no uso do dinheiro público.

> Inclusive, o nosso filme estão fazendo a partir de agora, não vai ter mais questões, ideologia, aquelas mentiras todas do de história, é, passada nossa,

> não é? É falando mentiras sobre o período de 64-85 no passado, também. Mentiras do presente é sempre conduzindo, fazendo a cabeça da população como esse pessoal da esquerda fosse os mais puros, éticos e morais do mundo e o resto fosse o resto. Perderam, então vote melhor na próxima na próxima eleição, que perderam. Eu não quero citar aqui o nome de filmes que eu peguei na, lá na, fazendo na Embrafilme, no corrente ano. Eu tenho vergonha, vergonha de falar, vergonha. Então eu não vou falar o nome dos filmes que, uma vergonha. Algo parecido com. Não, não vou falar que tenho vergonha, tá… Mexe com religião, mexe com evangélico, católico, mexe com criança, mexe com afrodescendente, mexe com pessoa deficiente… E tudo com a questão de sexo no meio, então. É, nós. Nós estamos, é, censurando nada. Quem quiser fazer filme né, que faça, mas com o dinheiro teu, próprio, não com dinheiro público (26/12/2019).

Esse mecanismo opera por via indireta, diante da qual não há proibição formal, mas sim um conjunto de decisões administrativas e orçamentárias que tornam a produção e a circulação de determinados temas impraticáveis. O resultado prático é um efeito de intimidação: equipes, instituições e produtores tendem a autocensurar-se para não perder recursos ou enfrentar retaliações, reduzindo assim a diversidade de vozes e temas no campo cultural e jornalístico.

Durante seu mandato, Bolsonaro conferiu especial atenção a manifestações culturais sobre gênero e sexualidade, criticando publicamente editais e projetos nessas áreas e provocando a suspensão de chamadas destinadas a produções sobre diversidade (Niklas, 2019). Essas intervenções sinalizaram uma priorização política dos critérios de financiamento cultural e uma vigilância direta sobre conteúdos feministas e LGBTQIA+.

Um exemplo disso ocorreu quando o então Secretário Especial da Cultura, Roberto Alvim, ao anunciar o Prêmio Nacional das Artes em janeiro de 2020, defendeu uma concepção de cultura enraizada em valores como pátria, família e fé cristã, privilegiando uma arte “heroica” e “nacional” que excluía perspectivas dissidentes. O discurso apresentava, tanto na forma quanto no conteúdo, semelhanças com uma fala de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, fato que gerou amplo repúdio de artistas, da comunidade judaica, de parlamentares e de instituições culturais, e que levou à exoneração de Alvim após a reação pública (Verdélio, 2020). Entretanto, a ênfase na referência nazista ofuscou em parte o núcleo normativo do pronunciamento: a proposta prática de orientar o fomento estatal por valores cristãos implicava, de forma explícita, a despriorização de obras sobre gênero, sexualidade e raça, sobretudo aquelas vinculadas a pautas LGBTQIA+.

No plano material, essa orientação traduziu-se em medidas de desfinanciamento e contingenciamentos que afetaram mecanismos centrais de

fomento ao audiovisual. Um exemplo disso foi quando, em agosto de 2019, o governo Bolsonaro suspendeu um edital que destinaria R$70 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) para a produção de séries e filmes para TVs públicas, que incluíam projetos com temas LGBTQIA+ e de diversidade de gênero. A decisão ocorreu após o então presidente criticar publicamente a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e o conteúdo dos projetos sobre gênero e sexualidade (Niklas, 2019). Casos como este ilustram como decisões administrativas concretas restringiram a viabilidade de determinadas produções.

De modo geral, os dois padrões apresentados revelam que o discurso sobre *censura* cumpre uma função central na construção dos sentidos de liberdade e democracia mobilizados por Jair Bolsonaro. Ao apresentar críticas jornalísticas e performances artísticas como agressões pessoais que ultrapassam os limites da liberdade de expressão e, simultaneamente, ao defender a retirada de apoio estatal de obras consideradas moralmente inadequadas ou ideológicas, ele formula uma concepção seletiva de liberdade. Essa concepção protege manifestações alinhadas às suas posições políticas e morais, enquanto questiona a legitimidade de conteúdos divergentes. Neste enquadramento, a defesa da liberdade não se refere à proteção ampla do dissenso, mas à delimitação de quais vozes são legítimas no espaço público. A democracia, nesse sentido, é reinterpretada como um regime que deveria conter e desautorizar críticas que, a seu ver, desestabilizam a moralidade cristã, a verdade ou a ordem. O resultado é uma narrativa que tenciona princípios democráticos fundamentais, como pluralismo e contestação, ao propor que certos atores e conteúdos sejam monitorados, restringidos ou moralmente desqualificados. Assim, a categoria censura evidencia como a retórica presidencial constrói fronteiras simbólicas sobre quem pode falar, o que pode ser dito e sob quais condições, contribuindo para um ambiente político menos aberto ao dissenso e mais disposto a autorizar formas de silenciamento.

5.10 LIBERDADE E ARMAS

Sete segmentos foram categorizados como *liberdade e arma*, sendo distribuídos em 6 transmissões, correspondendo a 1,87% do *corpus*. Nesse repertório, a arma é erigida a símbolo central de liberdade, não apenas como instrumento de defesa, mas como expressão material da autonomia individual, da proteção da família e da soberania sobre a propriedade. A liberdade deixa de ser

concebida como garantia coletiva e passa a depender da capacidade individual de reagir e impor limites por meios armados. A ideia de autodeterminação se converte, assim, em uma competência física e imediata, ancorada no domínio da força.

A associação entre armamento e liberdade se estrutura em uma lógica que atribui ao poder de fogo a capacidade concreta de impedir subordinação, coerção e expropriação. A máxima de que um “povo armado jamais será escravizado" condensa essa crença e transforma a posse armada em mecanismo de dissuasão permanente contra qualquer tentativa de dominação. O discurso insinua que as instituições democráticas são frágeis ou insuficientes e que a liberdade real depende menos da proteção institucional e mais da aptidão de cada indivíduo para fazer valer fisicamente sua própria autonomia. A liberdade se torna uma questão material e, em grande medida, privatizada.

> E falando em CAC, amanhã em Brasília, se eu não me engano na catedral né tem um movimento lá pelas armas as 10 horas da manhã, então quem tiver Brasília puder prestigiar vale a pena porque arma é sinônimo também de liberdade e de segurança né eu falei um tempo atrás e é verdade o povo armado jamais será escravizado, tudo que nós podemos fazer via decreto, via portarias, em especial do comandante do Exército, foi feito para agente facilitar e a posse o e porte de arma de fogo (08/07/2021).

Essa gramática armamentista se articula diretamente ao *anticomunismo* que estrutura o repertório mais amplo das *lives*. A esquerda é apresentada como força capaz de corroer a liberdade, ameaçando simultaneamente propriedade, família, valores morais cristãos e segurança. Armar a população passa a ser uma preparação contra um inimigo político descrito como existencial. O armamento não é apenas proteção contra a criminalidade, mas dispositivo de resistência contra um suposto projeto de subversão comunista. Ao construir esse elo, o discurso transforma o “cidadão de bem” em guardião da nação e deposita sobre ele a responsabilidade de impedir que a liberdade seja capturada por adversários políticos.

> Olha como o campo reage a nós, não é fácil você segurar demarcações de terras indígenas e quilombolas demarcações sem critérios como ocorria no passado. O homem do campo não tem mais invasão de terra, que acabamos com isso, que acabamos com dinheiro de ONG para o MST. A arma é um sinônimo é um sinal de liberdade. O homem armado jamais será escravizado, estendemos o porte com apoio do Parlamento aos homens do Campo (29/07/2021).

O discurso opera pela naturalização, que apresenta a posse e o porte como respostas óbvias à insegurança e transforma qualquer restrição normativa em ameaça direta à autopreservação.

> E lá [EUA] é um país realmente da da liberdade. MARCOS PONTES é a

> liberdade é importante. BOLSONARO é um país onde o povo tem armas. Aqui quando eu falei armamento outro dia, nossa mãe, pessoal fez meme com fuzil no prato "eu não como eu não como fuzil nem cartucho 762 eu como é feijão". A arma no no meu entender é um símbolo da liberdade. Eu não consigo dormir em casa,[...] eu não consigo dormir sem um armamento na cama (02/09/2021).

O repertório também é seletivo socialmente. A arma é associada ao produtor rural e ao “cidadão de bem”, criando uma fronteira moral entre quem seria reconhecido como sujeito legítimo para portar armas e quem ficaria fora dessa legitimidade. O armamento se transforma, portanto, não só política pública, mas critério de pertencimento social. Isso se reforça quando a pauta é apresentada como reparação a grupos supostamente negligenciados por governos anteriores, o que produz identificação e recompensa política. Ao enfatizar especialmente o uso em propriedades rurais, o discurso ancora a reivindicação no imaginário da defesa da terra, da família e da produtividade, reforçando vínculos com segmentos importantes de sua base.

Ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade pela própria segurança, reduz-se a pressão por políticas públicas preventivas e por investimentos em profissionais de segurança. No curto prazo, a ampliação do acesso a armas aumenta riscos de acidentes domésticos, de violência interpessoal (em especial a violência masculina) e de escalada em conflitos cotidianos. No médio e longo prazo, a normalização do armamento como sinônimo de liberdade reconfigura expectativas sociais, consolida uma cultura de resolução privada de conflitos e enfraquece a centralidade das instituições de segurança coletiva.

> Está havendo aqui em Brasília o 3º Encontro Nacional pela Liberdade Pró-Armas Se eu chegar a tempo eu pretendo comparecer a esse evento afinal de contas eu sou eu sou entusiasta né do armamento para os cidadãos de bem (07/07/2022).

Há ainda efeitos secundários decisivos. O discurso fortalece redes de interesse organizadas em torno do mercado de armas e das associações de caçadores, atiradores e colecionadores, criando uma economia política do armamento que pressiona por mais flexibilizações. Simultaneamente, associa a arma a valores de masculinidade, autossuficiência e honra, o que amplia seu apelo simbólico e reforça identidades políticas alinhadas ao governo.

Ao conectar o armamento à defesa contra a ameaça comunista, o repertório intensifica a polarização e legitima antecipações violentas como forma de proteção da liberdade. Isso produz um ambiente em que a força preventiva passa a ser vista

como justificável diante de inimigos políticos percebidos como perigosos.

5.11 LIBERDADE INDIVIDUAL

A categoria *Liberdade Individual* reúne 45 trechos distribuídos em 29 transmissões, o equivalente a 12,03% de todos os registros categorizados no *corpus*. São falas em que Bolsonaro se apresenta como defensor direto da autonomia pessoal diante do Estado e em que transforma temas variados em exemplos de supostas ameaças à liberdade individual. Os excertos agrupados aqui incluem críticas às medidas de restrição de circulação durante a pandemia, rejeição ao passaporte vacinal e à obrigatoriedade da vacina, apelos ao direito constitucional de ir e vir, além de argumentos que reinterpretam o artigo 5º como garantia de liberdade plena contra qualquer forma de regulação. Trata-se de um conjunto de afirmações que reformulam debates de saúde pública, segurança sanitária e responsabilidade coletiva como se fossem confrontos diretos entre indivíduos e autoridades arbitrárias. Essa lógica estabelece o enquadramento que estrutura toda a categoria e orienta as leituras de realidade produzidas nas *lives* ao longo dos quatro anos analisados.

> Então vai muito bem a vacina no que dependeu do Governo Federal e o que depender de mim ela não é obrigatória. Quem achar que deve se vacinar, se vacine, quem achar que não deve, não se vacine. Afinal de contas, quem acredita na vacina está protegido e quem não acredita, a vida dele, cuida da vida dele. E não tem esse papo de quem não usa está estimulando e as outras pessoas a não usar, isso é democracia tá. E eu ando o Brasil todo, tenho obrigação de estar no meio do povo (08/07/2021).

Grande parte do material posiciona a autonomia corporal e a escolha pessoal como princípios inquestionáveis. Nesse quadro, a vacinação aparece como opção privada: o governo federal é apresentado como comprador das doses necessárias, enquanto a aplicação é narrada como voluntária. Essa ênfase serve dois propósitos. Primeiro, permite rebater acusações de negacionismo ao lembrar das aquisições de vacinas. Segundo, funda a recusa à obrigatoriedade vacinal em princípios constitucionais e em uma leitura literal da liberdade individual, transformando a opção por não se vacinar em exercício legítimo de autonomia. O enunciado de que “quem quis se vacinar, se vacinou, quem não quis é direito dele” funciona como fórmula reiterada para consolidar essa posição.

> Quem quis se vacinar, se vacinou, tá. Quem não quis, eu entendo que é um direito dele não se vacinar. Isso se chama liberdade tá. Aqueles que acham que todo deve se vacinar, amanhã pode o estado, é, querer impor algo para você que agora quer e você lá na frente sendo minoria, impor para você também. Não pode, não, isso não é democracia. Democracia é respeitar a liberdade das pessoas (23/12/2021).

Vinculado a essa defesa da autonomia, aparece um repertório que mobiliza relatos concretos de efeitos adversos e exemplos extraídos do círculo familiar como forma de evidência retórica. Ao narrar casos de pessoas que teriam sofrido complicações após a vacinação, o discurso converte a incerteza em fundamento moral para reivindicar prudência e justificar que decisões sanitárias permaneçam no âmbito estritamente pessoal. Esses relatos cumprem uma função simbólica decisiva: humanizam a objeção às políticas de saúde, deslocam o debate do plano técnico para o registro do risco individual e da responsabilidade familiar e, com isso, ampliam a aceitabilidade pública da resistência às diretrizes sanitárias.

> Agora que eu vejo muita pessoa falar, que entende do assunto, são os médicos aí infectologistas é que entende no assunto, são respeitadas. É o seguinte: tem que se pesar o custo-benefício, é aquela história você vai jogar 10 reais na loteria para ganhar cinco? assim não compensa, tem que jogar cinco para ganhar 10. se o risco de problemas efeito colateral é muito maior é porque que você vai submeter a isso? eu tenho uma menina agora aqui 16 anos do Colégio Militar de Brasília foi a semana passada tomou a vacina. Os colégios militares não tem nenhuma orientação por parte do Comando do Exército né para vacinar ou não vacinar. Vacinaram porque os pais assim, menor de idade, assim decidiram. Começou a passar mal no dia seguinte, teve trombose, né, trombose, mal teve alta no hospital ontem. Olha o sufoco que passou os pais né. E essa garotada foi vacinada Por quê? não teve uma uma determinação do governo no tocante a isso daí, não teve. Eu continuo defendendo a liberdade, você quer se vacinar, se vacina, não quer, não se vacina (23/09/2021).

A metáfora do sapo fervido e a linguagem recorrente sobre erosões graduais da liberdade articulam uma leitura teleológica do presente. As medidas emergenciais são interpretadas como etapas de uma trajetória já em curso, na qual concessões aparentemente pontuais funcionam como prenúncio da normalização de controles cada vez mais intrusivos. Esse enquadramento sustenta a ideia de que a vigilância deve ser permanente, pois qualquer acomodação abriria caminho para a consolidação de um processo silencioso de restrição das liberdades.

> E daí eu volto para a história da parábola do sapo fervido. Você conhece ela? Tem uma bacia lá, joga o sapo dentro da bacia. Se o sapo quiser sair fora ele sai, vai embora. O sapo cai dentro da água e você coloca um fogareiro embaixo, começa a aquecer água. O sapo começa a sentir bem. Vai subindo a temperatura, 30, 40, 50, 60 graus, o sapo tá lá todo relaxado, gostosão, tranquilo, pensando na sapa. Quando chega 70, 80 graus começa a pegar fogo o negócio, ele quer sair e não sai, vai morrer cozido. Assim se rouba a liberdade de um povo. É devagar. Olha Brasília. Estado de sítio. O governador diz que não é, mas é estado de sítio, não pode sair na rua. Direito de ir e vir. Ignora e bota no lixo a Constituição. Não pode sair das 22h às 5h, daqui a pouco ele resolve “não 22h às 5h não, vou botar das 20h às 6h, não não, vamos passar de 18h às 8h” e daqui a pouco você tá preso. Acabou tua liberdade (11/03/2021).

Essa figura retórica cria sentido de urgência e legitima ações de resistência, por entender que pequenas concessões hoje podem virar perdas permanentes amanhã. Em consequência, a defesa da liberdade individual passa a ser apresentada não apenas como questão de preferência pessoal, mas como luta preventiva contra um processo de encurtamento das garantias civis.

Do ponto de vista institucional, o discurso explora e acirra conflitos federativos. O governo federal é retratado como comprador de vacinas e defensor da facultatividade, enquanto governadores e prefeitos são acusados de impor medidas excessivas, às vezes descritas como próximas a poderes de estado de sítio. Debates sobre competência, vetos e prazos regulatórios, incluindo controvérsias em torno de procedimentos de aprovação e do papel de agências sanitárias, são mobilizados para reforçar a ideia de que restrições locais representam abuso de autoridade. Essa narrativa instrumentaliza disputas técnicas para consolidar uma crítica política ampla às intervenções subnacionais.

> Ou seja, quem decide na ponta aí não sou eu, é muitas vezes um governador, não um governador não, é o prefeito, que não interessa que ele tenha 15 milhões de habitantes no teu município ou tem 800 habitantes, que o menor município do Brasil, ele que decide. É o estado de sítio. E um velho ditado, não sei de quem é "aquele que abre mão de um milímetro da sua liberdade em troca de segurança, seja o que for, não terá nada no futuro". Vamo lá, eu sou a pessoa, queiram ou não, critiquem ou não, me ofendam ou não, que posso garantir a sua liberdade (11/03/2021).

A retórica se faz ainda mais contundente pelo uso de qualificativos e de linguagem persecutória contra aqueles que impõem ou defendem medidas restritivas. Termos pejorativos aplicados a governadores, prefeitos e a certos agentes institucionais transformam decisões sanitárias em prova de um projeto autoritário a ser combatido. Essa estratégia ajuda a moralizar o conflito, mobiliza emoções e amplia solidaridades, porque coloca adversários institucionais no lugar de inimigos das liberdades individuais.

> O que que serviu muito essa pandemia pra revelar foram foram aí os aprendizes de ditadores, né? Figuras nanicas, hipócritas, idiotas, bossais, tá? Achando que vai, que manda no estado dele. “Vai tomar vacina!” Vai tomar você, pô. [Tarcísio de Freitas e Marcos Pontes riem] Vacina o que você bem entender, tá certo? Coca-Cola, Tubaína, vai tomar o que você bem entender. Obrigar? E outra, o povo não vai admitir isso aí. Eu duvido que a justiça, não interessa a esfera que seja, vai vai obrigar alguém a tomar a vacina um dia Isso não existe, isso não existe. O brasileiro tem liberdade, pô. E ponto final (22/10/2020).

O repertório recorre também a argumentos sobre impactos econômicos e sociais das restrições, associando *lockdowns*, toques de recolher e fechamento de

atividades a perdas de renda, desemprego e danos à vida cotidiana. Ao combinar razões normativas, narrativas pessoais, imagens de ameaça gradual e cálculos práticos, o discurso constrói uma base discursiva ampla capaz de abarcar desde eleitores preocupados com liberdade até setores empresariais prejudicados por restrições.

> E o povo anda com fome, batendo cabeça. Ninguém consegue exercer autoridade [inaudível] ou liderança. É o caos. A quem interessa o caos no Brasil? Com quem o governador negocia fora do Brasil de forma explícita? Não vou falar nomes aqui, quem tem um mínimo inteligência consegue entender. O que está em jogo não é nem o teu prato de comida, é sua liberdade (11/03/2021).

No conjunto, a defesa da *liberdade individual* opera como pilar da mobilização antirrestritiva: ela protege o emissor de custos políticos imediatos, mobiliza solidariedade social e deslegitima instrumentos coletivos de proteção. Em articulação com outros repertórios analisados nesta tese, especialmente com a retórica de *liberdade de expressão* e com a narrativa de que instituições estariam usurpando competências, essa defesa individual contribui para um ambiente no qual medidas públicas que exigem sacrifícios coletivos encontram resistência sistemática. Em termos práticos, a prioridade conferida à autonomia individual fragiliza a capacidade de coordenação das políticas sanitárias e instala um modelo de cidadania no qual escolhas privadas prevalecem sobre ações públicas de caráter preventivo. Ao deslocar o centro normativo da proteção coletiva para a liberdade pessoal, esse enquadramento reduz a legitimidade de intervenções estatais voltadas ao bem-estar populacional, dificulta a implementação de medidas integradas e esvazia a noção de responsabilidade compartilhada que sustenta respostas sanitárias eficazes.

5.12 MEDICAMENTOS E LIBERDADE

As ocorrências classificadas na categoria *Medicamentos e Liberdade* totalizam 13 trechos, distribuídos em 12 transmissões, correspondendo a 3,48% do *corpus*. Reúnem enunciados em que a defesa da autonomia médica e da liberdade individual para escolher tratamentos funciona como eixo argumentativo central. Neste enquadramento, Bolsonaro sustenta a legitimidade do uso da cloroquina e de outros medicamentos com ineficácia comprovada no tratamento da COVID-19 como expressão do direito do médico de exercer autonomia terapêutica frente às autoridades sanitárias e do indivíduo de decidir sobre sua própria saúde, mesmo quando essa escolha contraria orientações técnicas nacionais e internacionais.

Figura 17 – Bolsonaro exibe medicamento em live de 26/03/2020

Fonte: Frame da transmissão semanal de 26/03/2020 disponível no Youtube.

Figura 18 – Bolsonaro exibe medicamento em live de 16/07/2020

Fonte: Frame da transmissão semanal de 16/07/2020 disponível no Youtube.

Durante suas lives, Jair Bolsonaro promoveu repetidamente a hidroxicloroquina como tratamento eficaz para a Covid-19, recorrendo inclusive à exibição direta de embalagens e marcas comerciais do medicamento. As figuras 17, 18 e 19 exemplificam esse padrão discursivo e visual, no qual o fármaco é mobilizado como evidência de autoridade e convencimento perante o público.

A defesa desses medicamentos ocorre apesar do amplo consenso científico acerca de sua ineficácia comprovada no tratamento da COVID-19, atestada por estudos clínicos e por recomendações de organismos nacionais e internacionais de saúde. Ainda assim, Bolsonaro não apenas reafirma verbalmente a legitimidade da cloroquina e de outros fármacos, como também recorre, em diversas transmissões ao vivo, à exibição direta de embalagens e marcas comerciais dos medicamentos diante da câmera, convertendo o objeto em elemento visual de persuasão. Esse gesto reforça o enquadramento da controvérsia como uma disputa entre liberdade individual e autoridade técnica, deslocando o debate do campo científico para o terreno moral e político, no qual a escolha do tratamento passa a ser apresentada como expressão de autonomia e resistência às regulações sanitárias.

Figura 19 – Bolsonaro exibe medicamento em live de 20/08/2020

Fonte: Frame da transmissão semanal de 20/08/2020 disponível no Youtube.

Entre os tipos de segmentos categorizados estão a defesa explícita da prescrição de medicamentos fora das indicações da bula por parte dos médicos, a exaltação de tratamentos precoces envolvendo cloroquina/hidroxicloroquina, relatos pessoais e familiares usados como evidência de eficácia, críticas a iniciativas legislativas ou judiciais que visam punir prescritores, e referências institucionais que legitimam a liberdade terapêutica, como menções ao Conselho Federal de Medicina. Esses excertos compõem um repertório no qual a regulação científica e os protocolos técnicos são frequentemente enquadrados como entraves à liberdade de cura e ao dever moral do médico de salvar vidas.

Um dos eixos centrais é a reivindicação de autonomia profissional. Nas falas analisadas, o médico é apresentado como alguém que teria o dever moral de buscar alternativas terapêuticas, o que inclui a indicação de cloroquina ou hidroxicloroquina para tratar a COVID-19 mesmo depois de ser comprovado cientificamente que esses medicamentos não possuem eficácia para prevenção ou tratamento da doença.

> Agora enquanto não tem um remédio claro né? Pra atacar esse problema é válido isso aqui porque se eu não me engano eu chamo de off-label é isso? Fora da bula. Então o médico é que tem que ter essa liberdade não está na bula mas ele vai lá e prescreve. Quer prescrever hidroxicloroquina prescreve. Não quer quer oferecer outra coisa qualquer isso depende do médico off-label né? E do paciente. E muitos dizem que sem essa prática muitas doenças estariam sem tratamento até hoje. Muita coisa foi eh descoberto né? Eh com essas tentativas que a pessoa está acometida a doença sabe que vai ter um problema sério pela frente e se poderia né testar esse remédio que não que existe mais de cinquenta anos no Brasil em especial na região amazônica e é vendido lá tem uma tarja vermelha aqui pelo que eu sei lá era é vendido sem receita médica e tem dado certo pra alguns casos como alguns médicos também tem conversado comigo. Médicos renomados tem conversado comigo dizendo que a sua experiência a sua observação A hidroxicloroquina tem dado certo. Então quem não tem uma uma outra alternativa que não fique querendo proibir. Né? A hidroxicloroquina por quem porventura queira tomá-la devidamente receitado por um médico (23/07/2020).

Essa afirmação da liberdade médica é sustentada por leituras do estatuto profissional que priorizam o juízo clínico individual sobre protocolos centralizados. Politicamente, a invocação da autonomia funciona como instrumento para contestar propostas punitivas, inclusive medidas legislativas que chegaram a prever sanções para prescritores de tratamentos não validados. No plano retórico, a defesa da autonomia desloca a disputa do campo técnico para o terreno da liberdade individual, tornando controversas intervenções que, no debate sanitário formal, visam garantir segurança e eficácia.

> Eu mostrei o projeto de lei do Senhor Omar Aziz na minha página. Olha, você apresentou o projeto para punir com três anos de cadeia o médico ou três

> anos de cadeia a vovó, vamos divulgar. Bem 40 minutos depois que eu divulguei ele retirou o projeto. O médico, tá, ele tem a sua conduta, tem a sua ética, ele sabe quando tem algo que ele desconhece ele pode sim buscar algo fora da bula para buscar a cura ou buscar minimizar a dor daquela pessoa. O próprio Conselho Federal de Medicina não fala se o médico tem ou não que fazer um tratamento preliminar, ele diz que ele tem o arbítrio, a liberdade de aplicar o medicamento que não tá na praça, né, que não têm comprovação científica, que pessoas que estão estado grave o até entubadas tem segurado com isso aí. Eu não vou falar o nome aqui para não criminalizar esse medicamento (12/08/2021).

Em diversos trechos esses medicamentos são apresentados como instrumentos que, na prática clínica ou em relatos familiares, teriam salvado vidas ou reduzido o número de óbitos. O uso de testemunhos pessoais, como relatos de pacientes, de familiares e a menção de experiências locais, funciona como prova alternativa da eficácia dessas drogas. Esse tipo de argumentação converte relatos em equivalentes de evidência científica e cria um repertório emotivo de legitimidade que tem amplo poder de persuasão entre leigos. O efeito prático é duplo: por um lado, reforça a adesão a práticas terapêuticas não validadas; por outro, reduz a confiança nas avaliações científicas formais e nos mecanismos de regulação que defendem ensaios controlados para aferir eficácia e segurança.

> Eu fui infectado no passado e tomei um negócio, você sabe que que foi. Se eu falar aqui cai a Live né. Sabe o que que foi. E se eu me sentir mal né eu vou tomar isso de novo, é o direito meu Pô. Eu falei um tempo atrás eu fui criticado, quando eu tenho problema de estômago eu tomo coca-cola, é problema meu. Eu tenho que dar satisfação para ninguém, é minha vida que tá que tá em risco. Agora eu tenho experiência de conversar com pessoas que são algumas radicais no tocante ao tratamento Inicial e que a gente conversa a gente vê lá conversei com várias pessoas ao longo da minha vida aqui ficam tremendo e viram daí defensora daquilo que que criticava no passado. Nós temos que buscar uma alternativa e quem tem que buscar alternativa são os médicos. O primeiro sinal né para o médico buscar a solução e tem que ter liberdade, o tratamento off label é o direito dele (23/09/2021).

Ligada a essas estratégias está a crítica sistemática à regulação e à penalização de prescritores do chamado “tratamento precoce". Para sustentar essa crítica, Bolsonaro compara o médico que prescreve cloroquina com a cena trivial de “uma vovó dando um remedinho”, produzindo um efeito de banalização da prática médica. A decisão clínica, que envolve responsabilidade técnica e critérios científicos, é reduzida a um gesto doméstico e despretensioso, como se prescrever um medicamento sem eficácia fosse tão simples quanto oferecer um chá para aliviar um mal-estar.

> Queria aprovar uma excrescência dessa, prender a vovó que deu um remedinho para baixar a febre do filho diferente da bula, daí quando tenho um problema de estômago eu tomo um negócio aí eu não vou falar o que

> que é um negócio e não é remédio. Tem gente que tem certos problemas né cálculo renal faz isso faz aquilo tem remédio que tem né Tem tem tratamento tem aí tem que tomar outra coisa é liberdade pessoal é liberdade. E o Omar Aziz queria botar na cadeia até três anos (25/09/2022).

Essa equiparação deslegitima iniciativas de regulação e, especialmente, projetos legislativos que buscavam responsabilizar médicos pelo uso de substâncias sem comprovação científica. Ao tratar essas propostas como tentativas absurdas de punir comportamentos banais, o discurso esvazia seu conteúdo de proteção sanitária e as apresenta como exageros burocráticos. Com isso, constrói-se uma narrativa em que qualquer mecanismo de controle institucional aparece como irracional ou persecutório, enquanto a defesa do tratamento precoce é enquadrada como expressão de bom senso e liberdade profissional.

Há ainda uma dimensão institucional e performativa. O discurso recorre a organismos profissionais, relatos de experiências locais e à própria conduta presidencial como fontes de autoridade. O Conselho Federal de Medicina é invocado como sinal de que existe algum respaldo institucional para a tal liberdade de prescrição; administrações municipais que adotaram protocolos de tratamento imediato são citadas como casos de sucesso; e a admissão de uso pessoal da cloroquina ou de outros medicamentos pelo próprio emissor funciona como exemplo imitativo para a base. Esses movimentos convergem para uma narrativa em que a prática local e a experiência pessoal legitimam a priorização da liberdade terapêutica frente às recomendações científicas estabelecidas.

> Eu defendia o tratamento precoce. Todo mundo sabe o que eu tomei e como estava no dia seguinte e assim foram milhões de pessoas no Brasil. Queriam protocolo do Ministro Mandetta, o garoto propaganda da TV Globo, que passava mais tempo dando entrevista do que trabalhando. O protocolo dele é fica em casa, quando você sentir falta de ar procura o hospital. Eu perguntei para o Mandetta: "só depois que falta de ar?". Esse cara vai ter que ficar em casa torcendo? É, não tem nada comprovado cientificamente, mas nós temos que mostrar alternativas! O Conselho Federal de Medicina é claro onde diz que o médico tem a liberdade em comum acordo com o paciente ou familiares receitar um remédio ou medicamento fora da bula. Quem fez isso no começo se deu bem, como a gente vê hoje em dia, muita gente tomando a questão do tratamento precoce. E eu não podia fazer nada, simplesmente demonizaram o tratamento precoce (05/08/2021).

Ao naturalizar o uso de ineficaz da cloroquina e da hidroxicloroquina e ao deslegitimar mecanismos de avaliação científica, o repertório fragiliza a capacidade do Estado de coordenar respostas baseadas em evidência, reduz a adesão social a medidas coletivas e dificulta a comunicação de risco. A defesa da liberdade médica articula-se com outras narrativas do *corpus*, contribuindo para um cenário em que

autoridade técnica e regulação são percebidas como ilegítimas. Essa combinação tende a erodir consensos necessários para gerir crises sanitárias e a reforçar polarizações que complicam a adoção de políticas públicas de proteção coletiva.

5.13 LIBERDADE ECONÔMICA

As ocorrências classificadas na categoria *Liberdade Econômica* somam 35 trechos distribuídos em 30 transmissões, correspondendo a 9,36% do *corpus*. Trata-se de uma das frentes mais consistentes do repertório de Bolsonaro, onde a liberdade aparece diretamente vinculada ao funcionamento do mercado, à redução da intervenção estatal e à defesa da propriedade privada. Nos segmentos reunidos, liberdade econômica não é apenas um tema de política pública, mas uma gramática interpretativa que organiza como o ex-presidente concebe desenvolvimento, democracia e papel do Estado.

Os trechos classificam diversos tipos de enunciado: defesas reiteradas da Lei de Liberdade Econômica; críticas à burocracia e às normas regulatórias; elogios às privatizações; referências à autonomia empresarial e ao empreendedorismo; argumentos contrários a controles estatais sobre preços, exportações ou produção; elogios ao livre mercado como mecanismo de autorregulação; ataques a ocupações de terra interpretadas como ameaças à propriedade privada; e justificativas para políticas de abertura econômica ou desoneração regulatória. Esses excertos compõem um conjunto abrangente que traduz a liberdade como valor econômico antes de qualquer outra coisa.

Um dos eixos mais recorrentes é a afirmação de que o Estado deve interferir o mínimo possível na atividade econômica. Bolsonaro apresenta a Lei de Liberdade Econômica como símbolo dessa orientação, destacando especialmente a possibilidade de abrir negócios com menos exigências, de iniciar atividades sem alvará e de reduzir obrigações regulatórias que supostamente dificultavam a vida de pequenos empreendedores. A narrativa é construída pela contraposição entre um Estado pesado, burocrático e ineficiente e um mercado que prospera sempre que deixado livre para funcionar.

> Só notícia boa. E porque isso tudo? lá atrás a lei da Liberdade Econômica que permite uma senhora caso queira abrir por exemplo um salão de beleza, um cara quer é abrir uma pequena Pizzaria tá, ele quer vender cachorro-quente algum lugar aí Antigamente ele entrava com o seu pedido alvará prefeitura e por vezes né quase sempre é muitas prefeituras atrasavam meses ou anos, agora ele entra com pedido e se em 30 dias a Prefeitura não responder ele pode começar a trabalhar (01/09/2022).

A defesa do livre mercado aparece também em enunciados que rejeitam qualquer forma de controle de preços ou de estoque regulador. A repetição de exemplos como Venezuela, Argentina ou planos econômicos de governos petistas serve para ensinar que tabelamento leva ao desabastecimento e ao surgimento de mercados paralelos. Essa pedagogia política é central na forma como o discurso consolida o livre mercado como verdade evidente.

> O que está acontecendo na Argentina? Que pessoal parece esqueceu? A Venezuela não é pessoa reclama do preço da carne. O que alguns querem que eu faça é a tabela. A carne é dar subsídio para a carne. O Maduro fez no passado esse aí, né? Chávez, Maduro hoje tem nem cachorro nem gato para comer na Venezuela. Nós somos do livre mercado pessoal no. Tá? Eu não posso. Você está reclamando do preço da carne, mas tem um cara que produz no campo (26/12/2019).

Não se trataria de uma escolha ideológica, mas da única forma racional de gerir a economia. Assim, quando Bolsonaro afirma que o lucro é “a regra do mercado” ou que não existe produção sem estímulo econômico, ele naturaliza um modelo de economia política centrado na autonomia dos agentes privados e na rejeição de qualquer intervenção que modifique preços, quantidades ou incentivos.

> Se você quiser impor medidas estatais no tocante à produção e venda de alimentos sabe o que vai acontecer? Desabastecimento. Ninguém vai produzir nada que não de lucro, você não vai produzir nada que não de lucro, a tua empresa não vai produzir nada que não dê lucro. E o lucro é em todos os setores, é o livre mercado. É garantia de algo a sua disposição. Logicamente uns vão poder comprar menos e outros comprar mais, é a regra do mercado (17/03/2022).

Outro componente estruturante é a centralidade da propriedade privada. Em vários trechos, a propriedade é descrita como direito sagrado e como um dos tripés da democracia. Essa associação desloca a defesa da propriedade do domínio econômico para o político. Aqui o MST e outras formas de mobilização camponesa são atacados e enquadrados não como disputa fundiária, mas como ofensiva contra a própria democracia. Ao apresentar ocupações de terra como ameaça civilizacional, o discurso converte conflitos agrários em exemplo de desordem institucional, reforçando a ideia de que a liberdade econômica depende da inviolabilidade absoluta da propriedade.

> Então o que inibiu e muito o trabalho do MST foram as ações aqui do nosso governo. Você imaginou Dani, alguém invadindo a sua propriedade? Se você e sua família demorou anos para fazer aquilo e vai lá um bando de marginal com a bandeira vermelha, uma foice e "esse aqui agora é meu", triste né... DANIELLA MARQUES: Propriedade particular é um direito... BOLSONARO: É... Quando se fala em democracia a propriedade privada é Sagrada (10/03/2022).

A figura do empreendedor ocupa papel central na narrativa. O empresário, o pequeno comerciante e o microempreendedor são retratados como agentes que só precisam de espaço para trabalhar. Essa exaltação do empreendedorismo funciona como eixo emocional e moral: quem cria empregos é o setor privado, enquanto o Estado atrapalha, custa caro e produz ineficiência. Ao mesmo tempo, Bolsonaro afirma que governar significa “não atrapalhar” e “tirar o Estado de cima de quem produz”. Essa concepção reduz a política econômica a eliminar barreiras e a confiar no dinamismo individual como motor do crescimento.

> Quem cria emprego é a iniciativa privada, é o empreendedor, o empresariado, é o micro e pequeno Empresário, pessoal do MEI. Esse pessoal que cria emprego. O governo federal colabora como por exemplo via na via Liberdade econômico lei da Liberdade Econômica (28/07/2022).

Há ainda uma dimensão importante. A defesa de privatizações como a da Eletrobras, a promoção de autorizações ferroviárias que garantem propriedade privada das vias, ou o elogio a países que teriam prosperado por “liberdade no mercado” integram uma lógica que transforma a expansão do capital privado em indicador de liberdade. A liberdade aparece como ausência de Estado, como desregulação e como ampliação de espaços para investimento privado. A política econômica é performada como ato de libertação, e cada retirada do Estado é narrada como vitória contra amarras e travas históricas.

> Olha a nossa lei de liberdade Econômica ela é bastante extensa a facilidade com a pessoa tem para abrir um negócio no seu município a facilidade para conseguir o alvará que às vezes demorava mesmo até anos e não saía, as nossas estatais privatizamos várias estatais pequenas, mas privatizamos, a Eletrobras foi a maior. Elas não dava um lucro lucro pequeno ou deficitários passaram a lucro ano passado (30/12/2022).

A regulamentação de setores produtivos é tratada como obstáculo à criatividade, à inovação, ao mérito individual e ao crescimento de setores emergentes. A liberdade econômica é apresentada como condição natural para que talentos floresçam, e qualquer regra adicional aparece como ameaça moral à autonomia e ao desenvolvimento tecnológico.

> Querem regular regulamentar o game, o game não tem que ser regulamentado, não conta com meu apoio, se porventura aprovar no Congresso a gente veta e depois luta para manter o veto à propriedade intelectual daquela pessoa, se começar a criar dificuldade como é que é aquele cara inteligentíssimo que que se adapta facilmente ao game, pode ser um craque né, como é que vai ascender, como é que vai subir na vida com regulamentação? Então da nossa parte não existe, não vai existir regulamentação pra game. Nós defendemos a liberdade de forma ampla. Tem certas coisas que você tem ou não tem, liberdade é uma coisa

inegociável, então nada de regulamentar game no Brasil (11/08/2022).

Essas camadas de sentido convergem para uma narrativa em que liberdade econômica, democracia e prosperidade se tornam termos quase indistinguíveis. Não se trata apenas de defender um modelo liberal, mas de afirmar que o país só cresce quando segue essa direção. O resultado é um repertório que transforma orientações econômicas em princípios de ordem e de liberdade, deslocando a disputa política para um terreno onde alternativas à desregulação se tornam automaticamente associadas a autoritarismo, desabastecimento ou atraso. Essa construção discursiva reforça a ideia de que proteger a liberdade econômica é proteger a própria democracia, ao mesmo tempo em que delimita estreitamente o espaço de ação legítima do Estado.

5.14 RELIGIOSO

As ocorrências classificadas na categoria *Religioso* somam 4 trechos distribuídos em 4 transmissões, correspondendo a 1,07% do *corpus*. Apesar de numericamente pouco frequente, esse repertório cumpre uma função simbólica significativa ao inserir referências religiosas como fonte de autoridade moral e como fundamento para discursos sobre liberdade, verdade e democracia. São falas em que elementos da linguagem cristã aparecem para reforçar credibilidade, estabelecer fronteiras entre bem e mal e produzir equivalências entre adesão política e fidelidade espiritual. Nesses segmentos, a religião não surge apenas como crença pessoal, mas como instrumento de cidadania que opera simultaneamente em registros seculares e confessionais.

Um primeiro conjunto de trechos evidencia como Bolsonaro mobiliza referências religiosas para qualificar e legitimar escolhas institucionais, como no caso da indicação de André Mendonça ao STF. Nessas falas, o presidente apresenta o ministro como alguém equilibrado, conhecedor da legislação e, sobretudo, evangélico, reforçando repetidas vezes que se trata de um pastor. A religiosidade pessoal de Mendonça é convertida em atributo público que assegura integridade, compromisso constitucional e defesa da liberdade. Bolsonaro formula essa relação com a frase “o Estado é laico, agora eu sou cristão”, que funciona como chave da estratégia: afirma a laicidade estatal ao mesmo tempo em que desloca valores cristãos para o centro da política. Essa operação corresponde ao que Vaggione (2005) denomina *secularismo estratégico*. Sob o registro formal da neutralidade, o discurso insere justificativas seculares para práticas que são, no fundo, orientadas

por valores religiosos, produzindo a impressão de que posições confessionais são compatíveis, naturais ou até necessárias para fortalecer a democracia. A identidade cristã é apresentada não como crença particular, mas como virtude cívica.

> Então André Mendonça tem seus compromissos comigo, nada diferente do que em grande parte a vida dele enquanto Advogado Geral da União, enquanto Ministro da Justiça aqui do nosso governo também. Vai defender na íntegra a nossa Constituição Ok, defender a democracia e defender a liberdade. Eu não tive tempo de assistir, mas quem porventura assistiu a sabatina né, é uma pessoa André Você demonstrou ser como nós conhecemos aqui, o João conhece muito bem, uma pessoa bastante equilibrada, um profundo conhecedor da legislação e um evangélico né, ou melhor é um pastor evangélico. Tinha esse compromisso, e na política João, você sabe que vale a palavra. Certo, falou é o fio do Bigode. Assumi o compromisso, se eu não me engano, foi início 2017, eu acho que estava no grupo de um encontro Gideões em Santa Catarina, onde eu falei né, "Caso eu seja Presidente uma das duas vagas para o Supremo Tribunal Federal será preenchido por um terrivelmente evangélico". Alguns aí, "nossa,o Supremo é laico". Olha, pessoal, o Estado é laico, agora eu sou cristão (02/12/2021).

Esse movimento se articula ainda com a lógica da *cidadania religiosa* (Vaggione, 2017). No *corpus*, a exaltação da identidade cristã de autoridades públicas e do próprio presidente sugere que valores religiosos não apenas orientam a conduta privada, mas constituem um direito político. A defesa de que cristãos ocupem posições-chave do Estado, como o Supremo Tribunal Federal, é apresentada como reivindicação legítima de participação moralmente qualificada no espaço público. Tal como descreve Vaggione (2017), essa *cidadania religiosa* emerge como resposta à crítica feminista e LGBTQIA+ à influência da moral cristã na legislação, convertendo crenças religiosas em base identitária para atuação política e em argumento de defesa da própria democracia.

Ao mesmo tempo em que afirma que o Estado é laico, o discurso presidencial naturaliza que a presença cristã no aparato estatal é expressão da vontade popular e da proteção dos valores fundamentais da democracia, como a liberdade religiosa. Esse duplo registro, religioso e secular, permite que a defesa de interesses morais cristãos seja apresentada como defesa neutra da Constituição e da liberdade, ao mesmo tempo em que reconfigura a disputa política como campo de batalha entre uma identidade cristã ameaçada e forças percebidas como adversárias desses valores.

Outro núcleo recorrente é a apropriação política de versículos bíblicos, especialmente a frase “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. No texto bíblico, a verdade é Cristo e a libertação é espiritual, vinculada à salvação. Nas *lives*,

porém, o versículo é reinterpretado como afirmação de autenticidade política e como instrumento para demarcar os que supostamente enxergam a realidade daqueles que estariam enganados por adversários, imprensa ou instituições. A “verdade” passa a designar as narrativas apresentadas pelo ex-presidente, seja sobre corrupção, pandemia, eleições ou liberdade. Essa operação transforma o conteúdo religioso em marcador de pertencimento político, criando uma equivalência simbólica entre adesão ao líder e compromisso com a verdade revelada. O resultado é uma fusão entre linguagem espiritual e disputa política que confere caráter moral às controvérsias institucionais.

> E eu usei até uma passagem bíblica do João 32 conhecereis a verdade, a verdade vos libertará. E assim foi feita a nossa campanha (02/02/2020).

Além desse uso da linguagem bíblica, há também referência a passagens que destacam a importância do conhecimento para evitar o “perecimento” do povo. Embora citada em chave espiritual, a passagem é mobilizada para reforçar a necessidade de vigilância política da população diante de supostas ameaças à liberdade. A retórica combina elementos religiosos e diagnósticos políticos para produzir a sensação de que a participação cívica é um imperativo moral, integrando fé e mobilização social em um mesmo registro argumentativo.

> Não pode uma outra uma ou duas pessoas no máximo estar ditando normas no Brasil, impondo uma ditadura no Brasil. Não podemos admitir isso daí. E eu sempre tenho dito né, que se é difícil lutar com Liberdade, imagine sem a liberdade. Eu tenho dito também a questão da população cada vez mais tem que se informar, entender o que tá acontecendo. Tem uma passagem bíblica até, Tarcísio, que diz é "por falta de conhecimento o meu povo pereceu". O conhecimento é importante para nós, quem vai libertar o povo né, é o próprio povo (26/08/2021).

No conjunto, o repertório *religioso* opera como ferramenta discursiva que amplia o alcance emocional das mensagens e reforça a autoridade do emissor. As referências à Bíblia, à identidade cristã e à verdade que liberta não funcionam apenas como expressões de fé pessoal, mas como dispositivos que sacralizam determinadas interpretações da política e naturalizam a presença de valores religiosos no espaço público. O *secularismo estratégico* (Vaggione, 2005) organiza essa transposição: argumentos de matriz confessional são revestidos de linguagem aparentemente neutra e democrática, o que permite que o discurso religioso influencie a formação de opinião e a legitimação institucional sem ser apresentado explicitamente como doutrina religiosa. Dessa forma, essa categoria contribui para a construção de uma narrativa em que liberdade, verdade e democracia aparecem alinhadas a uma visão

cristã conservadora e à liderança política que a reivindica.

5.15 PÂNICO MORAL – CRIANÇAS

As ocorrências classificadas como *Pânico Moral – Crianças* somam 28 trechos distribuídos em 22 transmissões, correspondendo a 7,49% do *corpus*. São segmentos em que Bolsonaro apresenta diversos atores sociais como ameaças diretas às crianças, inclusive às ainda não nascidas (como no caso do aborto), mobilizando a defesa moral da infância como justificativa para intensificar controles sociais, endurecer punições e rejeitar políticas de direitos sexuais e reprodutivos. Esses trechos articulam a retórica do *pânico moral* tal como descrita por Rubin (2017) e por Paternotte & Kuhar (2018), operando por meio da construção de inimigos morais que colocariam em risco a ordem social, a família e a inocência infantil.

O primeiro eixo é a associação sistemática entre partidos de esquerda, movimentos sociais e políticas de igualdade de gênero e sexualidade com riscos imediatos às crianças. A presença de “ideologia de gênero” é usada como indicador automático de degradação moral e ameaça pedagógica, como quando Bolsonaro afirma que municípios com vereadores do PT seriam locais onde “tudo que não presta” aparece, incluindo ideologia de gênero e o MST. A escola surge como lugar de perigo e exposição indevida, e trechos insistem no cenário imaginado de crianças de seis ou sete anos recebendo conteúdos sexuais que os pais não aprovariam. Essa formulação converte políticas educacionais em instrumentos de corruptibilidade moral e responde diretamente ao mecanismo descrito por Rubin (2017) em que determinados grupos são transformados em demônios sociais que personificam o mal.

> Tem a certeza de uma coisa se você vai para qualquer município do Brasil você nunca foi lá você quer saber se aquele município lá perdido lugar distante se o município é bom ou não é bom tem quantos vereadores do PT nesse município zero o município é bom não tem demagogia não tem mentira tem seriedade. tem três quatro cinco realmente tem coisa errada naquele município tem mentira tem descascado tem ideologia de gênero, tem MST, e tudo que não presta é sempre de você fazer uma comparação entre PT e os outros Olha o Brasil meu Deus do céu Acabei de mostrar aqui no começo onde apareceu ideologia de gênero, o governo Lula PNDH 3 é só dar o Google aí (27/10/2022).

Outro conjunto de trechos aborda o aborto como ameaça dupla: às crianças e à própria sobrevivência da nação. Aqui a defesa do nascituro é acionada tanto para sustentar posições antiaborto quanto para atacar adversários políticos. A esquerda é descrita como promotora da “banalização do aborto”, associada à destruição de vidas

em estágios avançados de gestação e à permissividade moral. Bolsonaro faz uso recorrente de exemplos internacionais, como decisões da Suprema Corte da Colômbia, e apresenta o nascituro como sujeito de direitos inegociáveis. Esse enquadramento cria uma divisão moral rígida entre defensores da vida e supostos agentes de destruição infantil. Paternotte & Kuhar (2018) destacam que pânicos morais desse tipo convocam a população a proteger o grupo vulnerável por excelência e amplificam a percepção de ameaça para justificar políticas de controle.

> Lembra daquela pessoa que falou "Oh Lula libera para gente aí tô dando maior apoião" e a política deles é liberar drogas. Um dos partidos satélite do PT é o PSOL, é o que organiza marcha da maconha pelo Brasil você não vai votar num plano de governo de liberação das drogas. Ali quase todos da esquerda né que estão ali o Lula são favoráveis é um aborto, e aborto bota até que mês de gestação? eu não discuto, para mim a vida tem que ser preservada desde a sua concepção. E daí na esquerdalha você fica tentando e falar seis meses 8 meses... vocês lembram de um aborto que fizeram uma menina lá em Santa Catarina? não vou entrar em detalhe daria um programa para discutir esse assunto aí tá mas o aborto a gente não pode admitir (25/09/2022).

O tema da liberação das drogas também aparece associado diretamente ao risco às crianças. Bolsonaro descreve cenas de sofrimento familiar e degradação física para sustentar que a esquerda promoveria políticas que estimulariam o consumo e colocariam filhos e netos em perigo. Mesmo quando a discussão é sobre adultos, o discurso retorna à figura da mãe que perde o filho para as drogas, produzindo um imaginário afetivo que favorece respostas punitivas e marginaliza abordagens baseadas em saúde pública. A figura da criança novamente organiza a narrativa e amplia a credibilidade da ameaça.

> No nosso governo nem se discute: liberação das drogas. repito Quando desci da Tribuna lá na ONU logo depois ocupou lá o presidente da Colômbia e ele defendeu liberação da cocaína. Tu entraria no avião vamos supor tivesse lá um profissional né piloto ali cheirando? Pelo amor de deus o que que leva as drogas? A gente ve imagens de jovens e 15 16 20 anos bem saúde pessoa bonita saudável de repente cai no mundo das drogas. Poucos Anos depois ali tá acabou a pessoa fisicamente algumas vão a óbito Olha o sofrimento das Mães com a criançada aí com uma criança filho outra por vez no mundo das drogas e o PT quer liberar isso marcha da maconha descriminalização do aborto. Eu entendo que a vida tem que ser respeitada desde a sua concepção vai banalizar o aborto no Brasil (28/09/2022).

A retórica sobre criminalidade sexual e estupro de vulnerável também é mobilizada como eixo de pânico moral. Bolsonaro afirma que decisões judiciais ou interpretações do Supremo Tribunal Federal estariam reduzindo a proteção infantil, levando ao cenário hipotético de meninas de doze anos sendo autorizadas a manter relações sexuais com adultos sem que isso fosse considerado crime. A formulação

intensifica o medo moral e transforma o tribunal em agente de destruição da infância, deslocando tensões políticas para o campo emocional.

> Agora por outro lado você está sentado aí tá tranquilo tá por outro lado A verdade dói hoje no Brasil o estupro de vulnerável são 14 anos ou seja se hoje em dia uma menina namorar um maior de idade e consentir um relacionamento sexual isso não é estupro. Se uma de 13 anos hoje em dia ou de 12 mesmo consentindo isso é estupro. O que que o Barroso defende? Que o estupro de vulnerável passe de 14 para 12 anos. A minha filha Vai fazer 11 anos daqui a pouco, se o ano que vem a minha filha for aliciada por um homem de 20 30 40 50 anos de idade e mantiver relações sexuais com ele isso não é crime. O Barroso acha que uma menina de 12 anos de idade sabe o que tá fazendo e pode manter relações sexuais com adulto, já o homem ou mulher de 16 anos para responder por crimes ele não é adulto (05/08/2021).

A força política desse repertório vem da capacidade de produzir uma sensação coletiva de urgência moral. Nos termos de Rubin (2017), a ameaça é amplificada e dotada de intensidade emocional que exige respostas excepcionais. Em Paternotte & Kuhar (2018), esse processo é entendido como mobilização de ansiedade social por atores conservadores que buscam aumentar o aparato de controle e reverter direitos sexuais e reprodutivos. No conjunto das lives de Bolsonaro, a criança se torna o emblema máximo desse pânico moral. Ela funciona como figura retórica que justifica posições regressivas, legitima vigilância e coloca movimentos feministas, LGBTQIA+, partidos de esquerda, o STF e até organismos internacionais no papel de inimigos da sociedade. Essa triangulação reforça polarizações, dificulta o debate racional sobre políticas públicas e constrói um enquadramento em que qualquer ampliação de direitos é lida como ameaça direta à existência da infância e da família.

5.16 PÂNICO MORAL – LGBTQIA+

As ocorrências classificadas na categoria *Pânico moral – LGBTQIA+* somam 4 trechos distribuídos em 4 transmissões, correspondendo a 1,07% do *corpus*. Embora numericamente pequena, essa categoria concentra formulações discursivas que condensam de modo claro os mecanismos do pânico moral descritos por Rubin (2017) e Paternotte & Kuhar (2018). Pessoas LGBTQIA+ são apresentadas como ameaça à sociedade, aos valores tradicionais e à ordem moral, e essa construção funciona como justificativa para ampliar mecanismos de controle, rejeitar políticas de igualdade e fortalecer alianças com líderes internacionais da direita.

Nos trechos categorizados como pânico moral direcionado à população LGBTQIA+, o discurso opera de modo distinto daquele encontrado na categoria *pânico moral – crianças*. Aqui, a ameaça não recai sobre a vulnerabilização de um

grupo simbólico como a criança, mas sobre a própria existência das pessoas LGBTQIA+, que são convertidas em alvo direto da retórica de perigo moral. Enquanto a categoria voltada às crianças mobiliza a imagem da inocência ameaçada para criar um senso amplificado de urgência e justificar medidas protetivas, nesta seção o foco é a construção de um inimigo interno que supostamente impõe comportamentos, desestabiliza valores tradicionais e ameaça a ordem social. Trata-se de uma narrativa que identifica indivíduos e coletividades como portadores do desvio, intensificando a lógica de conflito moral e reforçando antagonismos por meio da estigmatização direta de grupos LGBTQIA+.

Um dos eixos recorrentes é a oposição entre família e diversidade sexual. A referência elogiosa à vitória de Giorgia Meloni na Itália articula o lema “Deus, Pátria e Família” como emblema de um suposto retorno à normalidade moral. O discurso associa a pauta LGBTQIA+ a uma ruptura com essa normalidade, afirmando que antes da “petralhada” o Brasil vivia em paz. A oposição entre “cada um na sua” e o suposto desejo de pessoas LGBTQIA+ de impor comportamentos aos demais recria a lógica central do pânico moral: o grupo minoritário é descrito como invasivo, desestabilizador e responsável por divisões sociais. A diversidade aparece como fonte de conflito, enquanto a contenção das expressões de gênero e sexualidade é apresentada como condição para restabelecer a ordem.

> Direita vence na Itália e abre caminho para a senhora Jorge Meloni C talvez a primeira ministra lá eu vi o vi página do discurso dela ela se elegeu com o slogan de “Deus Pátria família”. Parabéns a Geórgia essa onda aí seria bom pegar o mundo todo Deus pátria família para nós aqui tem uma liberdade um pouquinho a mais mas o discurso dela não quero comentar aqui foi bastante foi um pouco longo né mas o que ela fala lá é perfeitamente igual que nós falamos aqui o que nós queremos paz tranquilidade do progresso respeito a criança em sala de aula. Pô, cada um na tua, pô, aquele cara que é diferente demais, fica na tua, não queira fazer impor a sua vontade, o seu jeito, os seus modos pra demais população. Vamos viver em paz, como nós vivemos há pouco tempo atrás antes dessa petralhada chegar o poder aqui no Brasil, onde eles começaram um nós contra eles e dividia a população né brancos e negros homos e héteros Pais e Filhos nordestinos e sulistas homos e héteros (27/09/2022).

Outro conjunto de enunciados enquadra políticas de direitos sexuais como ameaças estruturais à sociedade. Quando Bolsonaro afirma que o PNDH-3 teria como título “desconstrução da heteronormatividade”, ele reforça a narrativa de que governos anteriores buscavam atacar a família e eliminar normas consideradas naturais. Essa leitura omite o caráter democrático e inclusivo das políticas de direitos e as transforma em armas contra a estabilidade moral. Como em outros pânicos

morais descritos por Rubin (2017), a política pública é interpretada como instrumento de corrupção coletiva, produzindo a sensação de que toda a ordem social estaria sob risco.

> Você sabe a pouco tempo né como era a pauta de família do é do PT era aquele famoso programa né. Matéria de um decreto de 2009, PNDH-3 cujo título principal era desconstrução da heteronormatividade (07/04/2022).

Há também trechos voltados ao esporte e à participação de pessoas trans. A formulação de Damares de que a presença de atletas trans seria “fraude” mobiliza o mesmo mecanismo de dramatização: a competição esportiva é apresentada como espaço ameaçado por um suposto desequilíbrio injustificável, e a integridade das mulheres cis é usada como figura de proteção. Bolsonaro reforça esse enquadramento ao pedir que o público se coloque no lugar da atleta que “ficaria para trás”, criando um efeito empático que transforma pessoas trans em agentes de dano. Esse tipo de narrativa desloca um debate complexo sobre inclusão e políticas esportivas para um plano moralizante e emocional, no qual a preservação da ordem e da “justiça natural” exige restringir a participação de pessoas LGBTQIA+.

> DAMARES Com todo respeito à comunidade trans, mas no esporte é fraude. Nós somos biologicamente diferentes, homens e mulheres, isso é fraude e essa discussão tem que ser levantada inclusive por respeito à comunidade trans. A comunidade trans não quer fraude, ela quer respeito e dignidade e eu conheço muita gente da comunidade trans levantando esse debate. No esporte, gente, é injusto e é fraude, biologicamente Isso é uma fraude. BOLSONARO Queria até comentar porque mundo vai cair na minha cabeça né, mas eu costumo na minha vida se colocar no lado a outra pessoa. Se coloca no lugar de uma mulher que é jogadora aí de alto nível, de vôlei, basquete, salto em altura, salto em distância, até mesmo boxe, se ela for lutar com uma pessoa trans ou competir com uma pessoa trans, ela vai ficar pra trás. DAMARES [ri] Com certeza! BOLSONARO Fica pra trás, acaba a alegria do esporte (24/03/2022).

Bolsonaro sugere que a defesa de direitos LGBTQIA+ faz parte de uma ofensiva contra os valores familiares, aproximando a “ideologia de gênero” de práticas fraudulentas, mentiras e ataques à moralidade. O emprego recorrente dessa expressão funciona como marcador simbólico de degeneração e perigo. Assim como nos processos analisados por Paternotte & Kuhar (2018), a diversidade sexual é convertida em gatilho para ansiedades sociais mais amplas, e a política antigênero se legitima como defesa da infância, da família e da própria continuidade da nação.

Embora numericamente reduzida no corpus, essa categoria revela um mecanismo discursivo central ao projeto político bolsonarista. Sexualidade e gênero são mobilizados como fronteiras morais que definem quem pertence à comunidade e quem representa perigo. Pessoas LGBTQIA+ são retratadas como potenciais

desestabilizadores da ordem social e como causadoras de divisões que supostamente não existiam no passado. Essa produção de inimigos morais legitima propostas discriminatórias e reforça a lógica de amplificação da ameaça identificada por Rubin (2017), criando a impressão de urgência e necessidade de controle. No conjunto das lives, o pânico moral dirigido a pessoas LGBTQIA+ complementa a retórica sobre crianças e família e sustenta uma visão de sociedade baseada na contenção de direitos e na vigilância sobre identidades que desafiam a heteronormatividade.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A construção de narrativas políticas constitui um elemento central na produção de visões de mundo e na orientação da ação coletiva, influenciando a forma como atores sociais interpretam a realidade, organizam conflitos e atribuem sentido às disputas políticas. No caso analisado, Jair Bolsonaro mobiliza uma estratégia discursiva que visa estabelecer uma cosmovisão específica a partir da qual seus apoiadores passam a interpretar a realidade política, os conflitos sociais e o funcionamento das instituições. Os dados apresentados no capítulo anterior indicam que essa narrativa desenha um mundo lógico, organiza antagonismos e estrutura uma leitura moralizada da política, sustentada na percepção de que a democracia e a liberdade se encontram sob ameaça permanente. Essa ameaça não aparece como contingente ou episódica, mas como condição estrutural da vida política, o que confere ao discurso presidencial um caráter contínuo de alerta e mobilização.

Essa narrativa organiza-se a partir de um binarismo discursivo que opera como eixo central de produção de sentido. A esquerda, nomeada de forma recorrente como comunista e feminista, é associada ao autoritarismo, à corrupção, à ditadura, à restrição de liberdades e à destruição de valores morais. Em oposição, a direita é identificada à democracia, à liberdade e à defesa da ordem. Esse binarismo não funciona como recurso retórico pontual, mas como estrutura interpretativa estável, capaz de orientar a leitura de acontecimentos políticos diversos, incluindo decisões judiciais, políticas públicas, disputas eleitorais e o conteúdo veiculado tanto nas mídias tradicionais quanto nas plataformas digitais. Trata-se, portanto, de um esquema de inteligibilidade que antecede os fatos e condiciona sua interpretação.

Neste enquadramento, a democracia é apresentada como um regime permanentemente ameaçado por uma esquerda supostamente infiltrada nas instituições democráticas. Os dados apresentados no capítulo anterior mostram que o sistema eleitoral, o Judiciário, a imprensa e outros órgãos de mediação institucional são descritos de modo recorrente como aparelhados, corrompidos ou capturados. Bolsonaro afirma reiteradamente que o sistema é injusto, enviesado contra ele e seus apoiadores e atravessado por conspirações permanentes, o que faz com que decisões institucionais passem a ser tratadas como ilegítimas sempre que impõem limites ou constrangimentos ao Executivo. A consequência desse enquadramento é a produção de uma desconfiança estrutural que fragiliza a autoridade das instituições enquanto instâncias legítimas de arbitragem.

A democracia, no entanto, pressupõe a aceitação de regras comuns e de instâncias reconhecidas de mediação, inclusive quando seus resultados são desfavoráveis a determinados atores. Quando essas regras são apresentadas como obstáculos artificiais ou como instrumentos de perseguição política, normaliza-se a ideia de que o cumprimento institucional é contingente, seletivo e condicionado à concordância ideológica. Nesse movimento, a democracia deixa de ser concebida como um regime baseado em regras impessoais, estáveis e previsíveis e passa a operar sob uma lógica de exceção permanente, na qual o desrespeito institucional é justificado em nome da defesa do povo contra um sistema apresentado como corrompido.

A deslegitimação sistemática do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal, aprofunda esse processo. Ao acusar ministros de atuarem politicamente, de ameaçarem a liberdade do povo e de conspirarem contra o governo, Bolsonaro fragiliza um dos pilares centrais da democracia liberal e constitucional, a separação de poderes. O papel contramajoritário das cortes, que consiste na revisão e na limitação de decisões majoritárias quando estas violam a Constituição ou direitos fundamentais, é reinterpretado no discurso presidencial como usurpação ilegítima da soberania popular. Paralelamente, a imprensa é sistematicamente desacreditada, o que revela uma concepção instrumental da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, reivindicadas apenas quando se alinham aos interesses do governo e negadas quando exercem função crítica.

Esse processo de deslegitimação institucional articula-se diretamente às acusações reiteradas de fraude eleitoral. Ao afirmar de forma recorrente que o sistema eleitoral brasileiro não é confiável e que eleições podem ser roubadas, o discurso presidencial desloca a fonte da legitimidade democrática do procedimento eleitoral para um regime permanente de suspeição. O voto deixa de operar como mecanismo de decisão coletiva e de encerramento provisório de conflitos e passa a ser concebido como válido apenas quando confirma a vitória do líder. Essa operação simbólica prepara o terreno para a recusa de derrotas políticas e para a naturalização de saídas de força apresentadas como gestos defensivos em nome da democracia.

Ao longo das lives, Bolsonaro se apresenta reiteradamente como o verdadeiro defensor da democracia e como intérprete legítimo da vontade popular, estabelecendo uma relação direta e pouco mediada com seus apoiadores. Nesse movimento, a legitimidade democrática é progressivamente deslocada das

instituições, das normas e dos procedimentos para a figura presidencial e para a lealdade de sua base. O pluralismo político é esvaziado, e a democracia passa a operar segundo uma lógica carismática e plebiscitária, na qual a adesão ao líder substitui a confiança em regras compartilhadas.

Paralelamente, os resultados evidenciam uma redefinição dos sentidos de democracia e de liberdade a partir de sua articulação com a moralidade cristã tradicional. A democracia é concebida como fundada na defesa da família heteronormativa, da propriedade privada e da fé religiosa, enquanto a liberdade aparece predominantemente como liberdade individual negativa, entendida como ausência de restrições estatais sobre comportamentos, práticas econômicas e escolhas morais. Nesse contexto, pautas feministas, de gênero e de sexualidade são enquadradas como ameaças diretas à família, às crianças, à fé cristã e à própria democracia, sendo deslocadas do campo do conflito político legítimo para o da anomia moral.

Mesmo concepções minimalistas de democracia, centradas em procedimentos eleitorais competitivos, pressupõem que os atores aceitem, ao menos provisoriamente, os resultados como forma de estabilizar conflitos. Quando o discurso político desloca a legitimidade do resultado eleitoral para a avaliação subjetiva de um líder ou para um conjunto difuso de suspeitas permanentes sobre as instituições, o mecanismo básico de encerramento do conflito é paralisado. A contestação contínua da integridade dos procedimentos eleitorais transforma um elemento funcional da democracia em campo de disputa permanente, impedindo a estabilização normativa necessária à reprodução institucional do regime.

O conceito de desdemocratização, tal como proposto por Wendy Brown (2015; 2018) permite compreender esse processo como resultado de erosões cumulativas, e não de rupturas abruptas. O anticomunismo opera, nesse horizonte, não apenas como repertório retórico de construção de inimigos, mas como tecnologia política que sincroniza eventos e interpretações, transformando alegações pontuais de irregularidade em um quadro geral de ilegitimidade. A produção reiterada de suspeitas gera desgaste cognitivo e simbólico das instituições, reduzindo sua capacidade de atuação e corroendo a confiança pública indispensável ao seu funcionamento.

Essa dinâmica é reforçada pela função heurística do anticomunismo, que costura eventos heterogêneos em uma narrativa linear capaz de simplificar a complexidade política. Problemas institucionais, falhas administrativas ou decisões

judiciais passam a ser interpretados como manifestações de um plano coerente de captura institucional. O resultado é duplo: amplia-se a dificuldade prática de validação institucional e legitima-se politicamente a contestação extra institucional como resposta racional a um sistema apresentado como estruturalmente corrompido.

Quando a suspeição se torna rotina, a própria relação entre fato e prova é enfraquecida. Evidências técnicas perdem força porque são filtradas por enquadramentos interpretativos prévios que as submetem a um juízo antecipado de incredulidade. No campo da imprensa, isso produz uma crise de mediação informacional, na qual a pluralidade de fontes e a verificação deixam de funcionar como garantias de confiabilidade e passam a ser vistas como parte da conspiração denunciada. A crítica institucional é reconfigurada como ataque político, o que isola ainda mais as instâncias de verificação e legitima demandas por reformas que podem corroer salvaguardas procedimentais.

A articulação entre liberdade e moralidade religiosa aprofunda esse processo. A noção de liberdade mobilizada nas transmissões é coerente com leituras neoliberais que privilegiam a autonomia individual e a proteção da propriedade, mas ganha densidade política quando ancorada em valores religiosos. Políticas redistributivas, ações afirmativas e agendas de reconhecimento são reinterpretadas como coerção e ameaça à ordem social. Wendy Brown (2019) mostra como essa reconfiguração do léxico político desloca o debate da justiça e da igualdade para a defesa da autonomia privada, convertendo demandas por direitos em custos ou privilégios a serem combatidos.

Nesse contexto, o discurso antigênero desempenha papel central como operador simbólico e afetivo. A partir da leitura de Judith Butler (2024), é possível compreender o discurso antigênero como produção de um fantasma psicossocial, no qual gênero e sexualidade funcionam como significantes condensadores de medos, angústias e ressentimentos. A invocação desse fantasma cria um clima de emergência permanente que legitima exclusões, sustenta violências simbólicas e oferece justificativas para políticas de vigilância e controle apresentadas como proteção da sociedade e da democracia.

Essa operação não se limita ao plano discursivo. A transversalidade do discurso antigênero observada no capítulo anterior se traduz em escolhas administrativas, recomposições de conselhos, prioridades orçamentárias e redefinições institucionais que consolidam uma governança moralizante. A

linguagem, nesse sentido, orienta práticas concretas, mostrando que o discurso não apenas reflete uma visão de mundo, mas organiza formas específicas de exercício do poder.

A personalização da democracia na figura do líder completa esse quadro analítico. A autoridade fundada na relação direta entre líder e base reduz o papel das mediações formais e reconfigura os critérios de legitimidade política. As lives funcionam como espaços privilegiados de reafirmação dessa relação, nos quais a aclamação pública opera como prova de legitimidade e substitui, parcialmente, os mecanismos institucionais de validação.

Essa personalização atua em articulação com o anticomunismo e com o discurso antigênero. A centralidade do líder fornece o canal por meio do qual suspeitas institucionais são traduzidas em demandas por ação e medidas extra institucionais são apresentadas como necessárias. Quando a lealdade ao líder substitui a confiança em procedimentos, enfraquecem-se as normas informais de tolerância mútua e de contenção institucional, conforme analisado por Levitsky e Ziblatt (2018). A mobilização política passa a operar em um registro moralizado, no qual a oposição é tratada como ameaça ilegítima, e não como adversária legítima.

As transmissões assumem, assim, um caráter plebiscitário informal. Ainda que não se trate de plebiscitos formais, elas produzem instâncias recorrentes de ratificação e mobilização que testam adesões, consolidam identidades e autorizam ações coletivas. Cada contestação institucional torna-se oportunidade de reafirmação identitária, reforçando um ciclo auto reforçador de deslegitimação, personalização e mobilização extra institucional.

Em conjunto, os achados empíricos sustentam as três hipóteses da pesquisa. O anticomunismo opera como tecnologia de deslegitimação que corrói procedimentos democráticos; o discurso antigênero, articulado a uma concepção negativa de liberdade, reprograma os limites do político e da igualdade; a personalização da democracia cria dispositivos plebiscitários informais que substituem mediações institucionais e enfraquecem normas informais essenciais à democracia. Não se trata de acidentes retóricos, mas de componentes de um processo de desdemocratização que opera de dentro das práticas e da linguagem democrática, preservando a aparência de defesa da democracia enquanto corrói seus fundamentos normativos e procedimentais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os sentidos de democracia e de liberdade produzidos e mobilizados por Jair Bolsonaro em suas transmissões ao vivo durante o período presidencial, tomando como eixo interpretativo a articulação entre anticomunismo, discurso antigênero e personalização da liderança. A partir da análise empírica apresentada ao longo do capítulo 5 e da discussão desenvolvida no capítulo 6, foi possível compreender como essas transmissões constituem um espaço privilegiado de produção de sentido político, no qual categorias centrais da gramática democrática são ressignificadas e reordenadas. Esta pesquisa opera a partir de uma chave teórica que distingue duas formas de pensar a democracia, a democracia como forma institucional, ligada ao Estado Democrático de Direito, às regras procedimentais e às garantias que estruturam a competição política, e a democracia como conteúdo substantivo, entendida como projeto democrático inclusivo que amplia direitos, reconhece pluralismos e incorpora lutas sociais, e analisa como as transmissões atuaram sobre ambas.

Os resultados indicam que o anticomunismo opera como estrutura central de sentido no discurso presidencial. Longe de funcionar apenas como repertório retórico episódico, ele organiza uma leitura binária da política que associa a esquerda ao autoritarismo, à corrupção e à destruição moral, enquanto identifica a direita à democracia, à liberdade e à ordem. Essa estrutura permite a Bolsonaro enquadrar decisões judiciais, disputas eleitorais, políticas públicas e a atuação da imprensa como manifestações de um mesmo processo de captura institucional. Ao fazê-lo, o discurso desloca a fonte da legitimidade democrática dos procedimentos e das regras para um regime permanente de suspeição, no qual instituições passam a ser aceitas apenas quando confirmam a vontade do líder e de sua base. Essa operação do anticomunismo incide simultaneamente sobre as duas dimensões da democracia, na forma porque substitui a confiança nas instituições pelos sinais de legitimação direta ao líder, e no conteúdo porque desautoriza reivindicações por igualdade e reconhecimento, apresentando-as como ameaças à ordem democrática.

A pesquisa também demonstrou que a democracia, tal como apresentada nas transmissões, deixa de ser concebida como um regime fundado na mediação institucional, no pluralismo e na aceitação provisória de derrotas políticas. Em seu

lugar, emerge uma concepção que naturaliza o desrespeito às regras e decisões institucionais em nome da defesa do povo contra um sistema supostamente corrompido. Esse deslocamento contribui para a normalização de práticas que tensionam os limites do regime democrático e fragilizam normas formais e informais essenciais ao seu funcionamento, como a confiança nas instâncias de arbitragem e a separação de poderes. Ao corroer a confiança nas formas institucionais, simultaneamente se reduz o espaço para o conteúdo substantivo da democracia, uma vez que demandas por direitos e reconhecimento passam a ser vistas como causas de crise e desordem.

Outro achado central refere-se à transversalidade do discurso antigênero. A análise evidenciou que gênero e sexualidade não aparecem como temas isolados ou marginais, mas como eixos estruturantes da narrativa presidencial. O discurso antigênero articula-se à defesa da moralidade cristã tradicional e a uma concepção negativa de liberdade, entendida como ausência de interferência estatal sobre a família, a propriedade e a ordem moral. Nesse enquadramento, pautas feministas e de gênero são apresentadas como ameaças não apenas à família e à fé, mas à própria democracia. Essa operação discursiva permite converter demandas por igualdade e reconhecimento em sinais de desordem moral e de autoritarismo, legitimando sua exclusão do campo do debate político legítimo. O discurso antigênero atua direto sobre o conteúdo da democracia, transforma pedidos de inclusão e reconhecimento em perigos para a ordem política e esvazia o núcleo substantivo do projeto democrático inclusivo.

Os dados mostram ainda que essa dimensão moral do discurso não se restringe ao plano simbólico. Ela orienta escolhas administrativas, nomeações, recomposições institucionais e prioridades de agenda, confirmando que a linguagem desempenha papel ativo na organização das práticas de governo. A associação entre liberdade negativa, valores religiosos e condenação moral de determinadas pautas fornece um quadro justificatório para políticas que, embora apresentadas como técnicas ou neutras, produzem efeitos concretos de exclusão. Esses efeitos repercutem nas formas institucionais por meio de recomposições e enfraquecimento de contrapesos, e no conteúdo democrático por meio da limitação de direitos e do reconhecimento.

A terceira hipótese, relativa à personalização da democracia na figura do líder,

também encontra respaldo consistente nos resultados. As transmissões ao vivo operam como espaços de mediação direta entre presidente e apoiadores, reduzindo o papel de instituições representativas e de mecanismos formais de deliberação. Nesse processo, a legitimidade democrática é progressivamente vinculada à figura presidencial e à lealdade de sua base, enquanto a oposição e as instituições de controle passam a ser retratadas como forças ilegítimas ou conspiratórias. A personalização reforça a lógica plebiscitária informal das lives, nas quais a aclamação pública funciona como prova de legitimidade política. A personalização funciona, portanto, como vetor que simultaneamente enfraquece mecanismos formais de verificação e estreita o conteúdo democrático, ao condicionar a legitimidade à homogeneidade de uma base e à centralidade do líder.

A articulação entre anticomunismo, discurso antigênero e personalização da liderança revela, portanto, um padrão coerente de ressignificação do léxico da democracia. Esses elementos não atuam de forma isolada, mas se reforçam mutuamente, criando uma narrativa capaz de produzir sentido, mobilizar afetos e justificar práticas que tensionam os limites institucionais. O resultado é a consolidação de uma concepção de democracia profundamente dependente da figura do líder, hostil ao pluralismo e permeada por uma moralização excludente do conflito político. O bolsonarismo realiza uma dupla corrosão, corrói a forma, enfraquecendo as bases institucionais do Estado Democrático de Direito, e corrói o conteúdo, transformando demandas por igualdade, reconhecimento e pluralismo em ameaças morais e políticas à ordem democrática.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o debate sobre processos contemporâneos de desdemocratização ao evidenciar como tais processos podem operar a partir de dentro da linguagem democrática. Em vez de rupturas abruptas, observam-se erosões graduais que se manifestam na redefinição de conceitos centrais, na produção sistemática de suspeição institucional e na naturalização de práticas de exceção apresentadas como defesa da liberdade e da democracia. Ao analisar empiricamente essas dinâmicas, o trabalho reforça a importância de se atentar para os usos discursivos da democracia como elemento central da política contemporânea. Os resultados mostram que a desdemocratização bolsonarista se valeu, de forma articulada, de estratégias discursivas e institucionais que corroeram simultaneamente as formas institucionais e os conteúdos normativos que sustentam

um projeto democrático inclusivo.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o foco exclusivo nas transmissões presidenciais, o que não permite generalizações automáticas para outros formatos comunicacionais ou para a totalidade da atuação governamental. Investigações futuras podem ampliar o escopo empírico, incorporando discursos oficiais, políticas públicas específicas, interações em outras plataformas digitais e a recepção desses discursos por diferentes públicos. Também seria relevante aprofundar comparações com outros contextos nacionais, de modo a compreender em que medida os padrões identificados se reproduzem ou assumem configurações distintas.

Este trabalho argumenta, portanto, que as transmissões presidenciais de Jair Bolsonaro constituem um espaço privilegiado de produção e difusão de uma gramática política que redefine democracia e liberdade a partir de binarismos morais, da centralidade do líder e da deslegitimação institucional. Ao explicitar esses mecanismos, a pesquisa busca contribuir para a compreensão crítica dos desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas e para o debate sobre os limites e as possibilidades de resistência a processos de erosão democrática em curso. A leitura inspirada na distinção entre forma e conteúdo permite entender por que essas transmissões tiveram eficácia prática, elas simultaneamente enfraqueceram instituições e desautorizaram conteúdos normativos que sustentam a igualdade e o pluralismo.

Essas conclusões ganham ainda maior relevância quando consideradas à luz dos desdobramentos políticos ocorridos após o término do mandato presidencial. Além de contribuir para o debate teórico sobre democracia e desdemocratização, os achados desta pesquisa permitem explicitar implicações diretas para a compreensão dos eventos que se seguiram ao período analisado. As transmissões ao vivo analisadas não se limitaram à produção de opiniões ou à manifestação espontânea de insatisfação política, mas integraram uma trama discursiva mais ampla de contestação da ordem democrática. Ao longo de meses, as lives funcionaram como espaços de preparação simbólica e afetiva dos seguidores, nos quais a deslegitimação reiterada do sistema eleitoral, do Poder Judiciário e da imprensa foi convertida em suspeição permanente e em disposição para a ação. Nesse processo, a normalização da ideia de que a democracia estaria capturada por inimigos internos abriu espaço para a legitimação de saídas autoritárias apresentadas como defesa da

liberdade e da soberania popular.

A presença prolongada de apoiadores em frente a quartéis, clamando por intervenção militar após o resultado eleitoral de 2022, não pode ser compreendida como fenômeno desconectado dessa construção discursiva. Ao contrário, ela revela a eficácia prática de uma narrativa que, ao mesmo tempo, esvaziava a confiança nos procedimentos democráticos e oferecia alternativas autoritárias, fora da ordem constitucional, como respostas aceitáveis a um sistema apresentado como corrompido. As lives, nesse sentido, operaram como dispositivos de enquadramento político que transformaram a ruptura institucional em possibilidade imaginável e, para determinados públicos, moralmente justificável.

Essa dinâmica encontrou sua expressão mais explícita nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores de Jair Bolsonaro tentaram tomar o poder por meio da invasão e depredação das sedes dos Três Poderes. Embora tais ações não tenham sido organizadas formalmente a partir das transmissões analisadas, elas se inscrevem em um ambiente simbólico previamente estruturado pelas operações discursivas identificadas neste trabalho. A produção sistemática de suspeição, a personalização da legitimidade democrática e a moralização do conflito político contribuíram para criar as condições de possibilidade que tornaram tais ações inteligíveis e defensáveis para seus participantes.

Dessa forma, as implicações dos resultados vão além da análise da retórica presidencial em sentido estrito. Eles indicam que o uso reiterado da linguagem democrática para corroer seus próprios fundamentos produz efeitos materiais relevantes, capazes de transbordar do plano discursivo para a ação coletiva. Ao evidenciar como as transmissões presidenciais participaram da preparação simbólica de uma tentativa de ruptura democrática, esta pesquisa contribui para o entendimento dos mecanismos pelos quais processos de desdemocratização se consolidam gradualmente e se manifestam, em momentos críticos, por meio de episódios abertos de violência política.

Portanto, este trabalho mostra que o bolsonarismo operou uma dupla corrosão da democracia, por um lado corroeu a forma, enfraquecendo instituições, minando procedimentos e produzindo uma suspeição permanente sobre os mecanismos institucionais, por outro corroeu o conteúdo, transformando demandas por igualdade, reconhecimento e pluralismo em ameaças morais e políticas à ordem democrática.

Essa dupla operação é o que torna a desdemocratização contemporânea complexa e insidiosa, pois preserva aparatos formais ao mesmo tempo em que esvazia os conteúdos normativos que tornam a democracia substantiva e igualitária.

Nesse cenário, as consequências da dupla corrosão da democracia não se limitam ao plano abstrato das instituições ou ao debate conceitual sobre regimes políticos, mas incidem diretamente sobre as condições de existência e de participação de sujeitos historicamente situados em posições desiguais na estrutura social. Ao redefinir a democracia como campo moralmente hierarquizado, no qual apenas determinados sujeitos, valores e demandas são reconhecidos como legítimos, o bolsonarismo contribui para estreitar o espaço público e reconfigurar os limites do que pode ser dito, reivindicado e reconhecido como político. Mulheres cis, pessoas trans e sujeitos que desobedecem às normas de gênero e sexualidade são particularmente afetados por esse processo, na medida em que suas demandas passam a ser enquadradas como ameaças à ordem, à família e à própria democracia. O resultado é um ambiente no qual a erosão democrática se articula à intensificação de desigualdades simbólicas, políticas e materiais, revelando que a desdemocratização não é apenas um fenômeno institucional, mas também um processo profundamente social, que redefine quem pode aparecer como sujeito de direitos, quem pode disputar sentidos no espaço público e quem permanece relegado às margens da cidadania.

REFERÊNCIAS

Artigo de periódico (Digital)

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 5–20, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100001>.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A "guerra" contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510022>.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>.

BROWN, Wendy. Hoje em dia, somos todos democratas. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 291-302, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/20158>.

CARREON, Renata; BARONAS, Roberto Leiser. Lives presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital. **Revista da ABRALIN**, p. 541-561, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1731/1922>.

CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.**: Est., João Pessoa, v24, n.1, p. 13-18, 2014. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/22277>.

CEPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais. Londrina, v. 23 n. 2, P. 40-74, 2018. Disponível em: < https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n2p40>.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrg/?lang=pt>.

DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. **The Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, abr. 1957. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i304774>.

GERRING, John. Mere Description. **British Journal of Political Science**, 42, pp 721-746, 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/mere-description/833643C6242D3A45D48BAAC3EF0C33D0>.

LUNA, Naara. A criminalização da "ideologia de gênero": uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500018>.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 1, jan. - abr., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912017231230>.

MORAES, Alexandre Santos de; SILVA, Daniel Pinha. A pandemia nas lives semanais: o uso de atenuadores na retórica anticrise de Jair Bolsonaro. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 740-762, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204806>.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de sociologia e política**, p. 11-23, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, 16(2), 305-332, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. Ideologia de gênero em movimento. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, dez. 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Ernesto Laclau: da democracia radical ao populismo. **E-legis**, Brasília, n. 24, p. 22-38, set./dez. 2017. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/366>.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45, p. 71-92, 1998. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/200>.

REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz; TEIXEIRA, Camila Olídia. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 585-612, 2020. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/869>.

REZENDE, Daniela Leandro; ELIAS, Maria Lígia Ganacim Granado. Ideologia de gênero e crise da democracia na América Latina em debates legislativos no Brasil e no Uruguai. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 43, p. e278345, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2024.43.278345>.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIAO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 26, n. 66, p. 31-47, Junho de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987318266602>.

SAMPAIO, Rafael Cardoso et al. Chega de Bardin! O Círculo Vicioso da Análise de Conteúdo Brasileira. **SciELO Preprints**. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12029>.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. PARTIDOS, PROGRAMAS E O DEBATE SOBRE ESQUERDA E DIREITA NO BRASIL. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.

VAGGIONE, Juan Marco. Reactive politicization and religious dissidence: the political mutations of the religious. **Social Theory and Practice**, v. 31, n. 2, p. 233–255, 2005. Disponível em: <https://repositorio.redalas.net/sites/default/files/2021-09/reactive-politicization-and-religious-dissidence-the-political-mutations-of-the-religious.pdf>.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500002>.

YOUNG, Iris Marion. Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship. **Ethics**, vol. 99, n. 2, 1989, p. 250-274. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2381434>.

Capítulo de livro

ALVES, Andrea Moraes; CASTELLITTI, Carolina. As políticas familiares no governo Bolsonaro (2019-2022). *In*: CORRÊA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo, (coordenadores). **Ruinologia**: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022). São Paulo: Observatório de Sexualidade e Política (SPW); Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG), 2025. p. 56-80.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; MARACCI, João Gabriel. A política LGBT+ no governo Bolsonaro (2019-2022). *In*: CORRÊA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo, (coordenadores). **Ruinologia**: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022). São Paulo: Observatório de Sexualidade e Política (SPW); Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG), 2025. p. 17-55.

BERLIN, Isaiah. Two Concepts of Liberty. *In*: BERLIN, Isaiah. **Four essays on liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969. p. 118-172.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. Desentrañando el pecado del género. *In*: BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. (editores), **¡Habemus Género!** La Iglesia Católica e Ideología de Género. Rio de Janeiro: SPW - Observatorio de Sexualidad y Política, 2018. p. 08-25.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *In:* MONTEIRO, João Paulo (org.). **Filosofia política 2**. Porto Alegre: L&PM Editores (UNICAMP/UFRGS, com apoio do CNPq), 1985.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política, direitos humanos e aborto: uma análise das opiniões de líderes pentecostais brasileiros. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (orgs.). **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 85-106.

MOMBACH, Carolina Machado. As políticas para infâncias no governo Bolsonaro (2019-2022). *In*: CORRÊA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo, (coordenadores). **Ruinologia**: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022). São Paulo: Observatório de Sexualidade e Política (SPW); Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG), 2025. p. 81-97.

MOUFFE, Chantal. Feminism, citizenship and radical democratic politics. *In*: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (ed.). **Feminists theorize the political**. New York: Routledge, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. *In*: NOVAES, Adauto et al. (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: MinC; Rio de Janeiro: Funarte, 1996.

SAGOT, Montserrat. ¿Un paso adelante y dos atrás? La tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del neointegrismo y del "fascismo social" en Centroamérica. *In*: CAROSIO, Alba (org.). **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe**, Buenos Aires: CLACSO, pp. 75-100, 2012.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; PORTELA, Paula de Oliveira; BEFF, Pedro; BORGES, Tiago; ALISON, Murilo Brum. Análise de conteúdo qualitativa em Ciência Política. In: SAMPAIO, Rafael Cardoso; DE PAULA, Carolina (Org.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em ciência política**. Brasília: ENAP, 2024. p. 255-288.

Dissertação/Tese

CAMARGO, Bruna Quinsan. Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero na Câmara dos Deputados e em espaços religiosos. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14257>.

Livro

BARBER, Benjamin. **Strong democracy**: Participatory politics for a new age. Berkeley, University of California Press, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. Boitempo Editorial, 2014.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone books, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CORRÊA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo, (coordenadores). **Ruinologia**: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022). São Paulo: Observatório de Sexualidade e Política (SPW); Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG), 2025.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia**: participação e oposição. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1971].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus**: Critical reflections on the "postsocialist" condition. New York: Routledge, 1997. 232 p.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo & Liberdade**. São Paulo, Artenova, 1977.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry**: scientific inference in qualitative research. Princeton University Press, 1994.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Alianza Editorial. 2006.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Editora Schwarcz – Companhia das Letras, 2018.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1970).

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 (1988).

PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. Clarendon Press, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: ENAP, 2021.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Fundo de Cultura, 1961 (1942).

Texto da Web

ANGELO, Tiago. Bola simulando cabeça de Bolsonaro não justifica inquérito, MP diz. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-abr-19/bola-simulando-cabeca-bolsonaro-nao-justifica-inquerito-mp/#:~:text=Ainda%20segundo%20ele%2C%20como%20n%C3%A3o,nenhuma%20infra%C3%A7%C3%A3o%20penal%20foi%20praticada.&text=O%20delegado%20respons%C3%A1vel%20pelo%20inqu%C3%A9rito,entende%20como%20liberdade%20de%20express%C3%A3o%22. Acesso em: 10 set. 2025.

CARTA CAPITAL. Em live, Bolsonaro não prova fraude em eleições; TSE rebate as fake news. 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/em-live-bolsonaro-nao-prova-fraude-em-eleicoes-tse-rebate-as-fake-news/. Acesso em: 10 set. 2025.

G1. YouTube remove live de Bolsonaro com notícias falsas sobre urnas eletrônicas. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/07/19/youtube-remove-live-de-bolsonaro-com-noticias-falsas-sobre-urnas-eletronicas.ghtml. Acesso em: 10 set. 2025.

NIKLAS, Jan. Governo Bolsonaro suspende edital com séries LGBT para TVs públicas. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-series-lgbt-para-tvs-publicas-23891805#:~:text=Governo%20Bolsonaro%20suspende%20edital%20com%20s%C3%A9ries%20LGBT%20para%20TVs%20p%C3%BAblicas,-Decis%C3%A3o%20foi%20publicada. Acesso em: 10 set. 2025.

VERDÉLIO, Andréia. Bolsonaro exonera secretário especial da Cultura, Roberto Alvim. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-01/bolsonaro-exonera-secretario-especial-da-cultura-roberto-alvim. Acesso em: 10 set. 2025.

Trabalho apresentado em evento

CAMARGO, Bruna Quinsan. Sentidos da democracia e da liberdade no discurso antigênero de Jair Bolsonaro. *In*: ENCONTROS ANUAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 47., 2023. **ANPOCS**. p. 1-17.

Softwares

FREELON, D. ReCal: reliability calculation for the masses. Washington, 2017. Ferramenta on-line atualizada em 22 maio 2017. Disponível em: <http://dfreelon.org/utils/recalfront/>.

MAXQDA. Software for qualitative data analysis. Berlin: VERBI Software – Consult – Sozialforschung GmbH. Disponível em: <http://www.maxqda.com/>.

APÊNDICE A

O Apêndice A reúne o texto anteriormente intitulado *Prólogo* na versão apresentada no exame de qualificação. Trata-se de um escrito de caráter pessoal, não acadêmico ou científico, no qual apresento minha relação com o objeto de pesquisa e os caminhos que me levaram à sua escolha. A inclusão desse texto neste trabalho é importante por explicitar a posição da pesquisadora, tornando transparentes os vínculos, motivações e atravessamentos que orientam a investigação e contribuem para a compreensão do percurso analítico desenvolvido ao longo da tese.

* * *

Caras interlocutoras, permitam-me me apresentar, de forma que explicite como estou ligada ao meu objeto de pesquisa, além de contar como algumas experiências me levaram às questões que levanto e busco responder na presente tese.

Fui criada na Igreja Católica e lá aprendi a importância da atuação política. Cantei no coral, fiz leituras na Missa, fui em manifestações contra o aborto, fui missionária, cerimoniaria, confessei masturbações... Uma vez, até o espírito do lesbianismo foi retirado do meu corpo por um pregador da Renovação Carismática Católica. Também na igreja fui estuprada, julgada e expulsa.

Não por acaso, logo quando ingressei na Universidade, me interessei pela Sociologia da Religião e comecei a pesquisar movimentos político-religiosos que reivindicavam a criminalização do aborto em todos os casos. Aos poucos fui me surpreendendo com a capacidade argumentativa desses ativistas, que justificavam sua militância religiosa na arena pública falando não sobre seu deus[27], mas sobre direitos e liberdades. O direito à expectativa de vida dos fetos - a sobrepor direitos reprodutivos de pessoas com útero- e a liberdade religiosa - sobrepondo direitos sexuais.

Em 2013, antes de compreender a necessidade de um termo de

[27] Ao optar por escrever "deus" com letra minúscula, a autora está seguindo uma escolha de manter a neutralidade religiosa, evitando a preferência por uma religião específica ou a ideia de que deus é uma entidade superior em relação a outras crenças. Além disso, é importante lembrar que a língua portuguesa possui uma convenção gramatical que recomenda o uso de letra maiúscula para substantivos próprios, mas que em alguns casos pode-se optar por escrever um substantivo com letra minúscula para enfatizar seu caráter genérico, comum ou abstrato, o que pode ser entendido como uma escolha gramatical consciente e coerente com a visão que se deseja transmitir.

consentimento, cheguei a entrevistar o Pastor e Deputado Marco Feliciano para minha Iniciação Científica. Nessa ocasião, depois que o agradeci e me despedi, ele colocou suas mãos na minha cabeça, como se fosse fazer uma oração. Mas, para minha surpresa, no lugar de uma benção, recebi uma intercessão para que o deus cristão me mantivesse longe do marxismo cultural que supostamente captura jovens nas Universidades públicas.

Um Pastor, que também é deputado federal e que havia acabado de ser eleito Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, estava preocupado com o *marxismo cultural* nas Universidades. Minha curiosidade acadêmica nunca se atiçou tanto. Como uma pessoa que defende menos direitos para mulheres e pessoas LGBTQIA+ pode presidir a Comissão de Direitos Humanos? Porque essa pessoa, ao invés de me desejar bênçãos, me alertou sobre o perigo do marxismo cultural? Que raios é o marxismo cultural?

Felizmente o deus de Feliciano não ouviu sua prece. Me tornei uma feminista. Uma feminista dessas que não raspam as axilas ou as pernas, que negam a cisheteronorma, que dirigem manifestações, que criticam o capitalismo, que organizam as trabalhadoras, que performam contra a Igreja, que pegam o microfone para defender suas pautas, que constroem lutas contra o racismo e a LGBTfobia e em defesa dos direitos sempre ameaçados.

Andei pela Marcha das Vadias de soutien, ocupei escolas e Reitorias, arrecadei dinheiro no semáforo, me reuni com autoridades, ajudei desconhecidas a abortar de forma segura, expus meu conforto com meu corpo ao celebrar a beleza da diversidade… e paguei o preço por isso.

Entre 2014 e 2015 eu sofri diversos ataques antifeministas organizados por pessoas que se reuniam em fóruns online e viam as feministas como alvo de ódio[28]. Foram meses recebendo mensagens com todo tipo de insulto e ameaça. Também descobriram meu telefone e passaram dias me passando trotes, gravando e postando online.

Minha imagem foi divulgada, como forma de chacota, em diversas páginas antifeministas e de direita no Facebook e Twitter, as redes sociais mais usadas na época. A coisa toda ganhou uma dimensão maior quando uma pessoa da mídia se

[28] Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2015/01/gentili-e-seu-modo-mascu-de-stand-up.html>.

juntou aos ataques[29]: Danilo Gentili, apresentador televisivo e participante dos fóruns online que citei acima.

Apesar de acabar com a minha autoestima e agravar meu quadro depressivo, esses episódios me ajudaram a refletir sobre a reação de variados setores da sociedade à bem-sucedida atuação feminista nas últimas décadas. As violências que sofri por ser assignada mulher e por não me comportar como tal sempre foram transformadas em impulso para investigar as justificativas daqueles que defendem a manutenção de tais violências.

Enquanto eu já entendia que a defesa de direitos – para fetos – estava no centro da argumentação dos atores que defendiam a retirada de direitos reprodutivos das, já subcidadãs, pessoas que podem engravidar (as mulheres cis, as pessoas transmasculinas e outras pessoas não-mulheres), e que o termo *marxismo cultural* estava sendo usado para se referir a uma teoria conspiratória que alega que a cultura popular e as instituições educacionais são dominadas por uma agenda marxista que supostamente visa destruir os valores tradicionais e a sociedade ocidental como um todo, outro fenômeno aparecia na política brasileira e me chamava a atenção: o discurso sobre a *Ideologia de Gênero*.

Já que a ficção do *marxismo cultural* sugere que os marxistas, após terem falhado em sua tentativa de derrubar o capitalismo por meio da luta de classes, passaram a se infiltrar em áreas como a educação, a mídia e o entretenimento, a fim de minar a cultura e os valores ocidentais a longo prazo, a "Ideologia de Gênero" seria a forma de seduzir a população já na infância. Os adeptos a esse discurso argumentam que as crianças estão sendo expostas a uma doutrinação progressista em questões de gênero e sexualidade, em que são ensinadas a rejeitar valores tradicionais e a abraçar ideias marxistas. Eles acreditam que isso pode levar as crianças a questionarem sua própria identidade de gênero e a se engajar em práticas sexuais precoces, uma vez que seriam expostas a uma sexualização precoce e desinformada. No entanto, é importante lembrar que essas alegações são baseadas em preconceitos e não têm base em evidências ou fatos concretos.

Durante o Mestrado pude me debruçar sobre o discurso parlamentar e religioso sobre esse espantalho criado pela Igreja Católica e adotado pela maior e mais

[29] Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/entretenimento/noticia/2015/01/gentilli-faz-publicacoes-indiscretas-no-twitter.html>.

relevante parte do campo da direita. Não foi surpresa alguma quando os dados indicaram que tanto os deputados religiosos analisados, quanto seus pastores e padres, tinham no centro de sua argumentação contra políticas públicas de gênero e sexualidade a pretensa defesa de direitos, da liberdade e da democracia.

Mesmo dentro dos espaços religiosos, a maior parte dos argumentos analisados eram secularizados e não aparentavam ser religiosos, ainda que defendessem valores cristãos. Se tratava de um *secularismo estratégico*, que insere justificativas seculares de forma planejada para defender uma visão de mundo religiosa, como bem definiu o argentino Juan Marco Vaggione (2005, 2017).

De acordo com os atores que se opõem à agenda de gênero, a democracia está em risco. Eles argumentam que a democracia deveria ser fundamentada em valores familiares cristãos, mas que essa base está sendo ameaçada pelo avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, defendidos por seus inimigos declarados, incluindo a esquerda, as feministas e o “ativismo gay”.

Minhas investigações indicaram que o léxico da democracia, especialmente termos como liberdade e direitos, foram usados como argumentos principais por tais atores, buscando expandir a liberdade individual em detrimento dos direitos coletivos e do compromisso com a igualdade.

Agora, desenvolvendo minha tese de Doutorado, procuro expandir minha análise para além de movimentos propriamente religiosos, buscando compreender o que significam Liberdade e Democracia para a direita que ocupou o poder no Brasil em 2019.

O estudo dessas narrativas pode ajudar a Ciência Política a entender como as ideias são disseminadas e como elas influenciam as políticas públicas e a opinião pública. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de estratégias que possam combater a disseminação dessas ideias e promover políticas mais justas e eficazes. Além disso, a análise crítica dessas narrativas pode ajudar a revelar como certos grupos sociais são afetados por políticas discriminatórias e excludentes, e contribuir para o desenvolvimento de soluções que promovam a inclusão e a igualdade.

Oxalá minha tese contribua para que a esquerda trate com mais seriedade e responsabilidade os avanços da direita sobre os direitos sexuais e reprodutivos e sobre as políticas públicas específicas para pessoas trans.

ANEXO A - Segmentos categorizados

Eu forcei a barra ontem dos debates "vamos falar do seu amigo Ortega" o cara fugiu fugiu nós sabemos do relacionamento das pessoas que se ajuda e ele vem falando o tempo todo vamos controlar mídia vamos valorizar o MST ideologia de gênero vamos voltar a emprestar para outros países do mundo todo ele diz Quando assumir vai vir muita gente que tá desaparecido. Evo Morales né aquela turma toda né desaparecida também e nós temos para onde é o Brasil se essa turma voltar a cena do crime, com o próprio vice dele diz o tempo todo, e a gente não entende como é que pode pessoas tão antagônicas a pouco tempo no passado passarem a ser homogênea, é pelo poder ou é outra coisa incognita que ta em jogo?

Código: Anticomunismo

2022 > Outubro 2022>17/10/2022

a chegada de vocês menor dúvida que isso aqui e poucos dias o que vai ser feito já tá sendo divulgado a garotada que não conheceu o período 2003 de 2015 não conheceu nada tá mas por influência boa parte de vocês vai começar a entender o que aconteceu e ver o que eles têm a perder algo mais importante que pode ser na vida da pessoa que chama-se liberdade

Código: Anticomunismo

2022 > Outubro 2022>17/10/2022

Está mexendo com um gangster, pessoal o Lula é um gangster. esse cara vai voltar a cena do crime junto com junto com Alckmin, você pode ver quem vão ser os ministros Lula? Vamos imaginar o Lula eleito, quem serão os ministros do Lula? Serão bandidos! Ele só tem amigo bandido. Raramente eu empresto naquele grupo de amizade ali do Lula esse pessoal que volte para o governo vai voltar oZé Dirceu para casa civil ou não vai tá? aquela senhora lá hoje lá para direitos humanos para lá, vai colocar esse time de gente pra la que não tem qualquer compromisso com a coisa pública, compromisso com a família, compromisso com a liberdade imagina o Lula voltando você que reclama do Supremo Tribunal Federal ele botando mais dois lá dentro. Acabou o Brasil pessoal. A ditadura tá aí a ditadura branca sem armas sem nada ditadura branca, uma reeleição minha eu boto mais dois dentro do supremo o ano que vem vai embora Rosa Weber e Ricardo Lewandowski por idade, resolve esse

problema resolve olha os problemas que você escapa estão vivendo agora 700 mil cacs pelo Brasil imagina uma ordem do seu Alexandre vamos recolher as armas eu peço a Deus, uma reeleição não é por mim é Pelo nosso Brasil eu boto todo mundo dentro das quatro linhas da Constituição.

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>29/09/2022

o Lula falou também voltar a emprestar para a ditaduras temos agora pouco aqui a Eletrobras gastando quanto aí pessoal 800 milhões de dólares para fazer uma hidrelétrica lá na Nicarágua. O Lula diz que isso é investimento. [VOZ DO CÂMERA] Em quem?

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>28/09/2022

Acabou acabou o evento em Brasília que eu fiz eu tirei a faixa presidencial eu fui para dentro do Povo peguei um carro de som e usei da palavra eu acho por uns 10 12 minutos, a primeira-dama também, o povo vibrou e com a simplicidade da gente, com a verdade, que ja venho falando há muito tempo, o povo cada vez mais ta ciente é do que é o poder executivo, legislativo, poder judiciário tá ele participa ativamente, estão preocupados com o seu futuro se lá na frente quem chegar a Presidente vai defender a liberdade ou não ele sabe que tá acontecendo na Venezuela na economia da Argentina lá na Nicarágua o o Ortega amigo do Lula ele agora radicalizou né. Ele ganhou a eleição, claro que ele ganhou a eleição né, ele prendeu todos os opositores. Por WO.

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>08/09/2022

nós sempre tratamos com respeito a bandeira e hoje o povo identifica a bandeira comigo os nossos candidatos pelo Brasil com as pessoas de bem para aqueles que defendem a vida desde a concepção que são contra as drogas que são contra a ideologia de gênero aqueles que defende a propriedade privada sempre ameaçada até estrela a bandeira é de todo nós Sim mas você e da esquerda sempre vilipendiado em cima da Bandeira Nacional a bandeira de vocês e foi uma vermelha com a foice eo martelo e agora estão com ciúmes que o povo identificou a bandeira conosco

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>08/09/2022

Mas você sabe nos seus estados as pessoas que merecem seu voto e como a gente tem visto aí muito muito Cristão falando né olha quem defende a vida desde a concepção quem é contra as drogas que a conta ideologia de gênero e essa pessoa não podem receber o voto de quem é Cristão, pelo amor de Deus . Olha como tá lá a Nicarágua, perseguindo Padre. prendendo o Padre, expulsando freiras, Olha a pobreza que se abaixa um país onde entra esse pessoal da esquerda

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>08/09/2022

esses ditadores quando assumem o governo primeiro prega a liberdade total mas quando assume você perde tua liberdade até para fazer o que você tava fazendo quando pasei com meu carro onde vocês estavam. Alguém acha que em certos país aí de esquerda com ditadura tem essa liberdade para fazer o que estava fazendo? para beber o que estavam bebendo, para fumar aquela marca de cigarro que vocês aí tava fumando, usando o aparelho celular, você acha que aí fora tem liberdade com o celular nesses países? Procure fazer um contato com o cubano no Zap você conversa com os EUA, com o pessoal da Europa, conversa com um cubano, informações também o pessoal da Venezuela, e dificuldade. Deixo Claro o ano passado a juventude cubana e fez o movimento de rua pedido Liberdade e o que aconteceu há poucas semanas? saiu o resultado das manifestações de rua do Jovem cubano, que eu foi lançado em média nove anos de cadeia para molecada nove anos de cadeia só sabe qual é a alimentação básica nos presídios lá em Cuba bolinho de terra. E é isso que você quer o teu país? aqui Apesar de eu não achar que que seja justo, você tá com a tua liberdade, vão continuar sendo a sua liberdade, e eu nunca defende prisão para quem tem esse comportamento.

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>08/09/2022

E ele [Lula] continua amigo do do cara que o sucedeu lá o Fidel Castro lá em Cuba há um ano passado teve lá uma garotada foi às ruas protestar contra o regime e a mês passado essa garotada foi condenado em média nove anos de cadeia para todos

ele poder parar protestando pedindo Liberdade Então pessoal não você pedir liberdade que você tá preso, cê tem que lutar enquanto você tá livre

Código: Anticomunismo

2022 > Setembro 2022>01/09/2022

nós sabemos que no mundo né tem ali um conflito muitas vezes né direita e esquerda e esquerda tem crescido muito no mundo, vou falar eu vou falar da estrela Cuba compras aquele cubano Cadê ter uma passagem aqui ó e o pessoal sendo preso na cuba cadê Aqui ó tá em Cuba lá em julho de 2021, um ano atrás, um ano atrás tá Cuba teve manifestações como for para Rua parte da população foi para rua pedindo Liberdade vamos lembrar que Cuba é o paraíso da petralhada, o Lula vivia la, Zé Dirceu ficou lá muito tempo, o Lamarca dentro tá na luta armada com a sua esposa com dois filhos pequenos para lá aquela certinho daí rolê é apaixonada por Cuba e nós sabemos que la o pessoal arrisca sua vida montando tronco de bananeira para fugir lá para os Estados Unidos. Então temos a exatamente pouco mais de um ano né tivermos aqui no manifestações, começaram então agora ei ei 2022 sair as penas do pessoal que foi para essa manifestações depois é só o que falar só nós temos aqui um cubano com 9 anos de cadeia aqui ele [...] Agora vamo deixar claro aq,ui é o cara que disputa aí ó uma eleição, já foi governo do Brasil por 8 anos, não fala nada sobre isso, com toda certeza Ele defende essas penas né de prisão naquele país. Lá não existe a liberdade. E vai um picareta desse assinar o manifesto pela democracia e tem gente que acredita né nesse Manifesto pela Democracia. Dizer também que na Nicarágua o outro aqui é amigo do Lula aqui Daniel Ortega tem fechado igrejas é demais tem fechado rádios católicas e obviamente ta censurando a mídia no seu país também. Voces lembram aqui que mais ou menos dois meses atrás o Lula fez campanha pra um tal de Petro na Colômbia o vídeo dele pedindo que é só votar no Petro, que ama a Democrata, amava a liberdade, é um cara bacana. Esse Petro é guerrilheiro, assim como Dilma Rousseff foi guerrilheira também, e o cara acabou se elegendo e a Colômbia é um país, assim como o Chile, acertadinho na sua economia, nos seus direitos na sua liberdade, entrou Petro e ele já anunciou agora resenha sobre o momento vai colocar o ponto final na política antidrogas, ou seja, liberaram as drogas. tá só quem já viu uma família sofrendo com os seus drogados sabe o que é um sofrimento, em especial para mãe, é o desespero que era uma mãe vê um filho aí do mundo da droga tá certo [...] então é é isso que acontece nos países que

resolvem ir para esquerda e deixa claro que esse pessoal todo esse chefe de estado da América do Sul grande maioria são integrantes do Foro de São Paulo.

Código: Anticomunismo

2022 > Agosto 2022>18/08/2022

Pode ter certeza eu peço a Deus que esteja errado aqui, mas assim como acontece lá em Roraima que tem operação acolhida que é patrocinada em grande parte por Exército Brasileiro dos venezuelanos que fogem do seu pais, foge da fome, da miséria, da violência, em torno de 500 por dia e deixa o cara pesando em média 15 kg a menos do que pesava e com aquele dia lá o governo melhor tá Mudou o governo foi o Chaves que todo mundo concordava com chave no início ele criticava aí a política de Fidel castro, elogiava a liberdade Econômica americana depois ele mudou de lado depois veio morrer né pois se tratar com os melhores médicos da galáxia né do mundo em Cuba e acabou morrendo lá dessa família outro o Maduro conseguiu piorar a política do Chaves que já é horrível e o país todo sofre.

Código: Anticomunismo

2022 > Agosto 2022>18/08/2022

E também né já que foi falar em votar a conta votar a favor, alguém discorda que é essa daqui é a é melhor carta democracia? [Mostra a Constituição] Alguém tem dúvida? acho que o outro pedaço de papel qualquer substitui isso daqui? então vamos lá já que eu o símbolo máximo do PT é uma carta juntamente com a sua jovem esposa eu pergunto o PT assinou uma carta 88 o PT assinou a Constituição de 88? Pessoal faz uma onda agora sobre carta a democracia pr tentar atingir a mim né mas a bancada toda no PT não assinou essa carta a democracia de 88 e agora quer assinar essa cartinha a democracia eu lembro da casa do povo brasileiro, isso mesmo? Em 2002? justamente foi uma carta a corrupção é brasileira, foi o que o PT fez quando assumiu.

Código: Anticomunismo

2022 > Agosto 2022>11/08/2022

quem assina a carta por exemplo né aquele cara vem falando o tempo todo aqui quer o controle das redes sociais, que quer o controle da Imprensa, que vive abraçado a ditadores a América do Sul América Central tá, louva regimes ditatoriais, alguns na

áfrica, outros na Ásia tá, esse pessoal que assina a carta pela democracia tá a... você pode ver o que que a CUT porque a CUT deve ser com saudades do imposto sindical, que começou lá há poucos anos tá tá ser facultativo não-obrigatório aqui dizendo tratou a sua os sindicatos, eles querem a volta disso tá. Ou como os artistas famosos deixam de ganhar da Lei Rouanet, com toda certeza, não tem prova disso né, Mas com toda a certeza, acertaram com o cara deles a volta da Lei Rouanet da forma como sempre existiu. Nós em nosso governo a botamos um freio nisso

Código: Anticomunismo

2022 > Agosto 2022>11/08/2022

Vamos tocar nossa vida, fazer a nossa parte, pedindo a Deus que ilumine nosso Brasil e que faça com que o seu povo não sinta as consequências, as dores do comunismo. E quem defende o comunismo são Os Comunistas em nome da democracia. E a gente vê, carta a democracia, tem gente do PCdoB favorável a essa carta, sinal que tem alguma coisa errada nessa carta.

Código: Anticomunismo

2022 > Julho 2022>28/07/2022

Bem, agora pouco a comissão de anistia deu uma nota né que indeferiu o pedido do Ivan Valente, aquele cara que Valente só no nome, lá em São Paulo né, gosta de uma grana, gosta de uma grana, tentando pegar mais uma graninha do Estado né pelas barbaridades que ele fez no passado como um grande Democrata. A comissão de anistia rejeitou o pedido de Ivan Valente e rejeitou também da Dilma Rousseff agora da Dilma Rousseff rejeitou também porque Entre outros motivos, porque ela a nossa querida Dilma Rousseff já recebe indenização, é uma pensão em quatro outros estados, como ela trabalhou em quatro outros estados.

Código: Anticomunismo

2022 > Abril 2022>28/04/2022

O primeiro marido de Dilma Rousseff, chama-se, tá vivo ainda né, informações que eu tenho tá vivo, chama-se Cláudio Galego, primeiro marido de Dilma Rousseff. O segundo assaltava a caminhão de carga na Baixada Fluminense, por isso que a Dilma ganhou uma pensão lá tá. O primeiro marido, Cláudio Galego, história dele para ser bastante breve, em pleno espaço aereo argentino ele levantou-se "é um assalto".

Rendeu então o piloto do avião e foi parar alguns dias depois Em qual país democrático aqui da das Américas? Foi parar em Cuba, foi lá para cuba o Cláudio Galeno. Então Rousseff, quatro pensões, queria a quinta pensão, 10 mil reais.

Código: Anticomunismo

2022 > Abril 2022>28/04/2022

Como é que eu Jair bolsonaro eu votaria um projeto desses? Eu nem leria. Vocês sabem porque eu nao ia ler? Quem é o relator dele? Um cara do PCdoB. Então Como regra, qualquer projeto que vem do PT, PCdoB e PSOL, pode votar contra sem ler, que você tem muito a ganhar e raramente apresenta o projeto que presta. Fora isso, eles tentam, usando as armas da democracia, levar o Brasil para o socialismo. Ou seja, estariam então iniciando aqui a censura em nosso país.

Código: Anticomunismo

2022 > Abril 2022>07/04/2022

DAMARES Presidente, sabe qual é o nosso lema lá no Amapá dia 31? Deus... 31 de março oh, "Deus, Pátria e Família" BOLSONARO E liberdade? DAMARES LIBERDADE! Que está em risco nesse país!

Código: Anticomunismo

2022 > Março 2022>24/03/2022

Dá para mudar o Brasil? Dá. Dá para garantir muita coisa? Dá. Agora o que ta em jogo nessa história todo no Brasil é a nossa liberdade. E tem gente que quando eu falo em liberdade fica dando risada, eu lembro do meu pai, eu morei na fazenda [inaudível] e lá tinha água de poço. E a molecada costumava maltratar o poço. Que que era? Jogar besteira dentro do poço. A molecada 4 5 6 7 8 anos fazia besteira e meu pai dizia "Tem certas coisas que você só dá valor e depois que perde". Uma é água do poço, enquanto tem água você está numa boa, quando faltar você vai 'Opá' e aí é tarde, tem que cavar outro poço e é muito demorado, é complicado tá. Voltar a lutar por democracia não é fácil.

Código: Anticomunismo

2022 > Fevereiro 2022>17/02/2022

É muito amor com o Fidel Castro né, com toda a certeza. E eu vi há poucos dias o Lula falando, o Lula não, o Zé Dirceu falando que eles vão voltar ao poder e vão reatar esse esse relacionamento com o povo cubano que ajudou muito né o Brasil no passado a lutar por democracia, palavras do Zé Dirceu

Código: Anticomunismo

2022 > Janeiro 2022>27/01/2022

O passamento do professor Olavo de Carvalho um grande Pensador. O homem que realmente ajudou aí a abrir a mente de muita gente no Brasil sobre o que é o Socialismo, o que é o comunismo, O que é o livre mercado, ou seja conceitos que deram certo em países do primeiro mundo.

Código: Anticomunismo

2022 > Janeiro 2022>27/01/2022

Feliz 2022 para todo mundo, pessoal o ano que vem é decisivo e que está em jogo é tua liberdade. É mais importante que até a sua própria vida. Gente dá para mudar? Dá para gente garantir a nossa liberdade? Dá. Vocês podem contar com esse Presidente que jurou dar sua vida pela Pátria, pela democracia e pela sua liberdade. Ninguém vai tirar a nossa liberdade, ninguém vai fazer nada de errado aqui, porque a gente joga dentro das quatro linhas e espero né, que quem tá jogando fora volte para dentro para nós vivemos numa Harmonia é o que nós queremos

Código: Anticomunismo

2021 > Dezembro 2021>30/12/2021

Você deve ter ficado sabendo do jantar da democracia no último domingo. Você iria no jantar onde estivesse presente ali Renan Calheiros, Omar Aziz, randolfe Rodrigues, eu acho que não né. esses Trio estava lá, assim como outras pessoas conhecidíssimas da política nacional, algumas já foram presas inclusive né, e lógico aquela pessoa famosíssima no mundo todo né, Lula patrocinando e falando em jantar da Democracia. Tá na cara que o cardápio foi Ministério fatiado, bancos oficiais como caixa, Banco do Brasil, BNDS, loteados. Ministérios prometidos...

Código: Anticomunismo

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

A Venezuela termina o ano né, termina nosso ano aí, como o país mais pobre da América Latina. Como é que é isso né? A Venezuela faz parte da OPEP organização dos países portadores de petróleo, é um país riquíssimo em Ouro também, mas botaram gente lá para administrar o país né, a amante do socialismo, da política lá de Fidel Castro, Amantes do comunismo, acontece esse daqui. Não vou entrar em detalhes. Entãoo Brasil também é um país rico. Em 90 ninguém esperava que a Venezuela fosse chegar o que é hoje, ninguém esperava. Assim o país, o nosso Brasil, não, é muita gente acha que não tem problema, "esse cara aí tá um lunático", " o Brasil nunca vai caminhar numa situação parecida Venezuela ou Cuba". Fique aí tranquilo, despreocupada com isso, você vai ver o futuro o que que pode acontecer. Temos um exemplo aqui, deixar bem claro, nas eleições lá de da Venezuela do tempo do Chaves e Maduro, todas as vezes Lula esteve lá fazendo campanha para Chaves e depois pra Maduro. Até um dado momento né, quando começou a faltar papel higiênico na Venezuela, o que que o Lula disse: "na Venezuela pode faltar tudo, menos democracia", ta ok?

Código: Anticomunismo

2021 > Dezembro 2021>02/12/2021

No Bahrein foi reinaugurado a embaixada em 2018. Fechou lá atrás né, eu não sei o motivo aqui, mas tinha uns governos aqui que é ligado à esquerda, não queriam saber de Liberdade Econômica nada, então fechou e agora reabriu no governo Temer e agora nós inauguramos a nossa lá no lá no Bahrein.

Código: Anticomunismo

2021 > Novembro 2021>19/11/2021

EDUARDO BOLSONARO Vale lembrar também que alguns criticam, Presidente, que não são democracias. Vale lembrar que esses países são monarquias, tradicionalmente monarquias e sempre sinalizando para uma abertura, fato que não ocorre com aqui com Cuba, com Venezuela, por exemplo

Código: Anticomunismo

2021 > Novembro 2021>19/11/2021

Se for levar em conta, a Venezuela é o país que tem as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, é a Venezuela. E porque a Venezuela está essa

desgraça que ta ai? É escolha, a escolha política né, pessoal, manda aquele papinho da esquerda, vamos dividir renda tá, tá vamo aí criar um auxílio auxílio isso e aquilo para o povão, não sei o que lá, e abandona muita coisa como livre livre mercado, abandona a educação, aí acaba virando essa miséria aqui a Venezuela, o país primeiro lugar de reservas comprovadas de petróleo também por fora riquíssimo em Ouro, que acaba virando um país onde o pessoal, fome, o povo foge de lá da da fome da miséria.

Código: Anticomunismo

2021 > Novembro 2021>19/11/2021

Eu quero ir para Pacaraima, a divisa ali com a Venezuela, ver, são centenas de pessoas chegam por dia aí fugindo do regime lá do do Maduro né, do falecido Chaves, tão apoiado por Lula, pelo PT. O Lula mesmo dizia né, quando começou a faltar papel higiênico na Venezuela, ele foi para defender o Chaves naquela época "na Venezuela pode faltar tudo, menos democracia". Mulheres que chegam, muitas grávidas, com uma criança no colo o outro no braço, uma trouxa de roupa na cabeça. Chegam mineradas, ou seja, o pessoal arranca o dinheiro que elas têm no meio do caminho, muitas é se prostitui, são obrigadas a fazer isso para poder alimentar seus filhos e vem para o Brasil. Nós não queremos isso para o nosso Brasil.

Código: Anticomunismo

2021 > Setembro 2021>30/09/2021

Eu não quero controle social da mídia, não quero democratizar a mídia, porque quando a esquerda fala democratizar é exatamente o contrário. Qual a Alemanha era comunista né?Comunista era democrática.

Código: Anticomunismo

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Consegue ver para onde está indo seu país? Você consegue ver o que aconteceu na Cuba em 59, o que aconteceu na Venezuela. Não no momento que Fidel Castro chegou ao poder ou o Chaves chegou a poder que Fidel Castro chegou o poder ovacionado pelo povo. Uma das coisas que ele falava, entendeu, 59 é que Cuba era um prostíbulo dos Estados Unidos. Ou seja americano ia lá , palavras de Fidel Castro, para fazer sexo com as cubanas. E ele falou que ia pregar ordem, defesa da família

né, quando assumiu logo depois começou a fazer diferente. Naquele tempo lógico quando alguém vai fazer sexo com alguém pagando né Tem um valor lá, não sei, hoje em dia não se faz isso em Cuba e o que valor? Então foi uma cascata, uma maneira de enganar o povo. O cara chega e depois faz completamente diferente.

Código: Anticomunismo

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

O Lula fazia campanha de reeleição do Chaves lá, é só você ver a internet os vídeos, inclusive o Lula falou certa vez né "Na Venezuela pode faltar tudo, menos democracia" Hoje não tem nem papel higiênico tem nada Esse é o Socialismo que vai entrando devagar, vai jogar a luta de classes. Rico contra pobre, né o patrão contra empregado, aquela história toda, chega um ponto de não sabe como vai sair. Bem, outros países estão dentro da Venezuela. Olha o problema que o Chile está vivendo aqui, não vou entrar em detalhes, ta legal? No Chile tá vindo uma nova nova assembleia nacional constituinte e uma índia lá que a presidente da assembleia nacional. Eu vi a posse dela inclusive toda é paramentada né, etc, etc, etc. E aconteceu um caso esquisito lá né. Lá tinha cotas para mulheres. Então como mais mulheres que homens se elegeram, cinco mulheres perderam a cadeira. Mas o que acontece lá é o primeiro momento vamos acabar com a Constituição que é do Pinochet. Chile cresceu né nos últimos 20 anos mais de cinco porcento ao ano. Era um país no tocante a economia ninguém podia falar nada aqui na América do Sul. Bem, foi indo e começou essa história de esquerda, não sei o que lá, prometendo mundos e fundos aos mais pobres e uma coisa que interessa aqui parece aqui, é pouca coisa mas é muito a nova Assembleia já aprovou então o fim da polícia na nova posição do Chile nós somos conhecidos carabineiros talvez a polícia mais eficiente sem conhecimento no mundo lá o crime totalmente não não funciona mas não vai para frente a gente vê cada relato de gente até brasileiro que tá lá quando o carabineiro para por ter excedido dessa velocidade o cara tá ferrado não vai ter jeitinho nem papo no canto não funciona bem a prevista agora já primeira votação já acabaram e inclusive os carabineiros serão substituídos por uma instituição que seja pautada pela doutrina dos direitos humanos e será administrada por civis, já viu que vai acontecer com os carabineiros no Chile né, não é nós não queremos no Brasil.

Código: Anticomunismo

2021 > Setembro 2021>02/09/2021

Quem é que essas pessoas querem eleitas ano que vem? Não preciso falar o nome dessa pessoa. Vocês sabem o que ela nos levou de 14 anos do governo de esquerda que tivemos no Brasil há pouco tempo. Queremos isso para o Brasil? E vou concluir aqui para passar para assuntos mais importantes, ou melhor esse é importantíssimo. Pessoal, se não é fácil você lutar com Liberdade, imagina se perder a liberdade.

Código: Anticomunismo

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

A Venezuela tomou esse caminho fácil com Chaves e Maduro, É tabelar, é confiscar, é não permite a exportação. Hoje não tem nada lá e não é nada não tem nada mesmo, não tem nem animais de estimação. Comeram todos animais de estimação na Venezuela. Eu pretendo né daqui algumas semanas dá uma chegada em Pacaraima, fazer la matérias, que a nossa grande imprensa poderia fazê-la, mostrando como chegam as pessoas fugindo da fome e da ditadura da Venezuela apoiadas pelo PT. Tem cada vídeo lindo do Lula, todo maquiado, "eu quero cumprimentar meu amigo Chaves por essa política maravilhosa Econômica no seu país Chaves é solução. Aqui pode faltar alguma coisa sim, mas jamais faltou democracia"

Código: Anticomunismo

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Agora tem algo pior que pode acontecer com nosso Brasil é você perder a liberdade por péssimas escolhas. Tem milhares de pessoas melhores do que eu no Brasil, milhares, mas infelizmente a grande maioria fica se acomoda e fica em casa não quer disputar aí política.

Código: Anticomunismo

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Eu não vou desqualificar o ministro Barroso Mas sabe que ele é antagônico a minha pessoa as posições dele quanto ministros as suas votações é o direito de todo mundo quiser criticar critique Ou se quiser elogiar que elogia nós sabemos que deve favores ao PT que ele foi advogado do terrorista Cesare Battisti como se fosse uma pessoa inocente né o preso político não só a justiça italiana condenou bate-se bem como a corte de Direitos Humanos da Europa foi na mesma direção ele veio para o Brasil e o

senhor Luiz Barroso é o direito dele advogou por um terrorista Cesário Batista Não tem problema nenhum advogado defende pode defender qualquer uma assim o médico pode operar qualquer um ninguém tá discutindo isso aqui mas ele fez aquilo por uma causa ganhou a simpatia do PT e chegando ao Supremo algumas decisões dele eu não concordo eu sou obrigado a concordar o que ele ou alguns julgo no Supremo no STJ nos TJ Eu Tenho que concordar eu tenho que ficar quieto como presidente ou como cidadão nós sabemos a posição do ministro Barroso ele é favorável ao **aborto** ele que decide isso. Eu não concordo não é porque numa turma com 12 aprova o aborto um dia eu vou ser obrigado a concordar? a decisão do supremo não se discute se cumpre. Cumprir é uma coisa e concordar ou não é outra completamente diferente. Nós sabemos que o ministro Barroso é favorável a liberação das drogas, tem vídeo dele sorrindo falando de maconha, nós sabemos também que ele é contra a redução da maioridade penal acha Incondicional se porventura aprovarem uma PEC no Parlamento reduzindo a maioridade penal.

Código: Anticomunismo

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Desculpe se eu vou ser forte agora, é justo quem tirou o Lula da cadeia, quem o tornou inelegível ser o mesmo que vai contar o voto numa sala secreta no TSE? Cade a contagem pública dos votos? Eu quero eleições do ano que vem vamos realizar eleições no ano que vem, mas eleições limpas, democráticas, sinceras. Vimos há pouco que o Brasil está polarizado e o outro lado cumprimentar e o governo cubano pelo que fez contra o seu próprio povo. Queremos isso para o Brasil? Vimos no passado não muito distante esse mesmo outro lado fazer campanha para Chávez e Maduro na Venezuela. É o direito dele? É. Mas queremos Esse regime para o Brasil? Onde a liberdade é o primeiro bem que a sua população vai perder.

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Será que esses que são contra o voto auditável está dizendo para alguns Fique tranquilo com as ruas quem vai contar o voto sou eu. Todos já ouviram isso nos regimes não Democráticos que existe eleição em regime não-democrático também, quem ganha eleição não é quem vota, é quem conta o voto. Vamos continuar vivendo com essa desconfiança até quando?

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Eu tenho mostrado onde esse outro lado esteve há pouco tempo e quer retornar, nos países que eles apanharam Como estão esses países? Nem vou falar mais de Cuba, Venezuela. Falemos do que acontece na Argentina. Esse regime que esse cidadão defende não deu certo em lugar nenhum do mundo. Nós temos uma pátria maravilhosa que ninguém tem o que nós temos.

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Jornalistas compareçam a pacaraima em Roraima, eu vejo a centenas de pessoas que fogem da Venezuela a maioria mulheres com dois três filhos, outras com filhos e grávidas e com a sacola na mão uma trouxa na cabeça fugindo da fome e da miséria e o regime que o outro lado apoia e quer para o Brasil transforma, ajudou a transformar um país rico em petróleo integrante da opep, rico em ouro em um país de Miseráveis hoje nem animais de estimação existe mais do que o povo comeu com fome e olha o que está acontecendo na Argentina estive lá em 2019 e falei com muita crítica falei se a esquerda voltasse na Argentina tendo que pensar no operação acolhida no Rio Grande do Sul. A classe A já começa a deixar Argentina e a economia Só um milagre salva, interferência direto direta do presidente nos meios de produção, proibindo exportação de carne por 30 dias dizendo que ia abaixar o preço e o povo poderia comprar, não só o preço subiu, como faltou nas prateleiras ou no frigorífico. Será que nós e vocês da imprensa também, todos nós vamos pagar um preço muito caro.

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Será que é muito repetir o Zé Dirceu dizer em vídeo que "ganhar uma eleição é uma coisa e tomar o poder é outra e vamos tomar o poder" nas palavras dele. Vocês não se assustam com isso? ninguém se apavora com isso? ninguém tem temor a isso? eu quero deixar umas eleições sem qualquer maneira de ser auditada, uma eleições que pode ser mais do que o suspeitas

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

O que está em jogo é mais que a nossa vida, é a nossa liberdade. Não podemos aceitar na mão Grande, no Poder da força de alguns, alguém assumir o Timão desse país e levá-lo para o caos como assistimos aqui na nossa querida América do Sul. Como diz aí o falecido Roberto Campos o inteligente aprende com o erro dos outros e o sem inteligência com o erro próprio. E os idiotas não aprende nunca. Será que temos tantos idiotas no Brasil?

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Rivalidade entre brasileiros e argentinos apenas no futebol. No mais nós queremos é vizinhos prósperos fortes livres e Democraticos. Agora a opção do Povo argentino entre o presidente anterior o Macri e o atual e será do Povo argentino.

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

então fugindo da crise econômica argentinos buscam reorganizar a vida no Brasil pessoal eu não vou pedir para ninguém ir lá para pacaraima Roraima divisa com a Venezuela são centenas e pessoas que chegam diariamente ali são acomodados pelo exército brasileiro na operação chamada de acolhida agora quando as ditaduras vão tomando conta do país o povo vai perder a sua liberdade a classe mais alta vai para algum lugar táVenezuela foi para os Estados Unidos foram para o Chile foram para Argentina. A classe menos favorecido um pouco foi ali para a vizinha ali Colômbia para outros países e os mais pobres agora fogem a pé para o Brasil São A grande maioria são mulheres que carregam do seu lado de mãos dadas com dois três filhos com uma trouxa de roupa na cabeça e são mineradas ao longo da viagem a é. Que é minerada pessoal pega a grana deles tá que a Venezuela virou a terra de ninguém lá tem grupos terroristas tem outros países que também atua lá dentro e olha que é um país riquíssimo de petróleo e ouro o que que o então Chaves fez e deixa bem claro Chaves quando ganhou a eleição de 99 era quase uma unanimidade ele criticava Fidel Castro ele elogiava a liberdade econômica dos Estados Unidos e enveredou por outro caminho. Agora que Chaves fez quando o barril de petróleo tá bem acima de 100 dólares Estendeu os programas sociais. E quem não quer

programa social né? o valor todo mês é na sua conta estendeu não apenas para quem não precisar para que não precisava também que parte da população acreditou nisso achando que o paraíso nunca ia se acabar acabou quando o dólar baixou lá dos baixou bastante na casa dos 30 o dólar não o petróleo que é dos 30 dólares caiu a realidade não tinha como manter aquilo você vê os protestos lá em Cuba em grande parte qual é a preocupação do Povo com o banco além da Liberdade , que é o oxigênio tá aqui a alma do ser humano pedindo remédios alimentos e energia de Cuba é aquela que vende do combustível fóssil e tem diminuído o envio de petróleo da Venezuela para cuba então falta energia e o povo foi para as ruas então a garotada lá em Cuba o jovem especial estão morrendo por liberdade aqui no Brasil ainda tem uma parcela da garotada aqui que tá fazendo de tudo para perder a liberdade Deus salve o povo cubano

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

Eu não tenho o número exato aqui mas chega mais de 2.000 ficar aqui no Brasil não quiseram voltar para o paraíso do Lula o paraíso do pessoal socialista não quiseram voltar para lá resolveram ficar no Brasil mas ele que eu falei né e depois foi acertado com essa hoje daremos um tempo a mais para ele ficar aqui num programa o mais médicos semelhante por um tempo definido e a partir daquele momento poderiam trabalhar no Brasil como médico desde que fosse aprovado no programa do revalida ela nunca mais nunca é demais eu falar para a população brasileira que o mandeta queria a todo o curso e conseguiu numa num projeto nosso para fazer com que a câmera aprovasse que as particulares eu sei que tem excepcionais universidades particulares do Brasil mas que as particulares de maneira geral pudessem a praticar praticar o teste de revalida eu vertei isso o mandeta foi lá no Congresso trabalhou lá para derrubar o veto seja de saber e faltaram quatro votos para que o mandeta conseguisse Então são intento de de aprovar aí as particulares a todas a fazer a prova de revalida também então Augusto a mensagem aí do Lula né é uma prova que para ele o regime cubano tá uma maravilha lá não falta energia elétrica não falta alimento não falta remédio e não falta Liberdade também você lembra o bolsonaro teve um problema na Venezuela o tempo do Chagas né e o Lula falou na Venezuela pode faltar tudo menos democracia eu não consigo entender pessoas no Brasil

esclarecidas bem de vida defendem quem tem essas posições o que ele quer no fundo é roubar nossa liberdade

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

agora retalhar e se me lembra os países comunista né você vai buscar o cara em casa não tá você leva a esposa dele embora leva o filho e aqui é a mesma coisa Qual o próximo passo agora Qual ação contra os meus filhos vão querer fazer vão jogar fora das quatro linhas da coleção é isso é o vale tudo todos poder tem limites tem parlamentar aqui sabe que tem limite eu tenho limite Será que só no Supremo temos alguns que não tem limite vale tudo

Código: Anticomunismo

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

até porque se eu quisesse fazer fake News contra o PT eu tinha que falar que é um partido de pessoas ou nessas né pessoas que não roubaram a nação pessoas que eu não gostava de Hugo Chávez não gostava de Fidel Castro pessoas que não gostavam de da Liberdade na contramão disso tudo e o PT deu o que tinha que dar por ocasião das eleições o

Código: Anticomunismo

2021 > Junho 2021>10/06/2021

aqui rapidamente a esquerdalha aí que gosta tanto de elogiar a Venezuela lá parabéns aí Subiu o salário mínimo na Venezuela $4 14 dólares mais ou menos r$ 23 aí r$ 22 o salário mínimo na Venezuela não sei porque o único gordo na Venezuela maduro aqui tá muito bem um montão de volta aqui é um ali outro aqui hoje eu gordinhos de BH aqui Bruno regra tá cheio de gordinha aqui na Venezuela né só daí o maduro

Código: Anticomunismo

2021 > Maio 2021>06/05/2021

agora tem um montão sobre governos anteriores e especial do PT vejo análise da conjuntura de 2014 o PT realizou na Bahia o encontro e botou no papel veja o que aconteceu com essa Dilma Rousseff 2014 em Quito no Equador as medidas

propostas por ela juntamente com Foro de São Paulo é só tá na internet só pesquisa informações

Código: Anticomunismo

2021 > Abril 2021>01/04/2021

eu falei controle social da mídia e eu falei democratização da mídia do conta do PT de 2014 lá em Salvador onde erramos e se escreve onde erraram e vamos e não promover os Generais pelo critério de democrático que que é a prova Regional para o critério democrático e não é o que quero que aplica atualmente nas forças amadas E aí em que ramo se não modificar os currículos militares queria botar o que look militar que Fidel Castro não grande líder autodefesa e aqui maduro a mesma coisa

Código: Anticomunismo

2021 > Março 2021>18/03/2021

você só dá valor na água do poço que ele acaba você só dá valor à liberdade eu converso com venezuelanos eu converso com humanos e o meu filho teve viagem na Europa conversou com poloneses eles não querem passar o que seus avós passaram-se precisa ter passado viveram a pena da liberdade

Código: Anticomunismo

2021 > Março 2021>11/03/2021

nossa relação [com Biden] é acho que tem tudo para ser uma boa relação nós temos muita coisa em comum com os Estados Unidos temos interesses a segurança na promoção da Democracia aqui na América do Sul por exemplo

Código: Anticomunismo

2021 > Janeiro 2021>21/01/2021

Não não posso responder você né, mas por das vezes contra aí o presencial americano Antero por duas vezes conversamos bastante demoradamente sobre esta questão não é fácil solução o nosso sentimos muito que está acontecendo porque o nosso nós irmãos vai perdendo a liberdade perdendo o poder aquisitivo grande paz, uma miséria enorme que inclusive fogem para o Brasil em nós aqui lá em Roraima na cidade para caramba a colhemos e os distribuímos pelo Brasil. Agora te gostaria que tudo se solucionasse lá, mas sabe que uma ditadura uma vez instalada, né difícil

mente. Ela se desfaz por isso graças a Deus aqui no Brasil nós temos umas suas amadas comprometidas com a democracia e com a liberdade. Então é uma grande um grande Pilar da Democracia são as nossas amadas que jamais né? Aceitariam é o convite de uma autoridade de plantão no caso eu República aí via Zap por um caminho diferente da Liberdade da Democracia Venezuela lá as forças armadas foram copitadas e daí Todos nós sabemos que aconteceu numa grande preocupação. Nossa para o Brasil para toda a região por causa da Venezuela. Como Venezuela é uma nação amiga uma oração irmã do Brasil agora toada hoje por um regime infelizmente de tutorial nós reconhecemos o governo legítimo que dezenas de pais consideram legítimo encabeçado pelo Vanguard e o novo governo americano acabou de assinar lá que vai continuar reconhecendo quando Como o presidente legítimo da Venezuela Estados Unidos, traz um ator fundamental nesse processo de trazer ajudar a trazer a democracia de volta na Venezuela, né? É uma situação que não pode ser aceita não é porque é difícil a gente ajudar nessa rede democratização que a gente vai desistir, né, Brasil e vários outros países um país onde continua vendo relatos de abuso de direitos humanos de tortura de prisões arbitrárias e Falta de Liberdade absoluta aí é uma situação humanitária das piores que já foram vividas nesse nesse continente então diante disso Claro a cada momento a gente articula as coisas de uma maneira diferente para tentar novas soluções hoje mesmo conversava com a ministra do exterior da Espanha que outro país muito interessado em contribuir para isso conversando todos os ministros aqui da região. Então vamos continuar nessa nesse processo. Porque a gente não pode aceitar que esse regime continue. Lembrando é o que faz com o povo venezuelano então essa Nacional em agosto no norte da América do Sul, né, Venezuela Guiana tem uma região chamada Ezequiel que de vez em quando a Venezuela. Fala mais alto dizendo que é dele, tá? E temos um problema então o norte do Brasil tá certo e esses países que têm essa política que sabe que mais cedo mais tarde, né? Pode se aventurar.

Código: Anticomunismo

2021 > Janeiro 2021>21/01/2021

A gente pede, repito, né, não vote em partidos de esquerda por ocasião dessas eleições, porque no final da linha o que eles querem na verdade é roubar a sua liberdade. Um exemplo, vou citar, olha como é que está a Venezuela, como começou e como está. Nós não podemos chegar lá.

Código: Anticomunismo
2020 > Novembro 2020>09/11/2020

O último assunto aqui eu pesquei na internet essa imagem aqui duma uma jovem né? Existe um modelo econômico que conseguiu impossível Argentina sem carne, Venezuela sem petróleo, Cuba sem açúcar, faltou Mais importante mas não dá pra subir tanta coisa aqui. Né? Venezuela e Cuba já sem liberdade. A Argentina com problemas seríssimos. Tá? Tudo por o por optarem por um sistema, né? Um regime que não dá certo em lugar nenhum no mundo. Que é o socialismo. E os finalmente é a perda de liberdade como um todo. O Brasil correu no meio no meu entender sério risco há pouco tempo. Mudou-se o governo Consegui me eleger aqui só Deus sabe como, né? A gente sobreviveu a facada, só Deus sabe como e buscamos aqui fazer o quê? O primeiro e mais importante compromisso de campanha é escolher ministros por critérios técnicos.

Código: Anticomunismo
2020 > Outubro 2020>15/10/2020

Chama a semana a visita do secretário norte-americano Mike Pompeu. Esteve em Roraima mandei pra lá o nosso ministro das das relações exteriores o Ernesto Araújo bem como foi um representante da defesa geral de exército esqueci o nome dele aqui acompanhou também o Ernesto Araújo em Roraima e logicamente ele foi velar a questão da operação acolhida nossa e que o americano tem o interesse em restabelecer a democracia na Venezuela. Agora não vou falar o nome do país também, tem um outro país aqui na América do Sul mais ao Sul você está acompanhando pra onde estão indo pela opção errada, né? Pelo voto. Assumiu lá um governo, né? Que já deu demonstrações no passado de seguir a linha do Foro de São Paulo e agora a ter uma votação aí equivocada, raivosa até de muitos fez com que a esquerda responsável pelo sucesso desse país voltasse ao poder. E rapidamente estão partindo aí pro regime parecido com a nossa Venezuela encerrando né?

Código: Anticomunismo
2020 > Setembro 2020>24/09/2020

E se tivermos que desenvolver a Amazônia um capital externo esse virá de países que tem compromisso com a democracia e com a liberdade, ponto final. E quem vai decidir? Enquanto eu for, por exemplo, quem vai dizer sou eu. E eu luto nessa área desde mil novecentos e noventa e dois. Bem claro, não sei se o Sara esteve lá comigo. Por ocasião lá da que eu fiz aquele pronunciamento na na ONU, né? Falei ali, conversei ali com alguns chefes de de outros países e ali o que eles queriam lá, né? Conversando com alguns. Nós temos atualmente quatorze por cento queria que no meu governo chegasse a vinte. Já imaginou? Tá? Mais reservas? Mais quilombolas? Mais apas? Aumentando aí os parques nacionais. O Brasil não aguenta.

Código: Anticomunismo

2020 > Setembro 2020>04/09/2020

Afinal de contas, a gente, nosso maior parceiro comercial da. Da América do sul, não é? E eu acho que é o quarto do mundo sendo me engano, então nos interessa que a Argentina seja forte. E obviamente forte defendendo a Liberdade e a democracia e fechei o compromisso com ele. Dia primeiro de março, agora estarei na Posse do presidente do Uruguai e vamos separar um tempo para que eu possa conversar com o presidente da Argentina. O senhor Fernandes, se Deus quiser, tudo correrá muito bem e que nós queremos é não uma América do sul Bolivariana, não é, queremos é Argentina forte, Uruguai, Paraguai fortes, Brasil Fortes que a gente deseja. E, se Deus quiser. Espero nos entender muito bem lá por ocasião desse primeiro encontro nosso Brasil Argentina em solo uruguaio.

Código: Anticomunismo

2020 > Fevereiro 2020>13/02/2020

Conversei com o embaixador Ernesto Araújo ontem, pela primeira vez, o Brasil acompanhou aí os Estados Unidos, na questão do embargo para Cuba. Está, então nós somos favoráveis ao embargo para Cuba. Afinal de contas não é aquilo, é uma democracia, não é? É uma ditadura, então tem que ser tratada como tal. Então o Brasil vai mudando. A sua posição é mais a centro direita, não é mais voltado, como disse a semana passada, que o meu governo mais democrático, que que eu tenho conhecimento ao longo dos últimos anos, você viu a gente falar aí, controle social da mídia?

Código: Anticomunismo

2019 > Novembro 2019>07/11/2019

Acostumado a viver sem trabalhar, a vai acabar, pô. É quem quer viver sem trabalhar, é porque vive o trabalho dos outros, os outros vão cansando. Trabalhar daqui a pouco está todo mundo sem trabalhar e. Quanto é um salário lá em Cuba? 20 USD para quem trabalha de segunda a sábado ou domingo? Não sei. É de Cuba, tem disso, não tem parlamento, tem democracia, não é Cuba, tem parlamento, tem. Quantos parlamentares? São 612, mais do que o Congresso brasileiro. Haja democracia é OA turminha do dos Castro aí,

Código: Anticomunismo

2019 > Outubro 2019>10/10/2019

[Eu estou diminuindo o espaço democrático da esquerda aí isso é uma menor dúvida. Entrou à direita agora.] ÁGIL Que, aliás, não queria democracia.

Código: Anticomunismo

2019 > Outubro 2019>03/10/2019

Está roubalheira da Petrobras. Entrega de patrimônio nosso para ditaduras no mundo todo. Olha a caixa preta da do Odebrecht aparecendo, já apareceu aquela galerinha, aquela galerinha da compra é de aviões com 33 e meio por cento ao ano. Quer comprar um avião? Quer quer 20000000 de prestado 3 por cento? Olha só aquilo que que ter tem que ter, tem. Porque isso, Luciano Huck, que teta em eu sou o último capítulo do do fraco, do outro, em cada caso do caos, faz parte do capítulo. Não foi ilegal a compra, reconheço, mas poxa, só para teich. João Dória também comprou, João Dória comprou também o Dória. Comprou também? Essa explica isso aí. Só peixe, amigão do Lula, da Dilma e depois peça de. Eu vejo Dória falando da de vez em quando é minha Bandeira. Jamais será vermelha. É brincadeira, não é brincadeira, não é. É quando estava mamando lá, a Bandeira era vermelha. Como foi sace o martelo ali, sem problema. Eu, né? Eu está OK, valeu boa noite pessoal, até semana que vem se quiser um abraço.

Código: Anticomunismo

2019 > Agosto 2019>29/08/2019

BOLSONARON Hoje, em Caracas, começa a reunião do foro de São Paulo. Pessoal não desiste nunca. Eles querem roubar muito mais que nossos bens. Querem roubar a nossa Liberdade e deixe bem claro, o Foro São Paulo nasceu em 1990. Estava lá, o PT estava lá, as Farc, forças armadas revolucionárias da Colômbia, tá? O que há de pior no mundo, tá? Estava em 90 e agora estão novamente se reunindo em Caracas, buscando uma maneira de se vitimizar e voltar, né? Voltar mais forte à política. Cabe a você obviamente, ficar ligado nisso tudo e pedir a Deus e fazer a nossa parte, não é que o Brasil não se transforme numa Venezuela, então Foro de São Paulo.

Código: Anticomunismo

2019 > Julho 2019>25/07/2019

Naqueles 13 anos do PT, o BNDES foi assaltado também um pouco mais de 400 bilhões de reais. Dinheiro teu. Foi pra ditaduras, outras, né? Para fazer Porto lá em Cuba. Dinheiro para a Bolívia, dinheiro para Argentina, da Cristina Kirchner, dinheiro para Angola é dinheiro para amigos do rei. Como lá a JBS. Os juros, pessoal, lá embaixo, 45 por cento. Enquanto a Selic estava praticamente um pouco mais do dobro disso naquela época, então para amigos o BNDS era usado para ditaduras e para amigos. Isso tudo vai ser nas primeiras semanas colocado para que você tenha conhecimento do que foi feito com o teu dinheiro no passado. Então tem esse rombo do bndes também. O pessoal do Lula livre dizendo que ele foi condenado injustamente. Tem mais essa questão toda do bndes também, tá OK?

Código: Anticomunismo

2019 > Junho 2019>20/06/2019

Como está previsto, uma viagem minha é para a China no segundo semestre, como estaremos na Argentina também no começo agora do mês que vem, temos uma preocupação muito especial com a Argentina. Nós não devemos nos imiscuir nas questões políticas de outros países, mas a gente gostaria sim, que a Argentina continuasse o rumo da democracia e da Liberdade. Voltar quem estava há pouco tempo no governo lá é a mesma coisa que voltasse aqui no Brasil quem estava pouco tempo aqui também. E sabe que o caminho para Cuba passa pela Venezuela. Nós estamos torcendo, devemos anunciar alguma coisa a mais com a Argentina, com o presidente Macri.

Código: Anticomunismo
2019 > Maio 2019>23/05/2019

ONYX LORENZONI O Brasil tem que se aliar aos países que são prósperos aos países que é, tratam com respeito e com Liberdade de empreendedor. E não as republiquetas, que, lamentavelmente, pelo viés ideológico, o Brasil se alinhou no passado.

Código: Anticomunismo
2019 > Maio 2019>23/05/2019

GENERAL AUGUSTO HELENO É, apesar da movimentação enorme na Venezuela essa semana, nós consideramos ainda a situação indefinida. E teve gente que qualificou o que aconteceu como uma derrota do presidente Guaidó, nós não vemos dessa maneira. O que acontece é que não é fácil tirar do poder alguém que, eleito sem legitimidade, resolveu aliciar seus generais. Surpreendentemente, em torno de 2000, e aliciar de forma totalmente inesperada, totalmente fora dos padrões, aqueles que deveriam ser os que mais defendessem o país visando o patriotismo, a dignidade da Venezuela e o que acontece é que esses generais foram aliciados, comprados por cargos que lhes dão um salário muito maior e que são influentes na economia. Então a economia, por exemplo, do petróleo, que é a grande fonte da Venezuela e que reduziu a produção da Venezuela a 840000 barris diários, que é significativo como perda para o país, e além disso, empregou muitos dos seus generais no tráfico de drogas. Então isso é terrível. Então esse esse dirigente, o senhor Maduro, não é fácil tirá_lo do poder, mas as pressões internacionais podem, pouco a pouco mostrar ao pessoal da população civil, que ainda não compreendeu a gravidade do problema e, principalmente, mostrar aos militares de alta patente que eles precisam ter o patriotismo se voltar para trazer a Venezuela de novo para o caminho da Liberdade e da democracia, nós vamos continuar lutando. A reunião de Lima, que vai acontecer daqui a pouco, vai reforçar esse trabalho e nós estamos torcendo muito para que a Venezuela consiga se livrar dessa situação extremamente desagradável que leva ao povo a desnutrição, a falta de assistência de saúde, uma inflação de 1000000 por por ano. O que ninguém consegue entender. Então, nós precisamos que esses militares se convençam que eles estão destruindo o futuro dos seus filhos, dos seus netos.

Código: Anticomunismo

2019 > Maio 2019>02/05/2019

BOLSONARO Da nossa parte, aqui num primeiro momento nós pensamos a votar não com Israel, Estados Unidos, mas na mesma sintonia de Israel, Estados Unidos na comissão direitos humanos da ONU. Então, uma mudança radical de um voto de cabresto do Brasil, que era sempre afinado com a Venezuela. É, com o Irã, com Cuba e outros países lá que não tem qualquer amor a democracia e a Liberdade.

Código: Anticomunismo

2019 > Abril 2019>11/04/2019

ERNESTO ARAÚJO Evidentemente, com destaque inclusive para agricultura, e outras áreas. inclusive, falamos também da defesa da democracia, principalmente da defesa da democracia aqui na nossa região, muito especialmente na Venezuela, na qual nós estamos atuando de maneira muito, muito incisiva, é de modo que é, esses são, né? Alguns dos dos elementos que estão aí na nossa, na nossa retomada com os Americanos.

Código: Anticomunismo

2019 > Março 2019>14/03/2019

"New York Times suspeita que Moraes seja uma ameaça à democracia brasileira". Aquela Velha História né xingue-o do que você é, acuse-o do que você faz.

Código: Bolsonaro democrata

2022 > Setembro 2022>29/09/2022

Tem uma nota da empresa... de alguns empresários, alguns banqueiros, alguns artistas né, é pró- democracia. Olha, quem é contra a democracia no Brasil? Tem em três anos e meio algum ato meu contrário a democracia? Eu acho que nós temos ao Contrário! De outras pessoas contrárias a democracia. né. Nós somos pela transparência, pela legalidade, nós respeitamos a constituição, tem gente que te irrita comigo quando eu falo "estamos dentro das quatro linhas" tá, então não entendi essa nota, é que foi patrocinada pelo nosso querido aí filho do ex-vice-presidente do Lula né, José de Alencar, São José Gomes da Silva, né Seu José Gomes da Silva, presidente da Fiesp, Federação da Industria do Estado de São Paulo que fez essa nota. Eu não entendi. Agora é uma nota política em ano eleitoral. "Olha, é melhor

democracia como ladrão do que outro regime com o honesto". Agora desculpa, que outro Regime é esse?

Código: Bolsonaro democrata

2022 > Julho 2022>28/07/2022

Uma notícia aqui não vou comentar "Nos Estados Unidos, Facchin alerta para um seis de Janeiro ainda pior no Brasil". Eu não sei porque essas pessoas vão para fora do Brasil para criticar o Brasil, eu pergunto a todos brasileiras: há alguma ação minha contrária ao estado democrático de direito? Eu tentei eu tentei controlar as mídias sociais? Ou a mídia comum? eu vou prometi fazer o controle social das mídias? Muito pelo contrário.

Código: Bolsonaro democrata

2022 > Julho 2022>07/07/2022

Da nossa parte você nunca vai sofrer com a censura nossa, é, por opinião dessas pessoas. E o que que nós queremos a paz a tranquilidade eu respeito é) fazer com que a nossa liberdade cada vez sejam bem mais reconhecido

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Dezembro 2021>30/12/2021

Parabéns a quem teve a ideia de fazer cartazes no outro idiomas, isso chegou para fora do Brasil. O que a notícia lá de fora era de que eu tava prendendo gente aqui, eu era o carrasco da Democracia, eu era isso e aquilo aquilo outro. E ajudou a desfazer essa imagem

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Vocês muitos que me acusavam de ditador, né, troglodita, né, pessoa que quer dar o golpe... Eu tô falando de democracia, mas não é essa democracia de contar voto escondidinho, não.

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Eu nunca joguei fora das quatro linhas da construção, nunca não tem nada meu fora das quatro linhas da Constituição, não tem nenhuma ameaça minha. O que eu tô ameaçando agora é, se a população de São Paulo assim desejar, eles vão ter um movimento marcado por eles dia 7 de setembro, de acordo com o horário, se tiver um convite de da liderança, eu participarei. Não existe dever maior de lealdade ao seu país, a democracia, a Liberdade, que é você estar do lado do Povo. A própria nota do senhor Ministro também fala que o Supremo Tribunal Federal, de forma Coesa, ou seja os 11, segue ao lado da população brasileira em defesa do Estado democrático de Direito. Estado democratico de direito é você ter eleições limpas, transparentes, confiáveis, ao lado do povo brasileiro

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Tudo que eu faço satanizam, debocham. Não posso defender nada. Não vou deixar de cumprir com o meu dever, mas por que esse ódio para cima de mim? querem me tirar daqui na canetada na canetada quer me tornar inelegível na canetada. Isso é jogar dentro das quatro linhas da Constituição? Qual é acusação contra a minha pessoa? Onde está meu ataque ao Supremo Tribunal Federal? Ou meu ataque ao Tribunal Superior Eleitoral? Onde está meu ataque? Eu Tenho que concordar o que o ministro Barroso diz só porque ele é o Deus do olimpo? E o Supremo? Ninguém pode falar nada contra ele, contra suas decisões, ou contra as suas posições?

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Sou atacado 24 horas por dia matéria do Globo: "Bolsonaro deu 1682 declarações falsas ou enganosas em 2020 aponta relatório de ONG internacional". Qual a comprovação disso? tentar desacreditar o presidente quer dizer que não tem autoridade ou com a nota do Supremo Tribunal Federal de ontem que eu fui omisso, dando entender as margens que eu sou um genocida. Um país que melhores são da economia e tem agora também se revelando o potencial enorme para romper para vencer essa pandemia.

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

O que eu quero é democracia. Tantos me acusam de ditador, tantos me acusam de ser violento e eu estou demostrando Desde quando assumir que nem um momento como aquele outro que quer chegar o poder sempre falou no controle social da mídia não tem uma ação minha contra a mídia, muito pelo contrário tem ações da mídia contra mim.

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Eu tenho um compromisso para com o povo brasileiro e é governado dentro das quatro linhas da Constituição é isso eu vou fazer. Tenho 22 ministros que interagem comigo, que estão embuídos nesse mesmo propósito. todos os ministros o querem o voto auditável, querem a contagem pública dos votos, querem um sistema auditável. Será que eles estão errados? Nós temos a máquina na mão, não vamos usar máquina para jogar fora das quatro linhas da Constituição. Em dois anos e meio não viram uma só canetada minha que ferisse algum dispositivo constitucional. Muito pelo contrário, quase sempre tem autoridade fora das quatro linhas atirando em cima da gente. Nós estamos mantendo a linha Estamos governando por exemplo. Um governo que honra o seu mandato, que procura dar o exemplo, que quer o melhor para o seu país, que têm demonstrado que o seu país tem tudo pra melhorar [VIDEO CORTADO]

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Então como Retaliação Com toda certeza sou Alexandre Moraes manda investigar ou organização criminosa duas deputadas e o Flávio meu filho senador e o Carlos também primeiro queria que apresentasse a Alexandre Moraes vossa excelência apresente um posto Olha esse aqui é dessas pessoas né isso aqui é um ato antidemocrático isso atenta contra a democracia pô quero parafreasear aqui o Silas Malafaia me chamam de tu eu ajuda aí misógino, genocida, fascista, homofóbico tudo bem chamam o Silas Malafaia de tudo até mais do que eu falei aqui o montão de coisa chama os parlamentares e tudo eu acho aqui que Vitor já foi xingado de alguma coisa por aí não tem problema nenhum, mas quando alguém faz uma crítica no tocando ao Supremo, cai o mundo, por nós queremos democracia não existe até hoje você não acha lugar nenhum em dois anos e meio de governo nem uma frase minha um ato uma ação uma declaração um decreto que estivesse fora das quatro linhas da

canção não existe eu quero a democracia eu quero liberdade e sem ser esse pessoal voltar ao governo desta forma nunca mais Deixaremos de sonhar com Liberdade em nosso país então quero apenas isso

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

não tem problema nenhum com o senhor Alexandre de Moraes, zero problema zero agora para o lado de cá não se apresenta o que que meus filhos essas deputadas fizeram de atentado contra a democ... ah vai cortar cebola! atentado contra a democracia você faz quem não obedece a constituição não sou eu pôr

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

Sempre falei para todos os meus ministros para todas ministros todos sem exceção onde é o nosso jogo nosso jogo é dentro das quatro linhas da constituição nós não vamos sair desse retângulo né ou desse quadrado e também devemos nos preocupar com quem está jogando fora nesse quadrado que está agindo de forma errada o e alguma Providência né Legal tem que ser tomado contra quem está agindo fora dessa linha é eu estou errado? onde vocês viram ouviram uma só ação minha um ato que visasse aí nós temos aqui algo fora da condição um arroubo de autoritarismo a vamos fechar isso vamos censurar aquilo nada nunca tiveram nada a meu respeito

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Abril 2021>01/04/2021

Ditador? me aponte um ato meu ditatorial ao longo de dois anos e dois meses, um só

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Março 2021>18/03/2021

pedindo a eu impeachment mesmo gostaria de saber os 40 na câmara até Jesus botar o liquidificador primeiro não dá nada é só a casa acusações do que da esquerda né é fascista é ele não é democrático Ele quer dar golpe a ele não tá tratando a questão da pandemia parece para esses caras só tem gente morrendo no Brasil nós somos amigão no vigésimo quinto e número de mortes por um milhão de habitantes tá logicamente Queremos ser o último né ou quem sabe não temos mortes por corrente

mais infelizmente acontece e o pessoal da entender com as suas narrativas Apenas o nosso movimento está morrendo gente.

Código: Bolsonaro democrata

2021 > Janeiro 2021>28/01/2021

O Fiuza, Fiuza, né respeitosamente eu quero que queria que essas pessoas apontassem uma um ato meu, uma ação antidemocrática só isso mais nada. Quando é que eu tentei censurar a mídia? onde é que eu busquei o controle social da mídia? Tá? Coisa que governos anteriores fizeram e eles não falaram absolutamente nada. Agora imagine eu falando dez por cento disso. Então eu não quero polêmica. Quero mudar o destino do Brasil, eu quero ajudar o povo sofrido aí que tá enfrentando uma crise enorme

Código: Bolsonaro democrata

2020 > Setembro 2020>04/09/2020

O Lula Pode me chamar de genocida né? E o que que é genocida pessoal? Me comparou a Hitler, [inaudivel], Stalin, que matou milhões ou centenas de milhares de pessoas me comparou a Fidel Castro, então para Carmem Lúcia o Lula pode me chamar de genocida isso é liberdade de expressão. dois pesos Duas Medidas.

Código: Censura

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

Agora imprensa, grande parte da Imprensa bateu na tecla que atos antidemocráticos e teve uma grande rede de televisão que ainda mostrou o pessoal que tava no Anhangabaú, uma minoria que tava perdido pelo Brasil com camisa vermelha preta pedindo até ditadura do proletariado, O Globo mostrou como atos demográficos. [...] O Bonner falando que Bolsonaro liderando os atos antidemocráticos enquanto que a esquerda vai pedindo por vacina, emprego e respeito à Constituição.

Código: Censura

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

O profissional de imprensa tem que vender a verdade. Lembra até do João e 32 "a verdade vos libertará" quem sabe um dia aí a Globo aí caia da real né e se curve à realidade. Não gostar de mim não tem problema nenhum agora, deturpar, mentir, fake

News o tempo todo. Com uma mentira em cima de mentira o tempo todo. Só de escrever lá embaixo, lá no rodapé esse movimento do dia 7 último aqui eu estou liderando atos antidemocráticos. Que antidemocrático?

Código: Censura

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

A imprensa brasileira grande parte dela é uma fábrica de fake News e eles me acusam do que, a imprensa? do que eles fazem. olha aqui o globo aqui, prezado Ministro Fux: "Bolsonaro deu 1682 declarações falsas ou enganosas em 2020 a ponta relatório de ONG internacional". Deve ser a ONG da vovozinha lá da Ponta da Praia e isso é tido como verdade para o Globo O Globo não tem do que me acusar 1682 declarações falsas ou enganosas? Eu não vou falar palavrão aqui porque eu sou uma pessoa bastante educada. Acreditar nisso? eu prefiro acreditar em Papai Noel, mula sem cabeça. Será que tudo isso aqui é verdade? A imprensa pega uma mentira atrás da outra a grande mídia. Eu mostrei aqui a folha de São Paulo "vamos pegar em armas".

Código: Censura

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

a capa é matéria da mulher que ele acreditava aqui que empresa que essa aqui é inacreditável parece que a folha de São Paulo mariliz Pereira Jorge a o Rio de Janeiro mariliz Pereira Jorge Teixeira aqui Rio de Janeiro ignóbil bolsonaro ataque bolsonaro ignóbil basculho baixo repugnante Canario é deplorável mesquinho estúpido ou de ócio Total tem aqui não contei Mas ele tem um sem adjetivos aqui o povo pacote Renato desclassificado Petit ruído genocida essa empresa brasileira e ter saudade corrupção é o fim da teta acabou o dinheiro público jogado fora eu não sei que jogo é esse aqui vê se consegue foi sua avó dela escreve de Janeiro mariliz Pereira Jorge isso é um trabalho da jornalista aí você fala alguma coisa sobre eu é o nome dele agora por uma decisão do senhor faquim pode concorrer 22 falou alguma coisa sobre corrupção dele ou ele voltando já vai acertar com a folha de São Paulo dá um dinheirinho para vocês vai empurrar na marra né alguns grandes empresários para anunciar aí que imprensa aqui que entrega aqui ó é inacreditável charlatão perverso monstro Ditador.

Código: Censura

2021 > Março 2021>18/03/2021

Que imprensa é essa? Que imprensa é essa? festival de palavrões algum recomendo entra na justiça Olha eu raramente ganhava na justiça e devo pegar uma quando você tá vendendo Ele entrou com corações perdi a paciência isso é liberdade de expressão? isso é liberdade de expressão?

Código: Censura

2021 > Março 2021>18/03/2021

Olha aqui ó pessoal jogando bola com a minha cabeça aí. Está certo? Eh circulou muito é isso aqui é liberdade de expressão. Agora se fosse o contrário seria fake news passivel de caçar o mandato de prisão etcétera não tem ninguém mais do que eu que sofre fake news pelo Brasil e sofreu por ocasião das eleições Era acusado o tempo todo e racista, homofóbico, fascista, misógino, não gosta de nordestino e tem processo no TSE pra caçar a minha chapa, né? Como se eu tivesse sido eleito por fake news.

Código: Censura

2020 > Setembro 2020>24/09/2020

E um recado para a imprensa Brasileira, Sério, não é como eu gostaria que vocês seguissem, João 8,32. Transmitissem a verdade na ponta da linha, tivesse manchete dos jornais de verdade. Se errar sem problema nenhum, tá? Desce, o cacete. Não é agora que publica a verdade, não fica buscando. É números ali que, distorcidos, muitas vezes para dizer que o governo não vai bem, que o governo não tem credibilidade, que o governo não é democrático, tá? Eu foi o que mais falou com a imprensa no primeiro ano de governo. Foi o que mais falou mais que Lula, Dilma e Temer juntos em 1 ano, eu falei mais do que eles em em 16 anos, tá certo?

Código: Censura

2020 > Março 2020>05/03/2020

Inclusive, o nosso filme estão fazendo a partir de agora, não vai ter mais questões, ideologia, aquelas mentiras todas do de história. É passada nossa, não é? É falando mentiras sobre o período de 64-85 no passado, também. Mentiras do presente é sempre conduzindo, fazendo a cabeça da população como esse pessoal da esquerda fosse os mais puros, éticos e Morais do mundo. E o resto fosse o resto. Perderam

está vote melhor na próxima na próxima eleição que perderam. Eu não quero citar aqui o nome de filmes que eu peguei na. Lá na fazendo na Embrafilme, no corrente ano que eu tenho vergonha de fazer vergonha de falar vergonha eu não vou falar o nome dos filmes que. Uma vergonha, algo parecido com. Não vou falar que tenho vergonha, está mexe com religião. Eu acho que o evangélico católico mexe com criança, mexe com. Com afrodescendente mexe com pessoa deficiente e tudo com a questão de sexo no meio, então. É, nós. Nós estamos é censurando nada. Quem quiser fazer filme não é que faça, mas com o dinheiro, ter o próprio, não com dinheiro público.

Código: Censura

2019 > Dezembro 2019>26/12/2019

Quando você fala Liberdade de imprensa, tem que ter Liberdade de imprensa, mas um fato como esse, expondo publicamente a imagem de uma criança que está protegida pelo estatuto da criança adolescente, isso não pode acontecer. Já entrei em contato com a repórter do Estado de São Paulo, pode estar acompanhando essa visita. A ideia nossa é retaliar ninguém. É buscar uma maneira de fazer para essa menina se sinta feliz e volte a frequentar a sala de aula como qualquer outra criança.

Código: Censura

2019 > Abril 2019>25/04/2019

Lei Rouanet. Essa desgraça dessa lei Rouanet começou muito bem intencionada, depois virou aquela festa que todo mundo sabe, não é? Cooptando classes artísticas, pessoas famosas para apoiar o governo. Quantas vezes você viu figurões aí, não vou falar o nome não, figurões defendendo Lula livre, viva Chê Guevara, o socialismo, é, é, é o que interessa, tá certo, Lula é isso, é aquilo. Em troca da Lei Rouanet, o pessoal recebia, até acreditem, o limite, era o teto de 60000000 de reais. Então, a artista recebeu até 60000000 de reais ou poderiam receber. Passamos esse limite para quanto? 1000000 de reais. Eu acho que está alta ainda, mas diminuímos 60 vezes o valor desse teto. É, mais gente, mais artistas poderão ser beneficiados da lei rouanet. E com 1000000 de reais. Com todo o respeito, não é? Dá para fazer muita coisa, em especial alavancar esses artistas da terra, raiz, para que, quem sabe, tenha uma carreira bastante promissora no futuro.

Código: Censura

2019 > Abril 2019>18/04/2019

As Forças Armadas, convidadas, apresentaram algumas sugestões, então mais ou menos poucas delas foram acolhidas, outras poucas foram acolhidas parcialmente e a grande parte "vamos deixar para 2026" nas palavras do ministro facchin. Olha, essas pra deixar para 2026, porque não pode ser implementados agora? Se tiver despesa, o governo federal banca a despesa, porque democracia não tem preço.

Código: Forças Armadas

2022 > Julho 2022>07/07/2022

Quem leva para maldade, isso é um crime contra as Forças Armadas, que não é minha não, ela todos nós. Umas Forças Armadas que tem uma história, não essa contada pela esquerda, uma história de vitórias, de luta, de garantia da nossa democracia, garantia da nossa liberdade, está agora né dentro do TSE, a convite do TSE, tratando aí dá apresentando sugestões para que as eleições sejam realmente confiável, né, tenho certeza que o próprio TSE, serão todos, a grande maioria quer eleições limpas...

Código: Forças Armadas

2022 > Abril 2022>14/04/2022

[Militares] não poderão vir como candidatos a nada, a não ser cinco anos após a sua passagem para a reserva ou a sua aposentadoria. Realmente um retrocesso é uma perseguição para com as classes militares. Será que é para mim essa... Se bem que quando vim candidato a vereador tava na ativa né, eu não poderia vir candidato a vereador se isso tivesse em vigor. E falam tanto em democracia né.

Código: Forças Armadas

2021 > Setembro 2021>16/09/2021

Será que alguém levantou uma plaquinha lá "artigo 142"? Se levantou, parabéns! Não faz parte da Constituição? Ou tem algum artigo da Constituição que a gente não deva respeitar? Fala da garantia da lei e da ordem, que fala das forças amadas

Código: Forças Armadas

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Mas temos algo importantissimo, porque eleições estão diretamente ligado à liberdade, o bem maior de um povo. o que está em jogo é a liberdade do povo brasileiro. Eu como militar jurei da minha vida pela Pátria e o povo qual eu converso, que é o nosso exército fez jurar, dão a vida pela sua liberdade.

Código: Forças Armadas

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

e não mudar os currículos da academias militares e não promovemos oficiais Generais pelo critério democrático ao critério democrático para promover oficial geral é ele pegar a lista lá dos coronéis junto lá aqueles meninos que você conhece o ministro dele promove o João não o Joaquim Paulo Pedro não Antônio é esse critério democrático dele não é pela vida pregressa vitória do oficial então é o risco que a gente corre o tempo todo e eu sempre disse né no tempo lá da esquerda né que eles batiam a gente criaram Comissão da Verdade o PT queria Comissão da Verdade eu falei ela comece analisando O Sequestro tortura e morte de Celso Daniel isso tudo é para desgastar as forças armadas desacreditar as forças armadas perante a opinião pública que eu sempre disse as flores amadas são o último obstáculo para o socialismo se conseguir aí trincar as Forças Armadas tá o caminho tá aberto para o socialismo

Código: Forças Armadas

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

nós devemos ir para onde o povo a ponta por isso que eu já falei várias vezes que o meu exército e jamais irá às ruas para manter o povo lá de casa como as forças policiais do governador foram para as ruas para manter o povo aqui de casa fiquei deve ser porrada no povo e o meu exército pode ir para Rua sim um dia para garantir a liberdade garantir o direito de ir e vir a liberdade de culto ao trabalho aí sim porque aí é jogar dentro das quatro linhas da constituição o exército brasileiro a Marinha aeronáutica são aí Leais a nossa Constituição

Código: Forças Armadas

2021 > Maio 2021>20/05/2021

hoje pela manhã eu fui na sociedade né da promoção de Oficiais Generais do exército brasileiro agora à tarde aqui também Preside a cerimônia da promoção de os oficiais-

generais da Marinha do exército e da Aeronáutica então no meu discurso tá exposição na internet falando da coesão das Forças Armadas do seu dever é condicional e da sua área de atuação nas quatro linhas A nossa condição Federal então assim como nós jogamos né trabalhamos dentro das quatro linhas a gente tem uma preocupação enorme porque de vez em quando alguns querem jogar fora dessa dessa dessa linha e o Brasil é de todos nós todos nós somos responsáveis eu vou fazer aquilo de direito no caso aqui o cumprimento de toda a nossa coleção chegou assim

Código: Forças Armadas

2021 > Abril 2021>08/04/2021

Esse é o que recomendo até eu dei em 34 segundos a definição da Comissão da Verdade numa sessão é voltada para as Forças Armadas na camara dos deputados é só se eu postar eu buscar no YouTube né Bota lá a sessão é militar Comissão da Verdade Dilma bolsonaro você vai ver definir o que que é a definição da Verdade 34s a definição de Comissão da Verdade em 34 segundos ontem é como não vi nada na mídia eu falei sobre a 31 de Março é porque não tem ninguém porque que ele deve trocar neném e o que que a grande mídia não bateu em mim que foi simples o que eu fale o quê que é esquerda sempre diz transparência democracia Liberdade tudo que eles detestam e eu fui bem claro em 2013 o Congresso Nacional anulou a sessão de dois de abril de 64 que tá São João Goulart do repetir duas linhas em abril hoje em 2013 o Congresso Nacional via projeto é que às vezes ativo né anulou a sessão de dois de abril de 64 ficar sou vamos lá embaixo eu escrevi o que os Democratas de verdade né não apagam fotos ou fotos é só você procurar um pouquinho na história que era o grande líder de esquerda que a pagava fotos fotografias

Código: Forças Armadas

2021 > Abril 2021>01/04/2021

A minha direita aqui o Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal antes de começar a live uma lembrança, né? Faleceu hoje o faleceu ontem, né? O tenente João Pedro Paz, integrante da FEB voltou na segunda guerra mundial contra o nazifascismo pela nossa liberdade

Código: Forças Armadas

2020 > Setembro 2020>17/09/2020

E no meu pronunciamento, de ontem, que eu apanho da imprensa, não é? É tudo que se fala, se fala de passado, é? É como se diz aqui é não é democrático, então citei que o nosso, a nossa agricultura cresceu em muito a partir de 72, quando foi criada a Embrapa. Eu falei, não é? Cometi o erro grave que falei que o presidente em 72 era Emílio Garrastazu Médici. Assim como um tempo atrás, eu falei da zona Franca de Manaus, foi criada no governo castelo branco. E também a nossa, o nosso mar territorial, que passou de 12 mi para 200 mi, se não me engano, nos anos 70, no governo Emílio Garrastazu Médici. Então, quando se fala em período militar, sempre tem crítica. Você tem que falar as coisas que não foram muito boas, que aconteceu nesse período, que qualquer regime acontece, coisas que não são boas, né? Agora, parece que você tem que esconder as coisas boas. Eu não escondo. Eu falo com naturalidade sua história. Nada mais que história, ideia crítica.

Código: Forças Armadas

2020 > Junho 2020>18/06/2020

É o último assunto aqui. GL, ó, não é? É. GL ó a garantia da lei da ordem, o que que é isso aí? Tá dando uma polêmica para a imprensa. Quando um estado, como é comum, já aconteceu várias vezes no Rio de Janeiro, o respectivo o governador do Rio não se viu mais em condições. De garantir a segurança para a sua população, ele. Entra com pedido junto ao pé da República. Isso aconteceu muito no passado. E o preço da República entendia a necessidade de um. De um aporte de de pessoal e material para combater a violência, para restabelecer a ordem e o governo via decreto, assinava GL ó e o as forças armadas? Estavam na frente então, dessa, dessa, dessa, dessa missão. De segurança no Rio de Janeiro. Agora, o que acontecia? Eu sou Capitão do exército. E sei o que um Capitão, coronel, cabo, sargento, soldado passa neste momento. A grande preocupação deles, obviamente, é com a vida em primeiro lugar. Mas tem uma coisa também que é tão importante quanto a vida é a Liberdade. Está certo? Ou seja, se um governador e um preso da República entendem que tem que mandar uma força para lá. Não é força armadas. Entra aí o pessoal da segurança pública. Muitas vezes policiais federais lá no Rio, no estado, agrega a polícia militar, a polícia federal, por vezes polícia Rodoviária federal. E esse pessoal está indo num e entrando num ambiente um anti praticamente. O terrorismo está instalado. O terrorismo pessoal queima ônibus, tiver gente dentro que se exploda, está atenta contra a vida de inocentes, depreda patrimônio público e

privado, toca fogo em ônibus, toca um reboot, anda de fuzil e daí? O pessoal das forças armadas, mas aquele p sol. Que está lá no artigo 144 da Constituição, não é que a PF, PRF, essa não vai para lá. E alguns acham, não é? A imprensa em grande parte, acha que esse pessoal tem que chegar lá com rosas, não é soltando beijinhos. Fazendo uma ação social cativa para encarar terroristas. Não, o cara tem que chegar no meu entender. Logicamente. Bem armado, bem equipado, e faz e restabelecer a ordem como restabelecer. Mostrando para aqueles marginais que é uma minoria. Insignificante perto da população daquele estado que ele é autoridade.

Código: Forças Armadas

2019 > Novembro 2019>28/11/2019

BOLSONARONé? Não queria dano sempre assim, né? É igual o pessoal que diz que o Lula é inocente. no Período militar também diziam que alguns que foram presos ali, alguns que morreram também, não no confronto, gente nossa também morreu. Eles estavam lutando por democracia e tem gente que acredita nisso. Paciência.

Código: Forças Armadas

2019 > Outubro 2019>03/10/2019

Eu falei que no tempo do Figueiredo era diferente, era melhor. A imprensa falou que eu estava defendendo a ditadura. Está certo. A legislação da ditadura, o Congresso. Curiosidade, não é? Como é que o Congresso foi fechado por 3 oportunidades por aproximadamente 10 meses, o que que é um Congresso fechado? Ele não produzia leis, não teve nenhum soldado lá, ninguém entra, ninguém sai, foi fechado? Foi. AI5, né. Ato adicional, reconheço, foi fechado a tinha que ser feito, foi uma violência, não foi? Não entra no mérito agora. O que que dizia qualquer fecharam. Não produzia leis. O governo legisla por decreto, leis. Vamos para depois da construção de 88 na medida provisória. Eu fiquei 28 anos dentro da cama. Quase 10 anos, o Congresso teve fechado por medida provisória, que naquele tempo aí MP vence o prazo dela, se não votava. Não votava nada, foram meses e meses e meses a fio. Eu acho que não. Se for somar tudo, há quase 10 anos, o Congresso fechado. E como é que o executivo legislava? por medidas outras provisórias. Então tudo é um jogo de palavra. Gostaria que não tivesse tido nenhum aí no passado. Gostaria, gostaria que as que as MPs na medida provisória fosse diferentes, mas acontecem. Meu Deus do céu acontece agora. Vejam os padrões, né?

Código: Forças Armadas
2019 > Outubro 2019>03/10/2019

Em Brasília. Eu quero convidar vocês a comparecer no próximo sem ser sábado. Agora o outro. O nosso Sete de Setembro, com toda a certeza, vai ser o maior, 7 setembro na história de Brasília. Que compareça na tua camisa verde amarela, tá certo, vamos. Vamos saudar a nossa Liberdade, a nossa democracia é a conquistada há muito tempo, com muito suor, sacrifício com destruição de de reputações. Tá certo?

Código: Forças Armadas
2019 > Agosto 2019>29/08/2019

BOLSONARO Tem que levar em conta não só o que foi apresentado agora , mas o que estava também apresentado pelo governo Michel Temer, Michel Temer não, Fernando Henrique Cardoso, em 2000, medida provisória que o número dela atualmente é 2215 era originariamente de dezembro de 2000, com outro número não tem nada a ver, mas é a MP 2215, que retirou todos direitos militares, basicamente todos os militares e mais ainda naquele momento, estava a ser discutida uma previdência parecida com essa aqui, tá aí o que aconteceu foi aprovada pelo que foi medida provisória a dos militares, os demais ficaram fora dela, então, para levar em conta e fazer uma análise séria do que foi proposto agora tem que levar em conta o apresentado também em 2000, que não foi votado até hoje. Você pode falar, mas MP não foi votada até hoje, é porque se não me engano, 2001 2002 mudou a forma de tramitação de medidas provisória e, a partir daquele momento das medidas MPs anteriores. É ficaram tidas como congeladas, e elas ficariam. E elas ficariam em vigor até que o Congresso votasse ou quando o governo federal retirasse. Se eu, porventura, retirar Rêgo Barros, 2 militares aqui, 3, 4 militares aqui. Todo mundo aqui tem um passado militar aqui. Se nós, por exemplo, tinha o poder para retirar essa medida provisória, os militares teriam aumento nos 300 por cento e voltaria todos direitos. Logicamente, não podemos ser irresponsável a esse ponto, mas leva em conta que foi que nós perdemos lá atrás e mais ainda, né? Ninguém está brigando por direitos aqui. O artigo sétimo da constituição fala dos direitos. Lá consta que nós não temos direito a greve. Direito que mais? A hora extra. A ter sindicato. Filiação política partidária. Hora extra, repetindo aqui. Não queremos tratar desse assunto aqui

que as forças armadas é algo realmente muito especial, que tem um valor enorme para a democracia em qualquer país do mundo. Quem acha que eu estou errado? Quem que garante aí, o governo Maduro, a ditadura Maduro?

Código: Forças Armadas

2019 > Março 2019>21/03/2019

BOLSONARO Hoje de manhã nós tivemos no corpo de fuzileiros navais do Rio de Janeiro. É. Estava comemorando seu 211º aniversário. Usei da palavra e para variar, não é? Vai dar polêmica. Em dado momento, quando eu falei que aqui no Brasil nós devemos as forças armadas, a nossa democracia e a nossa liberdade e assim é em todo lugar do mundo. E essa fala já começou a levar para o lado, as mais variadas interpretações possíveis. Então, general Augusto Heleno do meu lado aqui. Mais antigo, mais idoso, mais experiente. É uma satisfação tê_lo como ministro, que é uma pessoa que nos aconselha. É aquela pessoa que no momento difícil, inclusive sempre nos ajuda a buscar uma solução. é, o senhor achou a nossa, o meu pronunciamento hoje, lá no Rio de Janeiro é polêmico? algo de que deixa alguma dúvida que eu estaria num caminho errado naquilo que eu falei, no tocante a que as forças armadas né? No Brasil, sempre estiveram lá a democracia e a Liberdade.

Código: Forças Armadas

2019 > Março 2019>07/03/2019

GENERAL AUGUSTO HELENO Não, claro que não, isso aí não tem nada de polêmico. Ao contrário, as suas palavras foram ditas de improviso para uma tropa qualificada e foram colocadas exatamente para aqueles que amam a sua pátria, aqueles que vivem diariamente o problema da manutenção da democracia e da liberdade. Caracterizando e exortando para que continue a fazer o papel que vem fazendo de serem os Guardiões da democracia e da Liberdade, e tentaram distorcer disso como se isso fosse um presente dos militares aos civis. Não é nada disso. As forças armadas são , por determinação constitucional e legal, os detentores do emprego, é, legal da violência. Pode chocar alguns, mas isso é o que está escrito e as forças armadas são responsáveis por essa manutenção. Se quiserem um exemplo, vejam o exemplo da Venezuela, por que que o Maduro está sendo mantido no poder? Porque as forças armadas estão segurando o presidente já praticamente deposto da Venezuela. Por que que Fidel Castro durou? É o tempo que durou no poder, porque

as forças armadas cubanas mantiveram a ditadura. Então, de acordo com a tendência das forças armadas, de acordo com a determinação das forças armadas, isso acaba sendo o fator fundamental do regime político do país e, no caso do Brasil, é claro que as forças armadas são um pilar da democracia e da Liberdade.

Código: Forças Armadas

2019 > Março 2019>07/03/2019

RÊGO BARROS Se o senhor permitir, presidente, o controle civil objetivo, propugnado por Samuel Huntington, ele, é, advoga que as forças armadas devem ser a fortaleza desse controle civil e, naturalmente, as forças armadas brasileiras já o são por defenderem veementemente a democracia.

Código: Forças Armadas

2019 > Março 2019>07/03/2019

hoje em dia se você falar em urna você também tem problema sério se você for parlamentar pode perder seu mandato como Francine perdeu deputado estadual lá do Paraná as nossas Liberdade estão sendo tolidas nós temos que lutar contra isso cada um fazia a sua parte é uma luta do povo brasileiro

Código: Fraude eleitoral

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Sei o que vocês passaram ao longo desses dois meses de Protestos sol ou chuva sabemos perfeitamente disso daí, isso não é nada que vai ficar perdido imagens foi para fora do Brasil aqui dentro despertou na cabeça de milhões de pessoas a estudar é porque que tivemos Essas manifestações pelo Brasil espontânea isso é o pessoal passou a entender o que ele tem a perder passou a entender melhor do que a política brasileira Passou para muita gente a preocupação com o voto de cada um o voto é importantíssimo você não nega isso vota o responsável e esse povo essa massa que foi o problema dos quartéis falar o que lá Socorro queremos transparência queremos Liberdade respeito à Constituição

Código: Fraude eleitoral

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Agora tudo tudo Alexandre Morais e não é de hoje faz para que me prejudicar e para ajudar o Lula. Só tá faltando ele ter a coragem moral e no final da sentença né assinar la " Alexandre Moraes Lula livre" só falta isso só falta isso prejudicou as forças armadas o tempo todo para a gente pudesse avançar em criar em colaborar um sistema para que não houvesse possibilidade de fraude, se o Lula tem vai ganhar no primeiro turno deixa as forças amadas exercer todo o seu poder para garantir a eleição do Lula. filiais diferentes, alguma coisa tá acontecendo quer ver uma coisa mais ou menos sete dias atrás tava Datafolha aí dizendo que o Lula tinha chance de ganhar no primeiro turno mas nesse item 7 dias mais ou menos o que aconteceu o Lula fugiu do debate da do SBT fugiu não foi fujão lá no Rio de Janeiro criticou pastores,olha o que ele fala "o pastor que segue bolsonaro não acredita em Deus" [...] e o que que o Datafolha anuncia depois? que ele cresceu na pesquisa. se eu falasse uma dessas besteira dele eu ia cair 10 pontos como é o Lula ele sobe, ou seja o Instituto desmoralizar como terror também o IPCA que não sei desmoralizar. Que eleição é essa que estão fazendo o Brasil? Olha o candidato que tá na frente não tem o povo ao seu lado.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Setembro 2022>28/09/2022

Fomos muito bem recebido em Santos na passagem de São Vicente também lá no Instituto Neymar em Praia Grande e o outro lado não consegue ir a rua quando junta ali cinco seis mil pessoas você vai do lado tem cem ônibus. Que que tá acontecendo o TSE? que que tá acontecendo Alexandre Moraes? se vocês arranja uma maneiras e não se garantir a possibilidade de diminuirmos e muito a possibilidade de fraude, você tinha que estar preocupado com isso e deixar que acontecer para que o seu candidato Alexandre Mulher chegasse Mas você faz exatamente o contrário e quem sabe que mesmo com todas as propostas das forças amadas, mesmo com tudo sendo comprido, vamos supor, não teríamos Zerado ainda a possibilidade de fraude e eu tenho gravado comigo que teve visitando há três dias se não me engano o chefe dos observadores internacionais que é um Paraguaio Ele tem uns 50 anos de idade conversei com ele falei sobre o inquérito 2018 falei das ações do Alexandre Moraes contra a comissão de Transparência eleitoral que foi criada pelo Barroso lá atrás, acho que o Barroso né não sabia direito resolveu criar achando que as forças amadas ia ser moldura desse processo e tem mais problema pela frente falei para ele se falei

para o chefe dos observador, se um dia o Brasil cair o Paraguai também cai, porque o governo brasileiro tem como sufocar o Paraguai via Itaipu. Para o Paraguai o itaipu-biracional é algo que não se pode abrir mão, então que tem jogo é muita coisa, falei para ele que mais ainda eu falei para ele e tá filmado "o que vossa senhoria veio fazer aqui" porque é um negócio todo fechado, em 2014 uma auditoria externa a pedido do PSDB diz que as urnas eram inauditáveis, temos dois pareceres da pf e dizendo depois que as urnas são inauditaveis, "nós trouxemos técnicos", Mas com todo respeito o que os seus técnicos podem fazer? Daí eu pedi que procurasse os outros técnicos né que estão nessa comissão transparência parece que isso já aconteceu e pedi para ele fazer um relatório preliminar. Eu falei um caso hipotético, vamos supor que alguém fala que houve fraude. O que vocês vão fazer para dizer que não houve fraude ou para dizer que houve fraude? faça um relatório preliminar dizendo assinado pelos seus técnicos que na possibilidade de alguém questionar a legitimidade você escrever antecipadamente que as urnas são inauditaveis. Pedi isso para ele. E em nome da democracia, em nome da Transparência, em nome do Povo Paraguaio.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Setembro 2022>28/09/2022

E o que tá acontecendo numa eleição a gente vai mudar muita coisa para melhor pode ter certeza Vamos garantir definitivo a liberdade de expressão de vocês tá vamos realmente conversar mais com os poderes para chegar uma solução, certos problemas vem acontecendo, tem subido a temperatura de um lado, me mantenho na minha posição e está assistindo algo esquisito você pode ver mais de seis dias atrás teve a pesquisa Datafolha né Não sei se adianta folha tá lá o Lula lá em cima, eu 10,12 pontos para baixo até uma possibilidade de ganhar no primeiro turno. Tá lá no Datafolha acredita quem quer.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Setembro 2022>27/09/2022

Se você sabe de algo que porventura esteja acontecendo algo de errado em algum lugar, se você, sei que vai ter dificuldade denunciar, faça chegar ao meu conhecimento para tomar providência. Estamos fazendo o possível por eleições limpas e transparentes, todos nós queremos isso.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Setembro 2022>27/09/2022

E nessas andanças aqui de Belém Manaus Divinópolis Contagem Campinas agradeço a população um público fantástico o agradecimento todo especial aos motociclistas que nesse eventos tem nos acompanhado e ninguém todo mundo que nunca viu tanta gente reunida na cidade nas cores verde amarela é feliz participando por ocasião das eleições e por outro lado como é que pode o outro candidato, que segundo Datafolha tem 40 45%, pode ganhar no primeiro turno, pode ganhar no primeiro turno ,não vai para rua. Ou quando faz um movimento é conta tudo cercado quando você se circula do lado a gente vê vídeo aí tem lá 30 40 50 ou mais ônibus e de placa né quem tem placa antiga diria que vem de municípios até distante e nunca tem ninguém. O que que é o democracia? Qual o dia da festa da Democracia? é o dia das eleições. Do outro lado não tem povo na rua. Vai ganhar no primeiro turno? Eu acho difícil, difícil não, impossível, impossível e ponto final. E nós sabemos que toda as eleições limpas transparentes o resultado tem que ser respeitado por quem quer que seja.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

Eu não entendo que o Facchin vai fazer fora do Brasil dizendo "Podemos ter um seis de janeiro ainda pior". Se ele fala isso é que até a certeza que o candidato dele, que ele tirou da cadeia, que é o Lula, vai ganhar. Ele tem certeza, como é que ele pode ter certeza?

Código: Fraude eleitoral

2022 > Julho 2022>07/07/2022

"Facchin assina acordo do TSE com entidade estrangeira para observação das eleições". Eu me pergunto né... Vem observar o que aqui? Ele tem acesso ao programa? Eles vão poder participar da apuração como técnico de informática? Oque esse observador vem fazer aqui? Vindo dar um ar de legalidade por ocasião das eleições? Eu acredito que todo esse mistério nos pros semana será desvendado.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Julho 2022>07/07/2022

Olha o Supremo e é esses outros economistas estão dizendo que vamo ter um novo governo. Ele já sabe o resultado das eleições. Esquisito isso né? Eu acho que nas próximas semanas a gente vai desvendar esse esse mistério.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Julho 2022>07/07/2022

O general, Ministro da defesa, Paulo Sérgio diz: "'não há programa imune a ataque' diz ministro da Defesa sobre urnas eletrônicas". Olha se as urnas são inexpugnáveis, porque quando eu estava na Rússia, negócio triste para o Brasil, tratando de questões de soberania nacional, tratando de fertilizantes, conversando com o Presidente Putin sobre soberania da Amazônia, por dois momentos ele não aceitou discutir com outros grandes países a relativização da soberania Nacional, mas tratei com ele. Quando sai dessa o encontro de quase 3 horas eu falei publicamente para a mídia do mundo tá presente. Não vi repercussão no Brasil mas quando estava lá o Senhor Facchin declarou aqui no Brasil que eu fui na Rússia tratar com hackers para a alterar invadir mexer no sistema eleitoral brasileiro. Meu Deus do céu, se são inexpugnáveis, não adianta eu falar com hacker de Saturno de Vênus de Marte ou da lua. São inexpugnáveis.Não é isso mesmo? Porque essa preocupação?

Código: Fraude eleitoral

2022 > Julho 2022>07/07/2022

O senhor Facchin se reuniu há três semanas com aproximadamente 70 embaixadores aqui no Brasil. E o peixe que ele vendeu lá foi que ele sofre ataques né, o sistema democrático sofre ataques e logicamente todo mundo percebeu aqui aquela fala era para mim e no final falou o quê que e os seus respectivos chefes de Estado deveriam após o anúncio do resultado final das eleições por parte do TSE, os seus respectivos chefes de Estado deveriam imediatamente reconhecer os resultados das eleições. E mais grave ainda no dia de ontem o seu Facchin declarou, presidente do TSE, que as auditorias não servem para mudar resultado eleições, ou seja, você faz auditoria pra que?As urnas são inauditáveis, mas se porventura o pessoal do comando defesa cibernética do exército, que foram convidados a integrar uma comissão [INAUDÍVEL] caso detecte fraude, não vai valer de nada esse trabalho do comando defesa cibernética das Forças Armadas porque o Senhor Facchin falou que não muda

resultado eleitoral. Não preciso dizer o que eu tô pensando, o que você está pensando, você sabe o que está em jogo, você sabe como você deve se preparar. Não pra um novo Capitólio, ninguém quer invadir nada, mas para nós sabermos que temos que fazer antes das eleições.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Julho 2022>07/07/2022

Vamos marcar para semana que vem aí eu conversar com todos embaixadores aqui no Brasil. É um convite para todos eles e o assunto será um PowerPoint, nada pessoalmente, para nós mostrarmos tudo o que aconteceu nas eleições 2014 e 2018 documentado, bem como estas, essas participações pelos nossos três ministros do TSE,que são do supremo, sobre sistema eleitoral.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Julho 2022>07/07/2022

Porque o TSE pelo que nos consta, quer enquanto confidencial as sugestões que foram nove proposta pelas Forças Armadas ao TSE para que se reduzir-se ao máximo a possibilidade de fraude.E o Senhor Ministro Barroso disse há pouco tempo que as urnas eram inexpugnáveis olha se elas são inexpugnáveis, não são pasíveis de fraude, é porque esconder? esse documento, essa sugestão das forças armadas, porque esconder da população brasileira? O que a população quer, é que é um direito da poulação, é realmente eleições transparente, para que o voto do São João ou da senhora Maria seja contados efetivamente para aquele candidato. Ninguém tá duvidando das eleições aqui, deixar bem claro, ninguém tá atacando a democracia nem atacando o egrégio tribunal superior eleitoral.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Maio 2022>05/05/2022

A empresa vai pedir acontecer com toda a certeza uma quantidade grande é de informação ela vai pedir as Forças Armadas o trabalho que as FA fez até agora, então entenda que que pode acontecer, não que vai acontecer, que pode acontecer, pode acontecer, repito, não quer dizer que vá acontecer, pode um pouco essa semana de trabalho essa empresa que faz auditoria no mundo todo, empresa de ponta, ela pode chegar à conclusão que,presta atenção, antes das das eleições, ela pode chegar a

conclusão daqui 30 40 dias, chegar à conclusão de que que dada a documentação que tem na mão, dado o que já foi feito até o momento para melhor temos umas eleições livres de qualquer suspeita de ingerência externa, ela pode falar que é impossível auditar e não aceitar fazer o trabalho. Olha a que ponto nós vamos chegar.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Maio 2022>05/05/2022

Amanhã 10 da manhã estarei em São Paulo, em uma motociata até Americana. Todos tão convid... como eu fui convidado, todos tão convidados. É pelo que eu sei né, Se alguém tá cobrando alguma coisa, está pagando porque você quer, é Ninguém é obrigado a pagar nada tá. E vamos lá vamos lá, é um passeio em defesa dos nossos valores, da Democracia, luta pela Liberdade, luta para que cada vez mais todos aqui no Brasil né venham para dentro das quatro linhas da Constituição, é etc.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Abril 2022>14/04/2022

Tivemos a poucos dias eleições na França, onde para o segundo turno vai o Macron, Macron, o atual presidente, e a senhora Le Pen. Parabéns a França, ó aqui a fotografia, uma urna, o pessoal votando no papel... A França, país muito mais desenvolvido que o nosso votando no papel. Que exemplo, exemplo para para nós Brasileiro né. Aqui tem um pessoal que fala "não meu sistema é Inviolável", mas quando o exército apresenta sugestões para aperfeiçoar o sistema e nas sugestões, pelo que eu sei, não tem o voto impresso, o pessoal até carimba confidencial e diz que não se pode se pode demonstrar tudo que tá ali porque algum hacker pode entrar. Então a urna não é Inviolável... né, a urna é penetravel sim.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Abril 2022>14/04/2022

É uma demonstração, é espontânea, de motociclistas de São Paulo e região né, sempre mostrando e seu patriotismo a sua vibração a sua crença democracia o seu aviso "olhoa, Liberdade não se mexe" né estamos junto aqui, liberdade acima de tudo.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Abril 2022>14/04/2022

O que nós queremos, todo o povo brasileiro quer: eleições sim, limpas e transparentes. É isso nós queremos e eu tenho certeza que brevemente essas questões aqui estarão e serão resolvidas né. Que que a gente pode falar para vocês aqui, não vai entrar em detalhe: O Exército brasileiro, as forças armadas foram convidadas a participar do processo eleitoral. Eu sou chefe Supremo das Forças Armadas, aceitamos. Um convite né via portaria do ministro Barroso, é o pessoal do exército, segundo a mídia agora, falar segundo a mídia né, o pessoal do exército, o nosso pessoal da Guerra cibernética né, buscou então, a convite né, o TSE começou a levantar possíveis vulnerabilidades para que? Para ajudar o TSE. Foram levantadas várias falhas, dezenas de vulnerabilidades, foi oficiado ao TSE para que pudesse responder as Forças Armadas, porque afinal de contas pode ser que o TSE esteja com a razão, pode ser, porque não? Bem Passou o prazo que a administração diz, 30 dias, ficou um silêncio, foi reintegrado, o prazo se esgotou no dia de hoje, tá certo. Isso tá na mão do ministro Braga Neto né tratar desse assunto e ele tá tratando esse assunto e vai com toda certeza aí entrar em contato com o Presidente do TSE para ver se o atraso em função do recesso, se não foi só documentação vai chegar, e daí as Forças Armadas vão analisar isso aí e vão dar uma resposta. O que nós queremos e eu tenho certeza que o TSE também quer, tenho certeza disso, eleições limpas, transparentes e realmente eleições que possam ser auditadas. É o mínimo que se espera de um processo eleitoral, porque ninguém acredita em pesquisa, ne, não é porque 2018 aconteceu aquilo, tenho uma opinião sobre o que aconteceu, mas não vou emitir minha opinião agora, não quero polemizar nada, eu quero é colaborar com o processo democrático. É minha obrigação, é de todos os sete do TSE, é de qualquer cidadão brasileiro colaborar com a uma transparência dessas questões né. E essa questão, eleições limpas, auditáveis, Contagem pública de voto, isso todo mundo quer isso daí e não vai ser uma outra pessoa, seja ela quem for, que vai dizer "vai ser como eu quero o resto aí não devemos satisfação". Não, deve satisfação sim. Todos devem satisfação à democracia.

Código: Fraude eleitoral

2022 > Fevereiro 2022>10/02/2022

Agora existe muita gente que desconfia do sistema eleitoral nosso. Que eu posso falar no tocante a isso? Via portaria o ministro Barroso convidou aí, entre outros né, as forças armadas para participar do processo eleitoral. tá ok? Então Nosso pessoal

das Forças Armadas já foram lá para o TSE, fizeram acompanhamento e nós vamos participar né, Desde o Primeiro Momento, o código-fonte né, até a sala secreta. Todas as fases tem que estar aberta para nós. O nosso pessoal já fez o levantamento, Eu tive notícias do Ministro da Defesa, já fez levantamento de possíveis sensibilidades.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Dezembro 2021>30/12/2021

Até ligamos hoje eu falei com o embaixador do Chile como é que eleições lá. A eleições no Chile olha como que é, é com o papel, eh com papel. Então não tem porque ninguém porque levantar qualquer suspeição como é que foram as eeições do Chile porque a recontagem tá ali. [...] Então a eleição no Chile, não interessa quem ganhou. Quem ganhou, ganhou de verdade, não tem a suspeição. Mesma coisa queremos pro Brasil, queremos eleições limpas, democráticas, auditáveis. E vocês sabem que e Nenhum de Nós brasileiros pode abrir mão da nossa democracia, e ela nasce, é espelhada num voto né Limpo, uma eleições limpa.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

Quero parabenizar a todos que se manifestaram pacificamente no último dia sete pelo Brasil, dia da nossa Independência. De manhã eu estive aqui na Esplanada dos Ministérios, usei da palavra por alguns minutos. E à tarde na Paulista também. Logicamente na Paulista, talvez pela proximidade no carro do som tudo ficou mais inflamado ali. Mas a gente sente claramente o que que o povo foi defender nas ruas: Foi defender a sua liberdade, foi lutar por liberdade de expressão contra desmonetização de páginas, também uma parcela falando de uma de uma eleições transparente, quanto mais transparência melhor para as eleições, lutaram ali também dizendo que todos têm que se curvar a Constituição, sem exceção, não interessa quem seja essa pessoa, seja o Presidente da República ou um simples Trabalhador na ponta da linha. A constituição tem que ser sagrada para todo mundo, sem exceção. Então foi uma manifestação pública pedindo legalidade, nada mais justo.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Então não é justo se desmonetizar página de pessoas que estão pedindo voto impresso. Pode ser que a votação seja perfeita, pode ser, mas quando tiver alguém desconfiando, Se der para a gente cala a boca "Vou calar a boca de você, cê tá desconfiando, vamos fazer o voto impresso aqui". Qual o problema nisso? Isso é trabalhar contra a democracia? É colocar em risco a democracia? Palavras bonitas que eu sei que Luis Barroso tem, dado a sua formação de jurista, diferente da minha né, que tem palavrão de vez em quando, de vez em sempre, mas não convence ninguém. Como seria bonito a gente ouvir "tem uma parcela da sociedade aqui que tá achando que os votos não são confiáveis, então vamos aí fazer com que nas eleições próximas, no mínimo 10% das sessões tem o voto impresso". Parabéns. Porque é contra? De forma tão contundente. É isso peca conta [inaudível] que a democracia é o contraditório. Eu posso gostar e tu não gostar.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Os movimentos e o pessoal simpático a nós ou que eu sou simpático a esse movimento também, não tem violência. Está sendo marcado aí eu um grande evento dia sete de setembro, onde o pessoal vai pedir o que? Liberdade, cumprimento de dispositivos constitucionais,vão pedir o Óbvio. Infelizmente alguns desses direito tem sido feridos ultimamente.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>26/08/2021 Live semanal

Pretendo, a convite, é participar a grande manifestação pública hora de eleições né na Paulista tenho certeza que tudo ocorrerá muito bem esse pessoal que nos apoia o motivo tem uma pauta definida de acordo com o que prescreve a nossa Constituição é bastante justo que eles pedem né é a liberdade, a democracia, é a garantia aí do do dispositivo da nossa Constituição. O que eu, que eles, que nós mais queremos é paz, é tranquilidade para podermos realmente vencermos as crises né e botar o Brasil no caminho aí da da prosperidade.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>26/08/2021 Live semanal

O que nós queremos, o povo quer... Que eu sempre tenho dito: eu vou onde o povo estiver e o meu norte é o que o povo quer também. Não queremos, nem trabalhamos com ruptura, nem sonhamos com isso, agora, por outro lado, nós devemos aí lealdade ao povo brasileiro. Se tão pedindo, pelo que tudo indica, a Paulista vai ter um recorde de pessoas, Brasília aqui também. Essas pessoas, que que estão pedindo?Transparência, paz, tranquilidade, que se cumpra os incisos do artigo 5º da nossa Constituição, que fala das garantias de, garantias de direitos individuais. É o direito de ir e vir, é o direito ao trabalho é o direito à a crença religiosa, à liberdade de expressão.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>26/08/2021 Live semanal

Fiquei sabendo agora que o ministro Alexandre Morais determinou o que? Que as publicações que mostrei na minha página dos linkzinhos ali da do inquérito da Polícia Federal tem que ser retirados. Com prazo também? E o que mais também? Afastou o delegado responsável pelo inquérito. Esse inquérito começou em novembro 2018, dois anos e meio. Porque que não chegou no final? O relatório final? Pelo que tudo indica, não posso afirmar aqui, INTERFERÊNCIA. Porque todas as informações, quase todas, que o delegado precisava lá do TSE ele obteve. Inclusive, Ministro Barroso, é uma das afirmações do Senhor Giuseppe Giannini, o homem pai do voto eletrônico né, que foi afastado mas foi ser secretária especial no seu gabinete, escreveu lá, por ocasião daquela investigação, que o próprio TSE apagou os logs, ou seja, apagou as possíveis provas do crime. Agora, houve interferência na PF, dois anos e meio, quando será concluído esse processo? Se a gente fica quieto aqui não ia ser concluído nunca. Agora a medida afastar o delegado encarregado do inquerito, com toda certeza e o diretor-geral da pf vai botar outro delegado lá E aí obviamente l que nós queremos é agilidade, rapidez que com todas as informações que está na minha página na internet e vossa excelência Alexandre de Moraes mandou retirar agora, Todo Mundo Já copiou. Eu tenho cópias aqui. Segredo de Justiça? O que estavam fazendo não deixando esse inquérito ir para frente é um crime contra a democracia. Não querem apuração.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

[daquele inquérito] que ali sim uma comprovação clara comprova outro próprio TSE, tem interferência. Querem intimidar quem? A justiça é para todos, todo mundo no Brasil, é o grande parte do brasileiro querem a certeza de que em quem votar o voto vai para lá. Eu devia nem tá perdendo tempo com isso, tem muita coisa importante pa eu fazer no Brasil, mas eu tenho que pensar nas eleições do ano que vem, não por mim, mas pelo futuro do Brasil. E aí E aí chegou informação aqui que o inquérito dito sigiloso entre aspas da pf sobre atos antidemocráticos ainda está no site do Estadão o resultado São Paulo e ninguém mandou retirar.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Então acaba as eleições, você vai lá fora cinco da tarde e fica lá por 30 minutos a tal da zerese, é uma tripa pindurada lá fora que você vê, é, quantos votaram naquela sessão, quantos para Presidente, Governador, Federal, Senado... Vê lá. Agora porque é que esses dados não entram online? Porque é que é a noite de domingo eu não posso aqui em Brasília, por exemplo, acessar a minha sessão eleitoral que eu votei no Rio [...] Porque não apresenta online isso? Só aproximadamente 15 dias depois. E tem mais uma suspeita. Estão esperando o que? Estão acertando o que?

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Eu tô desconfiando sim! Tô desconfiando.Será que foram feitos aceertos? Que poderia ser liberado no mesmo dia esse boletim online.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

o TSE decidiu que o Ministro da Justiça tem que ser ouvido por que esteve presente na primeira Live e falou alguns trechos de dois inquéritos da Polícia Federal que apontavam que as urnas não podiam ser auditáveis, precisava do voto impresso para poder auditar e ter confiança nas eleições. E agora vai um delegado da PF ter que ouvir o Ministro da Justiça! O que que tá acontecendo? Cadê a democracia no Brasil? onde a gente espera que tem que ver exemplo não vem, vem truculência vem ameaças

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Pelo menos metade da do congresso, a metade do que votaram agora nessa semana, desconfiam, não tem a convicção de que esse processo de votação é certo ou não. E dizer aos deputados que votaram contra: pode haver sim problemas por ocasião das suas eleições em 22, você vai reclamar para quem? Se for para o TSE a resposta vai ser padrão: "as urnas são confiáveis". Se entrar com recurso para o Supremo, não sei se vai caber ou não, não vai ser julgado.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Se bem que se não tiver como auditar o voto, poderá, poderá acontecer que esses deputados,né tenham sucesso nas eleições. "Ah, o Bolsonaro tá desconfiando..." Estou sim desconfiando. Afinal de contas eu apresentei as provas na segunda llive minha e o TSE apagou as provas.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Estamos fazendo o possível trabalhamos apesar dos problemas e dos ruídos e das incompreensões que vem de outro lado da Praça dos Três Poderes. De um lado da Praça dos Três Poderes, onde dois ou três se arvoram em ser o dono da verdade. A grande bronca agora é a questão porque eu defendo como sempre defendia com parlamentar não é de agora tanto é que junto com outros parlamentares aprovamos 2017 o voto impresso mas o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso falou que não as urnas são confiáveis e ponto final e todo mundo tem que acreditar nele e quem questionar essa ideia dele age contra a democracia ofende o Supremo Tribunal Federal busca-se socorrer de outros colegas para se defender de uma coisa que é dele não tem coragem de assumir a sua posição estava indo tudo bem na questão do Parlamento votar e aprovar o voto impresso que grande parte dos que estão lá já foram favoráveis no passado defenderam com discurso da Tribuna da Imprensa o voto impresso

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Daí vem o ministro Barroso para confundir, para tentar me associar à Milícias, dizendo que o Brasil não pode ter o voto no papel por causa das milícias, por causa do Crime Organizado, por causa do PCC. Ninguém vai levar para casa o papel ninguém vai vender lá fora o voto dele Olha eu vou ter você se prometeu me paga aí não existe isso. Será que é demais eu tô errando pedindo uma eleições democrática, eleições transparentes, uma contagem pública dos votos. sempre me falaram que a democracia não tem preço. Recursos temos já acertado na economia. Será que a **pacificação** entre o executivo e o judiciário é uma pequena impressora? Se bem que da minha parte não tem briga tem verdade, agora é verdade dói.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

o caso das urnas vou repetir aqui foi bastante rápido relatório da Polícia Federal 2016: "não é possível auditar de forma satisfatória o processo entre a votação do eleitor e a contabilização do voto no boletim de urna". Vamos ao que tá na Polícia Federal ou no Ministro Barroso? Outro relatório aqui do ano seguinte 2018 a PF diz o seguinte "Recomendamos que seja envidados todos os todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fim de auditoria". Sem papel não tem auditoria. Isso foi a semana passada. O Ministro da Justiça leu isso aqui. Ele é chefe da Polícia Federal. Tá subordinado diretamente a Ele o diretor geral da Polícia Federal. Relatório de antes do nosso governo. Vamos acreditar na Polícia Federal ou no Ministro Barroso? Porque o Barroso não quer lisura nas eleições? Porque o Barroso não quer o voto democrático? Porque não quer a contagem pública dos votos? O que que tá acertado para 2022? Nós sabemos o profundo amor e consideração que ele tem com o Lula. É um direito dele, agora usar o poder da força para influenciar não cabe a ninguém do supremo tentar influenciar decisões do Parlamento. Se eu faço isso eu tô em curso em crime de responsabilidade de acordo com o Artigo 85 da Constituição. O que que está acertado para o ano que vem? Isso nos deixa com dúvidas. A semana passada o TSE online respondia tudo que eu mostrava aqui, já ontem que eu avisei inclusive nas minhas redes sociais que ia ter às 19 horas para falar sobre a confiabilidade das urnas, o TSE não rebateu. Não tinha o que rebater tudo que eu apresentei ontem aqui foi produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Como por exemplo o próprio TSE relatou a invasão no sistema em 2018 e relatou em novembro depois que o hacker falou que - o hacker ou alguém de outro país ou pago por uma empresa ou interessado nos resultados das eleições de 2018 fez. Não apenas o hacker. Pode ser um hacker? Pode. Mas por que não interferência até de outro país ou outros países para ter na cadeira da presidência alguém mais sensível aos problemas desse outro ou desses outros países. O Brasil é um país que garante a segurança alimentar para mais de um bilhão de pessoas no mundo o Brasil é um país importantíssimo muita gente quer dominar o país sem entrar fala nome aqui vocês viram a pouco tempo um governador de estado falando que vai privatizar tudo no seu estado para o capital daquele país. O que foi tratado também no dia de ontem aqui diz o seguinte aqui e-mail do então servidor do TSE Cristiano Moreira Andrade em junho 2019 relatando que o TSE apagou todos os dados sobre o caso, o próprio funcionário do TSE, quando foi descoberto que alguém por interesse não sei de quem ficou de Abril a novembro de 2018, antes eleições, durante o período eleitoral, durante o primeiro no primeiro turno do segundo turno teve lá dentro, teve acesso a código fonte, teve acesso a tudo. O Cristiano, esse servidor do TSE, assinou o documento dizendo que o TSE apagou os logs. Eu não sabia que era log. Logs é as pegadas. O próprio TSE apagou as pegadas.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Respeitar né as decisões da Polícia Federal ou quando a polícia federal fala que o voto tem que ser auditário tem que ser impresso, isso é crime, tá contrariando o Ministro Barroso. Quem em casa não tem aquele garoto mimado né que não pode ser contrariado que abra um berreiro? Parece que esse é o Ministro Barroso, não pode ser contrariado, é o dono da verdade. Tem suas posições e ele falou tá falado E se alguém falar muita coisa isso é um ato atentatório é contra o estado democrático de direito. O que que é democracia mesmo Ministro Barroso? É ter a opinião pública ser levado em consideração. Ministro Barroso vamos comparecer no ato público desse na Paulista, tá convidado eu te garanto a segurança e a palavra e fale com o povo ou então nos Barroso o outro lado o pessoal do antifas esse pessoal que junta aí com cheio de camisa vermelha MST vai vossa excelência já se identifica com essas pessoas vá para o meio deles e toma uma decisão.

Código: Fraude eleitoral
2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Esse é o retrato do Brasil eu tenho obrigação de demonstrar de mostrar de se expor de criticar de buscar a melhor solução de procurar o diálogo com todos os poderes para o bem da nação parece que alguns se acostumaram a mandar o Supremo Tribunal Federal uma instituição que é importante para o Brasil Mas o comportamento de alguns pouquíssimos ministros não condizem com a democracia com a liberdade com respeito que ele se impor são os donos da verdade para tudo do alfinete é um foguete ele entende tudo eu quero eleições do ano que vem o povo quer do ano que vem limpas democráticas auditáveis com a contagem pública de votos que se não for assim é uma eleição sobre suspensão

Código: Fraude eleitoral
2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Oi boa noite a todos ao meu lado aquilo e o Eduardo analista de inteligência que vai nos ajudar na apresentação de muitos indícios em alguns ainda em fase de análise outros extraídos da própria a imprensa brasileira o e outros também de pessoas que no dia das eleições foram votar e o nome do seu candidato não apareceu na tela. Por incrível que pareça as reclamações só tinha uma mão. Queria voltar no 17 e aparecia nulo ou automaticamente o treze. Quem queria votar no 13 não aparecia 17 e nem nulo, bom então são indícios e mais indícios, como no final o ministro da Justiça Anderson mostrará alguns relatos de Perícias por parte da Polícia Federal que sempre encaminharam para que o sistema deveria ser aperfeiçoado. Vale lembrar que o nosso sistema eleitoral Só existe no Butão, Bangladesh e Brasil já começa uma grande interrogação. Porque que o Japão a Coreia do Sul não adota um sistema como o nosso, já como diz o presidente do TSE o sistema é seguro e é confiável. Ninguém é dono da verdade e eu não sou o dono da verdade e nenhum Ministro seja qual o poder, ou parlamentar, é dono da verdade. Porquê e a a ferocidade do presidente do TSE e não querer discutir e não querer falar sobre é uma contagem pública de votos 1 e o sobre uma forma de auditarmos, é porque o presidente do TSE na iminência de ver a PEC da deputada Bia Kicis ser aprovada na comissão especial ele vai para dentro do Parlamento, se reúne com várias lideranças partidárias E a partir do dia seguinte é muito desse líderes trocam as composições da comissão por

parlamentares que se comprometeram em votar contra a PEC do voto impresso. Como foi o poder de persuação do Barroso? Que poder esse homem tem? Para essa forma de convencimento? porque ele teme tanto o voto democrático? porque ele não quer as eleições democráticas? Por que que ele não quer que nós possamos contar também fisicamente os votos? Mente, Senhor Ministro Barroso, quem disse que é um retrocesso, que é a volta do voto em papel isso é mentira isso é uma fake News. E o senhor devia ser primeiro a ter humildade, o primeiro a falar em democracia e em transparência. Hoje a maioria da população já é favorável à mudança no processo eleitoral e geralmente quem busca o subterfúgio para fraudar as eleições é quem tá no poder. Eles tão fazendo exatamente o contrário. Se Datafolha Tá certo O que representa aqui Quarenta e nove porcento votariam nulo pelo touro e 60 no segundo, com o voto auditável, com a contagem pública do voto e sai eleito. Mas é exatamente o contrário. O PT que era favorável mudou de lado. Nós vimos a pouco e também o PSDB mudar de posição, quando assistimos em 2014 o deputado Carlos Sampaio realizar uma profunda auditoria nas eleições 2014 e ele fala depois de várias semanas o resultado dessa auditoria que reuniu perícia inclusive de fora do Brasil e ele disse que o sistema eleitoral nosso é inauditáveL, não dá para comprovar se houve ou não fraude nas eleições. Vários outros parlamentares como o próprio Rodrigo Maia mudou de lado também, agora ele é contra o voto democrático várias outras autoridades porque o que tá em jogo e o que eles temem? E qual o futuro do nosso Brasil se nós terminamos o eleições onde um lado ou outro e desconfia a começa a realizar ações contrários ao pleito? Nós estamos há mais de um ano antes dizendo que nós não queremos problemas, eu quero democracia, eu quero que o candidato que o João ou a Maria porventura voltar, esse votos seja contada exatamente para aquela pessoa. Será que isso é demais? Será que existe um sistema querendo e Por meios outros não democráticos fazer voltar ao poder aqueles que mergulharam o país da corrupção e na impunidade? não queremos desafiar ou brigar com nenhum poder, muito pelo contrário, queremos paz tranquilidade. Em quem o povo votar em 2022, o destino do Brasil, o destino da sua família em grande parte estará nas mãos de quem ele voltou. Se ele fez porventura opção errada, que ele aguente as consequências, mas o que nós não podemos admitir é que alguém que não tenha voto chegue,

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Se o povo decidir por um candidato desse de forma limpa não tem problema, o que está em jogo é o futuro do Brasil, é a Liberdade do nosso povo. Longe de eu ter amor por essa cadeira. Sabia que ia ser difícil é mas entendo que acredita em Deus que ele me colocou aqui e só ele me tira dessa cadeira. Agora para 2023, se porventura vier candidato, eu quero ter a certeza que o eleito representa a vontade popular. Tem movimento previsto para o próximo domingo pra mudança no sistema eleitoral, pela Contagem pública dos votos, pelo voto democrático. Será que a voz das ruas não vale mais?

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Essas urnas surgiram no final dos anos 90, eu fui favorável elas tenho declarações favoráveis a elas, mas a tecnologia da mesma, a sua segurança quase nada mudou de lá para cá imaginemos que as mesmas medidas que os bancos usavam nos anos 90 para combater e a entrada nas contas dos clientes fosse usado no dia de hoje? Qual segurança nós teríamos? porque Senhor Barroso nós estamos oferecendo mais uma maneira de dar transparência nas eleições vossa excelência é contra. Onde quer chegar esse homem que atualmente Preside o Tribunal Superior Eleitoral, quer a inquietação do Povo e quer que movimento surjam no futuro, que não condizem com a democracia?

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Que seja decidido o futuro e do Brasil por eleições democráticas por votos contados o e contar de forma pública. Porque querem manter tudo secreto? Ninguém é dono da verdade e os chefes de poderes em especial deveriam ser os mais humildes Aqueles que reconhecem a vontade popular. O que eu faço desde quando eu cheguei no governo, muitos não fazem, quase ninguém faz. Eu estou no meio do povo eu só posso saber o que o povo sente se tiver no meio dele. Estou no grupo de risco para covid, tenho mais de 65 anos de idade, então eu poderia me esconder aqui nesse Palácio e deixar o povo para lá. Uma das vontades do povo são eleições limpas. Porque o presente do TSE quer manter a suspeição sobre eleições? Quem ele é é porque ele continua interferindo por aí, com Que poder? não quero acusá-los de nada,

mas algo de muito esquisito acontece. Pra onde vai o nosso Brasil? que exemplo de democracia Estamos dando para o mundo?

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Se as escolhas forem erradas, que se pague. Mas se for na suspeição o preço vai ser mais caro ainda, ganha quem for as eleições do ano que vem, mas de forma democrática, com voto democrático e umas urnas confiáveis E é isso que nós precisamos no Brasil. A pouco o chefe do TSE falou que era muito caras. Quem cuida do orçamento sou eu não é ele e são bem menos de Dois Bilhões de reais E se fosse tão caro assim né ele falaria do Fundão mas não falou nada e vê se alguns desses criticaram alguns militares do meu lado e dizendo que isso não é uma questão para nós tratarmos é uma questão política. Não! todos são obrigados a votar no Brasil os maiores de 18 até os 70, então interessa a todos nós, essas eleições tem a ver com as nossas soberania Nacional, o nosso relacionamento com o mundo todo.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Porquê e o temor ao senhor Luiz Barroso o que ele tem conversado com alguns para convence-los tão rapidamente que esse sistema é preciso é confiável. Porque tem um hacker preso que entrou no computador do TSE que o Barroso disse que os seus Computadores São invioláveis porque ele está preso?

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

e eu quero lembrar todos que estão em Brasília nós temos o privilégio de conduzir o destino de uma nação É mas não se esqueçam que somos Mortais vamos deixar esse até a Luzia nós vamos deixar boas lembranças Vamos pensar no próximo, a luta pelo poder em Brasília é ferrenha eu perguntei agora pouco o pra um importante parlamentario eu falei "se tivesse oportunidade de alguém no Brasil com certa influência fraudar o sistema eleitoral e ganhar um mandato de Senador o ano que vem tu acha que esse alguém faria isso?" ele falou "Faria". Me respondeu acertadamente. Será que esse modo de se fazer eleições é seguro é blindado? e os

que me acusam de não apresentar provas e eu devolvo acusação. Apresente provas que ele não é fraudável

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Nós queremos transparência,queremos a verdade, nós queremos eleições democráticas um voto democrático. Quem pode ser contra isso? quem quer a instabilidade de uma nação poderosa como a nossa? se envolvermos nossos olhos para fora do Brasil, outros países estão de olho aqui. O nosso fracasso é a Vitória deles, cada vez mais vão tirar de nós como tiram de vários países da África o seu sustento em troca de nada Nós não somos uma república de bananas, tem alguns bananas nela, mas não somos da República de bananas nós somos um país forte, um país que tem o que nenhum outro país do mundo tem um. E nós estamos Abrindo mão disso.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Ganhe quem ganhar eleições do ano que vem, repito, vamos atender a vontade popular. não vamos nos prender à vontade de um homem apenas que interfere no Poder Legislativo. Não sei oferecendo que poder, fazendo com que se mude de um dia para o outro uma adesão normal que estava para acontecer que é a PEC da Bia Kicis, cuja relatoria é do Felipe Barros, praticamente não tivesse esperança de ser aprovado. Todos nós somos interessados todos nós devemos ter ouvidos e a população quer. Vocês verão dia primeiro agora em São Paulo o e outros locais do Brasil o povo clamando por isso. Quem diria lá no tempo de 64-85, falavam tanto em democracia, esses que falavam tanto em democracia lá atrás são os que não querem o voto democrático agora. Era da boca para fora. Eu sempre ouvi dizer o que a democracia não tem preço. Estamos Agora Numa oportunidade ímpar de diretamente falarmos para o mundo e para o nosso povo: "vai ser respeitada a vontade do povo". E o Eduardo aqui do meu lado vai demonstrar alguma coisa, como disse, apresentado pela própria imprensa pelo povo e também por indícios fortíssimos ainda em fase de e de aprofundamento que nos levam a crer que temos que mudar esse processo eleitoral. Não pode os mesmos que tiraram o outro cara da cadeia tornar elegível pelos mesmo as pessoas que vão contar os votos. vocês vêem no mundo todo

observadores eleitorais, o Brasil para receber de novo. Vão observar o que no Brasil? o que tem de palpável pra eles observar? não tem como se comprovar que as eleições não foram ou foram fraudadas. São indícios, um crime se desvenda com vários indícios. Vamos apertar vários indícios aqui.

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

nós queremos é fazer com que o sistema eletrônico de votação seja realmente confiável e ninguém tenha dúvidas do resultado final é porque estão contra quem não consegue entender porque o ministro Barroso vai estar dentro do congresso nacional se reunir com liderança partidárias dizendo que as urnas são plenamente confiáveis. Se são dá um tapa na minha cara! A prova presente vamos aprovar o voto impresso auditável juntamente com a contagem pública do voto se o Lula tem 49% de voto é com voto auditável impresso e com contagem pública ele vai ganhar as eleições segundo Datafolha mas o que demonstra para a gente o que tá acontecendo é o seguinte né tirando da cadeia tornar elegível para ser presidente de que forma pega o Instituto de Pesquisa Datafolha que ninguém confia mais matar todo o tempo todo dizendo que o Lula é o cara é com toda a certeza a desconfiança que traz população é que esse percentual vai ser acertado vai ser convalidado depois lá no entre meia dúzia servidores né do TSE. Que eleição é essa onde meia dúzia de pessoas tem as chaves que a criptográficas e mande todo o sistema e eles apresentam resultado né Depois de sair de uma sala fechada onde meia dúzia apura os votos. Tá decidido agora né Tava passando mal ali o colega que ia fazer apresentação na quinta-feira dificilmente na sexta Com toda certeza na quinta-feira da próxima semana nós vamos ali mostrar esclarecer da fragilidade do sistema e do que aconteceu no segundo turno da eleição de 2014 se você vai poder acreditar ou não nesse sistema de votação é muito comum quem tá no poder arranjar uma maneira de se perpetuar no poder eu tô fazendo ao contrário eu quero eleições limpas transparentes porque porventura vamos supor que eu dispute eleições pode à esquerda falar que houve fraude pode e vamos ter problemas pessoal vai na rua vai fazer o lado deles na quebra quebra etc pode acontecer a gente quer evitar isso aí nós queremos nos antecipar problemas Outra coisa quando vejo algumas autoridades Twittar quis uma questão política certas outras pessoas não deve se meter nisso quer dizer a vocês Isso é uma questão de segurança nacional eleições é uma coisa de segurança nacional nós temos que ter

certeza que quem for ganhar nas urnas essa foi realmente a intenção do eleitor eu passo a faixa para qualquer um Sem problema nenhum numa eleições limpas eu sempre aprendi ao longo de 28 anos de Parlamento mais dois de vereador lá no Rio de Janeiro 30 anos de vida pública que a democracia não tem preço. Gaste que foi necessário mas o voto Tem que haver e eu digo Tem que haver eleição Tem que haver voto mas eles são transparente não queremos desconfiança assim esse outro lado ganhar Suponha que eu venho a candidato vai ter muita gente indignado para o lado de cá nós temos acabar com essas dúvidas convencer hoje com Felipe Barros com a Bia Kids e o Paulo Martins lá do Paraná sobre essas questões vai entrar em Pauta né No começo de agosto essa proposta na comissão especial né eu não mando na câmera eu converso com o parlamentado fiquei 28 anos lá dentro e pauta que se vote vamos ver o placar agora uma interferência Direta do ministro Barroso na tramitação de proposta dentro do congresso tanto é verdade que depois da reunião dele repita aqui líderes partilhar trocaram os integrantes das comissões e esse já declarando que vão votar contra a PEC do voto impresso eu entendo algumas parlamentares e quantas pessoas né até hoje o vídeo de passagem Rodrigo Maia tava ficou acredito que uma hora da CNN criticando a mim criticando Fazendo a Defesa sobre as eleições Tá certo Qual é a preocupação dele quando ele for relator lá atrás quando o pé da câmara era o Eduardo Braga né ele botou que o voto impresso né Valeria para 2018 tanto é que o ministro fux era o presidente do TSE Ele conversou comigo era Deputado naquela época era conversou comigo né sobre como ele ia implementar o voto impresso ia começar com 5%. eu falei da minha parte né Eu não tenho eu não tenho poder de desse dia a questão da do percentual de urnas né mas da minha parte eu fico feliz 5%. então o ministro conduziu lá atrás tá 5% Daí o Supremo resolveu dizer quem bolsonaro porque prejudicava a segurança das eleições Olha só meu Deus do céu praticava a segurança das eleições Ah podia uma maquininha gripar e o fiscal quando fosse lá ia saber o João tava voltando hoje em dia até ela trava também no computador vocês querem ver para quem tá votando sem nada as eleições no Brasil agora não pode paralelamente as fragilidade do sistema vimos aí dezenas e vídeos pessoas revoltadas quando apertava o número um desaparecia o 13 ou não conseguia apertar o sete não porque tinha fraude algo programado não porque alguém passou por lá e botou uma cola o número 7 então não tinha como votar a partir da hora daquela Cola e o número 7 você podia votar no 13 nem para Deputado Federal o número 17 no 5 diz não podia ser votado também

então aconteceu muita coisa e nós vamos demonstrar na quinta-feira que é convidar a imprensa Vamos decidir o horário ainda para demonstrar o que aconteceu no segundo turno 2014 e também parte né do que aconteceu em 2018 que dá para você ter mais recentemente a convicção que houve sim interferência em 2014 e houve sim interferência em 2018 e um dado momento tô pegando matéria da TV Globo Ah não tem dúvida uma imagem da TV Globo tá postada lá quanto por cento foi aprovado no nordeste quanto por cento no sudeste tinha pulando quase tudo no Nordeste e quase nada no sudeste eu estava com 49%. qual a tendência é ganhar no primeiro turno vou mostrar a imagem da Globo eu vou mostrar as imagens do pessoal da Globo discutindo praticamente falando acabou Alessandro meio turno vou botar uma senhora tá que era do IBOPE a preocupação dela contava 49% dele era tensa ela desbordando não não falando que foi perguntado pelo pessoal da Globo e depois quando final ela tava felizíssima da vida aquela senhora nós devemos evitar isso aqui tem jogo a você e todos assistindo aí pessoal não é se é a tua liberdade

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

abriu novos procedimentos contra duas deputadas é uma covardia será que é um troco porque eu falei sobre voto auditário hoje de manhã não te citei mas são três meninos Supremo que não quero voto agitar então procurando parlamentar de lideranças para que eles determinam né o Oriente os seus os seus liderados a botar contra o voto para eu quero deixar uma coisa muito bem claro eu aprendi desde cedo de todo mundo aqui que a gente ouvia falar que democracia não tem preço já falei com a eonomia temos Dois Bilhões seria isso acho um pouco menos para comprarmos impressoras para o ano que vem então 3 mnistros do Supremo já declarasse não querem o voto impresso disse que isso é confiável e diz que eu não tenho provas de fraude vocês também não tem prova que não tem prova você não tem prova que que é confiavel no mínimo empatou e eu tô querendo Transparência transparência nada mais além disso e eu tô avisando com antecedência aos senhores três ministros Supremo Tribunal Federal então trabalho contra vamos supor com graça de nós fazermos a contagem aberta dos votos e apresentar na prática para o povo brasileiro que não é não bater a fraude caso contrário teremos problemas nas eleições do ano que vem eu entrego a faixa presidencial para qualquer um que ganhar de mim na urna de forma limpa na fraude não então para o Brasil agora tiraram o Lula

da cadeia aos crime deles são inacreditáveis os delatores foram mais de três bilhões que devolveram a delação premiada então o dinheiro foi roubado a Petrobras pagamos hoje em dia mais de 20 bilhões por ano de roubos do passado a Caixa Econômica era uma roubalheira só até aqui 50 minutos tá no apartamento isolado na Bahia pelo que isso indica bem da Caixa Econômica Federal tivemos no banheiro dos Correios compraram papéis da Venezuela imagine o teu fundo de pensão investir papéis da Venezuela tá na cara que é para roubalheira então tiraram o ladrão da cadeia tornaram ladrão elegível no meu entender para ser presidente sim mas na fraude porque não volta não ganha não ganha de ninguém então não vou admitir um sistema fraudável de eleições e eu não quero problemas e nem dezenas e milhões de brasileiros que vão as urnas no ano que vem eu tô apresentando via aí o Congresso Nacional que é o nosso o nosso aliado tá uma maneira de nós não temos Como desconfiar do resultado final das eleições então não Podemos enfrentar umas eleições do ano que vem com essa urna que tem que não é aceita em país não do mundo dá para entender o japonês não aceita o sul coreano não ninguém acende esse negócio Quer impor com ela abaixo para fazer voltar aquela quadrilha toda que nos comandou né os teve a frente da presidencia até 2016 não tem problema isso não é ameaça não, isso é constatação, o povo não Vai admitir isso daí

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

eu aceito qualquer um que se eleja o ano que vem eu passo a faixa numa boa mas numas eleições limpas esse voto eletrônico Apenas digo mais com toda a certeza a fraude Não será apenas para presidente será para governadores para senadores deputados federais estaduais e daí Pessoal vocês vão falar o quê Quem tá contra o voto auditavel ele perdeu a eleição ele perdeu a eleição ele tem certeza que ganhou ele vai reclamar para quem Para o Papa?

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

como é que vai ser essa escolha de candidatos qual o perfil dessas pessoas porque é para pulverizar votos que vai ser na classificação de São Paulo de 1 ao 75 que Democracia é essa? e mais ainda né pelo distritão mais fácil é fraude ainda mais fácil a possível fraude ainda possível não a frase eu tô falando há problemas Daí vem

alguns aqui em Gravatás falando que o voto no papel prejudica a segurança das eleições que segurança que segurança e mentem inclusive dizendo que a volta do voto no papel não é você aperta o número do seu candidato ali aparece na tela Você concorda perto um botão ele imprime tu viu ah foi a impressão que tá correta aperta outro botão o papel cai na urna ninguém bota a mão no papel e anuncia o resultado eletronicamente e daí o que importa e anuncia também já bem claro o TSE tem que botar também disponível para todo mundo Brasil todas as sessões eleitorais pormenorizada como Aquela tripa de papel que você vê no final da votação

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

quando abrir a onde o papel daquela sessão no colégio da Rosa Alves da Fonseca que eu votei tem que bater com aquela tripa do TSE que tá ali do lado isso é segurança das eleições isso é transparência isso é querer eleições limpas isso é não querer eleger um bandido para a presidencia da República é o povo ter certeza que ele votou o voto vai ser encontrado para aquela pessoa pode ter certeza que as abstenções vão diminuir o cara vai botar não agora que eu voltar vai aparecer isso é democracia e não essas reuniões lamentaveis como essa daqui Qual a prova que o TSE tem que os ministros Barroso tem que a unha confiável cobra de mim que eu tenho que apertar a prova que não apresente a prova que é confiável

Código: Fraude eleitoral

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

não vou discutir a matéria da Folha de São Paulo não vou mais tá aqui ó primeiro uma chamada que todo mundo Poxa até dá um ânimo né "só Brasil Bangladesh Butão 3B Brasil Bangladesh Butão usam urna eletrônica sem comprovante do voto impresso" bom então vamos lá Bangladesh e botão muita gente não viu falar de um né o botão por exemplo tá eu falei botão vamos já já tá aí vê o subtítulo em baixo aqui maioria dos países maioria dos países usa máquina que imprime comprovante no Brasil nunca houve evidência de fraude Azul eletrônica o pessoal não vai vender essa nunca você pode apertar o botão Record só perguntar sempre mesma coisa será que precisa trocar a mão de Deus o pessoal da Folha de São Paulo não tem como fazer auditoria nesse trem O que porventura foi programado vai ser o Messi cumprido vai ser aquilo não foi é nada é mais salutar para a democracia do que a transparência e

auditorias tudo esse auditável Mel fala um tanto né que a democracia não tem preço Você tem que ser gastar muita coisa gaste mas em nome da democracia na hora de fazer o voto auditável o projeto aí da deputada via Kies aqui de Brasília fica à imprensa batendo tem um visto esbarrou também criticando o problema é vamos ter problemas tiver o voto impresso o problema que que babosa o Barroso queria o voto por telefone é isso né já imaginou essa ou menos Barroso sabe o que é o voto por telefone né

Código: Fraude eleitoral

2021 > Junho 2021>10/06/2021

"vai criar o caos" entre aspas diz Ministro Barroso sobre o voto impresso. Olha eu acho que ele é o dono do mundo Barroso só pode ser o homem da Verdade Absoluta não pode ser contestado eu tô preocupado Jesus que isso passar aqui na terra ele vai ser ele vai ser boy do ministro Barroso ninguém aceita mais esse voto que tá aí como é que vai falar que esse voto é preciso é legal é justo e não é fraudável única republiqueta do mundo eu acho que talvez não tenha Nossa que aceita essa porcaria desse moto desse voto eletrônico e não tem que ser mudado e digo mais e se O parlamento brasileiro por Maria qualificarem 3kg na Câmara e no senado aprovar e promulgar vai ter voto impresso em 2022 e ponto final do vou nem falar mais nada vai ter voto impresso, porque se não tiver voto impresso é sinal de que não vai ter eleição, acho que o recado tá dado

Código: Fraude eleitoral

2021 > Maio 2021>06/05/2021

agora voto impresso olha quem acha que não tem fraude Por que tá com medo do voto impresso? e não tem problema nenhum é o contrário é o contrário tá quem quer uma democracia quer que eu voto Valha de verdade tem que ser favorável a qualquer novas medidas para tornar o voto que auditável tem um parabéns a deputada beaks autora do projeto Parabéns autoria da da cama deputados que já instalou a comissão tá aguardando o líder indicar aí os os integrantes da comissão ir para o trabalho botar para frente agora quem for contra é sinal que eu acredito em Papai Noel ou tá do lado do Barroso né ou ainda Sabe aquilo pode até fraude ele vai se beneficiar o partido dele vai ser beneficiada alguns acho que pode ter fraude apenas a presidente se engana pode ter pa Senador pode poder Deputado você vai aparecer para ter precisado ó esse verão fraldão aí né eu sei que aumenta a tipo de fraude na fraldão

mas se tem um fraldão aí você vai reclamar para quem e depois acabaram as eleições de 22 você vai lá poxa no meu bairro aqui o time cinco voz na sessão aqui como é que pode isso não tem cabimento minha família toda voltou você tá reclamar para o papa que você acha que bom que pode fraudar pelo para Presidente e não vai reagir vai atingir todo mundo eu espero que todos aí fica entre em contato com o senhor parlamentar para que ajude a provar Eu voto auditável a PEC da deputada Bia Kises aqui de Brasília

Código: Fraude eleitoral

2021 > Maio 2021>06/05/2021

Hoje São 30 de novembro de dezembro Tá previsto a posse agora dia primeiro de dezembro Primeiro de Janeiro. eu busquei dentro das quatro linhas dentro das leis respeitando a Constituição saída para isso aí, se tinha uma alternativa para isso a gente podia questionar alguma coisa ou não questionar alguma coisa tudo dentro das quatro linhas e sei que tem muita gente me critica quando eu falo o quarto mas eu não saí ao longo de quatro anos de mandato meu, de dentro das quatro linhas. Porque ou vivemos a democracia ou não vivemos, ninguém quer uma aventura, agora muitas vezes né dentro até das quatro linhas você tem que ter apoios alguns acham que eu pego a bic assine faça isso e Faça aquilo tá tudo resolvido e repito em nenhum momento foi procurado para fazer nada de errado violentando seja o que for eu entendo que eu fiz a minha parte estou fazendo até hoje a minha parte. hoje São 30 de dezembro até hoje eu fiz a minha parte dentro das quatro linhas, agora certas medidas tem que ter apoio do Parlamento de alguns do supremo de outros órgãos de outras instituições a gente não pode acusar apenas um lado ou acusar a mim, você que quer resolver o assunto por vezes você pode até ter razão, mas o caminho não é fácil

Código: Ideia golpista

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Alguns ficam nervosas "quatro linhas tá na hora de fazer isso fazer aquilo" Calma Vamos resolver, nós estamos na verdade nós temos o povo do nosso lado

Código: Ideia golpista

2022 > Setembro 2022>29/09/2022

Pessoal, vamo vencer essa guerra, pessoal. Pra mim seria mais facil estar do outro lado, mas eu não vou trair nem vocês, nem minha consciência. Zero traição aqui, zero [...] Essa é a minha luta eu peço por favor Vejam o que aconteceu no meu governo o que acontece comigo com a minha família, pancada 24 horas por dia eu faço é pelo Brasil é por vocês. Eu jurei da minha vida pela Pátria Quando entrei no exército e todos nós juramos a vida nossa pela nossa liberdade nós temos que estar junto nós estamos do lado do bem nós queremos o Brasil livre em todo lugar que eu vou acontece coisa que que me emociona, crianças chorando de quatro cinco seis 10 12 anos como hoje teve de novo quatro crianças que botei no palanque chorando. É por eles que nós temos que lutar Não se omita não fica em casa, não deixe fazer contato que ele pensa diferente de você

Código: Ideia golpista

2022 > Setembro 2022>27/09/2022

Agradeço a vocês todos que estão nos ouvindo e tenha certeza né, nosso Brasil está sempre acima de tudo. Juramos dar a vida pela pátria e se preciso for também pela nossa liberdade.

Código: Ideia golpista

2022 > Março 2022>31/03/2022

Eu sempre disse que ia jogar dentro das quatro linhas da Constituição. Alguns se irritam querem que eu saia por aí escalpelando os outros, fechando instituições, prendendo, atirando...

Código: Ideia golpista

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Agora muitos que participam querem é uma uma reação imediata, em especial do Presidente, aí eu autorizo... Eu não vou sair das quatro linhas... Foi o que eu disse, nós cada vez mais agora vamos dizer a alguns "Olha você tem que jogar dentro das quatro linhas também, senão vai dar ruim, pô, vai dar problema, pô". É pedir muito isso aí?

Código: Ideia golpista

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Nada justifica aqui em Brasília essa tentativa de um ato terrorista aqui na região do aeroporto ali Nada justifica o elemento que foi pego graças a Deus né com ideias que não coadunam com nenhum cidadão agora massifica em cima do cara com bolsonarista o tempo todo é a maneira da Imprensa tratar uma imprensa aqui lá atrás falava tanto de liberdade liberdade de expressão e hoje aplaude quando alguém é preso por ter falado alguma coisa ter duvidado de alguma coisa essa falta de liberdade que nós estamos vivendo não é de hoje prejudica a democracia, tá, isso daí no futuro se continuar vai pegar todo mundo nós sempre lutamos por democracia por liberdade por respeito as leis respeito à constituição né eu passei quatro anos além de trabalhar obviamente juntamente com os meus ministros mostrando a importância da liberdade para a democracia, o oxigênio da Democracia é a liberdade em toda a sua plenitude e a gente vê a gente não precisa de mais leis tá o artigo 220 da Constituição que fala claramente o que é liberdade a liberdade de expressão. infelizmente alguns aí não não entende o que é isso milhões outros né aplaude até quando alguém Perde a sua liberdade eu lembro durante os quatro anos que eu não deixei de arrastar Multidões pelo Brasil não foram só motociatas, foram encontros tambem, de vez em quando não chegava no canto ela vai Presidente a liberdade igual o sol tá aí a brilhando para todo mundo hoje o pessoal ver que realmente a liberdade é algo importantíssimo, eu vejo hoje uma nação que está com medo de mandar um Zap e tecer um comentário mandar o Emoji a discutir algum assunto

Código: Liberdade de expressão

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

hoje em dia também se você falar de vacina né falar de um estudo de fora do Brasil você corre risco de ser bloqueado respondeu o processo. eu o ano passado li o trecho da Revista Exame que falava sobre covid e HIV eu li duas linhas da revista estou sendo processado tô sendo tratado como criminoso a revista que mostrou isso daí, meu ajudante de ordens é a mesma coisa não traz nada para mim não me desenforme nada muito pelo contrário colabora, tá sendo processado também ,

Código: Liberdade de expressão

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

A questão dessa ação da Polícia Federal determinada pelo Ministro Alexandre de Moraes em cima de empresários. Pelo que tudo indica até o momento, baseado numa

matéria de jornal, foi ser quebrado o sigilo de todos eles oito empresários depois foi feita a apreensão de celulares, bloqueio de bens, ou seja a gente espera aí que o digníssimo Alexandre de Moraes apresente aí ó a fundamentação dessa operação o mais rápido possível, até agora a tão vendo que A Escalada contra a liberdade, aquilo que eu sempre eu tenho falado,é tem que ter avolumado em cima desses empresários. Destes 8, 2 eu conheço muito bem, troca informações do Zap comigo e realmente eu quero entender o que está acontecendo, o que ninguém sabe. Fiz uma nota agora pouco nas minhas mídias sociais falando exatamente né do que não está atingindo aí essa parte da sociedade que, no meu entender, não falta mais nada para que realmente possamos a ter um problema grave no Brasil os provocavam por uma pessoa. E a liberdade expressão prevista na Constituição do artigo 220 em parágrafos em seus dois parágrafos é bem claro que ela é Sagrada.

Código: Liberdade de expressão

2022 > Agosto 2022>25/08/2022

Em apoio a Bolsonaro FIEMG vai lançar carta em defesa da Liberdade. Aquilo que venho falando há muito tempo e a nossa liberdade o nosso bem maior e ela deve ser preservada dia após dia, ela não se perde de uma hora para outra, vai se perdendo com o tempo, e todos empresários do Brasil, pelo que eu tô sabendo que estive há dois dias em São Paulo conversando com vários empresários com aqueles que eu conversei, demonstraram preocupação com que está acontecendo é a que pode isso chegar também bom na sua vida pessoal e nos não podemos viver nessa insegurança ou temos uma Constituição ou não temos. Ou se cumpre a Constituição ou não se cumpre.

Código: Liberdade de expressão

2022 > Agosto 2022>25/08/2022

Olha aqui, meu deus do céu, O Antagonista "OEA recebe denúncia contra bolsonaro por ameaça à liberdade de expressão" EU? Eu estou segurando essa onda até hoje. Quem aqui foi Daniel Silveira, o deputado, foi condenado a nove anos de cadeia por que? Crime de opinião. Falou coisas que eu não falaria, você não falaria, mas qual é a pena para isso? Qual é a acusação? Calúnia? Difamação? Injúria? E a pena, pelo que eu sei, se tiver um advogado me ajude aí, não é prisão. E eu, por decreto... Não lê a condenação dele. Eu tô ameaçando a liberdade de expressão? Quem que fala

de controle social da midia? Sou eu? Quem é que apoia, quem que apoiou o projeto de fake News lá no Parlamento? Aquilo não foi para frente porque eu entrei em campo, falei com o vários parlamentares e não foi conseguido o número de votos [...] para aprovar a urgência. Faltaram 9 votos. Liberdade de expressão você tem ou você não tem. Agora acusa a mim? Eu que tô derrubando páginas? Eu que tô te proporcionei que um jornalista saísse do Brasil? Eu que prendi o Daniel Silveira? Eu que tô desmonetizando página por aí? Eu? Eu tô trabalhando, tô ameaçando a liberdade de expressão?

Código: Liberdade de expressão

2022 > Julho 2022>15/07/2022

Afinal de contas, quem quer aprovar esse projeto são três ministros Supremo Tribunal Federal que por coincidência os mesmos que estão no TSE, tem interesse em censurar as mídias sociais, três Ministros Tá certo. Isso não é crítica não, é uma constatação. Não deviam tá se metendo nisso tá, juíz não é para fazer lei. Juiz que quer fazer lei peça demissão, se candidate e vai fazer lei na Câmara e no senado, Assembleia Legislativa, ou câmaras municipais, não é para fazer lá dentro né. E entendo que estamos com a razão, tenho falado com alguns parlamentares que votaram sim, alguns de forma equivocada, como uma uma deputada lá de Mato Grosso do Sul, minha amiga, ela já falou que se equivocou tá certo, foi a teresa Cristina, se equivicou, não vai votar mais sim nessa urgência caso seja apresentada é novamente. Liberdade de imprensa e Liberdade expressão tem que existir. Se alguém te ofender ou ofender a mim, entre na justiça. E a pena não é a prisão.

Código: Liberdade de expressão

2022 > Abril 2022>14/04/2022

Então a liberdade de expressão, ou você tem ou você não tem. E hoje em dia tem lei pra isso [...] Tá mas nunca jamais querer criminalizar pessoas que porventura tenham distribuído fake News.

Código: Liberdade de expressão

2022 > Abril 2022>07/04/2022

Ficam o tempo todo "gabinete do ódio". Que gabinete do ódio, meu Deus do céu? Me apresente uma matéria, uma matéria que desacredita instituições? Não tem. E que

medo é essa? Democracia é liberdade de expressão, quem não quer se criticado... Alguém lembra disso, quem falou isso aí? Quem não quer ser criticado, fica em casa.

Código: Liberdade de expressão

2022 > Fevereiro 2022>24/02/2022

Pergunta agora: JORNALISTA PELO CELULAR Boa noite, Presidente Bolsonaro. Assim como houve aqui nos Estados Unidos um cerceamento da liberdade de expressão nas redes sociais no ano de eleição presidencial, o ano passado, 2020, o senhor acha que em 2022 no Brasil esse mesmo caminho será tentado no Brasil? De cercear a liberdade das pessoas, liberdade de expressão, nas redes sociais, em outras plataformas também, obrigada, boa noite. BOLSONARO Nós ja viemos sofrendo isso aí, só para o nosso lado que tem a penalização.

Código: Liberdade de expressão

2021 > Dezembro 2021>30/12/2021

A tristeza é ver, sim, em parte né, esse ataque a as pessoas de bem sofre no Brasil tendo suas liberdades cerceadas, tendo páginas desmonetizados, que só tem um lado que se faz isso, do outro lado não se faz.

Código: Liberdade de expressão

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

Agora se você quiser que outra pessoa chegue lá, indique ministros que tem afinidade com essa outra pessoa, você, você decide tá. A democracia está aí cambaleando muitas vezes, realmente há a perda da Liberdade, uma ameaça que paira sobre nós o tempo todo, você tá proibido de falar certas coisas lá, ameaça de prisão. Olha a que ponto nós chegamos.

Código: Liberdade de expressão

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

A tristeza é, a gente vê aí que realmente uma ameaça constante à nossa liberdade expressão. E o bem maior que uma pessoa pode ter é a sua liberdade, bem maior até que a sua própria vida

Código: Liberdade de expressão

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

FakeNews, se você falar você desconfiar do voto eletrônico do sistema de apuração, é fakenews.Olha, se você não tem direito, as pessoas tem uma opinião diferente da tua você vai partir para a ditadura. Graças a Deus ainda né Nós temos isso mas devemos aperfeiçoar, devemos afastar de vez essa possibilidade de alguém bater na tua porta um dia para fazer uma busca e apreensão 6 da manhã, dizer que tá desmonetizando você porque você tem uma fotografia do trump no teu Facebook.

Código: Liberdade de expressão
2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Hoje eu assisti na, eu acho que foi pela manhã ou à tarde, o Ministro Fux, é numa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, dizendo algo parecido que "só há democracia se tiver a respeito à constituição". Parabéns Ministr, é exatamente isso que nós queremos. Está convidada a participar comigo do movimento tá, é isso que nós queremos. É respeito à Constituição, onde infelizmente em Brasília uma outra pessoa não tá respeitando. Em especial Artigo 5º da nossa Constituição. A liberdade de expressão é coisa Sagrada e que tem que ser respeitada. Não pode um de nós aqui em Brasília, ou dois. De repente "ó, o que você tá falando não é verdade, você vai ser então censurado". Pode acontecer. Ou vai ser preso, ou vai sofrer uma busca e apreensão. Não existe isso.

Código: Liberdade de expressão
2021 > Setembro 2021>02/09/2021

Já começa agora as intimidações. Especialistas... É o país do especialista né, tem especialista pra tudo aqui. Vêem possível crime de responsabilidade e improbidade de Bolsonaro em live. Isso é liberdade de expressão! Para mim vai valer a liberdade de expressão. Tá lá no Artigo 5º da Constituição.

Código: Liberdade de expressão
2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Porque abrem tantos inqueritos de fake News e como as outros foram agora abertos, quando a liberdade de expressão e pisoteada e ninguém mais do que eu é atacado diuturnamente e muitas vezes com acusações realmente que mexe com a alma da

gente com a família e a gente segura essa onda e para mim isso é a liberdade de expressão mas entubo como sendo a liberdade de expressão

Código: Liberdade de expressão

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

tivemos Xanxerê tivemos em Chapecó a cidade do tratamento imediato, falar assim porque senao cai a live ne, em uma democracia e também passando em Xanxerê

Código: Liberdade de expressão

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

Agora não podemos admitir a censura aqui. Pelo amor de Deus. E mais ainda, só curiosidade, né? Curiosidade. Temos aqui uma análise, não vai dar pra ler tudo isso aqui, são várias partes, né? Onde Facebook, Google, Twitter e WhatsApp um parecer contrário a esse PL. E digo mais, né? Hã? Um parecer técnico. Um parecer técnico, digo mais. Foram quarenta e quatro senadores que votaram aí favorável ao projeto. Pessoal está apanhando aí na muito nas mídias sociais.

Código: Liberdade de expressão

2020 > Julho 2020>02/07/2020

A opinião pública vai dizer qual artigo deve ser vetado e qual não deve ser vetado porque afinal de contas quando se fala em liberdade de expressão se fala em democracia muita gente fala em democracia da boca pra fora mas aprova projetos que cerceiam a liberdade de imprensa a gente não pode admitir isso aí. Eu duvido qual cidadão no Brasil é mais criticado na internet do que eu. Um montão de coisa. Se eu me sentir prejudicado eu posso entrar na justiça, né? Calúnia, difamação, Que mais aí? Injúria. Injúria, tá? Agora jamais querer censurar a mídia pra me proteger. Já dá minha, da minha parte quando se fala em democracia é uma coisa, quando se exercita é outra

Código: Liberdade de expressão

2020 > Julho 2020>02/07/2020

Nós estamos vivendo aí um momento em que eh as pessoas tentam resolver problemas eh através de um projeto de lei que impede a manifestação livre eh de outras pessoas A exemplo do presidente, claro que guardar a lei devidas proporções,

eu praticamente fui destroçado por por fake news, né? Porque conduzir a reforma trabalhista como eh deputado na Câmara Federal e quando fui candidato a minha reeleição, né? Eu praticamente não tive como me defender no meu Estado porque fui acusado de subir pra ir direito dos trabalhadores. Quando todos os direitos dos trabalhadores estão preservado no artigo sétimo e trinta e quatro inciso da Constituição eh brasileira e nem por isso eu tô me insurgindo contra eh a imprensa ou contra a livre manifestação de quem quer que seja. Eu aprendi que eh desde cedo, né? Que eh a a o contraditório ele é extremamente saudável, ele é uma demonstração eh da vitalidade das instituições como um todo. Se eu tô eh chateado em resignado não não com com determinada opinião eh o campo adequado pra que o a contradita exercer a minha voz, a minha palavra ou eventualmente também eh utilizar o mesmo instrumento social ou algum outro jogo de imprensa.

Código: Liberdade de expressão

2020 > Julho 2020>02/07/2020

Evidentemente a área de comunicações no Brasil, a necessidade das novas tecnologias, mas também a segurança nacional, a segurança da privacidade, das pessoas que navegam aí nas redes e da Liberdade também pra que elas possam usar as redes sociais, que é uma das bandeiras mais caras ao senhor. Desde a época que o seu atuava como parlamentar.

Código: Liberdade de expressão

2020 > Junho 2020>11/06/2020

BOLSONARO Olha quando foi votado e aprovado o marco civil da internet. Pelo que pude contrário, mas tem que ter marco nenhum. É, tem que ser livre. Eu duvido. Alguém não é desde antes de ser presidente, apanhava mais nas mídias sociais do que eu. É durante a minha pré-campanha e campanha o tempo todo neles, filmete chamando de misógino e racista, de não gostar de nordestino. É tudo. Posso imaginar tudo, né? Até teve um vídeo de campanha, entre outros, do próprio PT, durante a campanha. Aquele vídeo em seções de 1 minuto, aparecia 1 menina jovem, talvez 20 anos, né? Com a marca da suástica na barriga, primeira não tem que ser a marca da barriga e aí o PT fez campanha acima disso, né? Bolsonaro listas? Tatuo. A gilete, a suástica no corpo da fulano de tal, bem, depois foi visto que, segundo a perícia, que aquela suástica realmente marcada com. Com gilette, né? Ou com uma lâmina, foi

ela mesmo que fez ou Ela Foi o terceiro com o consentimento dela, porque não tinha nenhuma marquinha, um pouco mais profunda. Se você vai fazer com raiva na marra. Uma suástica, né? Como foi naquele momento daquela pessoa? Você aprofundaria mais? É não aconteceria aquilo. O PT usou isso largamente contra mim, por exemplo, colocou. Diz que o PT dizem inserções que eu ia acabar com ia acabar com o bolsa família com 10 terceiro do bolsa família. Está certo, eu ia acabar com ia proibir jogos de videogame. Valeu, Wellington. Eu ia proibir videogame para tentar jogar molecada contra? Nem estou contra deficientes, votei contra deficientes agora espera aí o TSE alguém já criou uma página lá e quem tem que ser cassado sou eu, pô. Não tem cabimento. Vamos ver cabimento uma coisa dessa aí. Espero que dê certeza que vai dar. Vai dar tudo certo e a Liberdade de expressão.

Código: Liberdade de expressão
2020 > Junho 2020>11/06/2020

Liberdade de expressão não tem preço. Espero aí que o Supremo Tribunal Federal. A maioria dos ministros corrijam, resolva o que está acontecendo. Não é justo, é você fazer busca e apreensão. Já estava errado fazer com a cara de qualquer um pior aí na casa de quem nos segue, quem me apoia outro lado esquece e espero que, dado que saiu na mídia até agora áudio da Joice Hasselmann que vai fazer perícia não, são áudio dela mesmo comprovado, tá certo? É, faça uma busca e apreensão na casa dela. Está e desses outros 2 parlamentares também, que do PSL que através dos seus depoimentos lá na CPMI de fake news, servindo para embasar esse inquérito aí do senhor ministro Alexandre de Moraes.

Código: Liberdade de expressão
2020 > Junho 2020>11/06/2020

Agora não dá para continuar falando e distorcendo procurando uma palavrinha esquisita ali para falar, olha aqui, ele está pensando, não é ó? Falou que o cara pesa 8 arrobas não pode aquela polêmica toda, né? Criticou. A mulher criticou o gay. Criticou. Não sei quem, não, não dá para te continuar assim. Nós estamos perdendo. Tem umas pessoas mexendo aqui, estamos perdendo o direito de fazer piada. No Brasil, tudo é tudo. Agora tem que ser politicamente correto. Você não pode contar uma piada que pensar será que vou ofender os gordinhos, né? O gordo, fóbico os carecas, né, careca, o fóbico vou ofender não sei quem.

Código: Liberdade de expressão
2020 > Março 2020>05/03/2020

É se um dia quiser criar uma lei pra punir fake news, não vai contar com meu apoio, que mais sofri fake news ao longo da minha vida toda. Não foi apenas durante a campanha, mas é Liberdade de expressão, no meu entender

Código: Liberdade de expressão
2019 > Setembro>05/09/2019

E também a primeira pergunta, l logo no começo, uma jornalista, não é, uma senhora. Perguntou o seguinte, é, por que que você estava 3 dias sem o Twitter, sem o Facebook, etc., o Carlos está bloqueando, está censurando você. Resposta foi o seguinte, olha, até pouco tempo você estavam massacrando pra caramba dizendo que eu devia governar e não ficar no Twitter. Ó, fiquei agora 3 dias dias sem Twitter, sai reclamando, quer que eu volte? bem, sem problema nenhum, o Carlos têm sua posição, tem sua Liberdade para expor as suas ideias no Twitter onde fosse, com outra pessoa qualquer. Então vale a pena quem tiver tempo, né? Assistir isso brevemente no nosso canal do YouTube.

Código: Liberdade de expressão
2019 > Abril 2019>25/04/2019

estão lutando até pela empresa brasileira que tem muito Repórter sabe que a matéria é publicada ou vai para as televisões não vai para rádio Não É bem aquilo que aconteceu a Imprensa Livre é a garantia de uma democracia hoje a imprensa mesmo sente o que é falta de liberdade a liberdade como nós sabemos é oxigênio da democracia

Código: Liberdade de imprensa
2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Falam tanto em liberdade de imprensa... No que depender de mim não vai ter controle social nenhum da mídia, como o Lula acabou de dizer [tosse] Como o Lula disse há 15 dias atrás que ia controlar a mídia caso volte à presidência.

Código: Liberdade de imprensa
2021 > Setembro 2021>09/09/2021

Toda a grande mídia tá nos ouvindo, tenho certeza disso, pra exatamente, como sempre fizeram, pegar uma palavra qualquer e distorcê-la para dar manchete no dia seguinte. Faz parte da regra do jogo, a imprensa tem um papel fundamental numa democracia e eu gostaria obviamente que a verdade fosse o produto da imprensa. Mas temos órgãos de imprensa boa do Brasil também. Eu tenho esperança, ninguém mais do que eu conversou com a imprensa não tem ninguém na história do Brasil que mais vezes atendeu a imprensa do que eu, mas tudo bem

Código: Liberdade de imprensa

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

A primeira vítima é a imprensa,

Código: Liberdade de imprensa

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

Vejam o documento do PT que fala de 2014 a análise de conjuntura Ele é bem claro os documentos onde erramos uma das coisas que ele fala de Ramos Augusto é bem diretamente com vocês erramos não ter um controle social da mídia

Código: Liberdade de imprensa

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

na semana passada o senhor sancionou a mp 1018 esmp temos agora 16 canais todos os canais católicos e os canais evangélicos a Rede Vida Canção Nova todos serão carregados pelo cabo sem custo antigamente eles têm um custo de 1 milhão por mês 1 milhão e meio e e hoje todos esses canais terão como falar com muito mais gente então foi me pessoa o Sansão foi feita na semana passada foi isso pessoal é ser democrático a imprensa de verdade na faixa de Fronteira você não me engano o conteúdo Ali era de até trinta por cento local e se passou para aumento aumentou para mais de três horas a lei do trinta por cento mais três horas então Se alguém quiser fazer um programa local seja ele religioso não já que ele falou de canção nova aqui falou algumas TVs voltada para público evangélico pode ser e também foi uma luta de 40 anos projeto 3.962 se eu não me engano 1962 5062 aquela barragem lá

de aquela barragem a Jucurutu 52 essa luta das uma das empresas ative as TVs também 250/62 tinha o monopólio acabou o monopólio Pô acabou é liberdade pô é liberdade por quê que uma grande rei televisão vai pegar e oprimir vai constranger vai obrigar que outras televisões outras rádio tem um programa luta contra os locais por exemplo limitados aumentamos aí por mim aumentar a guarda seria completamente o livre mas tudo bem não tem problema não

Código: Liberdade de imprensa

2021 > Junho 2021>24/06/2021

(07:41) quero cumprimentar com as rosas exceções os repórteres é jornalista da Folha de São Paulo do Estadão e do clube da ISTOÉ da época da do antagonista pelo dia de vocês dia da mentira e tanto é verdade que vocês não tem né parte de você está bem claro não tem responsabilidade com a verdade que olha só matéria da própria folha lucro do grupo Globo Kai 78 por cento 2013matheus da força Hilux importante se eu falar Presidente com mais essa ações porque nós que defendemos a liberdade sabendo que a imprensa livre não existem bons profissionais agora de fato alguns Não realmente sua profissão e presta um desserviço então é muito importante colocar esse porque as pessoas é ditão não é coisa que se eu falo e fica apenas com a parte negativa Então é bom ressaltar esse ponto aí pois nós aqui defendendo assim a liberdade defendemos é esses profissionais que tantos eram né porque com essas ações que de fato de Zone nessa sua caminhada

Código: Liberdade de imprensa

2021 > Abril 2021>01/04/2021

Logicamente o pessoal sabe a minha posição eu sou extremamente favorável à liberdade total da mídia. Até dessas tradicionais que vivem dando pancada em mim o tempo todo. Não tem problema. Eu acho que tem que continuar batendo. Nós estamos batendo tanto. Eu só estou crescendo. Continue batendo. Sem problema nenhum.

Código: Liberdade de imprensa

2020 > Julho 2020>02/07/2020

E a liberdade de imprensa é muito importante, caso contrário você ficar refém de parte da minha tradicional você realmente não vive mais e você vai viver não é sem informação, viver é desinformado.

Código: Liberdade de imprensa

2020 > Julho 2020>02/07/2020

Não é porque nós aqui do lado do meu lado, aqui sempre estivemos do lado da lei da ordem, sempre defendemos a nossa Constituição, a democracia, a Liberdade. E temos mais que o direito, temos o dever de exigir que todos nós, sem exceção, é tem uma linha semelhante à nossa, que, afinal de contas, não existe uma só palavra minha no sentido de buscar censurar a mídia, controlar a mídia. Não existe. Coisa que no governo anterior existiam. E não só instituições, não é, integrante das instituições como a própria mídia criticava. A crítica era muito velada. Ai vem para cima de mim, diz que o tempo todo estou agredindo a mídia, não é. É comum ver matéria que eu agrido a mídia no cercadinho que está o povo ali eu passo por ali. Agora se são agredidos, sai dali, pô, ninguém está obrigado a ficar ali.

Código: Liberdade de imprensa

2020 > Junho 2020>11/06/2020

À esquerda, Carta a Capital, Isto É, tudo defendendo o Lula no passado, defende. Ainda hoje em dia, o Lula que queria o controle social da mídia. Agora ficou ruim para essas revistas, né? Que não tem mais verba oficial para elas. Acabou a mamata, então essa revista tem que criticar mesmo, tem que falar um montão de abobrinha a meu respeito e mesmo assim não entrei com nenhuma ação contra essa revista. O governo extremamente democrático como o nosso. Não há menor dúvida, não é?

Código: Liberdade de imprensa

2019 > Novembro 2019>07/11/2019

E olha a questão da Liberdade de imprensa, não é? Nós defendemos a Liberdade de imprensa. Procure aquele deputado que pediu destaque para que você, não é, que sem querer até, vamos supor, não é passe um fake news.

Código: Liberdade de imprensa

2019 > Agosto 2019>29/08/2019

E eu falei para a imprensa, ali, que pese alguns percalços entre nós. É, nós devemos nos entender para que a chama da democracia não se apague, ou melhor, a imprensa funcionando mesmo com alguns percalços ela é importante para que seja mantida a chama da democracia. É aquela velha história, né? É aquela velha história. É melhor uma imprensa às vezes capengando do que sem ter imprensa.

Código: Liberdade de imprensa

2019 > Abril 2019>18/04/2019

Tá certo, não vai ser mais aquela televisão conseguindo 85 por cento da propaganda, os demais 15 por cento não. Vai ser técnico o negócio. E todo mundo vai receber, se quiser, logicamente, prestar serviço para o governo. vai receber de forma racional. Dinheiro aqui sem privilégios, está certo? e sem perseguir ninguém também. Liberdade de imprensa. já falei da imprensa? Em São Paulo, eu falei.

Código: Liberdade de imprensa

2019 > Abril 2019>18/04/2019

Está havendo aqui em Brasília o 3º Encontro Nacional pela Liberdade Pró- Armas Se eu chegar a tempo eu pretendo comparecer a esse evento afinal de contas eu sou eu sou entusiasta né do armamento para os cidadãos de bem

Código: Liberdade e Armas

2022 > Julho 2022>07/07/2022

E lá [EUA] é um país realmente da da liberdade. MARCOS PONTES é a liberdade é importante. BOLSONARO é um país onde o povo tem arm. Aqui quando eu falei armamento outro dia, nossa mãe, pessoal fez meme com fuzil no prato "eu não como eu não como fuzil nem cartucho 762 eu como é feijão". A arma no no meu entender é um símbolo da liberdade. Eu não consigo dormir em casa,[...] eu não consigo dormir sem um armamento na cama.

Código: Liberdade e Armas

2021 > Setembro 2021>02/09/2021

Olha como o campo reaje a nós, não é fácil você segurar demarcações de terras indígenas e quilombolas demarcações sem critérios como ocorria no passado. O homem do campo não tem mais invasão de terra, que acabamos com isso, que

acabamos com dinheiro de ONG para o MST. A arma é um sinônimo é um sinal de liberdade. O homem armado jamais será escravizado, estendemos o porte com apoio do Parlamento aos homens do Campo

Código: Liberdade e Armas

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

E falando em CAC, amanhã em Brasília, se eu não me engano na catedral né tem um movimento lá pelas armas as 10 horas da manhã, então quem tiver Brasília puder prestigiar vale a pena porque arma é sinônimo também de liberdade e de segurança né eu falei um tempo atrás e é verdade o povo armado jamais será escravizado, tudo que nós podemos fazer via decreto, via portarias, em especial do comandante do Exército, foi feito para agente facilitar e a posse o e porte de arma de fogo

Código: Liberdade e Armas

2021 > Julho 2021>08/07/2021 Live semanal

Ah vamos lotar aqui pelo desarmamento. É cartão vermelho também. Não tem conversa.

Código: Liberdade e Armas

2020 > Novembro 2020>12/11/2020

BOLSONARO Fala um pouquinho de decreto das armas, vamos lá, vou dar uma entrada aqui e vou fazer um Ping pong aqui, se quiser falar, você fala também ajuda, está certo? A segunda emenda Americana é de 1791. Pessoal, sempre fala isso aí, eu vou ler aqui, sendo necessária à segurança de um estado livre, a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser impedida 1791. Depois tivemos a Independência do Brasil. Isso mesmo, 1822. Tivemos alguns, olha só, desde quando essa emenda Americana. Tivemos ali a Lei Áurea, depois República, então nós fizemos o decreto de 2 semanas. E depois começaram a pipocar ações na justiça. O próprio Ministério Público entrou com uma ação no Supremo. É, também parlamentares e partidos políticos entraram com o projeto impeditivo, para revogar, tornar sem efeito nosso decreto. Então, nós levantamos aqui a onde tinha maior incidência de reclamações sobre isso e para nós não tenho problemas com a justiça ou com a Câmera e colocar em risco todo o decreto, nós re estudamos, juntamente com a advocacia geral da união, a casa civil,

o Ministério da justiça, a defesa, entre outros aqui. E a mudança não foi muita coisa, está 90 por cento foi preservada e nós atenuamos algumas coisas. Estava na lei que tinha que ter exigência, que teria o exército responsável. É pra aquela decisão daquelas pessoas e digo mais, se o exército é responsável, com todo respeito, né? Eu sou o chefe supremo das forças armadas. A gente vai conversar e colocar aquilo sem ferir a lei e o exército vai cumprir isso aí porque, via ministério da defesa, o decreto anterior teve total apoio do ministro Fernando, né? É da defesa. Então tá autorizado aqui, armas de fogo de uso permitido, né? Tinha restrições feitas, calibre etcetera, etcetera, e continua autorizado calibre 44 magro, 45 ACP, 357. Todas as espingardas, sem limitação de tamanho e cano, e impedimos ali para evitar que alguém por lá, se alguma coisa, né, é calibre é menor que 556 por 45, é o fuzil basicamente de combate, então acho que ninguém, até nós reconhecemos que dava margem a isso. E refizemos aqui a questão de porte de fuzil em área rural. Tá OK? Então no caso do fuzil, a aferição dos parâmetros vai ser feito pelo comando do exército. Eu estou falando de fuzil. As demais armas de porte, sem problema nenhum, inclusive comprada fora do Brasil, né? Conceito de residência, não é? É o interior da residência tua, você não podia ir pro quintal. E no tocante à propriedade rural, era também na área coberta. Ali você não podia no terreno todo da sua propriedade. Permitimos isso para que todo o perímetro da sua propriedade, né? Se tua Terra tem 500 hectares, você vai poder usar essa arma dentro dos 500 hectares sem qualquer problema, digo mais, já conversamos com Rodrigo Maia. Está em condição de votar um projeto de lei de autoria.

Código: Liberdade e Armas

2019 > Maio 2019>23/05/2019

ONYX LORENZONI Não, eu só. Eu só quero lembrar. É 3 coisas aqui que eu acho que é importante. A primeira delas, né, é que o presidente Bolsonaro é o primeiro presidente desde o referendo do desarmamento que respeitou a decisão que a população Brasileira tomou. Todos os demais contrariaram a decisão da população brasileira. O que nós estamos garantindo com o decreto de posse de armas e agora com o decreto que organiza os colecionadores, atiradores, caçadores. Nós estamos garantindo a livre opção, o livre direito. A pessoa escolhe se quer ou não ter uma arma em casa. Agora, para ela ter esta arma em casa, ela tem regras e condições que ela tem que cumprir e por fim, é era um compromisso do presidente da condição

aqui, um produtor rural. Qualquer lugar do Brasil ou a produtora rural, ela pudesse ter a arma para o seu cotidiano, uma arma em uma fazenda. Ela é como qualquer outro instrumento, ela faz parte da vida das pessoas, né? E, por exemplo, nós temos situações, é na Fronteira com Uruguai, com a Argentina e com o Paraguai gravíssimos, provocados por javalis. Os javalis quando cruzam com o nosso porco ele adquiriu a capacidade de uma agressividade impressionante. É, eles comem. Por exemplo, se tiver 50, 60, 70 cordeirinhos, eles comem os Cordeiros, atacam os cães, atacam as pessoas e ferem as pessoas e já mataram pessoas. Portanto, é, a gente precisa ter essa condição de defesa. Não é possível estar no meio do campo, faz como chama a polícia para enfrentar o javali, a onde a delegacia mais próxima tá 100 km da fazenda, ele precisa ter um instrumento de proteção em defesa, então presidente, isso é para dar o direito ao cidadão e a cidadã. Brasileira que nos foi negado desde 2005 nos governos que sucederam.

Código: Liberdade e Armas

2019 > Maio 2019>23/05/2019

Olha a nossa lei de liberdade Econômica ela é bastante extensa a facilidade com a pessoa tem para abrir um negócio no seu município a facilidade para conseguir o alvará que às vezes demorava mesmo até anos e não saía, as nossas estatais privatizamos várias estatais pequenas, mas privatizamos, a Eletrobras foi a maior. Elas não dava um lucro lucro pequeno ou deficitários passaram a lucro ano passado

Código: Liberdade econômica

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Só notícia boa. E porque isso tudo? lá atrás a lei da Liberdade Econômica que permite uma senhora caso queira abrir por exemplo um salão de beleza, um cara quer é abrir uma pequena Pizzaria tá, ele quer vender cachorro-quente algum lugar aí Antigamente ele entrava com o seu pedido alvará prefeitura e por vezes né quase sempre é muitas prefeituras atrasavam meses ou anos, agora ele entra com pedido e se em 30 dias a Prefeitura não responder ele pode começar a trabalhar.

Código: Liberdade econômica

2022 > Setembro 2022>01/09/2022

colaboramos com a população de maneira geral facilitamos a vida na população corrente verde e o número de pessoas empregadas Brasil caderno bater um recorde no retorno e quando você vê aqui a média mensal foi na casa de 150 mil novos empregos no Brasil é todinho que acontece não é por acaso começamos em 2019 para ajudar aqui aqui dá o estado de cima do Trabalhador do empresário e do Empreendedor com a lei da Liberdade Econômica com a simplificação das normas regulamentadoras

Código: Liberdade econômica

2022 > Agosto 2022>11/08/2022

Querem regula já regulamentar o game, o game não tem que ser regulamentado, não conta com meu apoio, se porventura aprovar no Congresso a gente veta e depois luta para manter o veto à propriedade intelectual daquela pessoa, se começar a criar dificuldade como é que é aquele cara inteligentíssimo que que se adapta facilmente ao game, pode ser um craque né, como é que vai ascender, como é que vai subir na vida com regulamentação? então da nossa parte não existe, não vai existir regulamentação pra game. Nós defendemos a liberdade de forma ampla. Tem certas coisas que você tem ou não tem, liberdade é uma coisa inegociavel, então nada de regulamentar game no Brasil.

Código: Liberdade econômica

2022 > Agosto 2022>11/08/2022

Quem cria emprego é a iniciativa privada, é o empreendedor, o empresariado, é o micro e pequeno Empresário, pessoal do MEI. Esse pessoal que cria emprego. O governo federal colabora colabora como por exemplo via na Via Liberdade econômico lei da Liberdade Econômica

Código: Liberdade econômica

2022 > Julho 2022>28/07/2022

Tivemos uma experiência né de poucos anos atrás que não deu certo o controle de preços no primeiro momento muita gente libra eu tô pagando aí ó tá o produto tanto, só que daria dois três quatro meses vai começar a faltar o produto, vai ser vendido no mercado paralelo, explode o preço, não dá certo, não vai ser na marra de você vai consertar a economia. A economia ta dando certo porque? É Paulo Guedes com a

sua equipe ali indo pra... pra... liberdade Econômica, é... Liberal é... abrir os negócios, não dificultar a vida de quem quer trabalhar...

Código: Liberdade econômica

2022 > Julho 2022>28/07/2022

Olha no corrente ano a criação de empregos na casa dos 500 mil, quem cria emprego não sou eu, nós ajudamos, colaboramos com o empreendedor, não atrapalhando a vida deles, tanto é que nós reduzimos e muitas normas regulamentadoras tá, o governo tá praticamente quase todo digital é você cada vez mais é dono de você, cada vez mais você tem liberdade para trabalhar no Brasil, fazer seu negócio.

Código: Liberdade econômica

2022 > Abril 2022>07/04/2022

Se você quiser impor medidas estatais no tocante à produção e venda de alimentos sabe o que vai acontecer? Desabastecimento. Ninguém vai produzir nada que não de lucro, você não vai produzir nada que não de lucro, a tua empresa não vai produzir nada que não dê lucro. E o lucro é em todos os setores, é o livre mercado. É garantia de algo a sua disposição. Logicamente uns vão poder comprar menos e outros comprar mais, é a regra do mercado.

Código: Liberdade econômica

2022 > Março 2022>17/03/2022

Então o que inibiu e muito o trabalho do MST foram as ações aqui do nosso governo. Você imaginou Dani, alguém invadindo a sua propriedade? Se você e sua família demorou anos para fazer aquilo e vai lá um bando de marginal com a bandeira vermelha, uma foice e "esse aqui agora é meu", triste né... DANIELLA MARQUES Propriedade particular é um direito... BOLSONARO É... Quando se fala em democracia a propriedade privada é Sagrada.

Código: Liberdade econômica

2022 > Março 2022>10/03/2022

O Inmetro tá fazendo regulamento de um produto esse regulamento ele é bom ele atinge o objetivo ele tem como ser aplicado na prática o benefício dele ele compensa Quanto que vai custar para a sociedade todas essas questões são obrigatórias a ser

feitas em qualquer regulamento for produzir e mais do que isso é incorpora nos regulamentos objetivo da Liberdade Econômica então nós estamos dizendo para o mercado que eles vão ter liberdade para poder Inovar os seus produtos Inovar a as suas próprias tecnologias sem precisar cair num nó que ele não consegue desatar

Código: Liberdade econômica

2022 > Fevereiro 2022>03/02/2022

O projeto estabelece o imposto de até quinze por cento sobre exportação de milho até o final do ano, ou seja o projeto da poderes para mim, o governo federal, aumentar a taxa de exportação de milho em até quinze por cento para que sobre milho no mercado interno.[...] É isso é isso aí é uma interferência do Estado no livre-mercado, eu acho mais do que inflação pode ocasionar esse projeto, poderia ocasionar até desabastecimento e desestímulos para o plantio.

Código: Liberdade econômica

2022 > Janeiro 2022>27/01/2022

Passamos lá no Emirados Árabes Unidos, o petróleo obviamente né, fala alto lá. Tivemos no Bahrein, um país de equivalente né Mais ou menos uma área de 30Km por 25, tem muitos municípios do Brasil que tem uma área maior que ele aqui. Então é uma área relativamente pequena né, lá não entra o pesado do petróleo, o que pesa muito lá é a liberdade no mercado, Pérolas e tem uma Siderúrgica que usa matéria-prima vinda do Brasil, onde produz alumínio entre outras coisas lá, esse é o Bahrein.

Código: Liberdade econômica

2021 > Novembro 2021>19/11/2021

É eu sei o que o pessoal só fique moro na beira da praia isso vem lá de trás era um dinheiro pago se eu não me engano a coroa não tenho certeza né para proteger a sua propriedade dos piratas são acho que era isso mais ou menos aí isso a valendo até hoje mas acabar com isso e como acabar com isso E aí CPU está trabalhando nesse sentido para botar um ponto final vai ser uma uma uma carta de alforria né uma uma liberdade aí para quem tá em casa que está em na ali terreno de marinha é uma coisa importante

Código: Liberdade econômica

2021 > Junho 2021>10/06/2021

agora em março é o Brasil criou mais 184 mil vagas de trabalho em janeiro e fevereiro são me ligando chegou junto a casa em 500 mil novas carteiras trabalhos lenda das políticas do governo adota o nosso cada vez mais procuramos Não entendi não atrapalhar quem queira produzir olha atrás da lei da Liberdade Econômica dentre tantas outras olha os projetos né que nós fizemos de auxílio à manutenção do emprego o produto e o bem agora isso tudo porque tá das políticas de fast tudo fica em casa e do lamento é isso aí causou desemprego no Brasil em especial junto ó os informais e aquele cara que não tinha carteira de trabalho mais sobre vivia e se perdeu quase tudo tem uma massa muito grande de pessoas né que estão sobrevivendo ainda hoje por favor é ou sabe como ter a graça de Deus

Código: Liberdade econômica

2021 > Abril 2021>29/04/2021

a Funai que está muito bem representado pela tendo à frente o delegado da polícia federal Xavier tratando dos assuntos cada vez mais integrando o indio à sociedade. O índio como um ser humano como outro qualquer ele quer sua independência se ele quer fazer dentro da sua terra o que um fazendeiro do lado faz e no que depender de nós Depende um projeto que tá no Congresso Nacional se ele quiser garimpar ele vai garimpar, se ele quiser e fazer com que possa [INAUDIVEL] plantar fazer tudo la dentro. Essa é a liberdade que estamos dando pra ele. O indio não pode continuar sendo a vida toda né escravizado na mão tutelado pelo Estado né

Código: Liberdade econômica

2021 > Abril 2021>01/04/2021

O grande o trabalho nosso pesado daqui a pouco vai entrar em campo aí é a coleção do preço dos combustíveis não tem que não ficou chateado com o reajuste hoje de 10 porcento na gasolina e quinze por cento nudismo eu quarto reajuste do mês então a Petrobras tem essa é essa garantia né essa liberdade autonomia para reajustar os combustíveis levando em conta o preço do barril de petróleo lá fora e levando-se em conta o preço do dólar aqui dentro e outros fatores pesa negativamente na questão do preço do combustível refinarias.

Código: Liberdade econômica

2021 > Fevereiro 2021>18/02/2021

Então nós temos uma linha, temos uma pauta que é calórica que a gente não abre mão. Eh daquela linha. E uma questão dessa aqui porquê a propriedade privada não possa admitir nada pra expropriá-la. Que eu entendo que ela é sagrada É um dos tripés da democracia. Eu entendo dessa maneira, né? É exatamente a é um dos tripés é a propriedade privada. Você não pode viver e de repente por uma ação qualquer você irá perder a sua propriedade privada

Código: Liberdade econômica

2020 > Novembro 2020>12/11/2020

TARCÍSIO A gente tem que fazer o teste, né? Tem que fazer o a oitiva do mercado. Agora, a gente vai ter uma noção muito boa sobre isso, quando o nosso projeto de autorização de ferrovias foi aprovado no congresso. Ele vai dar pra nós essa dimensão exata, porque aí qualquer investidor que queira tomar um risco ferroviário, vai poder tomar e ter a propriedade da ferrovia, ele vai vai ser um investimento eminentemente privado, né? Ele tem uma série de benefícios, com liberdade tarifária, com tempo maior pra exploração do ativo, não tenha reversibilidade dos bens, então é um projeto revolucionário, né? Importante pro Brasil tá lá no congresso pra ser votado.

Código: Liberdade econômica

2020 > Novembro 2020>10/11/2020

Agora, a gente vai ter uma noção muito boa sobre isso, quando o nosso projeto de autorização de ferrovias foi aprovado no congresso. Ele vai dar pra nós essa dimensão exata, porque aí qualquer investidor que queira tomar um risco ferroviário, vai poder tomar e ter a propriedade da ferrovia, ele vai vai ser um investimento eminentemente privado, né? Ele tem uma série de benefícios, com liberdade tarifária, com tempo maior pra exploração do ativo, não tenha reversibilidade dos bens, então é um projeto revolucionário, né? Importante pro Brasil tá lá no congresso pra ser votado.

Código: Liberdade econômica

2020 > Outubro 2020>22/10/2020

Então a perspectiva nossa final de dezembro, começo de janeiro tem muita coisa no mercado. Daí o preço volta a sua normalidade. Alguns perguntam sobre aquela aquela reserva, como é que é o nome estratégico, como é que é o nome? Na reserva estratégica de de de alimentos. Controle, não, controle de alimentos, cê guarda armazena num canto, alimento ali reserva a vida. Reserva estratégica não está errado falar mas tem um nome tem um nome específico do tocante é esse aí está certo? Eh nós temos isso aí mas só que a procura foi demais. Estoque regulador. Foi foi demais está certo? Agora o que acontece? Alguns falam que tem que tabelotti não vai tabelar. Nós já sabemos que o que acontece com o tabelamento. Olha a Venezuela lá está tabelado. Não tem. No Brasil enfrentamos outros planos econômicos do Brasil onde houve tabelamento. O que aconteceu? Sobe do mercado. Está certo? Então a nossa política é livre mercado tá? Eh seguir a linha do Paulo Guedes aí o Paulo Guedes continua noventa e nove ponto nove por cento aí de confiança comigo

Código: Liberdade econômica

2020 > Outubro 2020>01/10/2020

E outra outra coisa, né? Que não é verdade. As grandes reservas indígenas pode falar em Ianomâmi, Raposa, Serra do Sol, entre outras, né? É áreas que é quase impossível nós, né? Fiscalizarmos Então impera lá dentro eh desmandos ilícitos também. Eh roubo de biodiversidade, exploração aí predatória de de dos dos meios naturais que existem lá. É a questão de de ouro e outro tipo de minério. Então Isso ajuda a estar realmente roubando o nosso patrimônio. E eu gostaria que alguns locais, né? O índio já está evoluindo, ele pudesse realmente ter mais liberdade sobre a tua terra. Como você disse agora há pouco? Por que que um fazendeiro aqui pode usar a sua terra, né da maneira racional e pro lado de cá não se pode fazer absolutamente nada. Temos um projeto em Brasília nasceu no Ministério das Minas e Energia dando poderes ao índio se assim ele quiser poder explorar a sua terra assim como o homem branco não fazendeiro do do lado o faz É isso aí.

Código: Liberdade econômica

2020 > Setembro 2020>24/09/2020

Reforma tributária. Agora o Brasil é um dos piores países pra se fazer negócio. Então quando o mundo às vezes quer investir aqui quando vê esse cipoal de essa burocracia enorme de impostos, de fiscalizações, de multas, o elemento vai embora, desiste.

Então estamos tentando aos poucos mudando isso aí tivermos aqui a aquela lei da liberdade econômica, né? Foi mais um feijão com arroz nosso aqui no Brasil mas foi muito bem-vindo.

Código: Liberdade econômica

2020 > Julho 2020>23/07/2020

Havendo essa concorrência o time, né? É decidido pra quem vai vender a sua, o seu direito de maio. O time que tiver melhor vai vender mais caro, então não existe acomodação o time eu quando o meu time for jogar como tem bons jogadores vai vender mais caro aquela imagem, isso é negócio. Então o time que se acomoda quando for mandante vai cair o valor da venda daquela daquela imagem. Então isso é concorrência, isso é livre mercado, isso é maravilhoso. Eu ouso dizer aqui que o futebol do Brasil pode estar tendo uma uma alavancagem enorme agora por causa disso Muitas vezes o elemento com todo respeito. Eu acho que o jogador prefere jogar aqui no Brasil e sai pra Europa por quê? Por causa do salário, o cara ganha uma fortuna.

Código: Liberdade econômica

2020 > Julho 2020>02/07/2020

Esse é o grande problema do Brasil, você é carga tributária, é burocracia e você desiste de de investir, né? De de até se aventurar num negócio, porque depois que quebra fica uma dificuldade enorme pra você ficar livre eh das pendências, das dívidas e tanta outra coisa. Então é isso que devemos fazer pra facilitar a vida de quem quer empreender no Brasil.

Código: Liberdade econômica

2020 > Julho 2020>02/07/2020

Quem sabe exportando mais peixe não é sobre mais carne para gente. Aqui estamos ajudando, tá só na cama do pé da carne. Com razão, reclama. Com razão, vamos começar pela lei da oferta e da procura. Não dá para tabelar, tabelar a carne, né? Tem gente que pede para tabelar, cerveja, por tabelar o camarão e daí não dá pra saber. Não pode de jeito nenhum. Nem a tubaína, tubaína. É o livre mercado pessoal. O Brasil tem uma dívida monstruosa para pagar.

Código: Liberdade econômica

2020 > Janeiro 2020>16/01/2020

O que está acontecendo na Argentina? Que pessoal parece esqueceu? A Venezuela não é pessoa reclama do preço da carne. O que alguns querem que eu faça é a tabela. A carne é dar subsídio para a carne. O Maduro fez no passado esse aí, né? Chávez, Maduro hoje tem nem cachorro nem gato para comer na Venezuela. Nós somos do livre mercado pessoal no. Tá? Eu não posso. Você está reclamando do preço da carne, mas tem um cara que produz no campo.

Código: Liberdade econômica

2019 > Dezembro 2019>26/12/2019

Está subsídio, arranjar dinheiro de criar imposto para dar para o pecuarista para baixar. Aprenda cansa. Não existe quem age dessa maneira. Quem agiu em governos anteriores. Botou a sua economia na Luna. Outros países está aí a Venezuela para o Brasil. Planos no passado de congelamento de preço, que é mais velho. Lembra disso? Acabava não tendo material na prateleira, então não tem que discutir essa questão de tabelamento de preço é livre mercado.

Código: Liberdade econômica

2019 > Dezembro 2019>26/12/2019

Agora não podemos tomar medidas aqui que não deram certo, não, nenhum lugar do mundo. Tabelamento de preço, obrigar ao exportar menos para abastecer o mercado interno é a livre concorrência que a pouco volta é o normal. Tá OK? Então lamento aí, até porque o preço da carne Oo.

Código: Liberdade econômica

2019 > Novembro 2019>28/11/2019

É a Argentina não fez a devida reforma, tinha que fazer, não é? E a economia deu algum problema? Tá? Mas eu espero que o povo, a gente na escolha, realmente um presidente, continue sendo amigo do Brasil, do Paraguai, não é? É do Chile que mantenha AA ideologia realmente da da Liberdade, do livre comércio. É que não querem interferir em outro país que não volte ao que era antes. E sabe quem? Quem estava nesse país, no Brasil, no Paraguai e no Chile, no passado pessoal, muito

obrigado a todos. Até quinta_feira da semana que vem, haja mais uma vez. Muito obrigado por você ter colaborado e muito na laboração de decreto.

Código: Liberdade econômica

2019 > Outubro 2019>03/10/2019

A sua mensagem e a sua aproximação com o presidente Macri, que é fazer o Mercosul que atravancou o crescimento da região Argentina, já foi o sexto país mais rico do mundo. E o Brasil era a economia que mais crescia no mundo e o Mercosul virou uma trava para o crescimento. E também ameaçou a nossa democracia, como aconteceu com a Venezuela. Então, a palavra de ordem aqui, tanto o presidente Bolsonaro quanto do presidente Macri foi justamente a Liberdade, a Liberdade econômica e a Liberdade política, democracia e mercados para botar o Brasil para crescer de novo. Então essa aproximação econômica, na verdade, é para botar o Mercosul para rodar. Nós vamos integrar as 2 economias. Vão ter energia barata, vamos ter comida barata e vamos partir para a integração da economia mundial também.

Código: Liberdade econômica

2019 > Junho 2019>03/06/2019

BOLSONARO Vou falar um assunto rápido aqui, não é? Depois entra as 2, aqui é um assunto importante que interessa para a gente. Então, rapidamente, nas últimas semanas, só a título de curiosidade para vocês verem aqui a confiança do investidor no Brasil é enorme. É, nós estamos fazendo dever de casa, temos uma encruzilhada pela frente, que é a reforma da previdência, a gente apela aos parlamentares muitos nem estou apelando mais, que eles é que estão nos vindo, dizendo que querem aprovar a reforma. Tendo em vista, nós podemos libertar o Brasil desse jugo econômico, nós vivemos, está uma situação bastante complicada que nós só podemos sonhar um dia, ganhar na economia com essa reforma previdenciária, nós temos que demonstrar para o mundo e para o investidor aqui de dentro que nós estamos preocupados e sim fazendo a nossa parte, porque o Brasil gasta muito mais do que arrecada.

Código: Liberdade econômica

2019 > Maio 2019>30/05/2019

Conversei com o ministro Tarcísio, da infraestrutura, que estava na mesa dele, por coincidência, pedidos para 8000 e poucos novos pardais novas lombadas eletrônicas. Falei, Tarciso, engaveta esse trem, né. Ele é capitão como eu, né? Mas eu sou mais antigo do que ele, então engaveta isso. Aí não tem novos pardais em estradas federais. Teve uma pressão depois de alguns pequenos grupos aí local de risco, né? Não tem local de risco, você, ninguém é otário, tem uma curva na frente, um ribanceiro o cara não vai entrar 80, 90, 100 por hora lá. Não faz isso aí, não precisa ter um pardal para multar o cara lá. Tá certo? Então, em estradas federais, os contratos porventura forem vencendo, não vamos renovar. Então se tem pardal novo é rodovia estadual e deu certo isso aí. nós devemos acreditar. Como o Onyx sempre disse, acreditar em você, cidadão, que você é responsável cumpridor dos seus deveres e devemos dar como dar a MP da Liberdade econômica. Acreditar em quem quer produzir, né? Acreditar no motorista em si, então eu repito aqui semana que vem vamos pegar a palavra final do nosso presidente, Rodrigo Maia, e Davi Alcolumbre, no Ceará, também temos um bom relacionamento para ver se a gente enfia uma medida provisória para essa mudança no código de trânsito. Gilson?

Código: Liberdade econômica

2019 > Maio 2019>23/05/2019

Bem rapidamente por 2 minutos, o Luciano da Havan, ele vinha trabalhando também, favoravelmente, que o que nós registramos uma medida provisória que viesse a tratar da Liberdade econômica, isso foi feito, então, na última terça_feira, ele tem 2 minutos. Luciano vai falar o que é a medida provisória da Liberdade econômica, que interessa o Brasil numa situação econômica ainda difícil que nós encontramos, mas se Deus quiser, vamos sair dessa crise.

Código: Liberdade econômica

2019 > Maio 2019>02/05/2019

LUCIANO DA HAVAN Olha, obrigado, presidente. É, trabalhamos. Parabéns a equipe econômica nesse governo que fez um belo trabalho. Só vamos. Continue conseguir fazer o Brasil crescer, desenvolver, gerar emprego através do liberalismo econômico. Foi por isso que nós tanto trabalhamos para a eleição do presidente Bolsonaro. Nós acreditamos que é da forma que, abrindo a economia, fazendo com que os empresários tenham mais, é, vontade de investir no Brasil. Ter confiança, abrindo

mais empresas, gerando mais emprego é que nós vamos tirar o Brasil do fundo do poço que nos colocaram. Eu agradeço ao presidente Bolsonaro, esse trabalho maravilhoso. Teve a coragem de fazer essa medida provisória e agora depois vai pro Congresso para que de repente ainda pode melhorar para deixar o empresário brasileiro, que é um dos melhores empresários desse mundo que eu conheço, é um empresário que tem força de vontade, é criativo para que possamos fazer o Brasil uma das maiores nações do mundo. parabéns, presidente, por essa grande medida.

Código: Liberdade econômica

2019 > Maio 2019>02/05/2019

BOLSONARO Em 2021, 2022, o Brasil vai parar se não fizer essa reforma, infelizmente é isso. Por outro lado, uma vez aprovada a reforma que vai ajudar todas no Brasil, ela vai cobrar menos de quem ganha menos, mais de quem ganha mais, vai equalizar o teto da previdência. Vai dar uma arrumada muito boa. É nessa questão e ato contínuo, né? Conforme acertado com Paulo Guedes, a ideia dele montou uma excelente equipe de economistas. Já estão sendo tomadas, vão ser aceleradas após a reforma da previdência, que é desburocratização. É tirar o peso do estado de cima de quem produz, é fazer o possível para deixar aqui que a economia flua livremente. É o que vai nos tirar da situação que nós encontramos, porque é difícil ser patrão no Brasil. É difícil ser empregado. É. É difícil ser patrão, é, mas mais difícil ainda é ser desempregado.

Código: Liberdade econômica

2019 > Março 2019>21/03/2019

nós fizemos a nossa parte né quando foi possível e passou a ter a vacina no mercado porque em 2020 não tinha vacina nós compramos mais de 500 Milhões de Dólares tomou quem quis não obrigamos ninguém tomava vacina

Código: Liberdade Individual

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Se for fazer cartinha, servir de passaporte pra dizer que é bom moço e aqui e quando se fala em carta a democracia os signatários dessas cartas dessa carta estava onde por ocasião da pandemia? Porque vários dispositivos da Constituição foram violados

Código: Liberdade Individual

2022 > Agosto 2022>11/08/2022

Em 2021, eu não tenho de cabeça aqui, mas todo mundo que queria a vacina teve acesso a ela de forma voluntária, eu não obriguei ninguém a tomar vacina, eu não falei "Oh, quem não tomar vacina o filho não pode se matricular em escola" ou não pode vai ser demitido do emprego... Não fizemos isso daí, nós fomos pela liberdade, então o Brasil comprou a vacina para todos aqueles que queriam toma-la.

Código: Liberdade Individual

2022 > Julho 2022>21/07/2022

Alguns governadores exigiram a vacina para até para buscar um serviço público, até para tirar retirar a carteira nacional de habilitação. A Bahia foi o estado que mais impôs né medidas para obrigar a pessoa tomar vacina, não respeitou a liberdade daquelas pessoas e o nosso governo respeitou a liberdade

Código: Liberdade Individual

2022 > Julho 2022>21/07/2022

Nós compramos vacina para quem quis, da nossa parte não exigimos é, não obrigamos ninguém tomar vacina, a liberdade acima de tudo. E também somos contra o governo federal contra o passaporte vacinal

Código: Liberdade Individual

2022 > Fevereiro 2022>24/02/2022

Eu não Tomei vacina e fiquei mais de duas horas a um metro e meio do Presidente Putin. O Macron tomou vacina e Ficou ali 10 metros de distância dele, pelo amor de Deus. Que que ta em jogo nessa questão da vacina no meu entender aqui a nossa liberdade você não pode começar a aceitar perder direitos em troca de garantias outras, não pode. A liberdade é importantíssima, então ditado que diz né "quem abre mão de parte da sua liberdade para obter a segurança, acaba não ficando nem com segurança e nem com Liberdade. Tem coisa que é negociável. Pô, bata no peito e diga "eu não quero isso". Acabou. É um direito meu.

Código: Liberdade Individual

2022 > Fevereiro 2022>17/02/2022

A vacina não pode ser obrigatória, pessoal. Chamam, o Camarote me chama de negacionista no tocante a vacina. Camarote da Globo né, quem comprou vacina no Brasil? O Governo Federal. Como é que eu sou negacionista se nós compramos mais de 400 Milhões de Dólares de vacina no Brasil. E eu nunca falei que devia ser obrigatório, nunca. Já tive conhecimento de orgãos federais aqui que queriam exigir o passaporte vacinal. Foi feita a ligação pro respectivo chefe: "Baseado Em Quê? Vai ser um ditadorzinho na sua área também?". Acabou a brincadeira na hora. Liberdade acima de tudo.

Código: Liberdade Individual

2022 > Fevereiro 2022>17/02/2022

todo mundo vacinado quem quis se vacinar aqui eu não quis é liberdade não se vacinar

Código: Liberdade Individual

2022 > Fevereiro 2022>17/02/2022

Quem quis se vacinar, se vacinou, tá. Quem não quis eu entendo que é um direito dele não se vacinar. Isso se chama liberdade tá. Aqueles que acham que todo deve se vacinar, amanhã pode o estado, é, querer impor algo para você que agora quer e você lá na frente sendo minoria, impor para você também. Não pode, não, isso não é democracia. Democracia é respeitar a liberdade das pessoas.

Código: Liberdade Individual

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

Você vai demitir um cara, cara casado, com filhos, esse cara vai viver do quê? Não quer se respeitar a liberdade das pessoas? É um direito dele de vacinar ou não.

Código: Liberdade Individual

2021 > Dezembro 2021>09/12/2021

MARIO FRIAS como setor foi muito desanimado, muito dizimado o que que a gente tem a gente criou a portaria proibindo a cobrança do passaporte vacinação. A lei ela obriga que a cultura ela ela garante a livre fluição ao bem cultural, então a gente não pode criar nenhum tipo de segregação, nem por cor, nem por clero, nem por nada, então é uma portaria muito importante.

Código: Liberdade Individual
2021 > Novembro 2021>19/11/2021

A vacina para mim sempre foi e será facultativa. A gente não pode obrigar as pessoas a fazerem certas coisas, não pode. Até porque né, eu não quero entrar muito em detalhes sobre vacina, você sabe o que tá acontecendo no mundo, é um tabu discutir vacina, falar bem ou falar mal, criticar, é um tabu, falar de efeito colateral, falar se tem alguém morrendo ou não, virou um tabu, você não pode falar nada.

Código: Liberdade Individual
2021 > Novembro 2021>19/11/2021

Pessoal ou nós temos Liberdade ou não temos. E a história diz que todo aquele que abre mão de uma parte da sua liberdade por segurança, acaba ficando sem liberdade e sem segurança. Se for aceitando esse passaporte da vacinação, daqui a pouco vem outra exigência e outra mais outra e mais outra e você sabe onde vai parar isso aí, controle da população. As pessoas que mais me acusavam de ser ditador é o que estão fazendo isso agora.

Código: Liberdade Individual
2021 > Setembro 2021>30/09/2021

Agora que eu vejo muita pessoa falar, que entende do assunto, são os médicos aí infectologistas é que entende no assunto, são respeitadas. É o seguinte: tem que se pesar o custo-benefício, é aquela história você vai jogar 10 reais na loteria para ganhar cinco? assim não compensa, tem que jogar cinco para ganhar 10. se o risco de problemas efeito colateral é muito maior é porque que você vai submeter a isso? eu tenho uma menina agora aqui 16 anos do Colégio Militar de Brasília foi a semana passada tomou a vacina. Os colégios militares não tem nenhuma orientação por parte do Comando do Exército né para vacinar ou não vacinar. Vacinaram porque os pais assim, menor de idade, assim decidiram. Começou a passar mal no dia seguinte, teve trombose, né, trombose, mal teve alta no hospital ontem. Olha o sufoco que passou os pais né. E essa garotada foi vacinada Por quê? não teve uma uma determinação do governo no tocante a isso daí, não teve. Eu continuo defendendo a liberdade, você quer se vacinar, se vacina, não quer, não se vacina.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>23/09/2021

Não concordo com o passaporte sanitário, tanto é que está vendo da não confiabilidade. Eu espero divulgar amanhã mais dois nomes de pessoas que vocês conhecem, todo mundo conhece que estão com Covid, que tomaram a vacina também tá certo. A Liberdade Não Tem Preço, falei lá em liberdade do ser humano, passa pela liberdade religiosa e de expressão.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>23/09/2021

Olha o que tá acontecendo aqui na França. Matéria da imprensa, hein: "França suspende salários de não vacinados". Logo a França que fala tanto liberdade né, tanto em liberdade né. Agora, o cara que não tomou a vacina está prejudicando a si próprio. Se você já tomou, Fique tranquilo né, você tá imunizado, você pode viver em paz.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>16/09/2021

São os, Augusto, os projetos é de ditadores [inaudível] no Brasil. Um é o Eduardo Paes no Rio de Janeiro e nós vimos muitos governadores fazendo coisas terríveis durante a pandemia, como toque de recolher, lockdown, confinamentos, prisões, entre outras barbaridades e não é fácil lutar contra isso muita gente quer que eu faça alguma coisa, mas por exemplo aquela lei da obrigatório da vacina 2020 é Nossa vai vale até Trinta e Um de dezembro no ano passado. O Supremo Tribunal Federal deu uma sobrevida de mais um ano a essa lei. Daí vem governadores e prefeitos fazendo essas barbaridades por aí [...] Agora o povo sofre muito, pois é, a liberdade é uma palavra que cada vez mais parece que vai deixando existir no Brasil.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>16/09/2021

Então o povo foi as ruas para dizer o que quer, que é a democracia, eu quero que todos jogue dentro das quatro linhas da Constituição, eu quero liberdade de imprensa eu quero meu direito de ir e vir, eu quero ter a certeza que não vou acordar com a polícia federal em casa por fake News.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>09/09/2021

O que que vai acontecer dia sete, tenho certeza, vai ser uma manifestação nunca vista no Brasil e todos nós temos que entender o que o povo tá querendo. Agora eu espero que uma ou duas pessoas mudem seu comportamento depois desse movimento. Que se não mudar, aí fica difícil a convivência, segundo disse que o próprio Ministro Fux ou então o Supremo Tribunal Federal, por exemplo, por exemplo, tem autoridade, tem legitimidade apresentar uma... Eu acho que nem tem né, porque Emenda à Constituição em cima de cláusula pétrea não existe, tem que ser uma nova assembleia nacional constituinte. E tem certas coisas que é ou não é. Ou você tem liberdade ou não tem.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>02/09/2021

Quando se fala em liberdade: "Cidade de São Paulo passa a exigir comprovante de vacinação para entrada em eventos com mais de 500 pessoas a partir dessa quarta". Isso não pode acontecer, pessoal. Eu não sei quem foi contaminado ou não no passado.

Código: Liberdade Individual

2021 > Setembro 2021>02/09/2021

Que decisão foi essa do nosso Supremo Tribunal Federal que por ocasião ainda na pandemia o ano passado onde se passa por cima de todos os incisos do artigo 5º da constituição, se toma medidas violentas contra o povo tirando-lhes o direito de ir e vir o direito ao trabalho o direito a frequentar o templo religioso as medidas mais drásticas tomadas por muitos prefeitos e governadores, mais graves e mais restritivas que o estado de sítio. E olha que o estado de sítio não entra no momento que eu assino decreto, entra em vigor depois que o Parlamento aprovar e mesmo assim enquanto durar o estado de sítio eu respondo por qualquer excesso e o Supremo deu poderes a governadores e prefeitos tomar medidas mais agressivas ainda sem que eles respondessem por nada, absolutamente nada

Código: Liberdade Individual

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

é a liberdade e sentimos por ocasião da pandemia ações de alguns governadores e prefeitos depois de empoderamento do Supremo Tribunal Federal se comportarem com protótipos de ditadores e botando botando guarda municipal para aprender hoje é uma mulheres na praia para derrubar a mulher em praça pública como em Araraquara e prendê-la. O completo descaso os direitos e garantias individuais. Queremos isso para o nosso Brasil?

Código: Liberdade Individual

2021 > Julho 2021>29/07/2021 Live semanal importante

no dia seguinte temos um encontro com empresários em Porto Alegre e também um passeio de moto às dez da manhã você vai estar fazendo agora eu quero agradecer aí o o convite por parte de grupos empresariais bem como o dono que o exótico do nosso amigo aí o raio azul do Bibo pede todos os políticos fazem especial vai mais quem faz o movimento e os grupos de motociclistas de Porto Alegre Parece que vai ter o passeio de aproximadamente 60 km largada da FIERGS o e termina na própria FL quanto nós passamos na orla ali eu acho que a região do estádio do Grêmio Parece que vai ter muita gente dele de barcos e Jet Ski também acompanhando essa esse passeio de moto do fundo do coração agradeço a todos motociclistas e pelo convite de quando pela presença de vocês porque a motocicleta sinal de liberdade em duas rodas. E pode ter certeza, por liberdade eu dou minha vida

Código: Liberdade Individual

2021 > Julho 2021>08/07/2021 Live semanal

assim como muitos países muitos estados norte-americanos e o Reino Unido que aboliram completamente né desobrigaram o uso da máscara, eu conversei com o Ministro Queiroga da Saúde ele tá definido é o percentual da população vacinada para a adotar o mesmo procedimento aqui. Deixar bem claro, se o Ministério da Saúde recomendar a partir de tal data o não uso da máscara recomendar a não-obrigatoriedade quem quiser continuar usando fique à vontade não tem problema nenhum tá. Proporcionamente quem achar que não tem mais que usar, que já foi vacinado é porque foi já foi contagiado bom então direito dele democracia isso a democracia isso

Código: Liberdade Individual

2021 > Julho 2021>08/07/2021 Live semanal

então vai muito bem a vacina no que dependeu do Governo Federal e o que depender de mim ela não é obrigatória. Quem achar que deve se vacinar, se vacine, quem achar que não deve, não se vacine. Afinal de contas, quem acredita ma vacina está protegido e quem não acredita, a vida dele, cuida da vida dele. E não tem esse papo de quem não usa está estimulando e as outras pessoas a não usar, isso é democracia tá. E eu ando o Brasil todo, tenho obrigação de estar no meio do povo

Código: Liberdade Individual

2021 > Julho 2021>08/07/2021 Live semanal

deixa bem claro não foi eu que deixei eu não teria fechado escola nenhuma mas eu falei lá atrás quando Supremo deu amplos poderes para governador de prefeito tomar medidas receitinhas que bem entender inclusive ignorando todos os inciso do artigo 5º da constituição tiraram o direito de trabalhar proibido trabalhar tirar o direito de viver o direito à liberdade religiosa não podia mais a igreja mas tudo bem

Código: Liberdade Individual

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

e aproveitar a oportunidade né já que vão falar em um povo cada vez mais se conscientiza que têm que lutar simples sua liberdade por democracia e pelos seus direitos que de ver todos já sabe que tem tem bastante e se demonstra como fizemos aqui um passeio de moto em Brasília no mês passado quando eu vamos fazer o outro passeio de moto no Rio de Janeiro que eu vou quando a pessoa assim olá cada tem mais de 20 mil mais de 20 mil como eu tenho certeza que no sábado temos mais de 100 mil pessoas nesse passeio de moto lá em São Paulo então povo que tá vendo o governo diferente daqueles que que me antecederam no passado é toda semana era dois três quatro casos de corrupção a gente esperava eu o noticiário né para ver o pa quem é princesa vai aprender hoje

Código: Liberdade Individual

2021 > Junho 2021>10/06/2021

sábado Tamo junto aí passado em São Paulo é um grande passeio de moto aí o percurso tava ligando passado para mim não sei o que tá organizando né então ler os clubes de motociclistas mais umas pessoas ali deve dar em torno de cento e 120

km porque o percurso grande que se for só de 40km a gente vai ficar parado no mesmo lugar que eu tô sabendo vai ter uma fila ali 30 40 quilos tão amanhã Espírito Santo Sábado dez da manhã largada lá em São Paulo tem um grande passeio ciclístico de motocicleta né que teu nome é acelera para Cristo em defesa da nossa liberdade da nossa democracia e do mal é maravilhoso que nós temos

Código: Liberdade Individual

2021 > Junho 2021>10/06/2021

outro domingo se Deus quiser votar lá no Rio de Janeiro no passeio de moto lá com os amigos me convidaram a concentração é a região da Cidade da música talvez muito por Parque Olímpico no Rio de Janeiro e pode ter certeza que vai ser uma demonstração do fundo do coração dos motociclistas de que temos ali um mês ideal nossa liberdade o nosso Brasil acima de tudo pela nossa liberdade liberdade para trabalhar em liberdade de religião direito de dirigir é isso que o povo quer e devagar vai mudando o Brasil

Código: Liberdade Individual

2021 > Maio 2021>13/05/2021

no último dia 1º pessoal todo mundo viu manifestação espontânea da população foi às ruas é preocupado com seu futuro tá e contra a partir da isso eu falei que posso baixar um decreto e o apelidei do Shopping da criança de pleonasmo abusivo não tem um pleonasmo abusivo aquela figura de linguagem né o leite em branco o café preto açúcar é doce o gelo é gelado é porque ele declarou que que vai estar nele aí tá os principais incisos do artigo 5º da Conceição e eu falei que ninguém vai contestar leve tá falando mas o seu pé não Pode contestar esse decreto não pode constatar pela de quanto tempo leva O Guardião da condição ou sofreu vai ponta Se possível da coisa não tem cabimento não tem cabimento isso aí será que é preciso fazer isso agora se fizer o decreto vai ser completo a todos meus 23 minutos vão se ferrar porque o decreto seja cumprido esse tivamente e tenho certeza que ninguém faz você conta tô com dois deputados federais aqui e um Estadual p**** querem botou a constituição deputados e senadores e o artigo 5º da construção falar no capítulo das causas das Pedras e que não pode ser alterada nem por uma possível entendo porção só uma nova assembleia nacional constituinte e tu ninguém pode ser contra aquilo que entra quase agora porque tu tá falando isso porque tem alguns

governadores alguns prefeitos que estão fazendo isso Hum será que tá na hora de eu fazer isso aí paixão decreto para garantir por exemplo o direito de ir e vir do cidadão garantir o direito de trabalho o cidadão garante o direito de culto e a quem é cristão por exemplo realmente complicado viver nesse país né ainda você candicado por um decreto que vai copiar incisos do artigo 5º da constituição é o fim da picada essa aí vai ser folga

Código: Liberdade Individual

2021 > Maio 2021>06/05/2021

Não sou dono da verdade mas eu respeito O parlamento brasileiro assim que eu respeito o artigo 5º da constituição que foi votado lá pelos constituintes de 88 nós devemos aprender a respeitar por mais que eu não goste de alguns dispositivos da constituição eu tenho que aceitar com só que eu não todos

Código: Liberdade Individual

2021 > Maio 2021>06/05/2021

é um absurdo isso aí vou ver alguns governadores alguns prefeitos estão baixando o Decreto que tem poderes mais restritivos que estado de sitio. E olha estado de sitio você parlamentar sabe disso eu baixo o decreto começou entre em vigor depois o congresso dizer sim enquanto o congresso não se manifestar não vale estado de sitio e hoje dia qualquer Governador qualquer Prefeito tem os responsáveis mas tem aqueles que abusam baixou um decreto que esses todo mundo com por exemplo eu entro utiliza garantias é fundamentais a condição a função de tempo religiosos interessa Igreja Evangélica Você é católica a liberdade de culto é sagrado sarada na causa aperta nossa condição não tem que mexer nisso o direito de vir também é Sagrada agora a inadimissível que vem acontecendo Então é difícil falar né mas a gente espera que o Supremo Tribunal Federal reveja certa decisões todos nós podemos errar nós aqui porque eu já ia revolta o meu você deve ter razão o tempo depois você botou se arrependeu acontece agora esse excesso de poder o poder absoluto mais que está difícil para Governador e Prefeito isso realmente não dá para gente admitir tem que ver cena lamentáveis né dê a gente segurança guardas municipais batendo soco na cara de trabalhador

Código: Liberdade Individual

2021 > Abril 2021>01/04/2021

aconteceu domingo né uma manifestação espontânea da população muita gente que apoiando o governo Bandeira verde-amarela não estamos em eleições o movimento voluntário dentro do coração do povo que pede cada vez mais que nós temos febre o Brasil que os poderes cada vez mais Olá sejam amores e todos produzam para o Brasil a maior produção nós podemos ter mais importância nas liberdade e nossa democracia aqui a gente sabe que todo aquele te ver acontecendo no Brasil parece um estão tão sólida assim então devemos preocupar com isso e o que eu digo né O que o povo quer a gente faz e o que o povo tá pedindo é democracia e liberdade ações demos entrada hoje a rua do Supremo Tribunal Federal a outra no Parlamento a partir de amanhã que a gente grande parte da uma satisfação à sociedade se esse poderes aí entender que nós estamos certo naquilo que estamos pleiteando as ações uma Dinho no Supremo tem um projeto no congresso nacional com urgência a gente restabelece a ordem no Brasil e o ser humano Pedro ele teu um bom de mandar é só falar muito em democracia e ditadura mas é do ser humano uma característica vez manda mais isso começa até dentro do próprio lá tá E temos que cada um reconhecer a sua importância e também os seus limites senão o caldo é pode entornar tem uma briga aqui em casa ter siteiro tensões entre poderes se ninguém quer sair quer paz liberdade acima de tudo o povo disse nas ruas que quer trabalhar então essa essas duas ações nossas tem a ver realmente o povo está pedindo e as manifestações é viram por parte do supremo e por parte do congresso nacional que eu acredito que tenhamos não eu mas o povo tem a vitória no tocante a isso daí.

Código: Liberdade Individual

2021 > Março 2021>18/03/2021

Ou seja quem decide na ponta aí não sou eu é muitas vezes um governador, não um governador não, é o prefeito. Que interessa ele tenha 15 milhões de habitantes tem o município ou tem 800 habitantes que o menor município do Brasil ele que decide é o estado de sítio e uma fera ditado não sei de quem é "aquele que abre mão de Um milímetro da sua liberdade em troca de segurança seja o que for não terá nada no futuro" Vamo lá, eu sou a pessoa queira ou não a critique ou não me ofendo ou não que posso garantir a sua liberdade.

Código: Liberdade Individual

2021 > Março 2021>11/03/2021

E eu também falei como é fácil impor uma ditadura no Brasil vou repetir como é fácil impor uma ditadura do Brasil tá chovendo município de guarda municipal com cacetete uma dia todo mundo é de casa imagina umas coisas armados com fuzil é em nome da ciência e nome da sua vida você vai ficar em casa mofando uma pequena parcela ansiedade pode ficar em casa mais tempo mas a grande maioria não pode e essa essa minoria que pode por enquanto como quem trabalha bota a mão na massa e produz alimento essa grande maioria que pode ficar pouco tempo dentro de casa então vai produzir mais nada todos vão sofrer eu tenho como garantir a nossa liberdade eu sou o grande dom da democracia. Tendo em vista a situação que está acontecendo no Brasil usa o vírus para que parte oprimir parte humilhar para tentar quebrar economia.

Código: Liberdade Individual

2021 > Março 2021>11/03/2021

e daí eu volto para a história da palavra do sapo fervido você conhecendo não é uma bacia lá joga o sapo dentro da bacia tu sabe que isso aí foi sai vai embora sábado que eu da água deve ser bota um fogo ali Vasco começa a aquecer água o saco começa a sentir bem vai subindo a temperatura 30 40 50 60 graus o sapo tá lá todo relaxado gostosão tranquilo pensando nas apa quando chega 70 80 graus começa a pegar fogo negócio ele quer sair eu não saio vai morrer cozido assim se rouba a liberdade de um povo é devagar olha Brasília e está difícil é o cobrador de que não é mas é só disse isso não pode sair na rua direito de ir e vir e que nós bota no lixo a Constituição tu não pode sair das 22 às 5:00 daqui a pouco ele resolve não vídeo da cinco não vou botar das 5:40 então não vou passar esse 7:42 daqui a pouco você tá preso e acabou tua liberdade

Código: Liberdade Individual

2021 > Março 2021>11/03/2021

Oi e o povo ver com fome batendo cabeça ninguém consegue exercer autoridade sobrenome de herança é um caos. A quem interessa o caos no Brasil? e com quem o governador negocia fora do Brasil de forma explicita eu não vou falar nomes aqui quem tem um mínimo inteligência consegue entender o que está em jogo não é nem o teu prato de comida é sua liberdade

Código: Liberdade Individual
2021 > Março 2021>11/03/2021

É isso aí nós temos que ter responsabilidade não posso entrar na pilha de alguns achando que temos que correr outros inclusive como o governador de um grande estado porque isso é obrigatório e não admissível entrar nesse assunto mas depois discutir e mais ainda não é isso aí só Deus eu falei democracia do Brasil também você não pode impor a sua vontade população dizendo que é proteger a vida dela primeiro lugar quem tem que ter proteger a vida dessa pessoa ela mesmo

Código: Liberdade Individual
2021 > Janeiro 2021>07/01/2021

Pessoal muito obrigado aí amanhã é sexta-feira faltando poucos dias aqui pra pro domingo né? Pra ter uma temos eleições eh municipais Boa sorte aos candidatos, muito mais boa sorte aos eleitores que vão escolher pessoas que ficarão por quatro anos decidindo a sua vida. Aumentando IPTU, não, ou aumentando ISS ou não, fazendo lockdown ou não. Pense nisso tudo porque a democracia é maravilhosa e o que materializa a democracia é o é o seu voto. Boa sorte a todos, até amanhã se Deus quiser.

Código: Liberdade Individual
2020 > Novembro 2020>12/11/2020

Olha só, eu publicando a matéria da UOL, olha só. Diretora da OMS não recomenda a vacina contra a covid-dezenove seja obrigatória. Daí os caras falam ah quando interessa pra você você publica né? De vez em quando a UOL acerta né? Né mentir tanto. De vez em quando eles acertam. Está certo? E a questão também da OMS. É daí eu falo daí o cara falou pra mim outro comentário vários comentários, né? Ah! A coisa interessa você acredita na OMS, porque não interessa você critica. Bem, pela olha Olha só, quem falou primeiramente que a vacina não tinha que ser obrigatória? Foi eu ou foi a OMS? Responda aí. Fui eu. Ou melhor, fui eu. Também. Então o pessoal me fuzila. Fui eu que falei no que depender de mim não será obrigatória até que o até que o Programa Nacional de Imunizações além incluída as vacinas obrigatórias, né? Quem decide esse programa? É o Ministério da Saúde, do Pazuello que está muito bem tomou cloroquina e está bem, estava bom pra caramba, né?

Tomou rapidamente a cloroquina se safou e também a a vacina tem que ser certificada pela Anvisa. Eu não mando na Anvisa, alguns acham que eu mando na ANVISA. A ANVISA com umas agências todas são independentes, isso mesmo Tarcísio? É isso mesmo sofre na mão das tuas agências lá, né? É sede aqui, cede lá, parte tem razão e vai então a ANVISA num num não é subordinada a mim né? Apesar de quem indica para sabatina no Senado sou eu. E de vez em quando os nomes são realmente são não é que são rejeitados antes das matinas não aquela de aquela de braço é natural, né? Passa pelo pelo pela sabatina no senado e às vezes lá o pessoal quer indicar gente do lado de lá e quer indicar pro lado de cá e chega num acordo e vai e vai colocando agora as agências e melhoraram bastante perto dos últimos governo temos uma própria Almirante Barra, né? Foi uma indicação pessoal minha e ele é um médico excepcional, vi hoje ele falando, dando entrevista sobre essa questão da vacina. Realmente uma pessoa bastante equilibrada. Quem reclama de de atraso na ANVISA, veja uns anos atrás. Uhum. Tá? Tinha coisa que nem era resolvida. Realmente ele deu sanidade total e a Anvisa só tenho a a tecer elogios pra Anvisa. E o Almirante Barros falou também que em em aparecer numa vacina no mundo, né? Ela vindo pra cá, primeiro a saúde, depois a Anvisa que vai dar a certificação. Agora ele não vai correr. Não vai ser em setenta e duas horas e o que ele me diz que ele vai ampliar e dizer que autorizar aqui a distribuição no Brasil afinal de contas a responsabilidade é enorme. Deixa eu fazer uma pergunta aqui. É só sim ou não? Porque bateu o galho e começar com o capitão mais moderno. Capitão Tarcísio a vacina depender de você seria obrigatória ou facultativa Facultativa. Depende de você. É, como eu falei ontem. Não, é facultativo. É, tá. E você, vacina obrigatória ou facultativa? Que que ela falou aí? Alguém traduz aí? Pessoal, e agora tem um tem um governador que eu vou falar o nome dele aqui, todo mundo sabe quem é tá buscando maioria no no cenário estadual, né? Pro status. Já conseguiu acho que uns oito governadores. Eles querem entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal pra que o Supremo então é a vontade deles de cada estado eh determine se a vacina vai ser obrigatória ou não. Bem, São Paulo não temos dúvida que se isso acontecer será obrigatória né? Se o Supremo decidir dessa maneira minhas dúvidas se vai decidir dessa maneira ou não. Mas será obrigatório até porque o governador disse há poucos dias, tem imagem dele dizendo que a vacina ia ser obrigatória para quarenta e cinco bilhões de de pessoas. Vamos supor que seja obrigatório Daí o cidadão vai lá e toma a vacina. E ele vinha a falecer logo depois. Pode ser pelo próprio vírus. Pode

ser um murro da doença, né? Ou da doença que é agravada pela pelo fato de ser injetada a vacina aí ele vai entrar na justiça não, esses cidadãos centenas de familiares vão entrar na justiça. Olha aqui o meu marido, meu avô, meu tio, meu tataravô morreu fruto da vacina, vou entrar na justiça. Agora, dá pra imaginar né? Dá pra imaginar obrigar alguém tomar uma vacina? A OMS uma senhora aqui acabou de dizer tá? Acabou de dizer a diretora da OMS, acabou de dizer que não será obrigatória a vacina no que depender da OMS. Agora alguém já viu algum chefe de estado no mundo? Eu não ouvi ainda falar que a vacina em seu país vai ser obrigatória, a gente vai falar? Outra coisa, queriam que ele comprasse cem milhões de doses da vacina da China vacina não está pronta ainda. Não foi reconhecida pelo Ministério da Saúde, não foi certificada pelo pela Anvisa. Queria que comprasse. Eu estou vendo órgão de imprensa batendo em mim tá? Batendo em mim. Eh quanto custaria isso aí? Eu não sei porque que ele governou aquele governo que também tem um vídeo dele um vídeo outro vídeo dele também. Dizendo que vai vender São Paulo todo pra China. De repente dizer que vai comprar e vai ser obrigatório. Ou seja pra justificar a despesa Vai aplicar, é isso? Não funciona assim. Enquanto eu for Presidente da República não vai ser dessa forma. Isso é democracia, é liberdade. Ninguém vai obrigar, ninguém tomar a vacina. E quem não tomar tá falecer um dia é a responsabilidade é dele. Agora forçar o cara a tomar uma vacina tá? Ele pode morrer por outras coisas mas ter né o advogado achar que houve a relação de causa e efeito com a vacina, processar o estado. Pô, o pessoal o que que serviu muito essa pandemia pra revelar foram foram aí o os aprendizes de ditadores, né? Figuras nanicas, hipócritas, idiotas bossais, tá? Achando que vai, que manda no estado dele. Vai tomar vacina. Vai tomar você, pô. Vacina o que você bem entender. Está certo Coca-Cola, Itubaína, vai tomar o que você bem entender. Obrigar. E outro povo não vai admitir isso aí. Eu duvido que a justiça não interessa a esfera que seja, vai vai obrigar alguém a tomar a vacina um dia Isso não existe, isso não existe. O brasileiro tem liberdade, pô. E ponto final.

Código: Liberdade Individual

2020 > Novembro 2020>10/11/2020

Eles querem entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal pra que o Supremo então é a vontade deles de cada estado eh determine se a vacina vai ser obrigatória ou não. Bem, São Paulo não temos dúvida que se isso acontecer será obrigatória né? Se o Supremo decidir dessa maneira minhas dúvidas se vai decidir dessa maneira ou

não. Mas será obrigatório até porque o governador disse há poucos dias, tem imagem dele dizendo que a vacina ia ser obrigatória para quarenta e cinco bilhões de de pessoas. Vamos supor que seja obrigatório Daí o cidadão vai lá e toma a vacina. E ele vinha a falecer logo depois. Pode ser pelo próprio vírus. Pode ser um murro da doença, né? Ou da doença que é agravada pela pelo fato de ser injetada a vacina aí ele vai entrar na justiça não, esses cidadãos centenas de familiares vão entrar na justiça. Olha aqui o meu marido, meu avô, meu tio, meu tataravô morreu fruto da vacina, vou entrar na justiça. Agora, dá pra imaginar né? Dá pra imaginar obrigar alguém tomar uma vacina? A OMS uma senhora aqui acabou de dizer tá? Acabou de dizer a diretora da OMS, acabou de dizer que não será obrigatória a vacina no que depender da OMS. Agora alguém já viu algum chefe de estado no mundo? Eu não ouvi ainda falar que a vacina em seu país vai ser obrigatória, a gente vai falar? Outra coisa, queriam que ele comprasse cem milhões de doses da vacina da China vacina não está pronta ainda. Não foi reconhecida pelo Ministério da Saúde, não foi certificada pelo pela Anvisa. Queria que comprasse. Eu estou vendo órgão de imprensa batendo em mim tá? Batendo em mim. Eh quanto custaria isso aí? Eu não sei porque que ele governou aquele governo que também tem um vídeo dele um vídeo outro vídeo dele também. Dizendo que vai vender São Paulo todo pra China. De repente dizer que vai comprar e vai ser obrigatório. Ou seja pra justificar a despesa Vai aplicar, é isso? Não funciona assim. Enquanto eu for Presidente da República não vai ser dessa forma. Isso é democracia, é liberdade. Ninguém vai obrigar, ninguém tomar a vacina. E quem não tomar tá falecer um dia é a responsabilidade é dele. Agora forçar o cara a tomar uma vacina tá? Ele pode morrer por outras coisas mas ter né o advogado achar que houve a relação de causa e efeito com a vacina, processar o estado. Pô, o pessoal o que que serviu muito essa pandemia pra revelar foram foram aí o os aprendizes de ditadores, né? Figuras nanicas, hipócritas, idiotas bossais, tá? Achando que vai, que manda no estado dele. Vai tomar vacina. Vai tomar você, pô. Vacina o que você bem entender. Está certo Coca-Cola, Itubaína, vai tomar o que você bem entender. Obrigar. E outro povo não vai admitir isso aí. Eu duvido que a justiça não interessa a esfera que seja, vai vai obrigar alguém a tomar a vacina um dia Isso não existe, isso não existe. O brasileiro tem liberdade, pô. E ponto final.

Código: Liberdade Individual

2020 > Outubro 2020>22/10/2020

Então ali exigiam a comprovação científica da da hidroxicloroquina Mas hoje em dia muita gente apoia que a vacina seja aplicada até de forma coercitiva. Na lei não está escrito isso na lei que existe. Está em vigor aí. Está certo? A lei diz que poderão ser adotadas, tá emitidos, poderão. Não está dizendo que tomarão eh será tomada tal medida. Mas vamos lá. E hoje em dia, né? Olha só, teve um projeto, veio da câmara, eu vetei uma parte da desse projeto aí Bom dia. Falava ali basicamente é sobre isso. As medidas que você pode usar tá? De vindo eu peço da licença a isso pra não falar aí tá eh eh medidas que medicamentos produzidos aí em Estados Unidos, Japão, União Europeia e China. Então o que pra gerente estava aprovado o que chegar aqui tinha que no máximo setenta e duas horas a ANVISA acolher e liberar. Eu fui na ANVISA mandei o pessoal alguns na ANVISA falar comigo via lá o almirante barra mas outro almirante aí médico né? Está na Anvisa veio vieram vieram conversar comigo eu falei e daí E daí olha o Idaí de novo, né? Pronto, olha a imprensa fazendo a festa, e daí? Ãh? Eu fui e daí? Como é que fica isso? Chegar a vacina por exemplo desse país. Vocês em setenta e duas horas vão deliberar? Porque eu vetei isso daí Congresso derrubou o veto. Hoje em dia tem que liberar, tem que acolher e distribuir e mandar aplicar em setenta e duas horas. Não vai eu não vou, não vou assinar embaixo. Que nós temos aqui apesar de ser produzidos nesses países, no bloco de país, né Estados Unidos, Japão, União Europeia e China tem fases, nós temos que fazer certas perguntas, certos questionamentos, afinal de contas, né? Nós não podemos ser irresponsável uma vacina que ainda não tem comprovação científica, né? Tem compro comprovação nos seus nesses outros países mas não tem aqui no Brasil nós temos que ver nós não podemos ser irresponsáveis de colocar pra dentro do corpo de uma pessoa uma vacina quando eu falei né? Ninguém pode obrigar ninguém a tomar uma vacina Está certo? Ninguém pode obrigar.

Código: Liberdade Individual

2020 > Setembro 2020>04/09/2020

Tem um projeto na câmara tramitando que obriga a tomar a vacina. Se não tomar a vacina, se não usar máscara é cadeia tem cabimento um projeto desse aqui. É um PL três nove oito meia vinte o deputado do PDT. Não vou falar o nome dele não. Deputado do PDT três nove oito um Então pena de prisão pra quem não usar máscara ela multa né? Eu eu vetei a multa lembra? Pessoal me criticou. Está certo? Eh eu acho que tem que ser uma campanha de conscientização. Você vê que tem muito

médico dizendo já que essa máscara não protege bulhufas é outra farsa que tem pela frente, bandido não vai preso. Mas quem quem usa a máscara. É. Então bem lembrado aí André. Bandido não pode preso. Não. Mas quem não está usando máscara vai pra casa sem contar que mais de trinta mil foi o Posto Liberdade Então você matar alguém você não vai preso. Até porque a polícia não pode agora entrar em comunidade né? Vamos falar do Rio de Janeiro. Vamos rir.

Código: Liberdade Individual

2020 > Setembro 2020>04/09/2020

FIUZA Presidente, boa noite. Nós temos visto aí que apesar de não haver comprovação da eficácia do lockdown até porque tem contágio dentro da quarentena. Alguns gestores e também a justiça tem embargado em algumas regiões a reabertura das atividades. Temos ouvido também o discurso de que o país vai ter que conviver por muito tempo com o vírus a pergunta é se o governo pretende voltar a discutir no Supremo Tribunal Federal a questão da liberdade da população?

Código: Liberdade Individual

2020 > Julho 2020>16/07/2020

Não, já é projeto de lei dos índios que nasceu lá no Congresso. Não sei quem foi o autor. E nós vetamos 8 artigos, mas olha só espremendo aqui os 8 artigos é que vai ser publicado a lei amanhã com os 8 versos espremendo. Dava poder para o síndico. Você, por exemplo, estava lá. Com a sua família tomando uma coca Guaraná, uma Coca-Cola, uma tubaína, comendo ali, um pastelzinho na área comum é do condomínio o síndico. Ia chegar, ó, acabou aí, ó, pra casa. Todo mundo então foi ele meteu a mão em você, está na lei, pô. Você, por exemplo. Tinha lá uma festinha de de aniversário com 10 pessoas. Cada uma com 2 m uma da outra. Tá mesmo assim, o síndico ia chegar, não vai ter festinha de aniversário com 2 m uma da outra. Acabou a brincadeira, tá? Sobe para o seu apartamento. Vamos subir multa? A questão da área de. Porque eu estou de estacionamento, não tem nada a ver com. Diretamente com a questão do vírus, ele podia falar, não é carro de de outra cidade, não pode parar aqui dentro. Eu não quero, não é? Ou então inventa lá uma taxa para estacionamento no carro de um placa de outro município. Quer dizer, o site seria o ditador da área. É o ditador da área e, obviamente que que foi obrigado a vetar, até porque se algo parecido tiver que ser implementado no condomínio, não é na reunião

deles na convenção deles, pessoal participa voto e decide o que bem entender. Publicou a convenção ali. Elenco, eu não vou intervir outra coisa. Entre um prédio e outro, entre uma Vila e outra, a diferença é uma Vila lá no. Lá no Pará, por exemplo, lá na Terra do Edermoro, lá em Belém, está certo e uma outra. Aqui em Santa Catarina, há mais diferença é nome até ele. Temperatura tá tá certo, o outro do Amazonas, mais úmido, mais quente. Então, uma diferença enorme não tem que fazer a mesma lei para todo mundo. E outra, eu interferi o poder para interferir em condomínio. Eu espero realmente que os parlamentares mantenham esse nosso dentro agora. Anteontem, foi votado mais um projeto. Que tem a ver com o uso de máscara, multa, et cetera. Ainda não tive acesso porque nós temos 15 dias. Para. Sancionar ou vetar. Todo o impacto e nós vamos analisar. Parece que tem coisas meio esquisita ali. Eu quero ver primeiro para falar com propriedade. Semana que a gente fala com propriedade sobre esse projeto. E o que, porventura, nós visitaremos ou não? Mas pelo que parece, tem coisa ali que extrapola um pouquinho, no meu entender, o papel do estado. Essa então a Câmara tem seu papel muitas vezes, corrige o que eu faço. Emendando, e outras vezes, eu corrigi o que eles fazem é vetando e depois decide se mantém ou não o veto. Assim, a democracia. Assim, nós temos que agir agora. A participação popular, as pressões, os comentários, os memes fazem parte do processo democrático, é a essência da democracia.

Código: Liberdade Individual

2020 > Junho 2020>11/06/2020

como nós somos proibir discutir a questão da covid você não podia falar sobre covid tudo era não existe comprovação científica até a liberdade dos médicos foram tolidas. o médico não é que tem não é que tem o direito não. Ele tem o dever de buscar salvar a vida do próximo ou diminuir a sua dor e ele foi tolido disso por ocasião da covid

Código: Medicamento e liberdade

2022 > Dezembro 2022>30/12/2022

Lamento presada ministra Cármen Lúcia a sua posição porque até pela contradição agora por favor a senhora sabe que é genocida? a senhora sabe o que eu fiz por ocasião da pandemia compramos 500 milhões de vacinas defendemos a liberdade médica, autonomia do médico para o tratamento of label, né fora da bula isso é um direito do médico, alguns acham que é um dever do médico, eu acho tá vendo o

médico é o DNA que nesses casos o médico com aqui essência do paciente da família ele pode receitar algo diferente da bula

Código: Medicamento e liberdade

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

Queria aprovar uma excrescencia dessa, prender a vovó que deu um remedinho para baixar a febre do filho diferente da bula, daí quando tenho um problema de estômago eu tomo um negócio aí eu não vou falar o que que é um negócio e não é remédio. Tem gente que tem certos problemas né cálculo renal faz isso faz aquilo tem remédio que tem né Tem tem tratamento tem aí tem que tomar outra coisa é liberdade pessoal é liberdade. E o Omar Aziz queria botar na cadeia até três anos

Código: Medicamento e liberdade

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

e a Raissa candidato candidata ao Senado. A Raissa foi uma grande batalhadora pela Liberdade dos médicos por ocasião da pandemia. Muita gente criticava, médicos sofrendo sanções Por que ele buscava uma forma Alternativa de tratar né o melhor de combater vírus que não tinha nada comprovado cientificamente para combater o virus. E cada vez mais chega estudos que essas pessoas, o tratamento usado pela Raíssa, como aqueles médicos pela vida, eles têm que tiveram razão

Código: Medicamento e liberdade

2022 > Agosto 2022>18/08/2022

Eu fui infectado no passado e tomei um negócio, você sabe que que foi. Se eu falar aqui cai a Live né. Sabe o que que foi. E se eu me sentir mal né eu vou tomar isso de novo, é o direito meu Pô. Eu falei um tempo atrás eu fui criticado, quando eu tenho problema de estômago eu tomo coca-cola, é problema meu. Eu tenho que dar satisfação para ninguém, é minha vida que tá que tá em risco. Agora eu tenho experiência de conversar com pessoas que são algumas radicais no tocante ao tratamento Inicial e que a gente conversa a gente vê lá conversei com várias pessoas ao longo da minha vida aqui ficam tremendo e viram daí defensora daquilo que que criticava no passado. Nós temos que buscar uma alternativa e quem tem que buscar alternativa são os médicos. O primeiro sinal né para o médico buscar a solução e tem que ter liberdade, o tratamento off label é o direito dele.

Código: Medicamento e liberdade
2021 > Setembro 2021>23/09/2021

Eu mostrei o projeto de lei do Senhor Omar Aziz na minha página. Olha, você apresentou o projeto para punir com três anos de cadeia o médico ou três anos de cadeia a vovó, vamos divulgar. Bem 40 minutos depois que eu divulguei ele retirou o projeto. O médico, tá, ele tem a sua conduta, tem a sua ética, ele sabe quando tem algo que ele desconhece ele pode sim buscar algo fora da bula para buscar a cura ou buscar minimizar a dor daquela pessoa. O próprio Conselho Federal de Medicina não fala se o médico tem ou não que fazer um tratamento preliminar, ele diz que ele tem o arbítrio, a liberdade de aplicar o medicamento que não tá na praça, né, que não têm comprovação científica, que pessoas que estão estado grave o até entubadas tem segurado com isso aí. Eu não vou falar o nome aqui para não criminalizar esse medicamento

Código: Medicamento e liberdade
2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Eu defendia o tratamento precoce. Todo mundo sabe o que eu tomei e como estava no dia seguinte e assim foram milhões de pessoas no Brasil. Queriam protocolo do Ministro Mandetta, o garoto propaganda da TV Globo, que passava mais tempo dando entrevista do que trabalhando. O protocolo dele é fica em casa, quando você sentir falta de ar procura o hospital. Eu perguntei para o Mandetta: "só depois que falta de ar?". Esse cara vai ter que ficar em casa torcendo? É, não tem nada comprovado cientificamente, mas nós temos que mostrar alternativas! O Conselho Federal de Medicina é claro onde diz que o médico tem a liberdade em comum acordo com o paciente ou familiares receitar um remédio ou medicamento fora da bula. Quem fez isso no começo se deu bem, como a gente vê hoje em dia muita gente tomando a questão do tratamento precoce. E eu não podia fazer nada, simplesmente demonizaram o tratamento precoce.

Código: Medicamento e liberdade
2021 > Agosto 2021>05/08/2021

Olha só para encerrar aqui chave de ouro emenda é aqui pô a emenda aqui do Omar avise uma Medida Provisória Nossa o que que o mar existe queria deixar bem claro

mas isso é aquele que o mês passado apertou um projeto de lei para meter por três anos na cadeia o médico que respeitasse algo fora da bula é o tal do direito do médico é o que o Conselho Federal defende o cfm não diz que é contra ou a favor o tratamento Inicial Não diz isso ele diz que o médico tem que ter a liberdade para tratar seu paciente no caso como uma convite né da forma que ele achar melhor é costume falar aqui na linguagem médica ou fora da bula Omar as vezes queria meter na cadeia por três anos o médico receitasse algo fora da bula para qualquer paciente

Código: Medicamento e liberdade

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

o Conselho Federal de Medicina na pessoa do seu Mauro Brito Presidente ele não fala nada do tratamento imediato ele dá liberdade ao médico para trabalhar o seu paciente e se você for no médico se achar que eu já tá vendo tá bom você pode mudar de médico quem pode pode né na pessoa tá quando você todo mundo Presente qualquer doença que você vai até hoje nós sabemos que todo mundo tem que buscar logo médico em qualquer doença você é um tratamento

Código: Medicamento e liberdade

2021 > Junho 2021>24/06/2021

uma boa notícia para todas essa semana também estive em Chapecó tive lá com o prefeito João Rodrigues e fui conhecer um pouco de como ele trata com seu município trata a questão aí da da convite eles tiveram uma crise há pouco tempo explodiu o número de uma Há muitos muitos móveis também e ele agrega não só Chapecó a gente ele uma vasta região ali ao seu lado e demonstrou para gente que a liberdade que lhe deu os médicos para receitar é para botar em prática né um atendimento imediato com toda a certeza em foi influenciou na queda do número de óbitos de como na recuperação de pacientes e hoje em dia ele não tem paciente enfermeira de UTI Então as organizações de saúde 15 tinham sempre de tiro lá hoje em dia estão 5 a taxas elevadas de ocupação assunto é esse como sempre tiveram na história do Brasil mas ele tem do lado centro de convenção que foi adaptado como se fosse um grande Hospital tudo preparado para atender pessoas que necessitem de internação e até de intubação Só que lá não existe ninguém lá dentro é sinal que mais do que claro que a gente tem esse continua funcionando de forma tradicional né massa do lado de cá ele está preparado esse e para atender as pessoas que porventura

necessidades e deixou bem claro o grande exemplo do que eu tive lá é a Total Liberdade que ele deu o seu secretário municipal de saúde a realizar o tratamento imediato quem porventura Apresente o primeiro sintomas da covid

Código: Medicamento e liberdade

2021 > Abril 2021>08/04/2021

se houve um ato antidemocrático não foi por parte do Povo na rua nem o pai do Poder Executivo é o Conselho Federal de Medicina fez publicar em alguns jornais né a matéria essa matéria Como é feita pela pessoa interessada não tem não tem qualquer desvia atualmente né é reflete a verdade geralmente então o conselho da Medicina incentiva a independência do médico para receitar junto ao paciente a medicação para o convite com aquele velho chavão offline fora da bula então o conselho para medicina não apoia nem desaprova o tratamento aí precoce né mas diz calmamente que o médico na ponta da linha tem que ser respeitado e quando não existe um remédio específico para aquele animal que te chama no tratamento fora da bula esse médico pode uma conversar com o paciente falou assim que olha as minhas observações aqui então eu quero respeitar para você o medicamento que é usado é para combater a malária, não é para combater a covid mas em experimentos em temos aqui observado que a Hidroxicloroquina é diminui a carga viral, você quer usar as plaquinhas os efeitos colaterais são esses não tem arritmia não tem arritmia aquela rede funerária começou a bater que tinha que dar aqui alguns efeitos colaterais da arritmia depois da sociedade europeia de cada energia diz que não houve.

Código: Medicamento e liberdade

2021 > Janeiro 2021>28/01/2021

Agora enquanto não tem um remédio claro né? Pra atacar esse problema é válido isso aqui porque se eu não me engano eu chamo de off-label é isso? Fora da bula. Então o médico é que tem que ter essa liberdade não está na bula mas ele vai lá e prescreve. Quer prescrever hidroxicloroquina prescreve. Não quer quer oferecer outra coisa qualquer isso depende do médico off-label né? E do paciente. E muitos dizem que sem essa prática muitas doenças estariam sem tratamento até hoje. Muita coisa foi eh descoberto né? Eh com essas tentativas que a pessoa está acometida a doença sabe que vai ter um problema sério pela frente e se poderia né testar esse remédio que não que existe mais de cinquenta anos no Brasil em especial na região

amazônica e é vendido lá tem uma tarja vermelha aqui pelo que eu sei lá era é vendido sem receita médica e tem dado certo pra alguns casos como alguns médicos também tem conversado comigo. Médicos renomados tem conversado comigo dizendo que a sua experiência a sua observação A hidroxicloroquina tem dado certo. Então quem não tem uma uma outra alternativa que não fique querendo proibir. Né? A hidroxicloroquina por quem porventura queira tomá-la devidamente receitado por um médico.

Código: Medicamento e liberdade

2020 > Julho 2020>23/07/2020

BOLSONARO Não é barato, né? O povão fica em casa. Chega em casa pois né, e outra? No protocolo do Ministério da saúde, dizia que só podia usar a cloroquina nos casos graves. É, então, sempre levar a picada de cobra. Você vai tomar, olha, vamos dar mais um tempo aqui para ver se. Se os efeitos aí do da peçonha não não seja tão grave assim, tem que tomar logo no começo quem toma no começo tem relatos também. Nada comprovado cientificamente que deu certo. Agora tem estados do Brasil. Que se proibiu a hidroxicloroquina é o alguns senadores do PT entraram com requerimento no TCU para. Tornar sem efeito aquela recomendação do Ministério da saúde no tocante. Ao uso da hidroxicloroquina. Oh, se eu tivesse entrado lá. E mostrando uma outra alternativa, você podia até pensar nisso agora. Quem quiser, não, quem não quiser tomar o comprimido que não tome cu é simples demais. É, não vou nem falar em democracia, é um direito dele, cara. Quer tomar? Toma. Repito, minha mãe está com 93 anos, está a família avisada. Tem lá, ó. O médico lá da da cidade onde o ataque. Fica até em várias cidades, né? Ela fica lá em Miracatu, Juquiá, Juquiá, não. Cajati, Eldorado fica na casa do do do do de mão, né? Fica mais parada No No município. No momento, se for constatado que ataca o vírus, né? Ela vai ser receitada por um médico para tomar a nossa rotina e. Não vamos esperar minha mãe com 93 anos de idade, agravar uma situação, porque. Bastante magrinha, minha mãe. Tem alguns problemas de saúde. Deixar gravar para e abrir para que ela seja aquela come a hidroxila que não vai tomar. É, e a decisão da família, né? Família já está todo mundo. Os 6 irmãos aqui já deram sinal verde para minha mãe tomar hidroxicloroquina.

Código: Medicamento e liberdade

2020 > Junho 2020>11/06/2020

Tem a certeza de uma coisa se você vai para qualquer município do Brasil você nunca foi lá você quer saber se aquele município lá perdido lugar distante se o município é bom ou não é bom tem quantos vereadores do PT nesse município zero o município é bom não tem demagogia não tem mentira tem seriedade. tem três quatro cinco realmente tem coisa errada naquele município tem mentira tem descascado tem ideologia de gênero, tem MST, e tudo que não presta é sempre de você fazer uma comparação entre PT e os outros Olha o Brasil meu Deus do céu Acabei de mostrar aqui no começo onde apareceu ideologia de gênero, o governo Lula PNDH 3 é só dar o Google aí

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Outubro 2022>27/10/2022

dia dia 30 bolsonaro 22 vamos arranjar mais algumas pessoas para vídeo lá para cá mostrar na verdade a realidade para onde o Brasil está indo para onde estava indo o Brasil não queremos a volta dessas pessoas que causavam tanto malefícios a nossa nação causaram tanto malefícios nossas crianças em sala de aula com a tal ideologia de gênero Que tantas vezes tentaram legalizar maconha drogas não queremos isso não queremos o aborto parece que você fala não parece que o cara agora diz que é contra o aborto isso mesmo eu lembro que num discurso né o lobo para ganhar voto dos Cordeiros fala assim volta em mim que quando eu tomo uma posse eu passaria ser vegetariano não vou comer mais carne A Ovelha que acreditava no lobo já sabe então destino aqui no Brasil o Cristão que acreditar nesses cara que o tempo todo sulaparo os valores familiares tentaram levar coisa para escola que os seus pais não querem tentaram legalizar a maconha tanto falam que não gostam da propriedade privada que são contra legítima defesa vai acreditar nessas pessoas ele vai dizer agora que é contra o aborto logo ele que falou com tanta convicção há poucos dias tem poucos dias que ele falou que aborto é uma questão de saúde as Madame ele falou vão se operar em Paris na Alemanha vão fazer o seu aborto lá e a mulher do pobre não E falou tanta besteira com tanta convicção tá pegando mal para ele né porque o cristão de verdade não aceita isso quando o Cristão que aceitar votar num cara desse acreditando que ele vai dar picanha para você

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Outubro 2022>07/10/2022

Esse pessoal de esquerda é para estado eles querem controlar tudo aqui no plano de governo do Lula que ele foi ele recolheu tava previsto ali regulação do agronegócio que que é regular o agronegócio? É cobrar alguma coisa. o que que ele vinha falando e obviamente não tem plano não tá no papel regular mídia valorizar o MST relativizar a propriedade privada, liberação das drogas manutenção da política de ideologia de gênero legalização do aborto desarmamento da população toda a ditaduras são precedidas de desarmamento da população civil

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>30/09/2022

Além dele Uma Corte mais gorda né mais mais homogênea pró PT eles aprovam o aborto na Suprema corte. Esquece O parlamento brasileiro, aprova liberação das drogas. Vão deitar e rolar tenho certeza disso ou alguém tem dúvida que essas duas vagas o Lula já negociou com alguém?

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>30/09/2022

Quando se fala em liberar drogas tem gente também assistindo aqui mãesque já ou aconteceu em casa né aconteceu com o vizinho com um amigo um parente um filho no mundo das drogas acaba com a família acaba com a mãe a gente vê cenas por terríveis por aí você vê o outro lado diz que roubaram celular é para tomar uma cervejinha que quer roubar um celular é usar força para arrumar um celular e matar muitas vezes a gente perdeu um filho e o cara tá estipulado agora pelo Lula aquela tomar cerveja hoje à tarde vai roubar um filho nosso é isso que nós queremos para o Brasil a correção da ideologia de gênero falavam tanto em 2018 o cara vai matar gay o que mais falava entre outras coisas eu matei algum rei perseguia alguém se tivesse aumentado a violência contra gays teríamos tido uma manchetes de jornais o jornal não falaram nada sobre violência contra gays porque caiu a violência contra gays o tempo todo essa narrativas que que eu tenho a ver com a vida tão vendo eu não sei quem tá do meu lado não sei quem eu não vou perguntar a você é gay ou não é gay vou perguntar isso cuida da tua vida Pô a gente não pode admitir na escola criancinhas com 6 anos de idade sendo ensinado certas coisas que os pais não querem é o direito dos pais não queriam Educação do pai tem que ser respeitada.

Escola é o lugar de que? de aprendizado que tem informações de ter conhecimento eu o tempo todo assim você quer isso para os seus filhos para os seus netos, que aprendo sexo a partir de seis anos de idade em sala de aula pelo amor de Deus. Não tem coisa mais sagrada para nós do que a nossa família, o patrimônio de vocês são os filhos de vocês não interessa em você é um cara bilionário ou é um cara que não tem nada na vida são os filhos de vocês quer que seu filho seja melhor do que você a sua filha seja melhor do que a mãe é isso que a gente quer E essas pessoas algumas pessoas querem que volte ao governo quem é favorável a isso, ideologia de gênero, liberação das drogas é isso que nós queremos para o nosso Brasil? Será que é tão difícil entender a situação?

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>29/09/2022

No nosso governo nem se discute: liberação das drogas. repito Quando desci da Tribuna lá na ONU logo depois ocupou lá o presidente da Colômbia e ele defendeu liberação da cocaína. Tu entraria no avião vamos supor tivesse lá um profissional né piloto ali cheirando? Pelo amor de deus o que que leva as drogas? A gente ve imagens de jovens e 15 16 20 anos bem saúde pessoa bonita saudável de repente cai no mundo das drogas. Poucos Anos depois ali tá acabou a pessoa fisicamente algumas vão a óbito Olha o sofrimento das Mães com a criançada aí com uma criança filho outra por vez no mundo das drogas e o PT quer liberar isso marcha da maconha descriminalização do aborto. Eu entendo que a vida tem que ser respeitada desde a sua concepção vai banalizar o aborto no Brasil

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>28/09/2022

Vamos convencer o outro lado Tá certo a mostrar o que de mal PT fez para o Brasil no passado, quem está do lado do Lula, o Lula tem um bandido ladrão, tá vai trazer um montão de ladrões para dentro do governo federal vão querer aprovar o aborto aprovar ideologia de gênero, liberação das drogas

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>28/09/2022

Rio de Janeiro Governador Cláudio Castro 22 o outro lado é o PSOL então não tem nem que discutir com todo respeito todo mundo todo mundo tem liberdade para votar quem quem quer Sem problema nenhum mas outro lado é o PSOL, é aquele partido da marcha da maconha do aborto da ideologia de gênero etc etc

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

O meu candidato no Espírito Santo é o Magno Malta 222 então você capixaba eu peço no fundo do coração for possível Vote no Magno Malta para o Senado Federal será um leão né um grande homem de defesa dos valores familiares contra o aborto de defesa da família contra ideologia de gênero contra a liberação das drogas além das pautas obviamente econômicas os interesses do Brasil e do seu estado então para Senado no Espírito Santo o mandato 222

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

Lembra daquela pessoa que falou "Oh Lula libera para gente aí tô dando maior apoião" e a política deles é liberar drogas. Um dos partidos satélite do PT é o PSOL, é o que organiza marcha da maconha pelo Brasil você não vai votar num plano de governo de liberação das drogas. Ali quase todos da esquerda né que estão ali o Lula são favoráveis é um aborto, e aborto bota até que mês de gestação? eu não discuto, para mim a vida tem que ser preservada desde a sua concepção. E daí na esquerdalha você fica tentando e falar seis meses 8 meses... vocês lembram de um aborto que fizeram uma menina lá em Santa Catarina? não vou entrar em detalhe daria um programa para discutir esse assunto aí tá mas o aborto a gente não pode admitir

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>25/09/2022

Magno Malta foi um dos Responsável por derrotar aquele PLC 122 e também colaborou muito contra aquela no decreto do Lula né de 2009 que entre outras coisas é criou ali a a ideologia de gênero

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Setembro 2022>15/09/2022

E tem uma pessoa que falou agora com muita ênfase, que vai acabar com os clubes de tiro no Brasil e vai criar as clube de leitura. Seguindo o exemplo dele,que disse há pouco tempo que não podia ler um livro que já [BARULHO DE TIROS] Aí ó... teve na primeira página estava dormindo já, então pela primeira vez na história do Brasil o nosso governo distribuiu livros de graça para crianças de 4 a 5 anos, é um programa aí conhecido "Conta para mim" e "Criança Feliz". Completamente diferente daqueles livros lá de trás, ces se lembram? Que ensinavam ideologia de gênero, que os pais ficavam apavorados vendo aqueles livros, mudou completamente no nosso governo.

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Maio 2022>05/05/2022

Nem ia mais entrar em detalhe aqui, que falou tanta besteira inclusive defendeu abertamente o aborto né, aborto para ele é, a gente abortar uma criança e extrair um dente é a mesma coisa .

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Abril 2022>07/04/2022

Uma notícia aqui também a nossa Colômbia descriminaliza o aborto até 24 semanas. Ou seja na Colômbia, o aborto agora, que foi uma decisão da suprema corte da Colômbia. Colômbia faz divisa lá em cima lá com a Venezuela. Então até o sexto mês. Nós temos informações que parece que tem gente né que nasce com seis meses e sobrevive, lógico tem dificuldade, mas sobrevive. Então isso aqui é um crime, o que aconteceu na Colômbia. A suprema corte, a suprema corte Nossa aqui também nós sabemos que tem processo lá dentro. Eu acho, eu tenho certeza que a patrocinado pelo PSOL, para que o Supremo decida a questão de aborto lá. Bem o que que eu posso falar do supremo? Eu posso falar de um ministro de eu indiquei né, o nosso prezado André Mendonça, nós sabemos a posição dele tá, ele tem Total Independência como Supremo Tribunal Federal, agora mas eu não preciso falar para vocês Qual é a posição dele no tocante a isso daqui, então se um processo desse começa a andar no Supremo, vamos supor né. E o André pode pedir vista. E o pedido de vista não tem prazo para entregar, então para vocês verem que da importância né das indicações de Ministro do Supremo, que que tem uma certa relação, uma certa identidade contigo e o André Mendonça tem uma identidade grande comigo no

tocante as pautas conservadoras, na questão do aborto, na questão da discriminação das drogas também, nas pautas voltadas para economia... Assim como o Kassio tem, outros também tem mas eu não quero citar nomes aqui porque eu quero falar apenas dos dois que eu indiquei obviamente né é identificado com algum perfil semelhante ao meu. Quem porventura se eleger Presidente no corrente ano vai em 2023 indicar dois nomes para o Supremo Tribunal Federal.

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Fevereiro 2022>24/02/2022

Aqui o aborto né "Brasil assume liderança de aliança internacional antiaborto". Quem diria hein? Se fosse o governo do PT teria uma notícia dessa? Não. Agora temos né, temos Não, o PSOL tem uma ação no Supremo Tribunal Federal é, querendo aí legalizar o aborto até o 3º mês de gestação.Deixar bem claro aqui que no terceiro mês a criança já tem mão, tem boca, dedos, nariz, coração está todo formado e além disso ele já começa a se mover no útero da mãe e já tem até seus rins funcionam. Bom então, temos duas vagas, quem for eleito esse ano indica duas vagas para o Supremo no ano que vem.

Código: Pânico moral - Crianças

2022 > Janeiro 2022>20/01/2022

Falar um pouquinho de fake News rapidamente, né fake News ,falam tanto que eu promovo fake News, tem até uma ação no TSE para caçar a chapa Mourão Bolsonaro por fake News e milícias digitais. Realmente quem entrou com uma ação dessa natureza não tem o que fazer. Dizer que eu fiz fake New fake News por causa de 2018 contra o Haddad. Fake News contra Haddad seria falar que era uma pessoa que respeita a família, que ele o PT, por exemplo, é contra o aborto o PT é contra a liberação das drogas. Isso é fake News.

Código: Pânico moral - Crianças

2021 > Outubro 2021>14/10/2021

Olha como é que tá o povo, repito a maioria das pessoas, que são umas poucas centenas que chegam por dia em Pacaraima são mulheres e muitas grávidas, muitas com crianças com dois, três, quatro, cinco anos de idade, fugindo da violência, sendo

mineradoras ao longo do caminho, se prostituindo para alimentar seus filhos. Vocês querem isso para o Brasil?

Código: Pânico moral - Crianças

2021 > Agosto 2021>12/08/2021

Agora por outro lado você está sentado aí tá tranquilo tá por outro lado A verdade dói hoje no Brasil o estupro de vulnerável são 14 anos ou seja se hoje em dia uma menina namorar um maior de idade e consentir um relacionamento sexual isso não é estupro. Se uma de 13 anos hoje em dia ou de 12 mesmo consentindo isso é estupro. O que que o Barroso defende? Que o estupro de vulnerável passe de 14 para 12 anos. A minha filha Vai fazer 11 anos daqui a pouco, se o ano que vem a minha filha for aliciada por um homem de 20 30 40 50 anos de idade e mantiver relações sexuais com ele isso não é crime. O Barroso acha que uma menina de 12 anos de idade sabe o que tá fazendo e pode manter relações sexuais com adulto, já o homem ou mulher de 16 anos para responder por crimes ele não é adulto.

Código: Pânico moral - Crianças

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

A ideia é não é não vai ser feriado cria-se o dia nacional da conscientização pela paternidade responsável e também o dia nacional do nascituro e de conscientização sobre riscos de aborto nós sabemos o quão Cara essa essa pauta né para os que estão no Brasil

Código: Pânico moral - Crianças

2021 > Julho 2021>22/07/2021 Live semanal

Não queira que eu em dois ano mude tudo a educação no Brasil. Em especial a você que nunca reclamou da petralhada. Nunca reclamou do seu Haddad ter integrado por se eu não me engano doze anos o Ministério da Educação só se falava ideologia de gênero, de sacanagem o tempo todo. Tá? Mas tudo bem, vamos tocar o barco aí.

Código: Pânico moral - Crianças

2020 > Dezembro 2020>17/12/2020

E com todo respeito, Damares se é uma pessoa que é demissível no meu ver é passível de cartão vermelho logo no começo. É mesma coisa, com todo respeito. Se

alguém do governo aqui começar a falar aqui, ah! Vamos mandar uma PEC pro congresso pra legalizar o aborto é cartão vermelho de imediato. Tá?

Código: Pânico moral - Crianças

2020 > Novembro 2020>12/11/2020

Mas se você tiver indeciso ou não muito decidido ainda eu peço seu voto pra Coronel Fernanda. Aí agora parece que estaria ela está a gente não acredita muito em pesquisa, né? Pesquisa é a gente sente na rua mas eh tem um partido de esquerda aí que está que está ali em terceiro, segundo, terceiro lugar e a gente sabe que pra gente garantir nossa liberdade, democracia, livre livre mercado a respeito a criança em sala de aula, respeito a família, não pode ser esse pessoal de esquerda, né? Então a Coronel Fernanda aqui da Polícia Militar, também evangélica eh vai ser um uma pessoa, meu entendimento, né excepcional caso se eleja senadora pelo estado de Mato Grosso

Código: Pânico moral - Crianças

2020 > Novembro 2020>12/11/2020

O André [Mendonça] é um pastor, um evangélico, é um cara tem uma um conhecimento enorme, um cara excepcional e ele advogou ali contra a iniciativa do município legislar sobre isso. OK? Se tivesse ganho por exemplo ali o André defendendo, tivesse ganho ó ao município aí de do Paraná e de. Maringá. Maringá, tá legal? Aí não tem ideologia de gênero, tem no lá no vizinho, vamos supor ali Cascavel, vamos supor Cascavel. Vamos supor que ela tivesse aprovado um projeto impondo ideologia de gênero na escola, tinha que pra criançada. Oh Gilzinho, você é meu Joãozinho não, você é Maria você pode ser Maria também. Você não tem sexo, né? Quando você tiver catorze, quinze, dezesseis anos você define a tua vida. Você teria que engolir isso. E nós sabemos que tem prefeitos aí que apoia esse título e geralmente o prefeito é uma dominância sobre a Câmara Municipal. Então o André fez a coisa certa

Código: Pânico moral - Crianças

2020 > Outubro 2020>01/10/2020

Presidente, 20 segundos e até falando de de internet, Liberdade de expressão. Queria mencionar aqui para o pessoal que está nos assistindo sobre o sucesso de um

programa do MEC, do Ministério da educação, sobre alfabetização, oferecendo aí via internet métodos de alfabetização para que os pais trabalhem com os filhos em casa, contrariando, aliás, metodologias fracassadas. De Paulo Freire vem sendo conduzido pelo Carlos da dali em secretário de alfabetização e já tem sido um grande sucesso. É o curso online chama práticas de alfabetização, é uma das 10 ações do programa tempo de aprender e já conta com 200000 inscritos, 200000 famílias. Aí trabalhando esse conteúdo em casa e já teve mais de 2000000 de acessos, levando então aí a as famílias. Bom conteúdo gratuito para que eles possam ajudar na melhor alfabetização das crianças.

Código: Pânico moral - Crianças

2020 > Junho 2020>11/06/2020

Eles resolveram é me apoiar a nossa pauta que não foi por ocasião das eleições 2018 já começou desde 2010, lá atrás, quando o ministro Haddad da educação. Queria ali. Deixa eu ver para não errar nas palavras aqui para não ser processado, queria ali ensinar besteira para a criançada. Está coisa que os pais não admitiu. Então nós jogamos, apesar de 2010. Eu descobri, descobri, quem diria, tomei conhecimento daquele material esquisito. Está aqui num não era compatível para ele dar das crianças foi de a partir de 8 anos de idade. Fique à vontade. Aí faz o que bem entender. Agora, a partir de criancinha de 5-6 anos, já não era permitida que tínhamos essa pausa, então? Nunca neguei aqui que sou. Cristão defendendo a criança estava de aula defendendo a família. É. Eu não concordo com o aborto se um dia o parlamento aprovar, eu acho difícil, mas a gente veta. E aí eu acho que se o parlamento derrubar o veto, der outra história, está, mas a gente faz o que for possível para defender. A família e a vida desde o seu é princípio, então OK, pessoal, muito obrigado. Até a semana que vem, se Deus quiser, valeu.

Código: Pânico moral - Crianças

2020 > Fevereiro 2020>13/02/2020

BOLSONARO Hoje também é aniversário do padre Ricardo. Há muito tempo, o conhecido. E acompanha o seu trabalho, uma pessoa excepcional na luta. No tocante às rodas familiares é contra o aborto. Contra ideologia de gênero, lá atrás, naquela história, comigo, lá atrás na cama, não é? Anotamos muito contra a doutrinação

escola, então. Faz Ricardo. Parabéns, felicidades. E muito obrigado pelo que você fez no passado e faz no presente. Pela família Brasileir

Código: Pânico moral - Crianças

2019 > Novembro 2019>07/11/2019

ANDRÉ MENDONÇA Obrigado, presidente. Primeiro como cidadão. Sou um defensor das crianças e dos adolescentes. Sou contra a ideologia de gênero dentro das escolas, com. Nós precisamos preservar as crianças, os adolescentes. O que ocorre? Houve uma lei municipal em Londrina. Procurando trazer essa defesa para as crianças e adolescentes. Só que a Constituição, ela diz que cabe à união legislar sobre o assunto. Sobre a questão da disciplina da lei de diretrizes e bases da educação. E a nossa sugestão ao presidente da República foi que o governo federal encaminha ao Congresso Nacional um projeto de lei defendendo as crianças e os adolescentes contra uma política. É é coordenada. De defesa da ideologia de gênero dentro das escolas, por. Nesse sentido, nós já fizemos um. Uma mudança de entendimento na geo. Antigamente a geo defendia a possibilidade de ideologia de gênero. Hoje nós já não fazemos isso, mas nós precisamos corrigir o que está errado da forma correta. E a nossa sugestão ao presidente que foi acolhida é no sentido de haver um estudo por parte do Ministério da educação, e esse estudo será apresentado. Submetido ao presidente da República e ser encaminhado oportunamente ao Congresso Nacional.

Código: Pânico moral - Crianças

2019 > Setembro>05/09/2019

BOLSONARO Bem, o que alguns entenderam que ele foi contra uma lei municipal que proibia ideologia de gênero. Se fosse uma lei municipal para aprovar a ideologia de gênero, a posição dele seria a mesma. Contra o município, legislar sobre esse assunto compete à união. Então até te adianta, conversei com o ministro da educação. É hoje ainda onde também conversei com ele sobre isso e ele está preparando um projeto de lei federal, obviamente para nós apresentarmos a Câmara proibindo ideologia de gênero nas escolas de ensino fundamental no Brasil.

Código: Pânico moral - Crianças

2019 > Setembro>05/09/2019

Direita vence na Itália e abre caminho para a senhora Jorge Meloni C talvez a primeira ministra lá eu vi o vi página do discurso dela ela se elegeu com o slogo de Deus Pátria família Parabéns a Geórgia essa onda aí seria bom pegar o mundo todo Deus pátria família para nós aqui tem uma liberdade um pouquinho a mais mas o discurso dela não quero comentar aqui foi bastante foi um pouco longo né mas o que ela fala lá é perfeitamente igual que nós falamos aqui o que nós queremos paz tranquilidade do Progresso respeito a criança em sala de aula. Pô, cada um na tua, pô, aquele cara que é diferente demais, fica na tua, não queira fazer impor a sua vontade, o seu eito, os seus modos pra demais população. Vamos viver em paz, como nós vivemos há pouco tempo atrás antes dessa petralhada chegar o poder aqui no Brasil, onde eles começaram um nós contra eles e dividia a população né brancos e negros homos e héteros Pais e Filhos nordestinos e sulistas homos e héteros

Código: Pânico moral – LGBTQIA+

2022 > Setembro 2022>27/09/2022

Você sabe a pouco tempo né como era a pauta de família do é do PT era aquele famoso programa né. Materia de um decreto de 2009, pndh3 cujo título principal era desconstrução da heteronormatividade.

Código: Pânico moral – LGBTQIA+

2022 > Abril 2022>07/04/2022

DAMARES Com todo respeito à comunidade trans, mas no esporte é fraude. Nós somos biologicamente diferentes, homens e mulheres, isso é fraude e essa discussão tem que ser levantada inclusive por respeito à comunidade trans. A comunidade trans não quer fraude, ela quer respeito e dignidade e eu conheço muita gente da comunidade trans levantando esse debate. No esporte, gente, é injusto e é fraude, biologicamente Isso é uma fraude. BOLSONARO Queria até comentar porque mundo vai cair na minha cabeça né, mas eu costumo na minha vida se colocar no lado a outra pessoa. Se coloca no lugar de uma mulher que é jogadora aí de alto nível, de vôlei, basquete, salto em altura, salto em distância, até mesmo boxe, se ela for lutar com uma pessoa trans ou competir com uma pessoa trans, ela vai ficar pra tras. DAMARES [ri] Com certeza! BOLSONARO Fica pra trás, acaba a alegria do esporte.

Código: Pânico moral – LGBTQIA+

2022 > Março 2022>24/03/2022

Falava que eu fiz de fake news contra o PT. Se eu menti contra o PT, menos vezes menos, dá mais raiva. Então tem que falar a verdade do PT, menos mais da medida negativa para eles. Mentir pro tocante ao PT, mentir ou mentir. Não tem que mentir, falar a verdade, ideologia de gênero disso são os valores familiares.

Código: Pânico moral – LGBTQIA+

2019 > Agosto 2019>29/08/2019

Eu acho que o equilíbrio dos poderes tem que existir tá e nós sabemos por onde é que anda o desequilíbrio aqui no Brasil, são as ações estão aí.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2022 > Julho 2022>28/07/2022

Te admiro pela tua coragem de tá frente de um Ministério tão complicado, de coisa tão diversificado. Você inclusive quando executa uma emenda tà já é um grupo já se levanta "Nossa tá aí fazendo tal assunto que não pode, é tem a ver com o contra o conservadorismo...". Mas a emenda é impositivo do parlamentar, se pegar tem que executar. Como é que é isso aí? DAMARES e se não executar o meu presidente responde também uma ação, não é só a ministra. Por exemplo Presidente, emendas destinadas ao segmento ao movimento LGBT, essas emendas são encaminhadas, mas a gente entende que nós temos dentro do as pessoas que precisam ser atendidas e assistidas e vou lhe dizer uma coisa, olha, o movimento LGBT tá muito contente com o nosso ministério porque a gente libera as emendas sem pedir propina a gente libera as emendas para o movimento sem a gente pedir pedágio. E para que a gente libera as emendas: curso de capacitação para o segmento ingressar no mercado de trabalho. E aí ta todo mundo questionando "mas tá fazendo a promoção da pauta?" Não! Estamos fazendo a proteção da pessoa. Então é dessa forma que a gente conduz as nossas pautas.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2022 > Março 2022>24/03/2022

[Pergunta pelo celular sobre estabilidade, equilíbrio entre Poderes na Democracia brasileira] TERESA CRISTINA Eu acho que primeiro precisa cada um saber qual é o seulimite né. O Poder Judiciário tem as suas funções, o congresso tem a função de

legislar e o Executivo tem a função de fazer né, e usar o Executivo para modificar as leis melhorar as leis, eu acho que tá precisando Talvez uma conversa e cada um saber até onde pode e esse bom entendimento pode ajudar o Brasil a caminhar a ser uma um país mais justo, mais democrático, Enfim então eu acho que tá faltando um pouco mais de diálogo entre esses três poderes.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2022 > Março 2022>03/03/2022

Vou deixar bem claro aqui pra vocês, o ano que vem tem eleição e quem se eleger o ano que vem, ou se reeleger no início de 23, indica aí mais dois Ministros para o Supremo Tribunal Federal, então você não tá votando para presente apenas. Você tá votando para duas vagas no Supremo Tribunal Federal, olha a sua responsabilidade nessa questão. A renovação é importante em qualquer lugar, no poder executivo, legislativo, judiciário e o ano que vem tá, quem você botar na presidência vai indicar em 23 2 e ministros para o Supremo, como eu indiquei tá certo. São Ministros que tem uma certa afinidade com a gente, qual é afinidade? Defende umas pautas e de família, de armas, é de liberdade religiosa, de liberdade democrática. Divido que esse dois ministros que eu coloquei que eu indiquei para lá vão agir de forma diferente do que eu tô falando aqui.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2021 > Dezembro 2021>23/12/2021

Dos 50 reitores que assumiram federais desde 2019. Dos 50 reitores, 18 não foram os mais votados pelo conselho Universitário. Pessoal a lei diz que eu escolho dentro da lista tríplice. agora tem que explicar isso aqui, é um direito meu. É igual chega a lista tríplice para tribunais regionais eleitorais, a gente escolhe ali é o mais votado não é a gente escolhe, a liberdade pra gente.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2021 > Setembro 2021>23/09/2021

Eu não ataco pessoalmente a honra de Alexandre Moraes, critico o inquérito dele. Olha, meu Deus do céu: ele abre inquérito, ele investiga, ele julga e ele pune! Qual é o respeito para com a democracia, com a nossa Constituição?

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2021 > Agosto 2021>05/08/2021

parece até parece até que esses esses ministros né então negociando alguma coisa com legislativo Olha a gente não quer isso daqui enquanto a partida né a gente pode conversar o que vocês não querem Supremo parece que é isso aí isso é horrível para democracia nós não podemos aceitar isso aqui essa interferência de lavada no legislativo deslavada

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2021 > Julho 2021>01/07/2021 Live semanal

você acha que tem que ficar (auxilio emergencial) até o final da pandemia a partir então de agosto setembro você pagou 600 para o pessoal do teu estado que você tá tirando emprego dessas pessoas, então você tem que se responsabilizar não fazer um vídeo voltado para devagar hoje é culpando o Governo Federal nós temos bilhões para o seu estado inclusive para que passa a Rede Hospital para comprar leite de UTI para comprar respirador e isso não foi feito então você faça sua parte é de criticar os outros o que eu mais quero aqui a paz e harmonia com todos os governadores sem exceção agora essa forma barata de fazer política isso aí não faz bem para nossa democracia estamos lembrando também presidente que esses 44 milhões de reais foram avalizados na e pactuadas com Congresso Nacional foi o recurso que foi viabilizado né dentro de uma de uma faceta ontem a política social-política econômica são Duas Faces da mesma moeda então isso né No momento como esse é o Brasil enquanto nação tem que superar essa pandemia

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2021 > Abril 2021>01/04/2021

A vacina não não vai estar pronta em em dezembro. Então vai depender dos novos prefeitos. Você que reelegeu o prefeito da tua cidade você conhecia a vida dele. Você conhecia o prefeito de de Belo Horizonte? Que eu pedi voto pra outro cara. Você votou reelegeu o cara. Ele fechou tudo Qual vai ser a atitude dele agora? Não sei. Mas vocês escolheu ele. Então se ele fechar e impor minha resina o problema é teu. Você não votou nele? Não é assim a democracia? O supremo não mandou impor medidas restritiva. Supremo falou que os o presidente da república, os governadores e os prefeitos pode impor. Da minha parte, zero.

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2020 > Dezembro 2020>17/12/2020

Eh você foi bastante agredida, vamos se dizer durante a semana por você ter um projeto para profissionalizar Então deixa eu falar um pouquinho aqui. O que acontece? O pessoal fala ah Damares está com uma pauta aí diferente do presidente. Oh pra nós todo mundo é ser humano. Pra todo mundo tem que ser assim. Ela recebe emendas impositivas de parlamentares Então o Vitor Hugo por exemplo tem as suas as suas prioridades no estado de Goiás. Tá? Eh ele geralmente o pessoal de esquerda apresenta emendas impositivas para que o Ministério da da dos direitos humanos cumpra. E ela tinha que cumprir uma agenda LGBT como estava prevista na emenda. Nós temos que cumprir a lei. Então a opção passou a ser sua e você foi para o lado de profissionalizar travestis.

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2020 > Novembro 2020>12/11/2020

PL da fake news. Está lá no Senado, está votando os destaques. Eh eu quero dizer a todos aqui que o próprio presidente da câmara falou que eh o projeto uma vez aprovado no senado ia sofrer eh alterações na câmara e cabe a mim sempre né? Eh a possibilidade de veto. Isso é natural. E o veto o parlamento mantém ou derruba o veto. Isso é natural. Tá?

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2020 > Julho 2020>02/07/2020

Que agora não é por isso que eu vou querer eh eh censurar as mídias sociais a gente corrige com todo respeito que tem ao parlamento é é o é o jogo democrático se for aprovado na câmara chegando pra mim o projeto vou fazer uma consulta popular o que deve ser vetado ou não e a gente vai vetar depois o parlamento pode sim entender que tem que ser derrubado o veto esse faz parte da regra do jogo. Agora no Senado passou meio passou com quarenta e quatro votos. Seria a maioria simples, né? Agora pra derrubar o veto eh teria que ter quarenta e um votos Não. E cinco quarenta e quatro passou o projeto. Já tem um senador que falou que se vetar ele vai manter o veto. Eh se mais dois três mais três. Mais três senadores e resolver votar pra manter o veto o e o que nós vetarmos será mantido o veto

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2020 > Julho 2020>02/07/2020

Eu deixo claro uma coisa, não é? Nós todos somos escravos da lei. Se algum governador é contra o nosso decreto, ele tem 2 caminhos, pega um deputado federal, um senador do seu estado, não é? E entre com 11 projeto decreto legislativo para tornar sem efeito. Não é o nosso decreto, está resolvido assunto. Ou então. Vamos à justiça. Está certo, vá na justiça, vá na justiça que. Pode aí uma autoridade do judiciário é dizer que o decreto é inconstitucional, não é? E suspendeu os efeitos. Logicamente vai recorrer. Esse é o caminho, não é simplesmente não vou cumprir isso não é atitude de um de uma pessoa que fala em democracia, fala Liberdade. E que está à frente do executivo, afinal de contas, não é?

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2020 > Maio 2020>14/05/2020

Agora, as leis não dependem só de mim. Depende, em grande parte, obviamente, do legislativo. O Jorge, que é a última palavra, é deles. Mesmo vetando, eles têm o poder de derrubar um veto e por vezes até a derrubada do veto é, é acertada? Não estou dizendo que eu estou sempre certo assim, a democracia assim eu vou me posicionar enquanto for. O presidente da República.

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2020 > Janeiro 2020>02/01/2020

O Congresso tá certo? Errado. Eu não entro no mérito, eu eu tenho a minha posição no Congresso até o momento de de de, de eu aqui vetar ou sancionar a partir dali. Eu estou fora, não vou brigar ali com o presidente da Câmara, do Senado, porque o Congresso derrubou um veto ou não está fora Temer coisas. O Supremo Tribunal Federal pessoal, fala. Fala demais, não é? Eu não o supremo da federal poderia, independente, eu sou democrático. Eu não sou. Ou sou democrático? Eu não sou, não tem outra outra alternativa. Então o supremo decidiu. Esse eu vou ficar chateado ou soltar fogos.

Código: Regras do Jogo (+) (+)
2019 > Dezembro 2019>26/12/2019

Vetamos o Congresso, derrubou a maioria dos vetos. Isso toca o barco, não é? Eu não posso fazer mais nada além disso, tinha alguns mais alta. Eu acho que eu posso interferir no legislativo, no judiciário, não posso interferir, não tem como interferir, tá certo e nem quero, tá? Isso aí não é não, faz parte da democracia.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2019 > Dezembro 2019>12/12/2019

BOLSONARO Bem, eu gostaria. Não é que todo mundo se aposenta se com 10 anos? Serviço agora, quem vai pagar a conta? Não tem como pagar a conta, não tem. Tá certo, e a gente lamenta tudo isso aí, mas. É faz parte da regra do jogo, da democracia. Em nenhum momento eu ferir o ameacei a democracia ou, como disse a bateleur, não é mentirosamente que eu estou diminuindo o espaço democrático do Brasil.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2019 > Outubro 2019>03/10/2019

O que diz a regra do jogo democrático? A palavra final depende do Congresso. Então, o que nós? É, sancionamos. É uma vez publicado, passa a ser lei o que nós vetamos vai para apreciação do Congresso. O projeto foi aprovado, então há pouco tempo, maioria simples. São 257 parlamentares, não? Então metade mais um. É uma vez votando e aprovando. É aquele projeto, seguiu. Avante. Foi para a nossa mesa e nós então é sancionamos ou vetamos? É total parcialmente. E agora volta pro pro Congresso e o Congresso vai desistir? Das 2 casas? Só que ocorra agora. Não é maioria simples, é uma maioria qualificada. Tem que ter 257 votos. Não na Câmara 257, não para derrubar o veto e aquele dispositivo voltar para o corpo da lei. Se tiver mais voto, sim. O veto está mantido. E aquilo vai para o arquivo, e depois, uma vez aprovado na Câmara, caso aprove na cama, vai para o Senado. O Senado, são 81 senadores. Eles lá vão ter que ter 80. É 41 votos, não ao veto para que ele seja rejeitado e volte pro corpo dali. Logicamente respeitamos qualquer resultado. É, e essa é a regra do jogo.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2019 > Setembro>05/09/2019

BOLSONARO Prezado Tarcísio, muito obrigado, Elisangela, 6. Ernesto. E a última mensagem a vocês aqui, nós respeitamos, como democratas, todas as instituições do Brasil. Mas tem algo que é muito mais importante que qualquer instituição. é você, povo brasileiro, a quem nós devemos lealdade. muito obrigado a todos, Brasil acima de tudo e Deus. Valeu, pessoal.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2019 > Julho 2019>04/07/2019

Antes que alguém fale que eu estou interferindo no lá no legislativo, deixo claro que é comum quando se aprova um projeto de lei lá na Câmara, no Senado e vem para minha mesa é comum comparecer deputado e senador me procurando para que houvesse algum dispositivo. Então, é comum acontecer isso aí é natural, faz parte da democracia e eu, da minha parte, agora também, eu estou pedindo para os deputados federais que não acolham o decidido pelo Senado. Isso é democracia e estou pedindo para você. Eleitor, cidadão, que procure o seu deputado federal para pedir também que ele não acolha, não vote favorável ao projeto que está vindo do Senado que vote pela manutenção do decreto das armas.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2019 > Junho 2019>20/06/2019

Ela tem que voltar semana que vem no senado, então o que eu peço aos meus liderados ali, né? O pessoal do meu partido, você vai pedir pro DEM também, né? Que aprove o que passou na Câmara, numa votação simbólica, relâmpago, e toca, toca o barco. Aprovamos mais de 95 por cento do que da MP. Então, logicamente, o parlamento fez a sua mudança. Lá a gente vai, a gente vai reconhecer. E isso faz bem para a democracia, certo? Vamos também atender, obviamente, porque nós jogamos juntos num existe. é igual um casal. Você quer ter um filho bonito, tem que estar aí com uma coisa, vai nascer um filho feio, não é feio.

Código: Regras do Jogo (+) (+)

2019 > Maio 2019>23/05/2019

Então André Mendonça tem seus compromissos comigo, nada diferente do que em grande parte a vida dele enquanto Advogado Geral da União w enquanto Ministro da Justiça aqui do nosso governo também. Vai defender na íntegra a nossa Constituição

Ok, defender a democracia e defender a liberdade. Eu não tive tempo de assistir, mas quem porventura assistiu a Sabatina né, é uma pessoa André Você demonstrou ser como nós conhecemos aqui, o João conhece muito bem, uma pessoa bastante equilibrada, um profundo conhecedor da legislação e um evangélico né, ou melhor é um pastor evangélico. Tnha esse compromisso, e na política João, você sabe que vale a palavra. Certo, falou é o fio do Bigode. Assumi o compromisso, se eu não me engano, foi início 2017, eu acho que estava no grupo de um encontro Gideões em Santa Catarina, onde eu falei né, "Caso eu seja Presidente uma das duas vagas para o Supremo Tribunal Federal será preenchido por um terrivelmente evangélico". Alguns aí, "nossa,o Supremo é laico". Olha, pessoal, o Estado é laico, agora eu sou cristão.

Código: Religioso

2021 > Dezembro 2021>02/12/2021

Não pode uma outra uma ou duas pessoas no máximo estar ditando normas no Brasil, impondo uma ditadura no Brasil. Não podemos admitir isso daí. E eu sempre tenho dito né, que se é difícil lutar com Liberdade, imagine sem a liberdade. Eu tenho dito também a questão da população cada vez mais tem que se informar, entender o que tá acontecendo. Tem uma passagem bíblica até, Tarcísio, que diz é "por falta de conhecimento o meu povo pereceu". O conhecimento é importante para nós, quem vai libertar o povo né, é o próprio povo.

Código: Religioso

2021 > Agosto 2021>26/08/2021 Live semanal

E eu usei até uma passagem bíblica do João 32 conhecereis a verdade, a verdade vos libertará. E assim foi feita a nossa campanha.

Código: Religioso

2020 > Janeiro 2020>02/01/2020

JORGE SEIF Capitão vou citar uma coisa que o senhor gosta, um versículo que o senhor gosta muito e que graças a Deus apareceu e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. A verdade apareceu.

Código: Religioso

2019 > Outubro 2019>31/10/2019

ÍNDICE

Palavra, nº folha

Palavra, nº folha

Palavra, n° folha